

MIGUEL CERQUEIRA DOS SANTOS

TURISMO E AMBIENTE COSTEIRO NO BRASIL E EM PORTUGAL
Análise comparada de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e de Mira, na Região
Centro.

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2008

MIGUEL CERQUEIRA DOS SANTOS

TURISMO E AMBIENTE COSTEIRO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Análise comparada de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e de Mira, na Região Centro.

Dissertação de Doutorado na área de Geografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Lúcio Sobral Cunha e co-orientação da Professora Doutora Fernanda Maria da Silva Dias Delgado Cravidão.

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2008

Índice geral

Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Résumé.....	xiii
Índice de figuras.....	xv
Índice de quadros.....	xix
Índice de fotografias.....	xx
Introdução.....	21
PARTE I	
Capítulo I – Metodologia e área de estudo.....	25
1.1 Procedimento metodológico.....	26
1.2 Área de estudo.....	29
Capítulo II Discussão teórica – breve nota.....	33
2.1 Enquadramento teórico	34
2.2 Base conceptual.....	35
2.3 Turismo.....	39
2.4 Ambiente costeiro.....	45
PARTE II	
Capítulo III Organização dos territórios brasileiro e português.....	56
3.1 Os territórios brasileiro e português	57
3.2 Território brasileiro.....	59
3.2.1 Relevo.....	61
3.2.2 Condições climáticas e tropicalidade.....	62
3.2.3 Principais biomas e interferências antrópicas.....	64

3.2.4 População e território.....	68
3.3 Território português.....	72
3.3.1 Relevo.....	74
3.3.2 Condições climáticas.....	76
3.3.3 Vegetação.....	78
3.3.4 População e território.....	79
3.4 Principais fluxos turísticos: Brasil e Portugal.....	85
Capítulo IV Costas brasileira e portuguesa.....	89
4.1 Recôncavo Baiano e Região Centro.....	90
4.2 Costa brasileira - breve nota.....	90
4.2.1 Áreas de baixa densidade: costa Equatorial Amazônica e Sul.....	94
4.2.2 Costas Nordeste, Leste e Sudeste: intensas densidades demográficas.....	97
4.2.3 Costa do Recôncavo Baiano.....	100
4.2.3.1 Inserção do turismo.....	106
4.3 Costa portuguesa.....	114
4.3.1 Costas Norte e de Lisboa e Vale do Tejo: intensas densidades demográficas	116
4.3.2 A costa do Centro, do Alentejo e do Algarve: densidades mais suaves	120
4.3.3 Costa Centro de Portugal e inserção turística.....	123
PARTE III	
Capítulo V Turismo e ambiente costeiro.....	133
5.1 Os municípios de Jaguaripe e de Mira.....	134
5.2 Município de Jaguaripe.....	135
5.2.1 Ecossistemas costeiros, população local e inserção Turística.....	136
5.2.2 População e território.....	145
5.2.3 Condições de habitabilidade.....	149

5.2.4 Inserção do turismo no município de Jaguaripe.....	155
5.2.5 Atractivos turísticos em Jaguaripe.....	160
5.2.6 Percepção dos inquiridos sobre o turismo no município de Jaguaripe.....	168
5.2.7 Principais impactos ambientais.....	175
5.3 Município de Mira.....	187
5.3.1 Ecossistemas costeiros, população local e inserção turística	189
5.3.2 População e território.....	191
5.3.3 Condições de habitabilidade.....	199
5.3.4 Inserção do turismo.....	205
5.3.5 Atractivos turísticos no município de Mira.....	211
5.3.6 Percepção da população sobre a relação entre turismo e ambiente costeiro.....	217
5.3.7 Principais impactos ambientais.....	226
Capítulo VI Análise comparativa: Jaguaripe e Mira.....	239
6.1 Diferenças e similitudes	240
6.1.1 Principais diferenças	240
6.1.2 Principais similitudes	250
6.1.3 Síntese comparativa.....	257
Conclusão.....	260
Bibliografia	265
Anexos.....	284

Agradecimentos

No processo de construção desta pesquisa, entendo que sozinho pode-se sonhar, projetar, idealizar, mas para concretizar o sonho e chegar ao ponto idealizado, necessitamos do “outro”, que abraça a nossa causa, suavizando o percurso e reforçando a certeza da chegada ao porto inicialmente almejado. Assim, agradeço a Deus pela energia que me impulsionou a força necessária à realização deste trabalho. Tenho também uma imensa gratidão à minha família, principalmente minha mãe Elvira Santos, e meu pai, Rosendo Cerqueira Santos (*in memoriam*), por todo o apoio que se constituiu na construção dos alicerces para a minha formação. De fato, no percurso da investigação, foram várias as instituições e pessoas que contribuíram com esta trajetória acadêmica. No momento de saída do país, foi primordial a aprovação do projecto pela CAPES/Brasil para a realização do doutoramento no exterior, com a concessão da bolsa de estudos, possibilitando assim, a minha permanência em Portugal para a elaboração da tese. Ainda no âmbito institucional, vale destacar a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pela liberação do tempo necessário à realização do curso.

No tocante às relações de humanidade, foram vários os apoios externados desde a saída do Brasil até o retorno. Destacamos entre outros nomes, Doutora Maria Adélia Aparecida de Souza, Doutor Pedro Almeida Vasconcelos, Doutora Regina Celeste, Doutor Wilson Roberto de Mattos, Doutor Daniel Francisco dos Santos, Doutor Charles de Almeida, Dra. Ivete Sacramento, Dr. Lourivaldo Valentim, a colega Inês e aos amigos Rafael Rodas e Simeia Simões, pelos votos de confiança e incentivo para enfrentar os desafios junto à Universidade de Coimbra, do outro lado do Atlântico. Externo também gratidão aos membros do Projecto Recôncavo, pelas discussões realizadas durante a execução das pesquisas na UNEB, as quais estimularam a escolha desta temática de estudo. Convém lembrar os nomes dos colegas Edgar Lira, Nélia Salles e Ângela Araújo da PPG/UNEB, pela competência que administraram os assuntos inerentes a este setor. Ainda no momento de saída do Brasil, vale destacar o apoio prestado por Sacramento Aquino e família durante o acompanhamento das questões que subsidiaram o processo de afastamento do país.

Após ter atravessado o Atlântico, pude contar com o acolhimento da Universidade de Coimbra, através de profissionais como o Professor Doutor Lúcio Sobral Cunha e a Professora Doutora Fernanda Cravidão, os quais na condição de orientador e co-orientadora forneceram o apoio necessário ao desenvolvimento da tese. Sem dúvidas, a realização de trabalhos desta natureza fora do país de origem gera algumas dificuldades, mas os contatos mantidos a partir da aproximação com os professores orientadores ampliaram o leque de pessoas que ajudaram no processo de integração. A participação nos eventos e nos seminários desenvolvidos no âmbito acadêmico permitiu ampliar conhecimentos, assim como estreitar importantes laços profissionais e de amizade. Foram várias as pessoas que passaram a fazer parte desta rede de contributos. Os nomes do Doutor Fernando Rebelo, Doutora Lucília Caetano, Doutor Noberto Santos, Doutor António Campar, Doutor Rui Gama, Doutora Ana Paula, Doutor António Rochette, Doutor João Luis Fernandes, Doutora Graça Santos, Doutor Paulo Carvalho, Dra. Claudete Moreira, Dra. Isabel Paiva e do Dr. Albano Figueiredo merecem destaque. O colega Luca Dimuccio, do curso de doutoramento, e a funcionária da Biblioteca do Instituto Geográfico, Dona Isabel, também prestaram apoio a este trabalho. Além dos profissionais acima mencionados, da área da Geografia, pude contar com o afetuoso acolhimento do Doutor Pires Laranjeira e da Doutora Cristina Mello do Instituto de Letras, pessoas por quem temos também uma imensa admiração.

As atuações da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros - APEB/Coimbra e do Fórum de Estudantes e Pesquisadores da CPLP foram relevantes para promover a integração no território português. Durante o convívio acadêmico na Universidade de Coimbra, os colegas brasileiros desempenharam papéis importantes. Vários nomes merecem aqui ser lembrados, entre eles o das Doutoradas Francisca Paula e Nilma Gomes, pelas leituras e sugestões realizadas na fase inicial do trabalho. Há de se destacar os amigos Maria Cleyber, Fernando, Márcia Oliveira da Universidade do Porto e Maria, da cidade de Viseu, pelos bons momentos proporcionados em todos os nossos encontros. Também merecem o nosso apreço as famílias Silva e Gonçalves nas pessoas de Fátima, José, Felipa, Tiago, Ana, Sr. Manuel, Dona Laurinda, Cristina e Jorge.

Na fase onde tudo parecia concluído, muitos apoios foram prestados. Daí os reconhecidos agradecimentos ao Professor Doutor Edson Vicente, da Universidade Federal de Fortaleza e à Professora Neyde Gonçalves do Departamento de Geografia da UFBA, pelas leituras e sugestões feitas ao trabalho. À Professora Irailda D'Almeida, pela contribuição dada no processo de revisão textual e à amiga Cíntia Aquino pela dedicação de seu tempo para traduzir os escritos do português para o inglês. Quanto aos escritos traduzidos do português para o francês, agradeço a contribuição da Professora Christine Nicole Zonzon. Aos colegas Reginaldo, Marlene e Raimundo, do sector da informática da UNEB Campus V, pela competência com que ajudaram a resolver os problemas relativos a esta área. Há de se destacar a compreensão e a hospitalidade recebida pela população de Jaguaripe e de Mira que não mediu esforços para prestar as informações sistematizadas durante os trabalhos de campo. Por fim, dedico este trabalho à minha esposa Conceição Santos, pelo companheirismo e pela competência com que ajudou a tratar de questões que variaram desde as discussões dos textos, até os obstáculos enfrentados durante todo este percurso. Nesta mesma direcção, é justo reconhecer a compreensão e a paciência das filhas Thaíse Santos e Thainara Santos para acompanharem o quotidiano de quem lida com este tipo de trabalho.

Resumo

O turismo e o ambiente estão relacionados com as principais mutações espaciais ocorridas na contemporaneidade. As abordagens atribuídas à temática em estudo têm a ver com os diferentes estágios de evolução das sociedades humanas. O turismo surge nos primórdios da civilização ocidental, mas a sua importância, enquanto atividade económica, somente acontece após a Revolução Industrial.

Num primeiro momento, o turismo se enquadra como actividade de elite, por ser praticada pelas pessoas portadoras de elevado poder aquisitivo. Após a Segunda Guerra Mundial, deu-se a sua massificação, com o crescimento do sistema fordista, que se interessava pela ampliação do consumo, cujo auge foi verificado até a década de 1980. O turismo era visto como uma actividade unifacetada e era estudado pelos economistas, predominantemente, que abordavam apenas os resultados positivos. Actualmente, experimentamos uma Nova Era do Turismo - NET, a qual contempla profissionais de variados campos do conhecimento e tem demonstrado maiores preocupações com a relação turismo/ambiente.

No que se refere às questões ambientais, o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi relevante para motivar o aumento das discussões sobre esta temática. As primeiras preocupações voltavam-se para os recursos naturais, pois os mesmos eram vistos como inesgotáveis e explorados de maneira ilimitada. Após a década de 1960, surgem correntes de ambientalistas interessadas em reflectir sobre os prejuízos causados às diferentes dimensões do espaço geográfico, tais como a física, a biológica e a cultural. A devastação dos potenciais bióticos, a introdução de substâncias nocivas ao espaço, o lançamento de resíduos sólidos e líquidos de modo inadequado e os vários tipos de degradação humana exigiram novas reflexões sobre esta questão.

O aumento do fluxo de turistas ocorrido nas últimas décadas, principalmente nas áreas costeiras dos países de climas tropicais e mediterrâneos, contribuiu para a intensificação dos impactos ambientais. Em decorrência disso, o presente trabalho analisa a relação turismo/ambiente na costa do Recôncavo da Bahia, no

Brasil, e da Região Centro de Portugal, com ênfase para os municípios de Jaguaripe e de Mira.

No caso do primeiro, trata-se de uma área predominantemente composta por reservas de manguezais e com o envolvimento da população nas actividades primárias, principalmente na pesca. O modo de vida dos habitantes desse município encerra um sentido específico de cultura, que instiga novas reflexões com a inserção do turismo.

No caso da costa Centro de Portugal, nomeadamente do concelho de Mira, temos uma área de predomínio das dunas, onde as tradições culturais também estão relacionadas às actividades agrícolas e piscatórias. Ultimamente, esta porção da costa portuguesa passa por várias transformações decorrentes do modelo de crescimento do turismo de praia, sol e mar.

No percurso desta investigação, procuramos nos aproximar ao máximo da literatura clássica e contemporânea que versa sobre a temática, e da realidade dos municípios estudados. Aplicámos inquéritos à população e colectámos várias informações durante a realização dos trabalhos de campo. Diante desse contexto, analisamos cada caso e estabelecemos comparações entre as duas realidades que se encontram localizadas em posições diferentes do Oceano Atlântico.

Como resultado da análise comparada, a investigação constatou que tanto no caso de Jaguaripe quanto no de Mira, a população demonstrou forte interesse pelo desenvolvimento do turismo. Os dois municípios apresentam impactos significativos em decorrência do crescimento das novas atividades, porém a sua intensidade varia de acordo com as especificidades encontradas em cada território. Nesta etapa de trabalho, foi possível estabelecer as principais diferenças e similitudes encontradas nos municípios investigados.

As diferenças no tocante às relações entre o turismo e o ambiente são inúmeras, porém as transformações de natureza geomorfológica e climáticas foram as mais evidentes. No que se refere às principais similitudes, os municípios investigados demonstraram que as intervenções humanas foram mais importantes. A redução das actividades piscatórias, o interesse da população pelo desenvolvimento do turismo e falta de envolvimento dos segmentos da sociedade no crescimento do turismo constituem alguns dos exemplos.

Abstract

The tourism and the environment are connected to the main space changes that have occurred in contemporary days. The approaches related to this theme in analysis are linked to the different phases of the human society evolution. The tourism appeared at the early ages of occidental civilization, but its systematization only happened afterwards the Industrial Revolution in XVIII Century.

At first moment, the tourism suits as an activity of the elite, because it used to be practiced by people from a highly position in society. After the Second World War, the tourism became popular, at the same time that the Ford system was interested in the increasing consume that had its highest performance in the decade of 1980. The tourism used to be seeing as a unique sided thing and studied mainly by the economists that used to highlight only its positive aspects. Nowadays, we are experimenting a New Tourism Era - NET - which embraces professionals from different knowledge fields and it has demonstrated highly concerns about the relation tourism/environment.

In regard to the environment issues, the period afterwards the Second World War was important to cause the increasing of the discussions around this theme. The first concerns were about the natural resources, because they used to be understood as endless therefore used in an unlimited way. After the decade of 1960, it appeared thoughts of environmentalists interested in reflections about the damage caused to the different aspects of the geographic spaces, such as physical, biological and cultural. The devastation of the forest, the introduction of harmful substances into the space, the inappropriate dispose of solid and liquid residuals and the variety of human degradation have demanded new reflections about this issue.

The increasing of the tourism flow that has happened in last few decades, mainly at the coast of the countries with tropical and Mediterranean climate, facilitated the increase of environment impacts. Thus, the present paper analyses the relation tourism/environment at Bahia's Recôncavo coast and Portugal Central Region, with emphasis on Jaguaripe and Mira districts.

The first study area is mainly composed by mangrove preservations and the involvement of the local people in the primary activities, specially the fishing. The

way of life of the local people gives a specific cultural meaning that leads new reflections towards the tourism insertion.

In the case of Portugal central coast, named as Mira District, there is a predominant dune area where the cultural traditions are related to agriculture and fishing activity. Lately, this region of the Portuguese coast is going through several changes because of the development model of the beach, sun and sea tourism.

In this paper, we attempted to attune to classic and contemporary literature about the thematic and the reality of these two districts in focus. We interviewed the local people by questionnaires and gathered a lot of information during the searching on field. Considering this context, we analyzed each individual case and established comparison between the two realities located in different positions of the Atlantic Ocean.

As a result of the comparative analysis, the investigation verified that in both cases Jaguaripe and Mira, the population showed great interest in the tourism development. Either districts present significant impacts that came from the growing of the new activities, however its intensity varies according to the specificities found in each territory. In this stage of the research, it was possible to establish the main differences and similarities between the studied districts.

There are several differences concerning the relationship between the environment and the tourism, although the geophysical and climatic changes were the most evident ones. About the main similarities, the studied districts showed that the human interferences were the most important ones. Some of the examples are the reduction of the fishing activities, the population interest in the tourism development and the lack of involvement of the society classes into the tourism development.

Résumé

Le tourisme et l'environnement sont en rapport avec les principales mutations spatiales produites dans la contemporanéité. Les approches attribuées à cette thématique sont liées aux différents stages d'évolution des sociétés humaines. Le tourisme apparaît dès les prémices de la civilisation occidentale, mais il ne se consolide en tant qu'activité économique qu'après la Révolution Industrielle du XVIII^{ème} siècle

Dans un premeir temps, le tourisme surgit dans le cadre d'une activité d'élite car il est pratiqué par les personnes pourvues d'un haut pouvoir acquisitif. Après la Seconde Guerre Mondiale, il se massifie grâce à la croissance du système fordiste, qui s'intéressait à l'élargissement de la consommation, dont on a vu l'apogée dans les années 1980. Le tourisme était perçu comme une activité réduite à une seule facette et il était principalement l'objet d'étude des économistes, qui n'en abordaient que les résultats positifs. Actuellement, nous vivons intensément une Nouvelle Ère du Tourisme - NET, où sont engagés des professionnels de divers champs de la connaissance et on observe un accroissement des préoccupations concernant la relation tourisme/environnement.

En ce qui concerne les questions environnementales, la période postérieure à la Seconde Guerre Mondiale a été de grande importance puisque les discussions sur cette thématique se sont alors intensifiées. Les premières préoccupations concernaient les ressources naturelles, car celles-ci, qu'on avait pensés inépuisables, étaient exploitées de manière illimitée. A partir des années 1960, certains courants d'environnementalistes font leur apparition et commencent à réfléchir aux préjudices subis par les différentes dimensions de l'espace géographique, d'ordre physique, biologique et culturel. La dévastation des potentiels biotiques, l'introduction de substances nocives pour l'espace, le rejet de résidus solides et liquides de manière inadéquate et plusieurs types de dégradation humaine exigent alors de nouvelles réflexions sur cette question.

L'augmentation du flux de touristes, observée au cours des dernières décennies, principalement dans les secteurs côtiers des pays de climats tropicaux et méditerranéens, a contribué à l'intensification des impacts environnementaux. C'est dans ce contexte que le travail présenté ici analyse la relation tourisme/environnement sur la côte de la région du Recôncavo de Bahia, au

Brésil, ainsi que dans la Région Centrale du Portugal, en mettant en relief les villes de Jaguaripe et de Mira.

Dans le premier cas, il s'agit d'un secteur majoritairement composé par des réserves de mangroves où la population se trouve engagée dans les activités primaires, principalement la pêche. Le mode de vie des habitants de cette ville recelle un sens spécifique en terme de culture, qui suscite de nouvelles réflexions concernant l'insertion du tourisme.

Dans le cas de la côte du Centre du Portugal, notamment de la commune de Mira, nous avons un secteur où prédominent des dunes et où les traditions culturelles sont aussi liées aux activités agricoles et de pêche. Récemment, cette portion de la côte portugaise a subi plusieurs transformations associées au modèle de croissance du tourisme de plage, de soleil et de mer.

Durant la trajectoire de cette recherche, nous avons cherché à nous rapprocher au maximum de la littérature classique et contemporaine portant sur le thème ainsi que de la réalité des villes étudiées. Nous avons appliqué des enquêtes auprès de la population et rassemblé de nombreuses informations pendant la réalisation du travail de terrain. Dans ce contexte, nous avons analysé chaque cas et établi des comparaisons entre ces deux réalités qui se trouvent localisées dans des positions différentes de l'Océan Atlantique.

Suite à l'analyse comparative, la recherche a révélé que, aussi bien dans le cas de Jaguaripe que dans celui de Mira, la population a manifesté un vif intérêt pour le développement du tourisme. Les deux communes présentent des incidences importantes en raison du développement des nouvelles activités, bien que leur intensité varie en fonction des spécificités de chaque territoire. Lors de cette étape de travail, il a été possible d'établir les principales différences et les similitudes présentes dans les communes objets de l'enquête.

Les différences concernant la relation entre le tourisme et l'environnement sont nombreuses, mais les transformations de la nature géomorphologique et des conditions climatiques sont les plus évidentes. En ce qui concerne les principales similitudes, la recherche au sein des communes a montré que les interventions humaines ont été les plus importantes. La réduction des activités de pêche, l'intérêt de la population envers le développement du tourisme et l'absence de participation de segments de la société à la croissance du tourisme en constituent quelques exemples.

Índice de Figuras

Figura 1	Localização da área de estudo.....	29
Figura 2	Município de Jaguaripe.....	30
Figura 3	Município de Mira.....	31
Figura 4	Principais dimensões do turismo.....	41
Figura 5	Grandes Regiões do Brasil.....	59
Figura 6	Principais unidades de relevo do Brasil.....	61
Figura 7	Tipologia climática do Brasil.....	63
Figura 8	Os principais biomas brasileiros.....	65
Figura 9	Densidade demográfica.....	68
Figura 10	Divisão de Portugal por distritos.....	73
Figura 11	Altimetria em Portugal.....	75
Figura 12	Densidade demográfica de Portugal.....	83
Figura 13	Turistas no Brasil e em Portugal.....	86
Figura 14	Fluxos turísticos de acordo com os meses do ano, no Brasil e em Portugal.....	87
Figura 15	Divisão da costa brasileira	93
Figura 16	Área costeira de menor densidade no Brasil.....	95
Figura 17	Densidade de alguns municípios da costa Sul do Brasil.....	97
Figura 18	Áreas de maiores densidades populacionais na costa do Brasil ..	98
Figura 19	Distribuição da população na Bahia.....	101
Figura 20	Densidade demográfica do Estado da Bahia.....	102
Figura 21	Estrutura geológica do Recôncavo Baiano.....	103
Figura 22	Rede de cidades e sistema viário no Recôncavo.....	105
Figura 23	Principais pólos turísticos na Bahia.....	108
Figura 24	Distribuição dos turistas na Bahia.....	109
Figura 25	O turismo na Bahia.....	110
Figura 26	Turistas nacionais e estrangeiros, na Bahia.....	110

Figura 27	Densidade demográfica no Recôncavo Baiano.....	111
Figura 28	Acções antrópicas na costa de Jaguaripe	113
Figura 29	Divisão regional de Portugal.....	115
Figura 30	Região Metropolitana do Porto.....	117
Figura 31	Densidade demográfica na Região Metropolitana de Lisboa	118
Figura 32	Densidade demográfica na costa do Alentejo.....	120
Figura 33	Densidade demográfica na costa do Algarve.....	122
Figura 34	Estada média na costa portuguesa.....	124
Figura 35	Índice de construção na Região Centro.....	126
Figura 36	Capacidade de alojamento na Região Centro.....	127
Figura 37	Dormidas na Região Centro.....	128
Figura 38	Estada média na Região Centro.....	129
Figura 39	Densidade demográfica na Região Centro.....	130
Figura 40	Município de Jaguaripe.....	135
Figura 41	Tipos de mangue encontrados na costa brasileira.....	140
Figura 42	Ocupação do solo em Jaguaripe.....	148
Figura 43	Tipos de residência dos inquiridos.....	149
Figura 44	Nível de escolaridade dos inquiridos de Jaguaripe.....	151
Figura 45	.Ocupação dos inquiridos de Jaguaripe.....	152
Figura 46	Tipo de exercício profissional dos inquiridos.....	153
Figura 47	Rendimento mensal dos inquiridos no município de Jaguaripe.....	154
Figura 48	Satisfação da população de Jaguaripe em relação ao turismo....	158
Figura 49	Principais receptores e emissores turísticos.....	159
Figura 50	Valorização dos bens turísticos em Jaguaripe.....	164
Figura 51	Termos associados ao ambiente pelos inquiridos de Jaguaripe.....	168
Figura 52	Espaços freqüentados pelos inquiridos.....	169
Figura 53	Distribuição espacial das associações nos distritos de Jaguaripe.....	171
Figura 54	Participação dos inquiridos em eventos.....	172

Figura 55	Satisfação dos inquiridos quanto aos principais serviços.....	173
Figura 56	Concepção dos inquiridos sobre a política local.....	174
Figura 57	Nível de confiança dos inquiridos nas instituições do município.	174
Figura 58	Rendimento dos inquiridos de Jaguaripe durante a alta estação.	176
Figura 59	Destino dos esgotos domésticos em Jaguaripe.....	177
Figura 60	Tipo de ocupação inadequada nas áreas de manguezais.....	182
Figura 61	População de Jaguaripe que residiu em outros municípios.....	184
Figura 62	Ria de Aveiro.....	190
Figura 63	Densidade demográfica no Baixo Mondego.....	195
Figura 64	Densidades demográficas das freguesias de Mira.....	198
Figura 65	Tempo de residência dos inquiridos de Mira.....	199
Figura 66	Local de habitação dos inquiridos com experiência migratória.....	200
Figura 67	Grau de satisfação dos inquiridos com experiências migratórias.....	201
Figura 68	Local de residência e nível de instrução dos inquiridos.....	203
Figura 69	Destino dos esgotos e local de residência dos Inquiridos.....	204
Figura 70	Origem dos estrangeiros hospedados em Mira, no ano de 2001.....	207
Figura 71	Distribuição dos visitantes de Mira de acordo com os meses do ano.....	208
Figura 72	Ocupação do solo em Praia de Mira, na década de 1960.....	209
Figura 73	Actividades económicas no município de Mira.....	210
Figura 74	Distribuição dos principais patrimónios em Mira.....	212
Figura 75	Espaços frequentados em Mira.....	216
Figura 76	Escolaridade e palavras associadas ao ambiente.....	218
Figura 77	Satisfação dos inquiridos em relação aos principais serviços.....	219

Figura 78	Opinião dos inquiridos sobre alguns equipamentos.....	220
Figura 79	Opinião dos inquiridos quanto à administração territorial.....	224
Figura 80	Confiança dos inquiridos de Mira nas instituições.....	225
Figura 81	Funcionalidades em Praia de Mira.....	232
Figura 82	Rendimento dos inquiridos no período de alta estação.....	237
Figura 83	Satisfação dos inquiridos quanto às vias de acesso.....	243
Figura 84	Palavras associadas ao ambiente.....	244
Figura 85	Escolaridade dos inquiridos.....	245
Figura 86	Esgotamento sanitário.....	246
Figura 87	Principais espaços freqüentados pelos inquiridos.....	247
Figura 88	Opinião dos inquiridos quanto ao número de hotéis, bares e restaurantes.....	248
Figura 89	Ocupação dos inquiridos.....	249
Figura 90	Principais preocupações ambientais dos inquiridos.....	250
Figura 91	Bem-estar dos inquiridos com a inserção do turismo.....	251
Figura 92	Opinião dos inquiridos quanto aos principais problemas	252
Figura 93	Participação em evento sobre turismo.....	254

Índice de quadros

Quadro 1	Inquéritos aplicados em Jaguaripe e em Mira.....	28
Quadro 2	Evolução da população do Brasil - 1940 a 2000.....	69
Quadro 3	População de Portugal no continente	82
Quadro 4	Municípios com menores densidades na costa do Brasil.....	94
Quadro 5	Índices demográficos do Estado da Bahia.....	101
Quadro 6	Indicativos demográficos dos municípios da costa do Recôncavo Baiano	146
Quadro 7	Indicadores demográfico do município de Jaguaripe.....	147
Quadro 8	Número de turistas na Bahia	156
Quadro 9	Associações no município de Jaguaripe	170
Quadro 10	Indicativos demográficos no Baixo Mondego.....	195
Quadro 11	Evolução da população no município de Mira - 1890 a 2001.....	196
Quadro 12	Opinião dos inquiridos quanto à administração territorial.....	223
Quadro 13	Principais poluentes em Jaguaripe e em Mira	252
Quadro 14	Percepção dos inquiridos quanto à política local.....	255
Quadro 15	Confiança dos inquiridos nas principais instituições.....	256
Quadro 16	Síntese dos impactos ambientais de Jaguaripe e de Mira.....	258

Índice de fotografias

Foto 1	Praia de Torres, no Rio Grande do Sul.....	96
Foto 2	Praia de Santos, no Estado de São Paulo.....	99
Foto 3	Ocupação da orla de Salvador.....	112
Foto 4	Foz do Rio Douro, cidade do Porto.....	116
Foto 5	Praia do Magoito, na costa de Lisboa	119
Foto 6	Praia de Vila do Bispo, no Algarve.....	121
Foto 7	Praia de Vagos - Costa Centro de Portugal.....	125
Foto 8	Manguezais no município de Jaguaripe.....	138
Foto 9	Construção de tanques para a criação de camarão	144
Foto 10	Construção de residência de pescadores	144
Foto 11	Casa de pescadores em Jaguaripe.....	150
Foto 12	Praia dos Garcez.....	165
Foto 13	Casa do Ouvidor em Jaguaripe.....	166
Foto 14	Paisagem piscatória no município de Jaguaripe	167
Foto 15	Modelo de ocupação na costa de Jaguaripe.....	178
Foto 16	Abertura de vias de acesso à Praia dos Garcez.....	179
Foto 17	Construção das mariculturas	181
Foto 18	Expansão imobiliária na Praia dos Garcez	183
Foto 19	Representação dos palheiros utilizados para fins turísticos	192
Foto 20	Cultivo do milho em Mira	194
Foto 21	Centro urbano de Praia de Mira.....	208
Foto 22	Arte da xávega em Praia de Mira	213
Foto 23	Pinhais em Praia de Mira.....	227
Foto 24	Acção erosiva em Praia de Mira.....	229
Foto 25	Protecção das dunas em Praia de Mira.....	230
Foto 26	Degração do potencial aquático.....	235

Introdução

As transformações ocorridas no espaço geográfico, em suas variadas escalas, passam por diferentes níveis de relação entre a natureza e a sociedade. A cada dia emerge a necessidade de novas reflexões no sentido de entender e explicar os processos sócio-económicos, políticos e culturais que envolvem os diferentes territórios. A expansão da sociedade industrial e, conseqüentemente, de consumo provocou o crescimento de novas rotas de comunicação e de transporte, o que propiciou várias mudanças, principalmente na organização das actividades turísticas.

A investigação desenvolvida no âmbito do programa de doutoramento da Universidade de Coimbra tem como objectivo principal analisar as relações entre turismo e ambiente costeiro, nos municípios de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia, e de Mira, na Região Centro de Portugal, de modo a estabelecer comparações sobre as diferenças e similitudes encontradas nos dois territórios. Identificar os impactos ambientais decorrentes das actividades turísticas nos dois municípios, verificar o nível de participação dos habitantes nas políticas públicas à escala local e/ou regional e estudar a importância do ambiente para o turismo e vice-versa complementam o objectivo acima mencionado.

Na investigação busca-se respostas para indagações, tais como em que medida o turismo influencia a qualidade do ambiente e como o ambiente contribui para o desenvolvimento do turismo? Quais os principais componentes ambientais envolvidos com o turismo nos municípios de Jaguaripe e de Mira? Que diferenças e similitudes existem nos tipos de turismo desenvolvidos nos dois municípios? Qual a percepção da população local sobre as relações entre turismo e ambiente costeiro? Em que nível a população se insere nas actividades relacionadas com o turismo e a preservação ambiental? Quais os principais problemas decorrentes do turismo nos municípios estudados e as sugestões para a sua resolução?

O propósito de alcançar os objectivos delineados anteriormente demandou a elaboração de três hipóteses. A primeira refere-se à análise comparativa da forma como as actividades turísticas se desenvolvem nos dois municípios. Admite-se a hipótese de que os territórios estudados apresentam diferenças mais acentuadas nos aspectos físicos e bióticos, ao passo que as similitudes ocorrem com maior frequência nas mudanças resultantes da intervenção humana. Esta

questão está relacionada com as características próprias existentes em cada território, com tendência à elucidação de tradições, crenças e costumes, resultando nas diferentes formas de manifestação cultural. A influência relacionada com o processo de globalização, intensificado a partir da década de 1980, produz algumas semelhanças na relação entre turismo e ambiente costeiro, mas permite a permanência de diferenças que se encontram contidas nos dois territórios.

A segunda hipótese indica que a ausência de participação da comunidade no processo de gestão territorial dos municípios implica em impactos negativos. A preservação dos principais recursos existentes para atração do turismo aumenta à medida que a população se envolve com as questões locais e/ou regionais. A ideia de que a participação dos munícipes acontece, apenas, com o acto de escolha através do voto, no processo de eleições municipais, dificulta o desenvolvimento territorial. Há necessidade de reflexão sobre políticas de desenvolvimento local que possam integrar os diferentes segmentos da sociedade.

A terceira hipótese foi elaborada no sentido de que a maioria da população de Jaguaripe e de Mira acredita na possibilidade de melhoria das condições de vida através do turismo. Esta assertiva está relacionada com a maneira como os dois municípios foram transformados nos últimos anos. A escassez de recursos piscatórios e a redução de oportunidades de emprego e de renda colocam as actividades turísticas como uma perspectiva de solução para a crise enfrentada, principalmente pela população de menor poder aquisitivo, que sonha com a melhoria das condições de vida. Daí a necessidade de desenvolver a investigação nos dois municípios para analisar as especificidades contidas em ambos e para em seguida proceder à comparação, de modo a identificar as principais diferenças e similitudes decorrentes dos impactos provocados pelas actividades turísticas.

O ponto de partida para a escolha dessa temática foi a realização de trabalhos de natureza local e/ou regional, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no âmbito do Grupo de Estudo Recôncavo, inscrito no Directório de Pesquisa do CNPq/Brasil. No ano de 2000, foram feitas várias visitas de campo aos municípios do Recôncavo Baiano e, inclusive a Salvador, capital do Estado da Bahia. Na oportunidade, houve a constatação de que a reforma ocorrida no

Pelourinho¹ causou transformações sócio-económicas e culturais que serviram de impulso para a entrada do turismo na Bahia.

O espaço urbano do Pelourinho, até a década de 1970, antes do surgimento de novas opções de moradia nos bairros nobres da Vitória, Graça e Canela, era ocupado pela população mais abastada de Salvador. Posteriormente, passou por forte processo de degradação, cedendo espaço para o comércio tradicional e para a residência da população de baixo poder aquisitivo, oriunda do interior do Estado. Na década de 1980, a cidade de Salvador foi reconhecida pela UNESCO como Património Histórico da Humanidade (VASCONCELOS, 2005). No ano de 1993, teve início a primeira etapa do Projecto de Restauração do Pelourinho, que contribuiu para a valorização dessa área e o afastamento da população desprovida de recursos económicos. Houve várias fases de reformas, o que estimulou alguns empreendimentos na costa do Recôncavo, tais como a revitalização da Orla de Salvador e a construção da linha verde, além da implantação de vários loteamentos para a construção de residências secundárias.

As transformações ocorridas na costa do Recôncavo provocaram inquietações que motivaram à realização deste trabalho. A forma como a população local foi deslocada do Pelourinho e como as comunidades tradicionais que habitavam as áreas costeiras começaram a se comportar diante das actividades turísticas passaram a ser os principais pontos de indagação. O município de Jaguaripe, escolhido para o estudo de caso brasileiro, seguia a mesma direcção, visto que havia uma comunidade tradicional, composta por pescadores e marisqueiras e o turismo apontava, no final da década de 1980, para uma forte perspectiva de crescimento.

Jaguaripe dispõe de consideráveis atractivos turísticos como os manguezais preservados, os rios navegáveis, a variedade gastronómica e a cultura tradicional, porém apresenta sérias dificuldades de gerenciamento territorial, face à inserção das novas actividades. No transcorrer das discussões que se desenvolviam nas diferentes etapas de trabalho, junto aos integrantes do Grupo Recôncavo, houve a necessidade de analisar áreas localizadas em regiões diferentes daquelas investigadas na costa da Bahia. Isso porque a relação entre turismo e ambiente costeiro sugere várias dimensões espaciais de abordagem, o

¹ Nome dado ao local onde os escravos eram punidos na época da colonização e que, actualmente, faz parte do Centro Histórico de Salvador, uma das áreas de maior atracção turísticas da Bahia.

que se enriquece através da análise comparativa. Assim, surgiu a opção de investigar um município da costa portuguesa, em decorrência do crescimento da procura pelo turismo de praia, sol e mar. O município de Mira, localizado na costa da Região Centro de Portugal, composto por vários atractivos turísticos como lagoa, dunas, praia e uma população de tradições piscatórias, constituiu-se na localidade indicada para o estudo comparativo com Jaguaripe, conforme abordado no capítulo I.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira, constam as linhas mestras que permeiam esta investigação, tais como a forma como o trabalho foi desenvolvido, a delimitação da área de estudo e a reflexão sobre os principais conceitos encontrados na relação entre turismo e ambiente costeiro. Na segunda parte, inicialmente foi feita uma breve nota sobre a forma como os territórios brasileiro e português se encontram organizados, onde o conhecimento das principais condições geográficas como o relevo, o clima, a vegetação e a população foi importante. Posteriormente, foram analisados os principais tópicos referentes às áreas costeiras dos dois países, com ênfase para o Recôncavo Baiano e para a Região Centro de Portugal, de modo a substanciar os estudos realizados nos municípios de Jaguaripe e de Mira. Na terceira e última parte, de posse das proposições teóricas e empíricas, levantadas anteriormente, aconteceu a análise da situação do turismo e do ambiente, para em seguida estabelecer as comparações entre as realidades estudadas. Por último, foi elaborado um quadro de síntese contendo os resultados desse trajecto de investigação, de modo a realçar os principais problemas e apontar sugestões que possam contribuir para abordagem sobre turismo e ambiente costeiro.

PARTE I

Capítulo I

Metodologia e área de estudo

1.1 Procedimentos metodológicos

No desenvolvimento da abordagem utilizada na investigação, dois pontos são importantes: o primeiro, traz a ideia de que os impactos produzidos pelo turismo podem ser positivos e/ou negativos, a depender da maneira como cada território esteja estruturado. Houve a análise das especificidades contidas em cada caso, ou seja, em Jaguaripe e em Mira, para em seguida estabelecer a comparação entre os dois municípios, com a finalidade de identificar diferenças e similitudes na forma como turismo e ambiente se encontram organizados. O segundo advém do cuidado com o alargamento do conceito de ambiente, por se tratar de uma questão que envolve variadas dimensões espaciais, no caso a física, a biótica e a humana.

Na história do pensamento geográfico predominou a ideia de ambiente voltado para os componentes físicos: clima, relevo, vegetação e hidrografia. As primeiras preocupações ambientais, que emergiram após a Segunda Guerra Mundial, acrescentaram novos temas: poluição, saneamento básico e efeito de estufa, entre outros. Actualmente, o leque de discussão está cada vez mais amplo. O ambiente resulta de interacções que envolvem o físico, o biótico e o humano, conforme será discutido no capítulo II. Nos estudos sobre a relação entre turismo e ambiente costeiro, tanto em Jaguaripe quanto em Mira, a análise sobre os rios, a barrinha, a lagoa, as dunas e a forma como a população interage nesses territórios, será indispensável. A maioria dos problemas encontrados tem origem na sociedade, mas mesmo assim não há o desprezo dos componentes físicos e bióticos que complementam a análise desta temática.

O desenvolvimento dessa abordagem possui uma delimitação temporal identificada por três fases de existência do turismo. A primeira foi compreendida como turismo de elite, por se tratar de uma actividade praticada pela população de maior poder aquisitivo, que se estendeu até à Segunda Guerra Mundial. A segunda ficou conhecida como turismo fordista, ou de massa, por acontecer com maior número de participantes, que teve seu auge após a década de 1970. A terceira fase compreende a Nova Era do Turismo, ocorrida após o ano de 1980. As experiências acumuladas nas etapas anteriores atentaram para a necessidade de maior estreitamento da relação entre turismo e ambiente.

As fases do turismo acima mencionadas não foram rigorosamente superpostas no tempo e no espaço, pois dificilmente não estão presentes em cada território turistificado. Há sempre a ocorrência dos três tipos de turismo: de elite, de massa e ambiental, em espaços bem próximos. Nessa investigação, a ênfase está sendo dada à dimensão temporal surgida a partir da década de 1970, visto que nesse período os territórios de Jaguaripe e de Mira passaram a ter maiores influências das actividades turística.

No transcorrer do trabalho predomina o método dedutivo, partindo da análise geral dos territórios brasileiro e português, à escala nacional e regional, para depois enfatizar a escala local. Inicialmente, foram analisadas as realidades contidas em cada território investigado para depois estabelecer a comparação de modo a identificar as principais diferenças e similitudes encontradas. Na utilização do método comparativo, foi necessário sistematizar os dados e as informações colectadas nos diferentes órgãos de planeamento, nos principais centros de investigação e directamente no campo, utilizando critérios semelhantes, sempre que possível, tanto para o caso de Jaguaripe como de Mira. Entretanto, houve dificuldades em sistematizar os dados encontrados nos dois territórios, principalmente em decorrência das diferentes escalas e da forma como Brasil e Portugal se encontram administrativamente organizados, conforme ressaltado no capítulo III.

A maioria dos dados estatísticos encontrados versa sobre a escala nacional e regional, o que reforçou a importância do trabalho de campo com a utilização de variadas técnicas de análise geográfica, tais como aplicação de inquéritos, entrevistas, conversas informais com diferentes segmentos da população, aquisição de imagens fotográficas, filmagem e actualização de cartas topográficas. O trabalho de campo aconteceu no período de oito meses consecutivos, sendo de Fevereiro a Maio de 2004, no município de Mira, e de Junho a Setembro do mesmo ano, no município de Jaguaripe.

As diferenças culturais e as variações existentes na língua portuguesa dos dois países exigiram algumas adaptações na elaboração das questões dos inquéritos aplicados nos dois municípios, para facilitar o entendimento. Essas alterações tiveram como preocupação básica a abordagem dos mesmos conteúdos. Os inquéritos foram elaborados com 31 questões semi-estruturadas, de modo a contemplar maior qualidade nas informações, conforme modelo em

anexo. A aplicação dos inquéritos aconteceu em duas etapas: na primeira, foi feito um experimento com 30 inquiridos, para avaliar a relação entre as questões perguntadas e as respostas da população. Após a análise e reestruturação das questões, houve a aplicação dos inquéritos de forma definitiva, visando o alcance do maior número de habitantes possível (quadro 1).

Municípios	Número de inquéritos
Jaguaripe	280
válidos	232
Inválidos	48
Mira	250
Válidos	186
Inválidos	64
Total aplicado	530
Inaproveitáveis	112
Total de Inquéritos Válidos	418

Quadro 1- Inquéritos aplicados em Jaguaripe e em Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

De acordo com o quadro 1, foram aplicados 530 inquéritos, sendo 418 considerados válidos, por estarem em consonância com os objectivos da investigação e 112 inválidos, porque não apresentaram clareza nas suas respostas. Após realizadas as diferentes etapas do trabalho de campo, houve a análise dos dados e das informações colectadas, com o apoio dos recursos disponíveis nas planilhas de dados do Excel e do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Num primeiro instante, houve a organização de um banco de dados, com as informações mais importantes para os objectivos da investigação, para em seguida serem elaborados os mapas, gráficos e tabelas. A interacção entre o geral e o particular exigiu a exposição das pequenas, médias e grande escalas, variando de 1:1.000.000, no caso da análise territorial de um país na dimensão do Brasil, até 1:10.000, para acompanhar as transformações decorrentes de turismo no ambiente costeiro, nos municípios de Jaguaripe e de

Mira. A necessidade de obter informações em escalas de maiores detalhes nos dois municípios e a exigência de tempo no trabalho de campo, principalmente no que se refere à aplicação dos inquéritos à comunidade, motivou a delimitação da área de estudo.

1.2 Área de estudo

A delimitação da área de estudo está relacionada com os objectivos desta investigação, previstos anteriormente. Os municípios escolhidos encontram-se localizados em continentes distintos (figura 1).

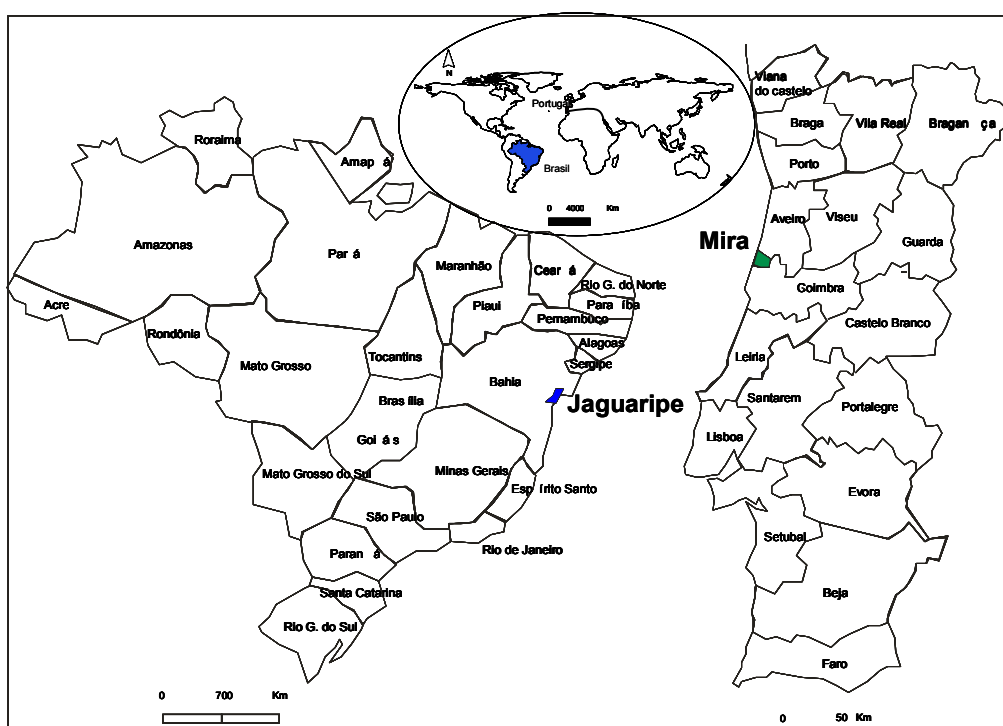


Figura 1 - Localização da área de estudo.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no IBGE e no INE (2007).

Numa visão panorâmica, Jaguaripe e Mira apresentam diferenças evidentes no tocante ao tipo climático, tipo da cobertura vegetal, forma de administração territorial e na maneira em que os dois territórios foram ocupados. Numa escala de maior detalhe, os dois municípios dispõem de pontos que são semelhantes, tais como as praias compostas por sedimentos quaternários, poucos consolidados, tradição das actividades de agricultura e da pesca e

atracção para o desenvolvimento das actividades turísticas, conforme discutido nos capítulos IV e V.

O recorte de uma área de estudo está sujeito aos prejuízos causados pela interrupção da continuidade espacial, mas no caso desta investigação tornou-se necessário para possibilitar o detalhamento das questões estudadas (figura 2)

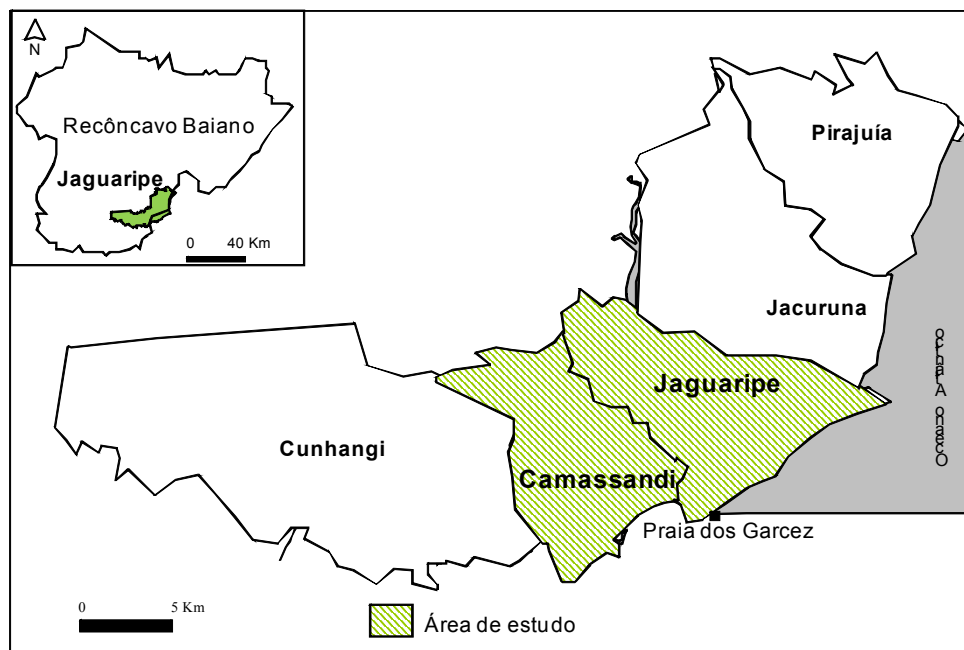


Figura 2 - Município de Jaguaripe.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M. C., 2008.

Jaguaripe é formado por cinco distritos, dos quais quatro estão directamente ligados à zona de costa, no caso Jaguaripe, a sede do município, Camassandi, Jacuruna e Pirajuía. A área delimitada para os estudos compreende o distrito de Jaguaripe e de Camassandi, em função da convergência do maior fluxo de visitantes para o balneário marítimo. O município de Jaguaripe destaca-se entre aqueles que contribuíram para o processo de formação política, económica e territorial do país, durante o período da colonização portuguesa, iniciada em Abril de 1500 e finalizada em Setembro de 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil. Situado na porta Sul da Baía de Todos os Santos, a sua posição geográfica reuniu condições ambientais favoráveis à incursão dos povos indígenas, portugueses, angolanos e guineenses, entre outros que ocuparam esse território. Após a queda do sistema colonial passou por longo período de declínio da economia que era voltada para a produção açucareira,

mas a partir do ano de 1990 reiniciou o processo de crescimento com a inserção das actividades turísticas.

A escolha do município de Jaguaripe justifica-se, sobretudo por dois motivos: o primeiro, pelo facto do turismo ser uma actividade recente e ainda não ter alcançado os níveis de transformação ambiental encontrados em outras áreas do Recôncavo, a exemplo de Salvador, Praia do Forte e Costa do Sauípe. Nesse estágio, aumenta a possibilidade de identificação dos impactos causados por esta actividade no rio, nos manguezais e na população de pescadores, principalmente. O segundo motivo desta escolha refere-se ao facto de ser uma área com carência de desenvolvimento de trabalhos desta natureza.

No tocante ao município de Mira, alguns pontos são importantes para a delimitação da área de estudo. Os primeiros passos para a formação territorial aconteceram a partir do desmembramento da aldeia de Mira do município de Coimbra, no ano de 1448. A freguesia mais antiga foi São Tomé de Mira, actualmente Mira, oriunda do século XV. As freguesias de Seixos, Carapelhos e Praia de Mira foram criadas no final do século XX. O município de Mira é formado por quatro freguesias, mas somente Praia de Mira está situada na linha de costa (figura 3).

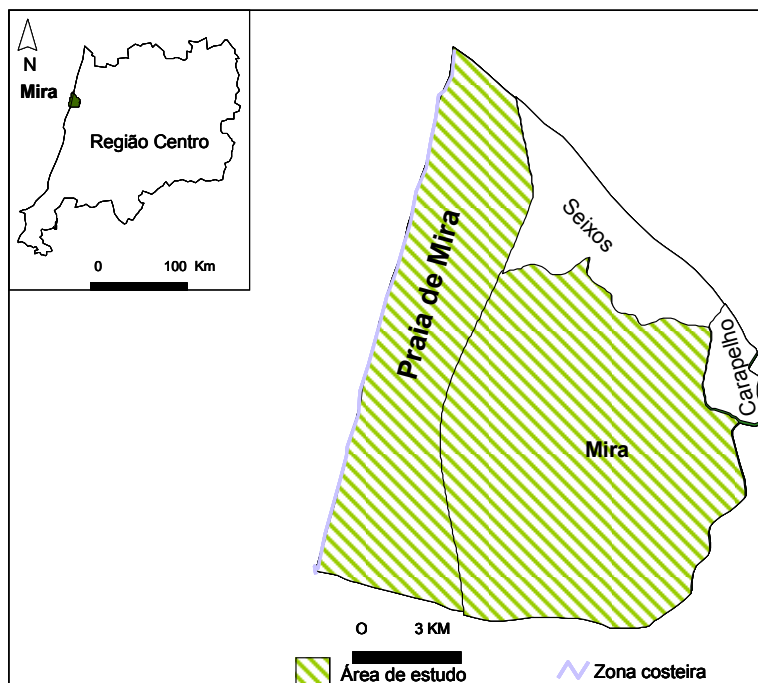


Figura 3 - Município de Mira.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M.C, 2008.

De acordo com o procedimento utilizado para o município de Jaguaripe, houve a escolha de duas localidades; Mira, sede do município, onde se concentram as principais decisões políticas, e Praia de Mira, uma freguesia para onde converge o fluxo de visitantes. A escolha do município mencionado aconteceu por motivos semelhantes ao de Jaguaripe, ou seja, portador de importantes recursos para o turismo, tais como a praia, o mar, a barrinha e as dunas, além de possuir tradições piscatórias que passam por sérias transformações. O aumento do fluxo de pessoas e de veículos nos três meses de alta estação, Julho, Agosto e Setembro, provoca vários impactos ao ambiente costeiro (CUNHA, 1997).

Conforme está discutido nos capítulos IV e V, duas questões relacionadas ao tempo e ao espaço merecem ser mencionadas. A primeira refere-se ao facto de que na costa portuguesa há dificuldade de se encontrar áreas com estágios iniciais de transformações decorrentes do turismo, como ocorre na costa do Recôncavo. A inserção dessa actividade aconteceu mais cedo, nomeadamente a partir da década de 1970. A segunda está relacionada com a localidade onde as actividades turísticas acontecem. No caso de Mira, as visitas estão concentradas na Praia de Mira, pois a Vila de Mira, sede do concelho, funciona apenas como um local de passagem dos visitantes. Diferente de Jaguaripe onde os visitantes escolhem como destinos as localidades de Jaguaripe, sede do município, e o distrito de Camaçandi, onde está localizada a Praia dos Garcez, principal atracção para o balneário.

Estas questões reforçam a necessidade de consideração das especificidades contidas nas escalas temporais e espaciais. Em síntese, Jaguaripe e Mira têm diferenças e similitudes que são importantes para a análise comparada. Diante do enquadramento da área de estudo, convém salientar que os autores que discutem as questões relacionadas com esta temática estão mencionados nos diferentes capítulos deste trabalho, mas convém aqui fazer uma breve nota sobre algumas obras e conceitos que também são importantes para o desenvolvimento desta investigação.

Capítulo II

Discussão teórica - breve nota

2.1 Enquadramento teórico

De início, convém situar a concepção geográfica que permeia esta investigação, para em seguida proceder o enquadramento teórico. Turismo e ambiente costeiro envolvem conhecimentos multidisciplinares, os quais recebem contribuições de autores oriundos de diferentes campos do conhecimento: Antropologia, História, Sociologia, Direito e Arquitectura, entre outros. No âmbito da Geografia, esta temática está associada as três importantes dimensões do espaço geográfico, no caso a física, a biótica e a humana.

A Geografia tem passado por sérias transformações teórico-metodológicas e conceituais, desde o seu surgimento, na segunda metade do século XIX, enquanto conhecimento sistematizado, até os dias actuais. Esta questão não será aqui discutida, pois constitui assunto estudado em diferentes autores como SANTOS (1986), HARVEY (1992.) e CLAVAL (1999) entre outros. Das concepções geográficas que se relacionam com essa discussão, duas abordagens antecederam a actual e merecem destaque. A Geografia do Determinismo e a do Possibilismo, que predominou até meados do século XX e a Geografia Teórica ou Quantitativa, que apesar de trazer pontos considerados como novos, após a Segunda Guerra Mundial, a exemplo da utilização de métodos e técnicas matemáticas e da adopção de modelos estatísticos, se fundamentava nos paradigmas da Geografia Clássica, ou seja, no positivismo lógico e na descrição da paisagem.

A concepção teórico-metodológica que se aproxima desse estudo tem a ver com a demanda de fenómenos geográficos que emergiram após os anos de 1970, onde as relações entre turismo e ambiente assumem notoriedade, e em que ocorre o encontro das Geografias Social e Cultural. Essa concepção geográfica não acontece por acaso e advém de épocas remotas, com La Blache, no final do século XIX, quando instituiu o princípio da Geografia Humana e publicou a obra que teve o mesmo título. Essa forma de abordagem geográfica enfatiza a discussão de novas categorias de análise espacial: lugar, região e paisagem, mesmo vinculada aos princípios iniciais da Geografia Clássica. O Homem passa a ser visto como centro das atenções, no âmbito dos estudos geográficos, embora houvesse carência de contextualização em relação aos

factores políticos, económicos e culturais, considerados importantes para a compreensão do espaço geográfico.

As primeiras abordagens da Geografia Cultural foram realizadas por Sauer, no final do século XIX, nos Estados Unidos, na escola de Berkeley (CORREIA, 2001). O crescimento dos inúmeros problemas evidenciados a partir da Segunda Guerra Mundial foi o motor da impulsão de novas formas de abordagens espaciais. O aumento da poluição, o desemprego e o consequente empobrecimento da maioria dos povos que habitam os diferentes países estimularam a eclosão de uma Geografia Social. Esta discussão ganha corpo nos diferentes espaços: congressos, seminários e textos científicos produzidos nos últimos anos. É a partir deste contexto que, em épocas contemporâneas, ocorre o encontro da Geografia Social com as novas abordagens desenvolvidas pela Geografia Cultural (CLAVAL, 1999).

A concepção teórica iniciada após a década de 1970, fundamenta-se na interpretação geográfica com ênfase na cultura, mas não escapa das críticas oriundas dos geógrafos contemporâneos (ROSENDAHL & CORRÊA, 2001:27). Os autores ressaltam a existência de correntes que defendem o processo de continuidade herdada da concepção saueriana, mas por outro lado acreditam na existência da nova abordagem da Geografia Cultural. As correntes geográficas mencionadas anteriormente trouxeram contributos para a análise e interpretação do espaço e nenhuma dessas concepções está completamente obsoleta. Há sempre intercalações entre as diferentes correntes no contexto da Geografia contemporânea. A análise geográfica calcada em factores socio-económicos e culturais, com respeito às alterações físicas e bióticas, encontradas na dinâmica dos territórios costeiros estudados, decorrentes das actividades turísticas, traz importante perspectiva para o desenvolvimento desta investigação.

2.2 Base conceptual

Nesta investigação, o enquadramento da temática está relacionada a três pilares: ambiente costeiro, turismo e território. O conjunto apresenta indiscutível importância, embora o ambiente costeiro necessite de maior atenção, por ter ultimamente atendido a uma maior procura turística e apresentar especificidades que implicam na capacidade de suporte da pressão exercida com a intensificação

do número de visitantes. O território e o turismo são tratados em um número considerável de trabalhos produzidos no âmbito da Geografia, a partir da década de 1980, não havendo aqui a necessidade de se estender muito nos seus conceitos, o que não impede de se fazer uma síntese para possibilitar melhor entendimento da temática em discussão.

O termo território surge ligado à ideia de domínio, onde a partir da forma como o reino animal se organizava, foi observada a existência de um centro de poder que se reduzia, à medida que se afastava em direção à periferia (ANDRADE, 1994). Este termo vem sendo utilizado desde o século XIX por geógrafos como Frederic Ratzel, centrado no papel do Estado, e por Elisée Reclus que analisa a relação entre as diferentes classes sociais e os espaços dominados. O território constitui-se a partir de três elementos essenciais, no caso a base física, a sociedade e o governo. Nessa discussão existe, também, a ideia de nação que independe do governo ou do Estado para ser formada. As discussões realizadas sobre o território permitem evidenciar algumas especificidades que diferem do conjunto dos demais termos existentes no espaço geográfico. Assim, o território está centrado na ideia de domínio ou de gestão a partir das diferentes formas de organização espacial: pública, estatal ou das empresas (ANDRADE, 1995).

O território comanda um grupo de conceitos associados à sua importância na análise desta temática, entre os quais se destacam territorialização e territorialidade. O primeiro refere-se às práticas oriundas dos estatutos mais elevados da sociedade, sobretudo daqueles que detém maior poder político e económico, os quais acabam por impor regras que são praticadas num determinado espaço. Estas regras, em sua maioria, provocam a perda de consciência dos habitantes em relação ao território, principalmente com a intensificação do processo de globalização, no momento em que ocorre a centralização do poder, onde as directrizes são realizadas de modo verticalizado. No caso da territorialidade, o movimento ocorrido no processo de dinamização provoca uma inversão, ou seja, permite ao conjunto de práticas resultantes de expressões materiais e simbólicas a capacidade de garantir a apropriação e permanência no território, por um determinado agente social, pelo Estado, ou pelas empresas (CORRÊA, 1989).

Diante disso, convém ressaltar que a participação dos principais actores envolvidos com a dinâmica territorial, a exemplo dos diferentes segmentos da população, passa a ser indispensável para o desenvolvimento das relações entre turismo e ambiente costeiro. Para que isso efectivamente aconteça é fundamental que se leve em conta um conjunto de elementos, entre os quais se apresenta a educação por desempenhar importante papel. Pouco adianta conclamar a participação da comunidade nos diferentes instrumentos de gestão municipal, se não houver a consciência do que isso pode representar, não somente para a vida de cada um como também para a própria sociedade.

O contexto das mudanças espaciais decorrentes do processo de globalização exige novas estratégias de articulação entre os territórios. Na actualidade, ocorre a tendência à supranacionalidade, edificada pela governação global com seus mecanismos de poder e de ultrapassagem de fronteiras nacionais. Em contrapartida, há a necessidade de articulação para ajudar na redução das distâncias entre a população e os governos locais no sentido de enfrentar os desafios da actualidade (GUTIÉRREZ, *et al.*, 2003: 228). Os autores argumentam que com o avanço das novas tecnologias, numa perspectiva de territorialização, por via dos diferentes instrumentos que actuam no processo de globalização, alguns territórios criam estratégias de redução dos impactos negativos, oriundos da elevada competitividade existente entre os lugares.

No que se refere à globalização hegemónica, é pertinente a valorização dos territórios com o envolvimento da população nas decisões políticas locais, incentivando-a para o desenvolvimento de práticas educativas, de modo a tomar consciência dos problemas ambientais e aumentar as perspectivas de desenvolvimento territorial. Daí a importância de reflectir sobre a revalorização da cultura e do capital social dos territórios, como factor de competitividade e coesão (CARVALHO, 2005: 38).

Nas diferentes regiões do mundo, os territórios estão sujeitos ao desenvolvimento de processos que são dinâmicos e que actuam constantemente provocando territorialização², desterritorialização³ e, até mesmo, algumas

² Territorialização está entendida como as conquistas realizadas através das práticas oriundas dos estatutos mais elevados da sociedade que acabam por impor regras a um determinado espaço.

³ No caso da desterritorialização constitui um movimento inverso ao da territorialização.

territorialidades⁴. No caso do Brasil, vale destacar as experiências oriundas de uma comunidade de pescadores na costa do Nordeste brasileiro (CARDOSO, 2003). O autor argumenta que a ameaça de perda do território dos pescadores e o elevado processo de degradação ambiental constatado na comunidade de Redonda, no Estado do Ceará, motivaram as iniciativas da população local. Os pequenos pescadores firmaram parcerias com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA para promover a vigilância conjunta do território, visando evitar o crescimento das actividades predadoras. Esta iniciativa tem ajudado a combater os problemas ambientais.

O processo de globalização evidencia que as formas de organização social, por mais ditadoras que sejam, utilizam o termo democracia, embora, na prática, a mesma pouco aconteça. Actualmente, são evidenciados três tipos de organização política: o centralismo democrático, a democracia representativa e a democracia participativa (SANTOS, 2005: 10). Da primeira para a última há uma grande distância. Ao discutir as três formas de organização política, o autor chama a atenção para a importância da democracia participativa, que permite um mecanismo de gestão do espaço evitando, entre outros males, a concentração do poder.

Da maneira como as práticas territoriais evoluem, o máximo que se consegue encontrar é a democracia representativa, a qual não responde às demandas sociais e culturais existentes actualmente. A maioria dos gestores políticos nem sempre está em sintonia com os anseios da população local, sobretudo nos ambientes transformados pelo turismo. São várias as discussões sobre novas formas de organização espacial de modo a exercer a prática de representação política, o que permite ao processo de produção e reprodução do território um contexto antagónico. De um lado, a presença intensiva de imposições oriundas das macro estruturas políticas e económicas, gerando as práticas que são hegemónicas. De outro lado, as diferentes formas de organização social, onde o respeito ao multiculturalismo eclode com forte perspectiva, criando o exercício de novas práticas com características menos hegemónicas (SANTOS, op. cit.)

⁴ Movimentos de conquistas territoriais oriundos das classes sociais dotadas de menor poder político e económico.

No contexto do desenvolvimento do turismo de praia, sol e mar os processos de organização local e/ou regional podem provocar efeitos positivos e/ou negativos, a depender do modo como os espaços estão sendo turistificados. A forma como esses espaços têm sido administrados, tanto no caso de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, como no de Mira, na Região Centro de Portugal, com a participação apenas dos segmentos que possuem maior poder político e económico, restringe o surgimento de novas territorialidades, ou seja, o avanço de questões oriundas dos interesses da maioria da população.

A relação do turismo com o território é bastante nítida, conforme discute UMBELINO (1999). Nos espaços analisados, a intensificação das actividades turísticas provocou novas dinâmicas territoriais. Os produtos comerciais, as sinalizações, os serviços de apoio e até mesmo a cultura são organizados em sua maioria, para atender aos interesses do turismo. Esta actividade vai a cada dia adquirindo maior domínio nas áreas em que se insere. A utilização dos barcos de pesca para passeios, do balneário de rios, de lagoas e mar pelos visitantes em detrimento da população local, o desenvolvimento da pesca como actividade de lazer e não mais enquanto forma de sobrevivência, são algumas dessas evidências.

O exercício das actividades turísticas no ambiente costeiro de maneira mais equilibrada, de modo a respeitar as especificidades contidas, tanto nas concepções socio-políticas e culturais dos visitantes e visitados, quanto na garantia de respeito às dimensões físicas e bióticas, contidas no território, demandam novas perspectivas de desenvolvimento. O turismo inconsciente, ou seja, sem planeamento, não busca a interacção com a população local. Facto este que concorre para estimular o “consumo do espaço” sem contribuir para a melhoria da qualidade ambiental. Daí a necessidade de se ampliar as discussões sobre os principais conceitos envolvidos com turismo e ambiente costeiro.

2.3 Turismo

Na discussão sobre o turismo será feita uma síntese sobre a sua gênese, para em seguida analisar os principais conceitos a ele associados. Existem várias ideias sobre a origem do turismo. Há quem defenda a hipótese de que as práticas

turísticas advêm de períodos pretéritos, desde a época em que o Homem começou a dominar as primeiras técnicas de produção do espaço, com a aquisição do modo de vida sedentário (ESCALONA, 1992). Este autor relaciona a actividade do turismo com a identidade dos visitantes. Na sua óptica, o que caracteriza o movimento de ida e volta, realizado pelos visitantes, são os laços adquiridos na sua terra de origem. Ele admite ainda que estes laços são importantes para a operacionalização do projecto de retorno efectuado pelos turistas nesses movimentos.

Esta discussão fornece suporte para o entendimento das diferentes formas de mobilidade encontradas no espaço geográfico, tais como o nômade, o migrante e o turista, e adianta algo sobre os conceitos. No caso do primeiro, não existe o projecto de retorno, nem tão-pouco se estabelece no lugar de destino, pois o mesmo está sempre em movimento, o que dificulta a formação de identidades e raízes. Quanto ao migrante, há especificidades em comparação com os demais tipos de mobilidade, porque este fixa residência no lugar de destino. Enquanto isso, o turista, caso mais directamente relacionado com esta discussão, realiza uma deslocação com o projecto de retorno, ou seja de ida e de volta, embora actualmente, para que se possa considerar um viajante como turista, seja necessário ir além do espaço habitual e pernoitar pelo menos por 24 horas no local de destino (OMT, 2001).

Há, também, quem defenda a proposição de que a origem do turismo está relacionada com uma actividade moderna, nomeadamente do advento da Primeira Revolução Industrial. De acordo com esta concepção, a partir dessa época geraram-se as bases que facilitaram o incremento de tecnologias necessárias à instalação das infra-estruturas de transporte e de comunicação, fundamentais para as deslocações dos visitantes. A partir do momento em que a sociedade tem maiores possibilidades de percorrer distâncias mais longínquas e dispõe de maior tempo para as deslocações intensificam-se os fluxos de visitantes por todo o planeta, principalmente nas áreas costeiras dos países de climas mediterrâneo e tropical, conforme abordado no capítulo III.

Na análise da literatura sobre esta questão, existem também alguns investigadores que apontam o período Pós-Segunda Guerra Mundial, denominado de fordista, como responsável pelo turismo de massa embora reconheçam que a sua verdadeira origem constitui algo a ser estudado. Entre os

principais autores que abordam essa questão destacam-se (CAVACO, 1980; CRAVIDÃO & CUNHA, 1991; BOYER, 1996; RODRIGUES, 1996; MATHIESON, 1996; CUNHA, 1977; GAMA & SANTOS, 1999 e WAL, 2006). Estas diferentes concepções não serão aqui enfatizadas, pois servem apenas para fazer a interface com os conceitos de turismo, visto que constituem assunto estudado.

No tocante ao conceito de turismo, o mesmo apresenta intensa complexidade, pois envolve uma série de elementos tais como o tempo de permanência no destino dos visitantes, a motivação da viagem e a distância da deslocação, o que dificulta a sua definição. Trata-se de uma actividade multifacetada, relacionada com vários campos de conhecimento e diferentes dimensões do espaço geográfico (figura 4).

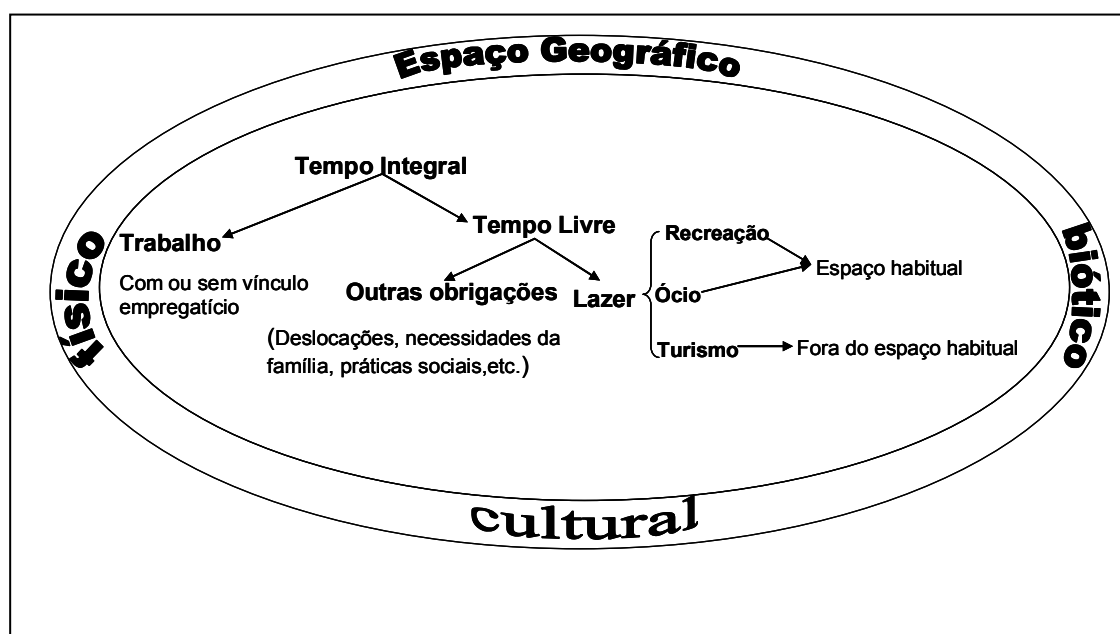


Figura 4 - Principais dimensões do turismo.

Fonte: Elaborada por SANTOS, 2008, com base em UMBELINO, 1999.

A figura 4 foi elaborada com o intuito de representar as principais dimensões das actividades turísticas na contemporaneidade. O espaço geográfico constitui a categoria de maior abrangência e se apresenta subdividido por três principais dimensões, no caso a física, a biótica e a cultural. Estas dimensões não estão superpostas, pois existe um constante associação entre elas. Do mesmo

jeito que o físico interage com o biótico, ocorre a sua interacção com o físico, o cultural e vice-versa.

A figura 4 evidencia a existência de um tempo integral que se subdivide no tempo de trabalho e livre. O primeiro constitui aquele que o cidadão ou a cidadã utiliza para o exercício de suas actividades, com ou sem vínculo empregatício. No caso do tempo livre, o qual está mais directamente relacionado com o desenvolvimento das actividades turísticas, demanda sérias discussões, em decorrência da sua complexidade e importância no processo de organização territorial das sociedades contemporâneas. O tempo livre está subdividido em outras obrigações e no lazer. As outras obrigações correspondem às práticas quotidianas indispensáveis ao desenvolvimento da vida humana, tais como as deslocações rotineiras, o tempo destinado à família e ao envolvimento com as práticas sociais, entre outras. No tocante ao lazer, este se apresenta como o de maior desdobramento das partes do tempo livre e subdivide-se em recreio, ócio e turismo. No caso dos dois primeiros, não ocorrem maiores afastamentos do local de residência, pois constituem actividades desenvolvidas no espaço habitual. Vale lembrar que, entre as actividades de recreio, de ócio e de turismo existem os excursionistas ou visitantes de dia, que apesar de realizarem deslocações para fora do espaço habitual não permanecem por mais de um dia no local de destino, não sendo considerados turistas.

Quanto ao turismo, constitui uma actividade que acontece fora do espaço habitual e apresenta um nível maior de complexidade. Tanto é que para corrigir as distorções existentes no desenvolvimento desta actividade, à escala mundial, foi criada a Organização Mundial de Turismo (OMT). A sua origem aconteceu no início do século XX, mas somente a partir da Segunda Guerra Mundial a entidade foi rebatizada como uma organização não governamental, que tinha o nome de União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO). Possuía sede em Genebra e contava com 88 membros das organizações públicas e privadas. Em 1974 foi transformada em organização intergovernamental, até resultar numa entidade governamental, relacionada à ONU, no ano de 2003. Até recentemente, esta instituição contava com 300 membros, oriundos de 145 países, com sede em Madrid, na Espanha (OMT, 2006).

No intuito de reduzir as disparidades encontradas no conceito de turismo esta entidade adoptou a seguinte definição:

O conjunto de actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros” (OMT, 2001).

As intervenções provocadas no âmbito mundial pela OMT, no sentido de melhor orientar o desenvolvimento das actividades turísticas, têm sido necessárias, mas não são suficientes. Os segmentos envolvidos com o turismo têm dificuldade de aceitar as diferentes concepções políticas e culturais existentes nas localidades por onde esta actividade é praticada.

ESCALONA (op. cit.), por exemplo, ao discutir o conceito de turismo admite dois pontos de vista, enfatizando por um lado o significativo valor monetário que esta actividade movimenta e, por outro lado, a redução de importância quando se refere ao valor científico das construções teóricas a ele dedicado. De acordo com este autor, a abordagem sobre turismo tem sido de ordem extremamente económica, demonstrando falhas no tratamento das questões científicas, pois o mesmo argumenta que alguns investigadores exageraram na importância desta actividade enquanto fonte geradora de riqueza. Uma das suas maiores preocupações refere-se ao excesso de definições existentes sobre o turismo e a partir daí o autor menciona:

“en la actualidad, después de un siglo de excesivas definiciones de turismo, se tiende a desistir de lo que se considera como una ardua e pouco fructífera tarea, ya que se ha impuesto el convencimiento de que el o turismo es un fenómeno especialmente complejo y multifacético, cuyo adecuado conocimiento tendría que ser holístico y, sin embargo, no disponemos aún, al parecer, de los instrumentos metodológicos imprescindibles para conseguir” (ESCALONA, 1992: 24).

Ao chamar a atenção para a maneira como o turismo vem sendo abordado ESCALONA critica o excesso de trabalhos práticos em detrimento das discussões teóricas. Esta constituiu uma tarefa importante para os investigadores sobre a temática, em função da necessidade de se estar sempre a discutir e a pensar nos caminhos que levam ao desenvolvimento do turismo. O autor contrapõe a ideia de que esta actividade acontece apenas por razões de consumo do espaço e não está ligada à produção. Discorda dos especialistas ao alegar que o turista se diferencia dos demais viajantes por não possuir nenhuma razão lucrativa, o que exclui o turismo de negócio. Argumenta que do mesmo modo que outros visitantes têm resultados com o desenvolvimento de suas viagens, os turistas também os possuem, pois buscam conhecimentos e visam reproduzir a saúde física e mental. Estas polémicas com relação ao turismo dificilmente vão deixar de existir, já que se trata de uma actividade que tem uma dimensão muito alargada no espaço, pois vai desde as diferentes formas de gestão encontradas em cada território, até às mínimas iniciativas contidas em cada visitante, no tocante aos seus anseios de viagens e à escolha dos roteiros.

O crescimento das actividades turísticas, observado no transcorrer da sociedade de consumo, principalmente no período Pós Segunda Guerra Mundial, fez surgir vários tipos de turismo: balneário, rural, urbano, de montanha, radical e de aventura, entre outros. Este facto provocou forte pressão em áreas que antes estavam “preservadas” ou protegidas (FERNANDES, 2004). A forma como o espaço está organizado, com o interesse para a criação de mercadorias, na maioria das vezes, impõe os visitantes a aceitarem determinados roteiros. As áreas incorporadas pelo lazer ou pelo turismo tendem a passar pelo rápido processo de terciarização, o que contribui para transformar os visitantes da categoria de cidadãos em clientes (SANTOS, 1994).

Estas concepções contemporâneas tendem a se afastar cada vez mais das dinâmicas que envolviam o lazer, em épocas anteriores (UMBELINO, op. cit.). O autor argumenta que nas civilizações primitivas o lazer era espontâneo, pois não havia nenhuma relação de complementaridade com o trabalho. Na Idade Média, o lazer somente era praticado nos fins de semana, vinculado aos cultos religiosos, pois as festas, as músicas e os jogos de azar eram vistos como pecados. Após a Revolução Industrial, a concepção ortodoxa da igreja passou a perder força e o lazer passa a ser praticado mediante a demanda da sociedade

de consumo. A criação dos cenários, com a artificialização da cultura, de modo a atender aos interesses relacionados com o consumo do espaço turistificado, tem sido uma das principais questões levantadas por diversos autores (GAMA & SANTOS, 1999; RODRIGUES, 2001 e OURIQUES, 2005).

Em síntese, o turismo surge como uma actividade de elite, pois era praticado pela população mais abastada, mas com o aumento da sociedade de consumo ocorre a sua popularização, pois a cada dia cresce o número de visitantes oriundos de diferentes classes sociais por todo o planeta. Esta questão levanta algumas controvérsias, pois, por um lado, pode contribuir para o aumento de conhecimento e para a redução das fronteiras entre povos, mas, por outro lado, a forma desorientada como o turismo vem crescendo, na maioria dos ambientes costeiros, provoca sérios impactos ambientais.

2.4 Ambiente costeiro

O ambiente costeiro constitui o foco deste trabalho e sua análise está associada ao entendimento de termos como ambiente, litoral, costa e ecossistemas costeiros, por estarem estreitamente relacionados com a prática do turismo de praia, sol e mar. O estudo do ambiente incorpora o conjunto de interações que envolvem o físico, o biótico e o humano. A literatura sobre o assunto tem produzido vários conceitos, sobretudo a partir da década de 1980, quando o apelo por estas questões tem sido maior. Durante muito tempo foram enfatizados os factores físicos e bióticos, a exemplo do clima, do relevo, da fauna e da flora, para a compreensão do ambiente. Na década de 1980, as preocupações com as condições sanitárias foram acrescidas à discussão anterior e temas como tratamento de esgotos, poluição e destino do lixo passaram a ser também discutidos. Actualmente, com o aumento das desigualdades sócio-económicas e culturais, evidenciadas nos diferentes territórios, ocorre a inserção cada vez maior da vertente antrópica. Daí a atenção para o seguinte conceito:

“o conceito de ambiente ou meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz no processo da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente. O ambiente é passivo e activo. É ao mesmo tempo suporte geofísico, condicionado e condicionante de movimento transformador da vida social” (GUERRA & CUNHA, 2001: 23).

O conceito de ambiente, no transcorrer das últimas décadas, tem passado por várias formas de abordagem, não cabendo no momento aprofundá-las. Fala-se em ambiente natural, social, cultural, de rede, das empresas, entre vários outros. Este leque de abordagem, por um lado, enriquece a discussão da temática, mas, por outro lado, traz alguns conflitos para o interior da sociedade contemporânea: “ O confronto entre a concepção cartesiana do mundo que tem dominado a ciência nos últimos séculos, contribuiu para as discussões recentes em torno do significado do ambiente e do modo como deve ser apreendido” (QUEIRÓS, 2001: 4). As diferentes concepções existentes sobre o ambiente retratam o nível de alargamento deste tema. A cada dia o discurso de natureza ambiental apresenta-se mais frequente nas sociedades contemporâneas e os diferentes factores de formação do espaço geográfico são inseridos nesta definição:

“conjunto de sistemas físicos, químicos e biológicos e sua relação e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem” (Lei de Bases do Ambiente, art. 5º, 1987).

De acordo com a definição acima, o ambiente envolve sistemas físicos, químicos e biológicos que provocam alterações na vida dos seres vivos e na qualidade de vida do homem. As mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas intensificam as alterações desses sistemas, o que evidencia a necessidade de ampliar a reflexão em torno dessa temática. Na discussão sobre turismo e ambiente costeiros, tanto em Jaguaripe como em Mira, a aproximação com o físico, o biótico e o humano contribui para o desenvolvimento territorial. A preservação dos manguezais, dos rios, das lagunas e das dunas são tão

importantes quanto a preservação dos actos e costumes dos habitantes dos dois municípios.

As dimensões sócio-económicas e culturais não devem acontecer isoladas do suporte físico e biótico, pois a maneira como o processo de intervenção humana absorve as novas tecnologias territoriais, mediante as demandas da sociedade Pós-Industrial tem ocasionado o surgimento de riscos sociais (BECK, 1992). O autor baseia-se nas investigações desenvolvidas nos países ricos, a partir das inovações tecnológicas ocorridas na Alemanha, para discutir sobre a sociedade de riscos. A forma como as diferentes actividades humanas evoluem no espaço contemporâneo, buscando elevada produtividade, para atender às demandas do mercado, constitui sérios problemas para a preservação da natureza e o desenvolvimento da sociedade. A poluição dos rios e do ar, a devastação, o efeito estufa são resultantes das ações geradas pela sociedade contemporânea. As questões de riscos ambientais, por muito tempo abordadas como causas naturais, já não se limitam a esta perspectiva, pois constituem resultados de acções naturais e antrópicas (REBELO, 2003).

Outra perspectiva interessante para o entendimento da discussão ambiental constitui a argumentação levantada por ARAÚJO (2003). A autora, ao analisar os principais agentes que interferem no desequilíbrio da linha de costa portuguesa, salienta que somente 20% das questões estão directamente relacionadas às causas eustáticas. Enquanto isso, a maioria diz respeito aos estragos provocados pelas interferências humanas, a exemplo de construção de barragens, devastação da vegetação litoral e exploração da areia para construção civil.

A análise de turismo e ambiente costeiro em Jaguaripe e em Mira acontece mediante a concepção de um ambiente que é historicamente construído. Para isso, a interacção da sociedade com os factores físicos e bióticos, tais como a praia, a barrinha, as lagunas, os manguezais e os pinhais, constitui uma prática indispensável, não somente para a população, mas também para as pessoas que visitam essas localidades.

Quanto ao conceito de litoral, este acaba por ser mais amplo do que o de costa e os investigadores franceses constituem um dos pioneiros nesses estudos:

“au sens physique du terme, le litoral est la bande de terra comprise entre le niveau des plus hautes mers et celui des plus basses mers; il est donc l' équivalent de l' estran. Mais cette acception est de peu d' intérêt du point de vue de l' espace géographique constitué socialement. À une échelle plus pertinente, le litoral gagne à être analysé en relation avec son arrière-pays” (LÉVY & LUSSAULT, 2003: 571).

Os autores ressaltam a amplitude encontrada neste conceito e argumentam que o mesmo sempre esteve apoiado em base física, o que demanda a necessidade de compreensão das questões sociais existentes no espaço geográfico. Analisam o desenvolvimento das actividades ocorridas ao longo da história, nas áreas litorais e destacam o período posterior ao século XIX. Argumentam que inicialmente as primeiras ocupações nessa área do planeta eram pontuais e atendiam aos interesses das actividades portuárias, militares e piscatórias, entre outras.

Nos dois últimos séculos, LÉVY & LUSSAULT (2003) ressaltam duas lógicas relacionadas com o processo de litoralização. A primeira decorre da eficácia económica ocorrida com o processo de mundialização, com destaque para a revolução dos transportes marítimos. Lógica esta que tem sido responsável pelo crescimento das organizações portuárias e dos fluxos de transportes marítimos. A segunda lógica, discutida por esses autores refere-se ao crescimento das actividades litorais em decorrência da procura para o desenvolvimento das actividades turísticas. A partir daí, a praia surge como importante agente de atracção que resulta em transformações socio-económicas e culturais encontradas actualmente.

No caso brasileiro, o Instituto de Geografia e Estatística - IBGE (1983:376) define litoral como sendo uma faixa de terra que abrange a costa e o estirâncio, que é compreendido através do limite extremo do continente em direcção à praia-mar. Este conceito evidencia a amplitude do litoral em relação à costa, visto que o

primeiro é bem mais abrangente. No caso de Portugal, o conceito, também, apresenta variações, a depender dos interesses discutidos, a exemplo do que se concebe como “o conjunto dos concelhos que fazem fronteiras com o mar”. Este conceito delimita o espaço litoral através das unidades administrativas, no caso os municípios, mas dificulta a operacionalização em função, principalmente do nível de variação entre as dimensões desses territórios.

No tocante ao conceito de costa, a mesma possui menor abrangência, pois está directamente relacionado com as influências das zonas de oscilação das marés. A origem do termo costa vem do latim, *costela*, e foi inicialmente referido ao flanco do ser humano, para depois do século XII ser definida como uma área de declive formada por um dos lados de uma colina, sendo que a designação de beira mar acontece apenas após o século XVI. (LACOSTE, 2005: 109). De acordo com o autor, a dificuldade de delimitação dos espaços compreendidos pela área de costa é enorme, em função de suas especificidades, pois cada porção é considerada uma pequena parte do contacto terra/mar e a depender da sua localização poderá ser mais larga ou mais estreita.

De acordo com o IBGE (1983), a costa compreende “uma zona de largura indeterminada que se estende para o interior, a partir da linha de contorno, e sobre a qual se faz sentir, de algum modo, a acção do mar”. No caso português, o POOCs (Programa de Ordenamento da Orla Costeira) criado sob a Lei nº 309/93, delimita a área costeira como sendo uma faixa que se estende até 500 metros da zona de praia/mar. Estas definições vêm passando por sérios problemas de ajuste junto aos municípios que se localizam nas zonas costeiras devido à dificuldade de gerenciar de forma articulada com as três principais esferas de poder, no caso os órgãos nacionais, regionais e municipais.

Os conceitos de litoral e de costa apresentam especificidades que precisam ser clarificadas. O primeiro, no caso o litoral, compreende a área mais afastada da zona de contacto terra/mar, onde estão localizados os factores físicos, bióticos e humanos que caracterizam este ambiente. Enquanto isso, costa está directamente relacionada ao contacto terra/mar, numa área onde recebe influências directas dos movimentos de subida e descida das marés.

Entre os conceitos até aqui discutidos, como de interesse para a análise de turismo e ambiente, outro que merece atenção diz respeito aos ecossistemas costeiros, os quais possuem relações territoriais que estão processadas numa

base física e biótica (DEMANGEOT, 1998). De acordo com este autor, a terminologia ecossistema advém da compreensão de sistema, que por sua vez está relacionado com o biótopo e com a biocenose. O biótopo compreende a parte física composta pela litosfera, a hidrosfera e a porção da atmosfera, onde o relevo, as dunas, os rio e o mar constituem alguns desses exemplos.

No caso da biocenose, compreende uma parte da biosfera fabricada por moléculas orgânicas, que pode ser dividida em fitocenose, no caso da vegetação e em zoocenose, referente ao mundo animal, ou ainda em pedocenose, quando se tratar de solos de natureza híbrida (DEMANGEOT, 1998: 3). O autor argumenta que não ocorre a super posição entre os dois sistemas, no caso biocenose e biótopo, havendo uma interação entre ambos que resulta na formação de um novo sistema chamado ecossistema. A biocenose é importante na formação dos ecossistemas, por estar relacionada com a vida, seja ela vegetal, ou animal.

De acordo com DAROS (1979), o número de biocenoses que existe no mundo é praticamente infinito. Esta variedade acompanha as condições do meio onde vive, podendo haver migrações em alguns casos de espécies animais ou vegetais, que conseguem se adaptar às condições ambientais da nova área. No caso dos ecossistemas costeiros, a sua localização num ambiente de transição terra/mar, favorece a existência de um conjunto de seres que interagem constantemente aos fluxos e refluxos das derivas continentais e oceânicas. Os ecossistemas funcionam em busca de equilíbrio e qualquer modificação ocorrida em um dos seus componentes resulta na alteração do conjunto. O intenso crescimento das actividades turísticas ocorrido após a década de 1970 tem provocado sérios impactos aos componentes ambientais encontrados nas zonas de contacto terra/mar. A fragilidade desses ecossistemas, nomeadamente os manguezais de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e as dunas de Mira, na Região Centro de Portugal, demandam as preocupações analisadas no capítulo V.

Após a discussão sobre as bases conceituais, tornou-se indispensável a aproximação com alguns autores que discutem os impactos do turismo no ambiente costeiro. Numa escala mais geral, o trabalho de RUSCHMANN (2003) destaca-se entre aqueles que discutem esta questão. A autora argumenta que os estudos nesta óptica advêm do século XVIII e destaca três períodos importantes. O primeiro foi iniciado no século XVIII com a descoberta da “natureza e das

comunidades receptoras”. Os turistas valorizavam as peculiaridades das regiões visitadas, buscavam áreas mais tranquilas, muitas vezes fugindo da costa e penetrando mais para o interior. Este aspecto demonstrava um nível de sensibilidade diferente dos turistas de hoje que fazem um movimento oposto, no caso procurando em maior número as áreas costeiras, mas traziam algo em comum com a sociedade contemporânea, pois intensificavam as suas visitas no período de férias. O segundo período foi caracterizado pelo turismo dirigido e elitizado que ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Este tipo de turismo era praticado somente pela população de maior poder aquisitivo e tinha como maior preocupação a demanda e nunca a preservação ambiental. Facto esse que contribuiu para estimular o crescimento da especulação imobiliária e resultar no auge das construções existentes nos centros turísticos mais antigas da Europa. Nessa fase, as áreas costeiras foram intensificadas com construções de forte peso como os numerosos casinos, estradas de ferro e as modernas rodovias. A terceira fase discutida por RUSCHMANN (op. cit.), corresponde ao turismo de massa, ocorrido a partir da década de 1950, nomeadamente nos transcorrer dos anos de 1970 e 1980, que foi o período tido como mais catastrófico. Intensificaram-se as demandas turísticas oriundas dos países desenvolvidos, preenchendo-se os vazios ainda existentes nas áreas litorâneas mais sensíveis, com a aceleração do processo de urbanização. Esse período, por ter sido tão brutal para as relações entre turismo e ambiente, o autor assim descreve:

“predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esportes de inverno, onde várias construções ruíram por causa da falta de estudos geológicos” (RUSCHMANN, 2003: 21).

A fase destacada pela autora como turismo de massa, aproxima-se da realidade estudada nos municípios de Jaguaripe e, principalmente de Mira, onde as actividades turísticas se iniciaram mais cedo. Na costa de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano o aumento do fluxo de visitantes para a prática do turismo acontece por volta da década de 1990, porém com intensa rapidez. Com pouco mais de dez anos de inserção dessa actividade, já é possível observar o nível da transformação causada tantos nos principais componentes físicos e bióticos como

a praia, os manguezais e as espécies aquáticas, como nos modos de vida da população piscatória. No caso de Mira, onde a inserção do turismo aconteceu desde a década de 1970, foi intenso o número de construções sobre as áreas dunares, tanto para utilização do comércio e serviços, quanto para as residências secundárias, além das transformações ocorridas no modo de vida da população piscatória, conforme discutido no capítulo V.

A outra questão mencionada como importante para a análise da área estudada refere-se ao interesse pelo crescimento do turismo internacional. Na opinião de RODRIGUES (2001), este tipo de turismo pouco dinamiza a economia e a população local. Os países hospedeiros, envolvidos com os megaprojectos de capital transnacional oferecem vantagens de várias ordens expressas por incentivos fiscais e elevam-se os gastos com infra-estruturas, o que não garante o retorno significativo de capitais que são canalizados para o exterior. Além disso, o turismo internacional necessita de mão-de-obra especializada, dificilmente encontrada nas regiões de economias enfraquecidas, sendo necessário importá-la de outros centros. RODRIGUES (op.cit) adverte sobre o cuidado exigido para a avaliação dos custos e benefícios do turismo, sobretudo no tocante aos efeitos provocados na população local. Essa investigadora lembra que quando ocorre o programa de interação com a população tradicional, indispensável como força de trabalho, a mesma é fixada nas áreas menos nobres, que não são vistas pelos turistas. No caso das áreas costeiras tradicionalmente povoadas por comunidades piscatórias, o prejuízo tende a ser maior, em função da população residente desejar mudanças e sonhar com a integração à vida moderna, com o acesso aos bens que o dito progresso pode proporcionar.

O trabalho de investigação desenvolvido por CUNHA *et al.* (1999) fornece subsídios importantes para esta temática. Os autores desenvolveram estudos na Bacia do Mondego, localizada na Região Centro de Portugal. Com base na visão holística do espaço, isto é, na abordagem de relações entre a natureza e a sociedade, a partir do método de "matrizes de interação", investigaram os impactos provenientes das diferentes actividades desenvolvidas no Baixo Mondego.

O trabalho mencionado priorizou o conhecimento da área estudada com aplicação de inquéritos à população e o levantamento de campo para melhor conhecer as funcionalidades contidas nesse espaço. Em seguida houve a

sistematização do método de trabalho com a utilização de três matrizes, para a avaliação dos impactos ambientais: sentido e magnitude, incidência espacial e de alcance temporal. A investigação desenvolvida pelos autores atingiu as diferentes dimensões espaciais: a física, a biótica e a humana. O turismo foi retratado no conjunto das demais actividades que transformaram o espaço nas últimas décadas. Como resultado da pesquisa foi exposto um quadro explicativo onde constam as respostas decorrentes dos impactos causados pelas diferentes actividades no Baixo Mondego.

Na trajectória de discussão dos impactos causados pelo turismo na área costeira, convém destacar a contribuição de CUNHA (1997). O autor analisa os resultados do intenso turismo de sol e mar na costa da Região Centro de Portugal, principalmente nos concelhos de Tocha e de Mira. Argumenta, entre outras questões, que durante um período curto de tempo a população se multiplica na alta estação em Portugal (Julho, Agosto e Setembro), gerando sérios problemas como degradação da praia e das dunas primárias, saturação dos sistemas de saneamento básico, além da dificuldade de recolha dos resíduos sólidos e do ordenamento do tráfego.

A outra perspectiva para o enquadramento deste estudo está discutida em VÁZQUEZ (1998). Ele chama a atenção do turismo ambiental como forma de contrapor ao tipo de turismo degradador que estava sendo desenvolvido nas décadas anteriores e assim preconiza:

“el turismo ambiental se organiza como um instrumento de revitalización de la economía local y, en definitiva, como um novo diálogo entre o hombre e su entorno natural concentrando se en un mayor entendimiento entre el medio rural y urbano” (VÁZQUEZ, op.cit.: 55).

A preocupação é pertinente no que se refere às relações ambientais processadas no espaço geográfico. O autor chama a atenção para as questões de ordem local a partir de uma perspectiva de diálogo entre o homem e o seu entorno. A cada dia surge a constatação da carência de estudos sobre o desenvolvimento das actividades turísticas com maior equilíbrio para os ambientes costeiros. O crescimento do número de visitantes para os diferentes

espaços constitui uma tendência universal em função das mutações anteriormente ocorridas nos territórios. Na perspectiva do turismo ambiental (VAZQUEZ op.cit.) atenta para o turismo ecológico como forma de desenvolvimento de elementos importantes como a qualidade de vida, a cultura, a saúde, a educação e as relações humanas.

O turismo de massa constitui um fenómeno que prossegue pelos dias actuais e precisa ser melhor reflectido. O desenvolvimento de estudos em escala local e regional é assunto discutido em COSTA (1988). O autor chama a atenção para os trabalhos realizados com base nos indicativos estatísticos e na entrada e saída de visitante no país, porém com a carência de análise dos impactos causados por esta actividade. O referido investigador, ao analisar os indicativos turísticos em Portugal, argumenta que, após o 25 de Abril, esta actividade demonstrou fortes impulsos em relação às tendências evidenciadas em décadas anteriores. Ele menciona que desde o início da década de 1990, Portugal ultrapassou a cifra dos 20 milhões de visitantes por ano, incluindo também, os excursionistas. No tocante às receitas, houve indicativos de aumento em escala nacional.

COSTA (op. cit.) chama a atenção para o facto desta actividade se desenvolver distante das bases locais, dando origem à importação de inúmeros produtos, equipamentos e serviços. O autor, ao mencionar os aspectos negativos do turismo, destaca a excessiva concentração em pequena parcela do território português, nomeadamente nas áreas costeiras, o que acontece com a localidade de Praia de Mira, discutido no capítulo V. Ressalta que a relação entre o número de turistas e os resultados deixados no território é um assunto que demanda estudos.

Estas questões são importantes para a análise de turismo e ambiente nos municípios de Jaguaripe e de Mira, visto que há um rápido crescimento quantitativo do volume de actividade desenvolvida em detrimento da qualidade esperada pela população local. O enquadramento teórico desta investigação consiste no entendimento de que esta temática precisa ser tratada com bastante atenção, pois os territórios são compostos de diferenças e semelhanças, de acordo com as suas especificidades, o que convém mencionar: “all environments are different and have their own unique features, and what makes a particular type

of environment attractive for tourism is a function of value judgements and fashions that exist in society” (HOLDEN, 2000: 24)

Diante das especificidades levantadas pelo autor para os estudos de diferentes ambientes costeiros, foi feita a análise caso a caso dos municípios de Jaguaripe e de Mira para em seguida proceder à comparação das duas realidades. Antes da abordagem sobre os impactos resultantes do crescimento do número de visitantes nas áreas costeiras dos dois municípios, foi realizada uma breve nota sobre a maneira como os territórios brasileiro e português se encontram organizados.

PARTE III

Capítulo III

Organização dos territórios brasileiro e português

3 . 1 Os territórios brasileiro e português

Brasil e Portugal, nas últimas décadas, passaram a ser re(es)truturados com influência do turismo de praia, sol e mar. O contexto em que esta actividade se insere nas áreas costeiras dos dois países está associado às transformações ocorridas à escala planetária. As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por vários conflitos internacionais, com destaque para a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, que foi conduzida pelos Estados Unidos, representando o bloco dos países capitalistas e pela União Soviética, que coordenava o bloco dos países socialistas. A partir daí, as questões planetárias passaram a ter maior influência nas escalas nacionais e regionais. O surgimento de instituições como a Organização das Nações Unidas - ONU, a Organização dos Estados da América (OEA) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contribuíram para isso. Às escalas do Brasil e de Portugal, a instalação do Mercado Comum do SUL (MERCOSUL) e da Comunidade Económica Europeia, actual União Europeia, exerceram influências na gestão desses territórios.

No caso do Brasil, a expansão da supra-nacionalidade evidenciada após a década de 1980, com a geração de fortes competitividades entre os mercados mundiais, motivou os países da América Latina a buscarem forças regionais que pudessem competir com o processo de liberação da economia vigente. A criação do Mercado Comum do Sul, MERCOSUL, aconteceu através de um tratado celebrado na cidade de Assunção, no Paraguai, em Março de 1991, pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Algumas conquistas foram efectivadas com a criação do novo bloco regional, a exemplo do fortalecimento de um mercado comum e da articulação de uma política de importação e exportação, mas as dificuldades de conciliação das divergências internas e da pressão oriunda das forças políticas externas inibem os avanços dos países membros desse bloco. A manutenção dos quatros países, desde a sua fundação até os dias actuais, evidencia a dificuldade encontrada para o alargamento do MERCOSUL.

No caso de Portugal, a União Europeia (U.E) instituída logo após a Segunda Guerra Mundial desempenha importante papel. A sua origem aconteceu no ano de 1951, através do Tratado de Paris, que primeiro resultou na União Europeia do Carvão e do Aço, para no ano de 1957 ser instituída a Comunidade

Económica Europeia - CEE, através do tratado de Roma. O novo bloco regional funciona como centro de comando gestor das políticas que extrapolam a dimensão intra-países e alcançam escalas mais alargadas. Vale frisar que a U.E não constitui um Estado Federativo, como os Estados Unidos, por exemplo, pois cada Estado Membro procura preservar a sua autonomia no conjunto dos demais. De maneira diferente da organização regional do MERCOSUL, na América Latina, da qual o Brasil é parte, a União Europeia começou com um grupo maior de países formado pelos seis fundadores, no caso Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Desde a sua fundação até os dias actuais tem sempre recebido novas adesões, entre as quais merecem destacar a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido, em 1973, Portugal e Espanha, em 1986 e Áustria, Finlândia e Suécia, no ano de 1995. Posteriormente, novos países passaram a fazer parte desse grupo com a adesão da República Checa, Chipre, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta e Polónia, em Maio de 2004. Daí por diante, tem ocorrido um processo crescente de alargamento com as propostas de inclusão de novos países europeus.

A implantação dos novos blocos de organização regional exerceu influência no desenvolvimento do turismo nas áreas costeiras dos dois países, tanto na mobilidade do fluxo de visitantes como na política de uso e ocupação do solo, principalmente no caso de Portugal onde a União Europeia tem maior participação. Anteriormente, o turismo era restrito aos países desenvolvidos, mas com o aumento da sociedade de consumo houve o crescimento da procura pelas áreas de clima mediterrâneo e tropical. Na análise dos casos de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e de Mira, na Região Centro de Portugal não se pretende estender à escala nacional dos dois países. O propósito deste capítulo é analisar as principais condições geográficas encontradas nos dois territórios de inserção do turismo, à escala nacional, para em seguida enfatizar as áreas costeiras do Recôncavo Baiano e da Região Centro de Portugal.

3.2 Território brasileiro

O Brasil encontra-se organizado pelas seguintes instâncias administrativas: 26 Estados e um Distrito Federal, no caso Brasília, capital do país (figura 5).

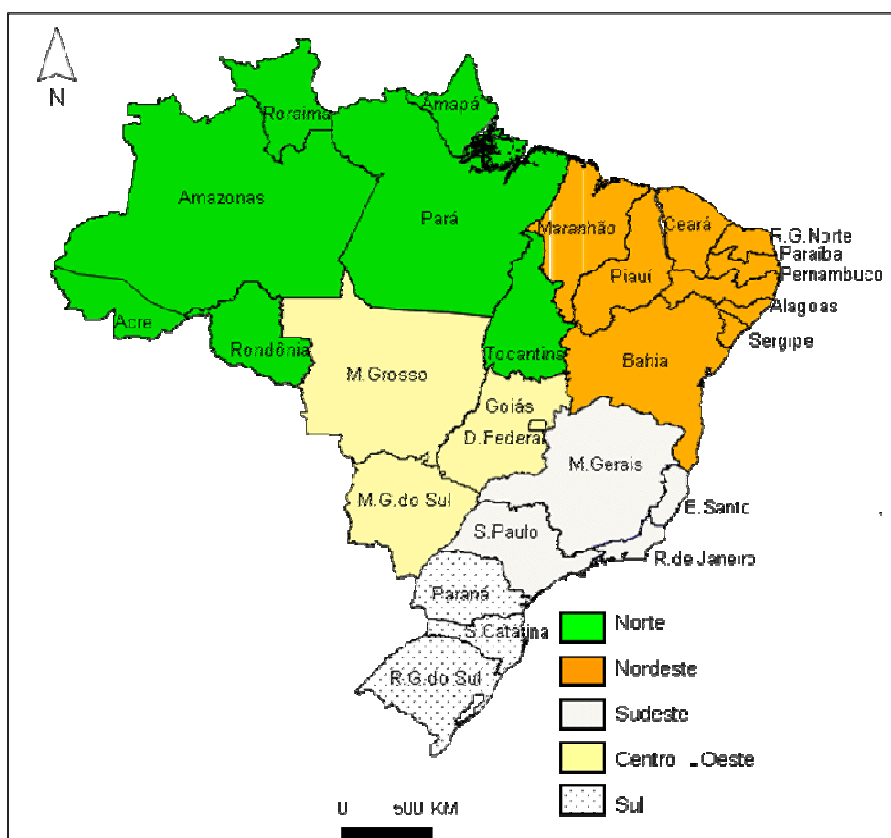


Figura 5 - Grandes Regiões do Brasil

Fonte: IBGE, 2006.

No âmbito interno, existem ainda as subdivisões dos estados nacionais em municípios que por sua vez são subdivididos em distritos e povoados, os quais constituem as menores unidades administrativas do país. Para administrar a vasta área territorial, o Brasil passou por diferentes regionalizações, desde o ano de 1941, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assumiu a responsabilidade de coordenar o processo de divisão regional. Inicialmente, eram Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro Oeste, depois de algumas modificações, que

não convém aqui discutir, resultou nas cinco regiões encontradas actualmente: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O Recôncavo Baiano, onde se encontra localizado o município de Jaguaripe, constitui uma subdivisão da Região Nordeste, conforme abordado no capítulo IV.

O Brasil possui intensa diversidade física, biótica e humana, distribuída pelos 8 514 876 km² de extensão territorial (IBGE, 2006). A riqueza encontrada nas variadas condições ambientais do país motivou a atracção dos povos indígenas, europeus, africanos e asiáticos, que constituem a base sócio-económica e cultural do território brasileiro. Por um lado, as potencialidades encontradas no património natural e cultural são intensas e funcionam como importante atractivo para a prática do turismo. Por outro lado, a maneira como o país tem sido administrado possibilitou o acumulo de inúmeros problemas, os quais não serão tratados à esta escala pois constituem assunto estudado por vários autores (FREYRE, 1953; FURTADO, 1972; FLORESTAN, 1986; COSTA, 1988; MORAES, 1999; BECKER & EGLER, 1993; ANDRADE, 1994; ACSELRAD, 2004, entre outros).

As facilidades de acesso encontradas no vasto litoral brasileiro, com destaque para as águas calmas da Baía de Todos os Santos, situada no Recôncavo Baiano, atraíram povos para a exploração inicial da madeira, nomeadamente do pau-brasil, e para o cultivo da cana-de-açúcar, sobretudo na Região da Mata Nordestina⁵, durante o período da colonização. Após o século XX, houve o aumento da actividade industrial, iniciada na Região Sudeste, e posteriormente, o crescimento do turismo, principalmente nos ambientes costeiros. De acordo com a extensão territorial brasileira, são vários componentes ambientais a esta escala, mas o relevo, o clima, a vegetação e a população, foram aqui seleccionados, por estarem mais directamente relacionadas com esta temática.

⁵ A Zona da Mata Nordestina compreende uma extensão de terra localizada no litoral da Região Nordeste que se estende do Estado de Rio Grande do Norte até o Sul da Bahia, onde as condições ambientais favoreceram o cultivo intenso da cana-de-açúcar, durante o Brasil colónia (FURTADO, 1972 e MATTOSO, 1992).

3.2.1 Relevo

O território brasileiro apresenta intensa diversidade geomorfológica, o que pode ser evidenciado através da forma como as unidades de relevo se encontram distribuídas no território (figura 6).

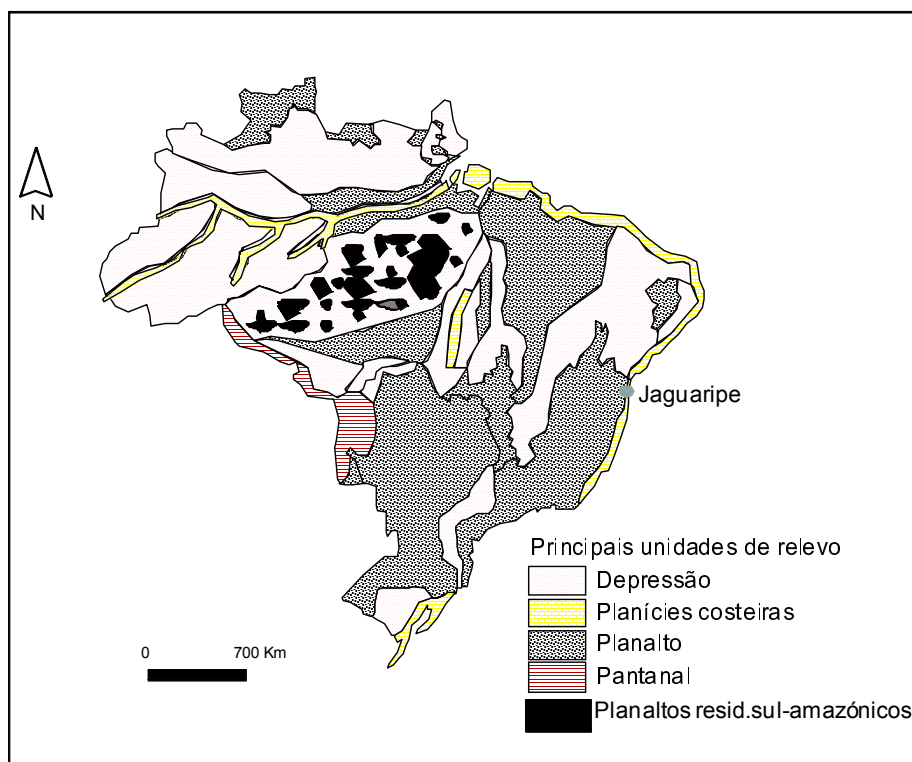


Figura 6 - Principais unidades de relevo do Brasil.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base em ROSS, 1996.

A figura 6 evidencia as principais formas de relevo encontradas no Brasil. Neste território predominam estruturas rochosas bastante antigas, advindas dos períodos compreendidos entre o Paleozóico e o Mesozóico, no caso das grandes bacias sedimentares, e do Arqueozóico ao Proterozóico, no caso do cristalino (ROSS, 1996: 45). O autor salienta que as formas maiores e menores, encontradas no território brasileiro, resultaram de processos antigos. Estes são decorrentes das formações litológicas e dos arranjos estruturais, por um lado, e de processos mais recentes relacionados com os movimentos das placas tectônicas e dos desgastes erosivos provenientes de climas anteriores, por outro lado. ROSS adverte que a maior parte do relevo brasileiro tem a estrutura

desenhada antes da configuração sul-americana, mas passou a desenhar esta forma a partir da abertura do Oceano Atlântico, após o Mesozóico. Dentre as formas de relevo encontradas no Brasil, o planalto é a que mais se destaca, pois está distribuído pela maior parte do território nacional e apresenta-se intercalado por várias depressões que foram modeladas desde o Terciário até a época actual, no caso o Holoceno, no Quaternário.

As áreas de planície costeira estão distribuídas de Norte a Sul, com excepção das unidades que foram formadas em períodos mais antigos, principalmente no Cretácico, como resultado de falhas e dobramentos. Destacam-se como exemplos uma porção da área que compõe a Baía de Todos os Santos, no Estado da Bahia e a maior parte das áreas costeiras dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, situadas nas regiões Sudeste e Sul do país. Nessa última, ocorre a intercepção da Serra do Mar, composta por formações antigas, resultantes dos processos de falhas e dobramentos ocorridos anteriormente.

A maneira como o relevo brasileiro se encontra estruturado não evidencia significativas instabilidades. O predomínio de embasamentos antigos, com rochas cristalinas, não proporciona perigos de riscos ambientais como vulcanismo e abalo sísmico, entre outros. Do que se tem registo, somente no final do Mesozóico, mais especificadamente no período Cretácico, o Sul do Brasil, nomeadamente a Bacia do Paraná, foi um centro de actividades vulcânicas (LEINZ, 1985: 284). De acordo com o autor, os fenómenos mais recentes de vulcanismo brasileiro aconteceram fora do continente, sendo responsáveis pela formação de importantes ilhas: Fernando de Noronha, Trindade, Rochedos e Abrolhos, todos a partir do Terciário. Um dos eventos mais recentes desta natureza aconteceu na Ilha de Trindade, durante o Plioceno. A análise do relevo para o entendimento de turismo e ambiente costeiro é indispensável, do mesmo modo que ocorre com as condições climáticas.

3.2.2 Condições climáticas e tropicalidade

A extensão territorial do Brasil possibilita o surgimento de diferentes tipos climáticos. As diversidades encontradas na variação da latitude, no tipo de relevo, na vegetação, além das influências de carácter global, contribuem para esta

situação. Dos cinco tipos climáticos existentes no país, o litoral brasileiro está compreendido por três deles: equatorial húmido, tropical e subtropical (figura 7).

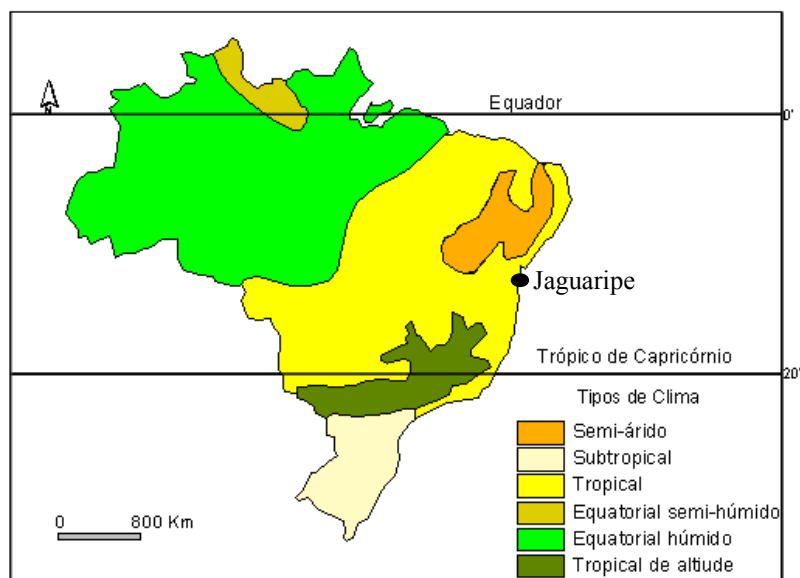


Figura 7 - Tipologia climática do Brasil.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base em ROSS, 1996.

O domínio do clima equatorial húmido corresponde ao litoral da Região Norte do país, onde recebe a influência directa da oscilação da Zona de Convergência Inter-Tropical (ZCIT), das acções dos alísios e das Baixas Pressões Equatoriais. No Litoral Norte, as médias das temperaturas anuais estão sempre acima dos 24° e os índices de pluviosidade rondam os 2 200 mm, com a inexistência de estação seca (ROSS, op. cit.). No tocante ao litoral das Regiões Sul e Sudeste, ocorre o clima subtropical, onde as médias térmicas são frequentemente inferiores a 18° C e as precipitações sempre superiores a 1 250 mm. Vale lembrar que, neste caso, não existe um período de forte estiagem, mas as temperaturas mais elevadas variam de acordo com a localização geográfica: Dezembro e Janeiro, no Norte da Região e Junho/Julho, no Extremo Sul.

As variações atmosféricas encontradas no território provocam situações climáticas diferenciadas. No caso dos municípios situados ao Sul do Brasil, encontra-se a cidade de Florianópolis, localizada no Estado de Santa Catarina, com temperaturas médias de 20 graus. Quanto aos Estados situados na Região

Norte do País, onde o Pará é um exemplo, as influências das áreas de Convergência Inter-Tropical ou dos alísios tendem a definir as condições de tempo e de temperatura dessa Região. A oscilação dos alísios para Norte ou para Sul define as estações de seca ou de chuva (ROSS, op. cit.).

No caso da Região Nordeste, ocorre o predomínio do clima tropical, com intensa variedade em decorrência das inúmeras condições ambientais. Na porção mais interior, encontram-se sub-regiões semi-áridas, com temperaturas médias em torno de 40 graus e com valores de pluviosidade inferiores a 400 mm, como é o caso da sub-região Nordeste do Estado da Bahia. Por outro lado, nas áreas litorais, conforme acontece com o município de Jaguaripe no Recôncavo Baiano, as condições climáticas são mais equilibradas em função da influência do mar, o que proporciona temperaturas médias de 24° C e índices de pluviosidades superiores a 1 500 mm anuais.

Diferentemente das áreas interiores, onde o maior período de chuvas ocorre de Outubro a Março e a estiagem de Abril a Setembro, o Litoral do Nordeste constitui o tipo climático tropical atípico, pois as chuvas são mais frequentes entre o Outono/Inverno (Março a Agosto), cujo período de estiagem acontece nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro (período compreendido como alta estação), com melhores condições para a prática do turismo de praia, sol e mar. Outro aspecto à escala nacional eleito para esta discussão refere-se aos principais biomas brasileiros.

3.2.3 Principais biomas e interferências antrópicas

No intuito de se obter uma visão panorâmica da distribuição do coberto vegetal, no território brasileiro, o mapa elaborado apresenta seis biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampas. A propósito, nesta escala de análise, não se pretende detalhar as espécies vegetais encontradas no Brasil, nem tampouco os efeitos que as actividades desenvolvidas nos cinco séculos de evolução territorial provocaram nesses biomas. O intuito é de tecer algumas considerações sobre as principais formações vegetais que se aproximam das áreas costeiras, nomeadamente da área de estudo. Os biomas brasileiros contribuem para a formação da imensa biodiversidade encontrada sob o predomínio do clima tropical (figura 8).



Figura 8 - Os principais biomas brasileiros.

Fonte: IBGE, 2006.

A maioria deles tem a ver com a realidade estudada, pois acaba por interceptar as áreas costeiras. Entretanto, o bioma da Amazônia, pela sua importância nacional e mundial no tocante às diferentes questões ambientais que envolvem a contemporaneidade, o Cerrado, a Caatinga e Mata Atlântica, por estarem mais próximos da realidade estudada, são os mais destacados.

O bioma da Amazônia apresenta a maior biodiversidade encontrada no Mundo, com a ocorrência de espécies animais e vegetais que têm gerado cobiça para a exploração de diversos tipos de empreendimentos: habitacionais, industriais, científicos, comerciais e turísticos, entre outros. Além disso, a necessidade de políticas voltadas para a sua preservação tem sido pauta de discussão por ambientalistas do mundo inteiro, devido ao reconhecimento da riqueza ecológica contida nesse ambiente. Na Amazônia, existem inúmeros tipos de coberto vegetal, os quais variam de acordo com as especificidades contidas em cada localidade. Na parte mais alta, geralmente nos relevos antigos, encontram-se as florestas de terra firme. Nesses locais, as árvores são altas e possuem em média 60 a 65 m, sendo que as principais espécies encontradas são

a castanha-do-pará, a sapucaia, a maçaranduba e a figueira (ROSS, op. cit., 164). Na parte mais baixa, no caso das planícies, predominam as florestas de inundação, que são divididas em dois tipos: matas permanentemente inundadas, no caso dos Igapós, dos rios de águas claras e pretas, e as florestas de inundação periódica, formadas pelas matas de várzea dos rios de água branca. Nas áreas costeiras, encontram-se os manguezais, que são inundados periodicamente pelas marés, os quais recebem os principais impactos resultantes das actividades turísticas, conforme referido nos capítulos IV e V.

No caso do bioma da Caatinga, esse traz alguns aspectos importantes para discussão. O mesmo está localizado na região Nordeste que se apresenta como uma das mais desprovidas de apoio político e de desenvolvimento sócio-económico do país, apesar de ter sido uma região pioneira, no tocante às incursões do processo de colonização portuguesa e detentora da maior parte da riqueza do Brasil durante mais de três séculos de exploração colonial. O bioma da Caatinga encontra-se associado às condições ambientais da Região Nordeste. Localiza-se numa área de clima semi-árido, onde os índices pluviométricos anuais dificilmente ultrapassam os 700 mm. Possui árvores pequenas e espinhosas que perdem as folhas durante o período da estiagem. Esse bioma apresenta elevada complexidade observada à medida que se afasta do litoral. Enquanto nas áreas litorais mais húmidas a pluviosidade pode alcançar mais de 1000 mm anuais, nas áreas localizadas no interior, a exemplo do Polígono das Secas, a pluviosidade não ultrapassa os 400 mm anuais. As árvores mais encontradas neste bioma são os mandacarus, os facheiros e o xique-xique.

O outro bioma aqui mencionado refere-se ao Cerrado que se encontra predominantemente localizado na Região Central do país, ficando uma pequena parte de contacto com a vegetação do litoral. Do ponto de vista da exigência hídrica, este se encontra numa transição entre a Catinga e a Mata, visto que a sua maior incidência ocorre nas áreas onde os índices pluviométricos ficam em torno dos 1000 mm anuais. As árvores são retorcidas, em sua maior parte, e as raízes são profundas, o que possibilita a aquisição de água durante o período de estiagem (ROMARIZ, 1974).

O bioma da Mata Atlântica está localizado na porção oriental brasileira, local em que ocorreu a maior concentração das actividades sócio-económicas e culturais, durante o período colonial, e para onde se destina o maior fluxo de

visitantes para a prática do turismo de praia, sol e mar, que ocorre actualmente. Este tipo de bioma apresenta intensa semelhança com o da Amazónia, tanto no que se refere à fauna como à flora (ROSS, op. cit.). Dos biomas existentes no Brasil, o da Mata Atlântica foi o que mais sofreu impactos provenientes da acção humana, pois tem sido permanentemente transformado, desde a devastação para exploração do pau-brasil, cultivo da cana-de-açúcar e construção de fortes, nos primeiros anos de colonização, até o desenvolvimento das actividades recentes, tais como indústria e o turismo. A área de domínio original da Mata Atlântica compreende da porção Setentrional do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, mas, actualmente, apresenta-se restrita a algumas manchas que resistem às intervenções humanas ocorridas no litoral brasileiro. Não se sabe com exactidão, ou pelo menos não se divulga, o nível de estrago provocado nessa importante área de reserva brasileira. Comenta-se que mais de 80% desta área já foi destruída. As explorações das madeiras, os constantes e inadequados uso e ocupação do solo pela especulação imobiliária e a implantação de equipamentos de exploração turística, estão longe de alcançar o equilíbrio exigido pelas leis e pelos discursos ocorridos em prol da defesa deste bioma.

A forma como o Brasil se organizou nas últimas décadas tem a ver com a distribuição dos componentes ambientais pelas diferentes regiões do país. A maneira como o tipo de solo, o relevo, o clima e a vegetação estão dispostos não pode ser dissociada da realidade encontrada nas diferentes actividades que resultam do processo de intervenção humana. O Litoral brasileiro, área historicamente direccionada ao processo de produção económica (implantação de portos, instalação de fortes, gerenciamento de produção...) amplia suas funções ao adquirir novas formas de uso e ocupação do solo com a intensificação dos serviços, principalmente em decorrência das actividades turísticas. As condições ambientais encontradas no país, com forte influência da tropicalidade, foram importantes para as transformações ambientais costeiras, principalmente no Recôncavo Baiano. O município de Jaguaripe se enquadra no contexto dessas alterações. A inserção do turismo numa área predominantemente ocupada por manguezais e composta por uma população de pescadores provoca vários impactos, conforme foi mencionado no capítulo IV. Agora convém reflectir sobre a maneira como a população se encontra distribuída no território brasileiro, à escala nacional.

3.2.4 População e território

Em 2001, o Brasil possuía 169 799 170 habitantes, distribuídos entre os 26 Estados federativos e um Distrito Federal (IBGE, 2001). A Região Sudeste é a que se apresenta com maior número de habitantes 72 412 411, representando 42,6 do total do país, enquanto que a Região Centro Oeste se apresenta como a menos habitada, com 11 636 728, representando 6,8% dos habitantes brasileiros. No caso da Região Nordeste, onde está situado o Recôncavo da Bahia, o contingente populacional é de 47 741 711, apresentando-se como a segunda região mais populosa, com 28, 1% do contingente total do Brasil. A densidade demográfica evidencia a maneira como a população está distribuída no território (figura 9).

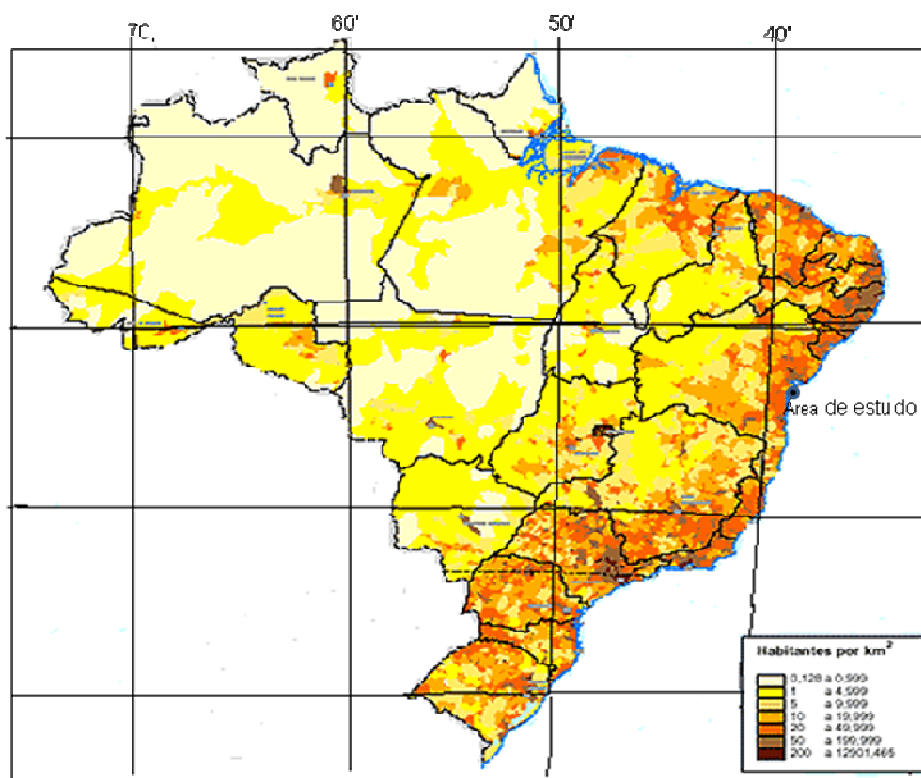


Figura 9 - Densidade demográfica no Brasil.

Fonte: IBGE, 2001.

Os contrastes sócio-económicos, políticos e culturais existentes no território brasileiro também são encontrados nas distribuições espaciais das densidades demográficas. No tocante às regiões, enquanto a Sudeste apresenta uma densidade média de 78,03 habitantes/Km², sendo a mais densa do país, a

Região Norte, desponta como a menos densa, possuindo apenas a média de 2,34 habitantes/Km². Vale salientar que o predomínio da população brasileira a habitar as áreas urbanas é recente. Somente no ano de 1970, a maioria da população passou a residir nas áreas urbanas (quadro 2).

Ano	Total	Rural	Urbana	Taxa de Urbanização (%)
1940	41 236 315	28 356 133	12 880 182	31,23
1950	51 944 397	33 161 506	18 782 891	36,15
1960	70 070 457	38 767 423	31 303 034	44,67
1970	93 139 037	41 054 053	52 084 984	55,92
1980	119 002 706	38 568 297	80 436 409	67,59
1991	146 825 475	35 834 485	110 990 990	75,59
2000	169 799 170	31 947 618	137 925 238	81,19

Quadro 2 - Evolução da população do Brasil - 1940 - 2000.

Fonte: IBGE (2001).

O maior adensamento demográfico do país está concentrado numa faixa que dificilmente se distancia mais de 50 quilómetros do mar, demonstrando a histórica influência dessas áreas no processo de povoamento. As principais metrópoles nacionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, possuem intensa concentração humana ao seu entorno. O processo de urbanização que se intensificou a partir do eixo Sul e Sudeste, nas primeiras décadas do século XX, com a implantação do processo industrial, contribuiu para esta forma de distribuição da população no território. No período posterior à década de 1970, intensificou-se o movimento da população rural para as áreas urbanas. O crescimento económico não reduziu as diferenças inter-regionais e, conseqüentemente, as desigualdades sociais tornaram-se mais evidentes. Este facto contribuiu para o aumento da migração para as áreas de atracção populacional, localizadas nas Regiões Sudeste, Norte e Centro Oeste do país. Enquanto nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil grande parte da população habitava as cidades, até o início dos anos de 1950, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste a maioria da população permaneceu nas áreas rurais, sendo que somente nos meados da década de 1970 esse fenómeno foi revertido. Assim, após a década de 1990 o Brasil alcançou os maiores índices na taxa de

urbanização, ou seja 81% dos habitantes residindo nas áreas urbanas (IBGE, 2001).

O facto da população brasileira historicamente ter vivido a maior parte do tempo nas áreas rurais, situação esta observada até a década de 1950, possibilitou índices elevados de produção, mas não garantiu avanços na melhoria da qualidade de vida dos habitantes. O principal responsável foi o uso da terra calcado na agricultura de exportação, incentivando o cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão, na maior parte do percurso da ocupação territorial brasileira (FURTADO, 1972). O Presidente Juscelino Kubitschek, com a implantação de políticas desenvolvimentistas, incrementadas no país, após a década de 1950, impôs novas configurações territoriais no Brasil. Algumas intervenções marcaram esta época como a criação da cidade de Brasília, capital federal, a construção e ampliação da rede rodoviária nacional e a implantação de vários pólos industriais. Esse modelo de administração teve por base a ideia de que o desenvolvimento territorial resultava da criação de vários núcleos que passavam a assumir a posição de centro, enquanto que os demais espaços se constituíram em periferias, com a implantação do modelo económico produzido a partir da ideia de Pólo de Desenvolvimento Regional (SILVA, 1976). Esta concepção de planejar o espaço perdurou pelas décadas seguintes, 1960 e 1970, contribuindo para intensificar as desigualdades sociais existentes.

À medida que os interesses de pequenas classes, formadas pela burguesia, predominaram sobre os anseios da maioria da população, principalmente da classe de proletários, os problemas ambientais transportados para o século XXI constituem verdadeiros desafios. Se por um lado, colocam o país na oitava economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) que atrai olhares de diversas regiões do planeta, em nono lugar, classificado como uma potência regional na economia mundo (BECKER, op.cit), por outro lado, produzem intensas desigualdades sociais, chegando a alcançar o 73º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (ONU, 2003).

A maior parte da população que se deslocou do campo para a cidade, passou a viver ao entorno da periferia das principais metrópoles nacionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O encontro dessa leva de pessoas nos novos locais de habitação, sem as condições básicas de saúde, educação e renda, acentuou as desigualdades sociais (POCHMANN, 2005). O aumento da

deslocação dos habitantes do campo para a cidade provocou o excedente de mão-de-obra, não absorvida pela indústria. Isso acarretou um aumento desenfreado do fluxo de pessoas para o sector terciário, nomeadamente para os serviços ocasionais, sem garantia de emprego e renda, resultando no crescimento do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979).

A diversidade natural e cultural existente no país está acompanhada de intensas desigualdades regionais. A ocupação do território brasileiro sempre esteve aliada aos interesses políticos e económicos duma minoria privilegiada. O modelo de gestão territorial historicamente implementado no país não conseguiu promover a distribuição equitativa das riquezas naturais e culturais existentes. Houve sucessivas concentrações, tanto de riquezas quanto de poder, sobretudo a partir das principais cidades que serviram como ponto de partida para a administração do Brasil. O processo de urbanização foi iniciado na cidade de Salvador, localizada no Estado da Bahia, com a sua fundação no ano de 1549, para ser a primeira capital do Brasil até o ano de 1763, quando foi transferida para o Rio de Janeiro. A vinda da família Real para esta cidade, no início do século XIX, no ano de 1808, demandou intensas estratégias para a fortificação da cidade, onde uma das principais justificativas era a protecção aos ataques estrangeiros (MATTOSO, 1992).

A cidade do Rio de Janeiro passou por rápida transformação em decorrência da construção de variados equipamentos urbanos, que serviram para apoiar o processo administrativo comandado pela Família Real. Este facto contribuiu para intensificar o crescimento dessa cidade e aumentar o fluxo de pessoas oriundas de diversas regiões do país e até mesmo do mundo. A tentativa importante de descentralização do modelo de urbanização somente veio acontecer na segunda metade do século XX, cerca de 197 anos depois, quando ocorreu a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, sede do Distrito Federal e actual capital do Brasil. A partir daí houve maior expressividade no processo de povoamento das áreas localizadas no interior do país, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, mas não foi evitada a forte pressão humana existente nas áreas costeiras, principalmente após a intensificação do turismo de praia, sol e mar, nas três últimas décadas. O crescimento da urbanização, pela via do turismo, foi importante para a inserção de novas áreas costeiras, principalmente da Região Nordeste (CRUZ, 2000). A partir daí teve

início uma nova fase de transformação dos ambientes frágeis existentes na costa brasileira, nomeadamente os ecossistemas de manguezais e os estuários, situados no município de Jaguaripe analisados no capítulo V. Agora serão abordados os principais tópicos relacionados com turismo e ambiente costeiro no território português.

3. 3 Território português

As condições territoriais encontradas em Portugal guardam, no seu conjunto, legados do processo histórico e geográfico da construção do país. Este país foi o primeiro do continente europeu a possuir independência e definir os limites territoriais, ainda na Idade Média. A conquista territorial portuguesa aconteceu mediante a interferência de vários povos, a exemplo de indígenas, romanos, lusitanos, celtas, visigodos e árabes. A primeira delimitação territorial portuguesa aconteceu a partir do desmembramento político-administrativo da Península Ibérica. No conjunto de uma área de 589.000 Km², pertencente à essa Península, 500.000 Km² ficaram com a Espanha e 89 000 Km² foram destinados a Portugal continental (GIRÃO, 1951:19). A desproporção territorial entre Portugal e Espanha é significativa. O facto de Portugal ser um país de pequenas dimensões territoriais motivou a exploração marítima. As dificuldades encontradas por este país para ocupar as áreas montanhosas do interior, a carência de solos férteis agricultáveis e a atracção pelas actividades de pesca, ajudaram no investimento das viagens oceânicas. As conquistas das colónias, iniciadas no século XV e encerradas no final do século XX, com a exploração comercial das terras onde estão localizados países como Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné e Moçambique, foram alguns exemplos dos resultados dessas viagens.

No território português, sempre predominou o regime monárquico, sendo que após 5 de Outubro de 1910 o país passou a ser administrado pelo Regime Republicano e instituiu a Primeira República. As dificuldades de avanços sócio-económicos no país motivaram a instalação do Golpe Militar no dia 28 de Maio de 1926, com a implementação da Ditadura Militar, também conhecida como Estado Novo ou Segunda República. No dia 25 de abril de 1974, em virtude de vários problemas internos e das fortes pressões decorrentes das incompatibilidades administrativas, com as últimas colónias portuguesas, houve o movimento que

ficou conhecido como Revolução dos Cravos. A partir daí Portugal passou a ser administrado sob o regime democrático, com o advento da Terceira República.

Pelo facto de Portugal não ser um estado federativo, a exemplo do Brasil, não se encontra nesse território a divisão por estados. O país experimentou vários modelos de divisão regional e administrativa (GASPAR, 1993; DAVEAU, 1995 e SIMÕES, 2005), onde convém destacar a actual divisão regional através das NUTS (Nomeclatura de Unidades Territoriais, para fins estatísticos). Na divisão do território português, através da NUTS I, compreende as terras do continente e das Ilhas dos Açores e da Madeira, o que perfaz uma área de 92 151,8 Km².

Do ponto de vista físico, o território português não apresenta significativas dimensões, ao ser comparado com um país das proporções do Brasil, pois mede 561 quilómetros entre os pontos mais extremos localizados ao Norte e ao Sul e tem em média 218 quilómetros nas extremidades Oeste Leste. Numa análise da divisão administrativa portuguesa, à escala nacional, convém mencionar a existência dos distritos⁶ (figura 10).

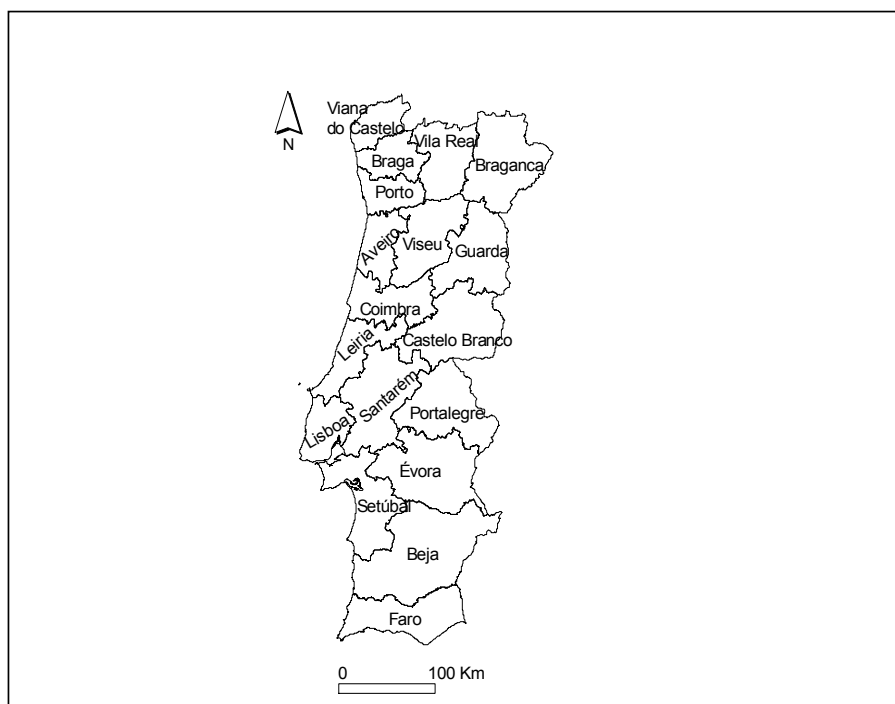


Figura 10 - Divisão de Portugal por distritos.

Fonte: INE, 2006.

⁶ O significado de distrito existente em Portugal é diferente do Brasil, pois refere-se à categoria administrativa que está acima dos municípios. No Brasil, o distrito significa uma divisão territorial encontrada no interior do próprio município.

As mudanças territoriais ocorridas em Portugal nos últimos anos, principalmente com a entrada do país na União Europeia, no ano de 1986, motivaram alterações no sistema administrativo, mas os distritos continuam a exercer influências na organização dos serviços básicos tais como saúde, desportos, lazer e turismo. A implantação da maioria dos serviços portugueses aconteceu antes da adesão de Portugal à União Europeia e a divisão administrativa através dos distritos contribuiu para este facto.

Diante das transformações espaciais ocorridas nos últimos anos, verifica-se que a divisão por distrito está presente na memória da população, porém tem pouca autonomia administrativa. Quanto aos cargos administrativos, nas sedes dos distritos, por exemplo, encontra-se o de Governador Civil, com o desempenho de funções políticas e administrativas limitadas, uma vez que a sua nomeação depende do Governo Central, ao contrário do que ocorre com o Presidente da República, Primeiro Ministro, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores e Presidente da Junta de Freguesia, que são eleitos através do voto directo da população.

As questões acima mencionadas são complexas e carecem de maior reflexão, mas não são prioridades dessa análise que aborda os principais tópicos, à escala nacional, relacionados com a intensificação do turismo nas áreas costeiras. Em função disso, do mesmo modo que aconteceu no território brasileiro, foram eleitos o relevo, o clima, a vegetação e a população para fazerem parte desta análise.

3.3.1 Relevo

À primeira vista tem-se a impressão de que o território português apresenta elevada uniformidade no relevo, mas à medida em que ocorre a aproximação é possível notar as diferenças encontradas nas suas sub-unidades. A forma como as diferenças altimétricas estão distribuídas ajudam na compreensão deste assunto (figura 11).

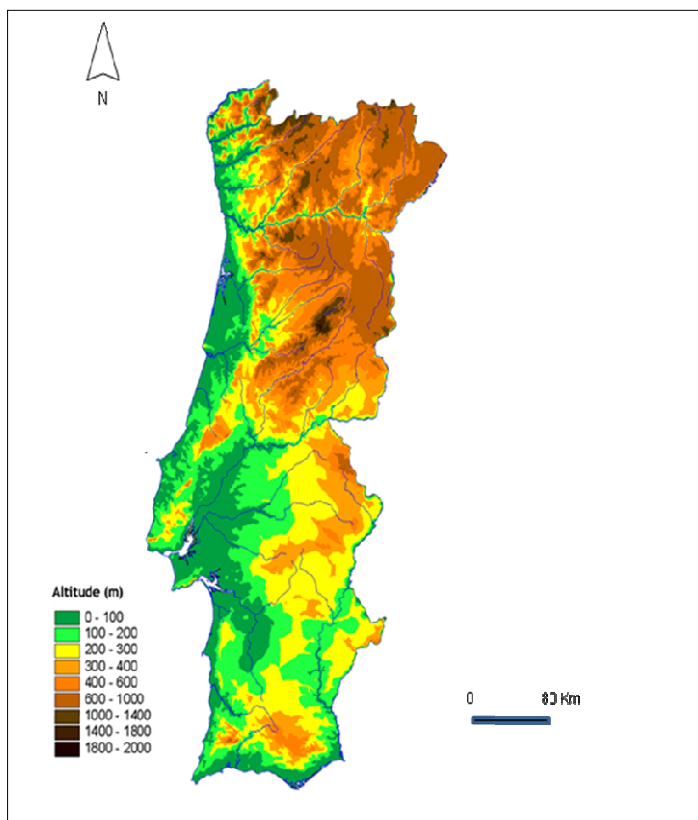


Figura 11 - Altimetria em Portugal.

Fonte: Instituto do Ambiente (2002).

A forma com as diferenças altimétrica estão distribuídas no território português ajuda a compreender três espaços que se destacam: o maciço antigo, as orlas mesocenozóicas e a bacia terciária do Tejo e Sado (MEDEIROS, 2000). O primeiro corresponde à porção interior localizada, principalmente, na parte Central e Norte do país, onde as curvas de nível são superiores a 300 metros de altura e onde concentra o maior volume das formações antigas, com predomínio das rochas intrusivas do granito, formadas desde o precambriano. O maciço antigo tem contato com a Orla mesocenozóica nas proximidades do concelho de Ovar e em boa parte do Litoral Alentejano e na Região do Algarve onde essa forma de relevo se aproxima de localidades como Silves, São Brás de Alportel e Castro Mirim. Na segunda parte do território português, encontram-se as orlas mesocenozóicas, tanto a Oeste como a Sul, com predomínio das rochas calcárias, argilosas e areníticas. Estas formações do relevo se encontram presentes desde o concelho de Ovar, a Norte, até a Região de Lisboa, nomeadamente, no encontro da bacia terciária do Tejo e do Sado.

No caso da última estrutura geomorfológica destacada encontra-se a bacia terciária do Tejo e do Sado, formada por terrenos mais recentes, por serem datados das eras Terciárias e Quaternárias. Essas áreas têm sido uma das mais impactadas, pois passam por constantes transformações resultantes das interferências antrópicas, sobretudo decorrentes da intensificação das actividades turísticas, conforme analisado no município de Mira, no capítulo V. Agora, será feita uma síntese sobre as condições climáticas portuguesas, em decorrência de sua importância para a análise desta temática.

3.3.2 Condições climáticas

As condições climáticas de Portugal são importantes para o entendimento das relações entre turismo e ambiente costeiro. O clima não determina a complexidade encontrada no espaço geográfico, mas exerce influências significativas no seu dinamismo. No caso do turismo de sol e mar, a aproximação com essa realidade se torna mais directa, visto que a ocorrência do fluxo de visitantes para as áreas de balneários acontece, justamente, nos ambientes em que as condições climáticas são mais favoráveis ao desenvolvimento dessas práticas. Não é por acaso que Brasil e Portugal se destacam no cenário mundial entre os países mais procurados para a esse tipo de turismo, devido à importância adquirida, principalmente, pelos climas tropical e mediterrâneo, no conjunto das demais questões.

O clima de Portugal está associado ao conjunto de factores como a latitude, costa atlântica, proximidade do Mar Mediterrâneo e estrutura do relevo. O território português não possui elevadas extensões, mas a sua situação enquanto extremidade Oeste da Península Ibérica coloca próximo das correntes oriundas do Atlântico, das massas subpolares e das zonas de alta pressão subtropicais, as quais oscilam e possibilitam que o país experimente diferentes tipos de clima (MEDEIROS, 2000). O autor atenta para a relação existente entre a circulação atmosférica ocorrida tanto nas proximidades da superfície como nas camadas superiores, onde a altitude passa a ser importante para delinear as condições climáticas. O clima de Portugal é temperado mediterrâneo o que favorece as práticas do turismo balnear. Entretanto, os factores climáticos de natureza geral e

particular concorrem para a diversidade existente nas sucessivas condições de tempo. O facto do país está situado numa zona de convergência das massas de ar polares e tropicais, decorrentes da Região dos Açores, zona de alta pressão atmosférica, contribui para a ocorrência das instabilidades, no caso a incidência de chuvas. No contexto das condições gerais, convém ressaltar a influência da altitude no índice de precipitação do território português. Tanto para Norte como para Sul, há variações que podem ocasionar chuvas em diferentes períodos do ano. No âmbito da escala regional, a estrutura do relevo, as temperaturas das águas oceânicas, a influência do Mediterrâneo e as intervenções decorrentes das actividades humanas não podem ser esquecidas (FERREIRA, 2005).

Numa análise sobre a distribuição das chuvas no território português, verifica-se que as regiões montanhosas apresentam os maiores índices de pluviosidade. De acordo com o Instituto de Meteorologia Português (2006), o país possui em média 900 mm anuais e as maiores quantidades de chuva ocorrem nas regiões do Minho, com 3 000 mm, sendo que a região da Beira Interior, apresenta o menor indicativo, 400 mm anuais. A quantidade de chuva precipitada em Portugal é pouco distribuída durante as quatro estações do ano. O período de baixa estação, no caso o inverno, concentra o maior percentual das chuvas, neste caso 40%, sendo que no verão, período da alta estação, ocorrem apenas 6% da precipitação anual.

No caso da costa Oeste de Portugal, onde o município de Mira está localizado, ocorre a influência das condições atmosféricas que actuam constantemente na formação do Clima Mediterrâneo. No Inverno, acontece migração das massas de ar frio, oriundas predominantemente das regiões polares. No verão, a acção conjunta envolvendo os centros de alta pressão, situados nos Açores, e de depressão térmica, oriunda do interior da Península, impossibilita a ocorrência de perturbações atmosféricas relevantes e permite a entrada de ar húmido de Noroeste.

Na análise das condições climáticas encontradas no território português, há significativa diferença entre os índices de pluviometria, temperatura e insolação encontrados nas extremidades Norte e Sul do país. O Distrito de Braga, ao Norte, e o Distrito de Faro, na Região do Algarve, ao Sul, constituem exemplos. No Algarve, o aumento da intensidade dos raios solares, em função da

menor inclinação encontrada ao Sul e as influências das correntes subtropicais oriundas dos Açores e do Norte da África funcionam como principais causadores das melhores condições de tempo para o balneário marinho, sobretudo no tocante ao nível da temperatura da água do mar. Não é por acaso que desde a década de 1950, o Algarve despontou como uma das primeiras regiões portuguesas responsáveis pelo aumento da visita tanto de origem nacional como internacional (CAVACO, op. cit.).

Os constantes investimentos nos equipamentos turísticos no Algarve estimularam o crescimento das actividades turísticas nessa região, mas o aumento da sociedade de consumo, as facilidades de transporte e comunicação e a liberação de maior quantitativo de trabalhadores no período de férias, funcionaram como indicadores principais para a inserção de outras áreas costeiras portuguesa. É a partir daí que o município de Mira intensifica a procura pelo turismo de praia, sol e mar, analisado nos capítulos IV e V. Agora, será reflectido sobre o coberto vegetal português, devido a sua importância no estudo desta temática.

3.3.3 Vegetação

A síntese da vegetação portuguesa subsidia o conhecimento sobre os principais componentes ambientais envolvidos com a relação entre o turismo e o ambiente costeiro. Do mesmo modo que se encontram variações no clima e no relevo português, no caso da vegetação as diferenças são evidenciadas em todo território. Há motivos tanto naturais como antrópicos, a exemplo da intervenção de D. Dinis, no século XIII, que mandou plantar pinhais na maior parte do litoral da Região Centro, contribuindo para conter o avanço das areias e a uniformização da paisagem, entre outras questões.

Na vegetação portuguesa as transformações ocorridas advêm de épocas remotas onde o homem começou a intervir mais directamente na paisagem. Os principais tipos de vegetação encontrados em Portugal, principalmente na área costeira, acompanham as condições ambientais diversas, com destaque para as influências oriundas do clima, do relevo e da maneira como a sociedade contemporânea interage sobre esses ecossistemas. O potencial florístico

português está distribuído por diferentes grupos dos quais convém destacar o das euroceânicas e os das mediterrâneas (LAUTESNSACH, 1987). De acordo com o autor, as plantas euroceânicas existentes em Portugal entraram pelo Norte, mas encontraram no Sul o seu limite, enquanto que no caso das mediterrâneas acontece o contrário, pois se originaram do Sul e têm a Meseta como seu limite. Essas plantas são as mais encontradas no território português, pela sua capacidade de adaptação às condições ambientais. As espécies florísticas de oliveira, amendoeira, figueira, sobreiro, pinheiro e castanheiro estão mais presentes nesse território. A maioria das espécies encontradas no país advém da iniciativa privada, onde os tipos de Pinheiro Bravo, introduzidos inicialmente, e o eucalipto, implantado sobretudo após a década de 1960, são os mais exploradas para fins económicos. Convém ressaltar que mesmo estas plantas sendo encontradas na maioria do território português, elas se apresentam de forma variada, sendo mais ou menos abundantes, de acordo com as condições ambientais existentes em cada localidade. No caso de Mira, a presença dos pinhais contribui para ampliar as possibilidades de lazer e turismo, conforme abordado no capítulo V. Após sintetizar os principais recursos físicos e bióticos, à escala nacional, será a vez de reflectir sobre a população e o território.

3.3.4 População e território

A situação geográfica da área que compreende Portugal continental funcionava como ponto de destino e encontro de vários povos, pois por estar localizado na porção ocidental da Europa, com a totalidade dos seus extremos banhados pelo Oceano Atlântico, recebeu influências de pessoas oriundas de diferentes continentes, nomeadamente da Ásia e da África. O processo de ocupação territorial portuguesa foi marcado pelo encontro de várias culturas. A literatura evidencia as contribuições exercidas por diferentes povos, no caso mulçumanos, francos, romanos, alemães e lombardos, entre outros. Os Judeus vieram e estabeleceram-se, de preferência, nos centros industriais e comerciais, assim como por este território passaram os mouros e negros que desempenharam papéis importantes no fornecimento da mão-de-obra para os serviços agrícolas e domésticos (GIRÃO, op. cit., 233).

As questões de natureza histórica são relevantes para o entendimento da população no território, mas em decorrência do turismo de praia, sol e mar ser uma actividade recente, priorizou-se a reflexão sobre a urbanização portuguesa, intensificada após a década de 1970. A urbanização ultrapassa os limites da cidade, por estar relacionada ao conjunto de questões que vão além da mudança do local de moradia e implica tanto na saída da população do campo para a cidade, como nas mudanças de hábitos e costumes dos habitantes.

O entendimento do processo de urbanização é bastante complexo. A forma como os espaços se têm projectado, a partir da Primeira Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, demanda novas reflexões sobre a organização espacial. O crescimento das áreas urbanas, em detrimento das rurais, foi intenso, nos últimos decénios (MORICONI-EBRARD, 1993). A crescente movimentação de pessoas em direcção às cidades e a própria mudança de hábitos e costumes, mesmo daqueles que estão fora delas, têm contribuído para a quebra das tradições rurais. Actualmente, mais da metade da população mundial habita em áreas urbanas.

Essas modificações levaram a se identificar três modos de vida para o entendimento sobre a população e território: o rural, o urbano e o metropolitano. No caso do rural, compreende uma pequena parte da população que ainda se encontra predominantemente envolvida com as actividades primárias, onde o caso da China constitui um dos mais evidentes. O segundo modo de vida aqui mencionado refere-se ao urbano, o qual está constituído pelos espaços onde as pessoas exercem as actividades ligadas ao comércio, ao serviço, à indústria e ao turismo, principalmente, independente de estarem situados em espaços localizados no interior da cidade ou em localidades que ainda não alcançaram este estatuto⁷. O terceiro modo de vida aqui destacado refere-se ao metropolitano. Este compreende o de maior alargamento do espaço urbano, pois além de ter pouca relação com o desenvolvimento das actividades primárias, está situado numa escala acima dos pequenos e médios centros urbanos, formando

⁷ O caso das vilas existentes actualmente em Portugal constitui um exemplo, visto que localidades como Mira, Vila de Rei e Vila Real de Santo António ainda não conseguiram o estatuto de cidades, perante a legislação portuguesa, mas estão predominantemente influenciadas pelas actividades terciárias.

assim as actuais Regiões Metropolitanas, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil; Lisboa e Porto, em Portugal, entre outras de expressão mundial como Londres, Paris, New York e Tóquio.

De certo, o processo de urbanização extrapola o limite das cidades, mas a sua reflexão depende delas, visto que o seu dinamismo urbano envolve factores que estão relacionados às influências endógenas e exógenas (CHALINE, 1980). Este autor discute os mecanismos decorrentes das interferências intra-urbanas e regionais que actuam no desenvolvimento das cidades e esse dinamismo, do qual as relações entre turismo e ambiente também se apoiam, tem intensa interdependência com o tipo de deslocação.

A ampliação do sistema de transportes, sobretudo com a implementação da rede ferroviária no século XIX, funcionou como um dos primeiros impulsos para esta dinâmica territorial. Houve o aumento da movimentação de pessoas e de mercadorias que se originavam de pontos diferentes do país e até mesmo do exterior, com a abertura das principais estradas de ferro. Entretanto, os transportes rodoviários constituem os mais significativos para o aumento do fluxo de visitantes em direcção às áreas costeiras. O crescimento da indústria automobilística, após a década de 1970, contribuiu para o aumento das visitas às praias. As principais rodovias que passam pelo território português estão localizadas nas proximidades litorais. Os transportes rodoviários, além da sua importância na dinamização das actividades turísticas, fazem a ligação porta a porta no processo de entrega e distribuição de diversos produtos e facilitam a ligação de trajectos que anteriormente apresentavam difíceis acessos. Desde as áreas portadoras de relevos mais suaves, como os vales dos rios e as planícies costeiras, até as áreas montanhosas, esse tipo de transporte está presente.

A ligação das principais vias de transporte e comunicação foi importante para o dinamismo da população no território português e, conseqüentemente, intensificação das actividades turísticas. A construção das auto-estradas, a instalação dos aeroportos e a implementação dos trens rápidos, ligando os diferentes pontos nacionais e internacionais constituem alguns dos exemplos. O conjunto dessas mudanças acaba por influenciar nos destinos que a primeira vista estão longe dos principais centros urbanos. Os municípios de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e de Mira, na Região Centro de Portugal, mesmo sem a

presença de importantes centros ferroviários, aéreos e rodoviários recebem influência desses sistemas de transporte, conforme discutido nos capítulos IV e V.

O motor básico para o aumento do fluxo de pessoas em diferentes regiões do território português foi o comportamento da população nos últimos anos. Numa breve análise da evolução demográfica deste país, verifica-se que houve várias oscilações. No ano de 1981, a população era de 9 900 000, sendo que em 1991 decresceu para 9 867 147 (INE, 2001). Durante o início do século XXI voltou a crescer, registando 10 043 763, no ano de 2004 (INE, 2004). À escala da distribuição da população no território português, verifica-se que as Regiões Norte e Lisboa são as mais povoadas (quadro 3).

	Total	Homens	Mulheres
Portugal	10 043 763	4 859 708	5 184 055
Norte	3 727 310	1 803 844	1 923 466
Centro	2 376 609	1 148 379	1 228 230
Lisboa	2 760 697	1 325 932	1 434 765
Alentejo	767 679	376 175	391 504
Algarve	411 468	205 378	206 090

Quadro 3 - População de Portugal no continente

Fonte: INE, 2004.

O forte atractivo das duas principais Regiões Metropolitanas do país, Lisboa e Porto, após a inserção de Portugal na União Europeia, com a implementação de infra-estruturas voltadas para a expansão do comércio e de serviços, favoreceu o crescimento demográfico nas áreas mencionadas. Enquanto isso, as regiões do Algarve e do Alentejo são as menos povoadas, com 411 468 e 767 679 habitantes, respectivamente.

As transformações ocorridas nas últimas décadas trouxeram perspectivas interessantes para o território português. Ampliaram-se as vias de transportes e comunicação, intensificaram-se a capacidade produtiva e a procura turística pelas praias portuguesas. Porém, surgiram alguns problemas que constituem desafios para o desenvolvimento do país, entre os quais se destaca a assimetria entre a população do litoral e do interior. Após o ano de 1950, foi significativo o movimento das pessoas que saíram do campo e das pequenas e médias cidades em direção aos países da Europa industrializada a exemplo de Alemanha e

França, assim como para os principais centros urbanos situados na faixa litorânea, constituindo num período marcado pela intensa influência da emigração portuguesa (CRAVIDÃO, 1992). Há considerado aumento da densidade populacional das áreas litorais em detrimento do interior do país (figura 12).

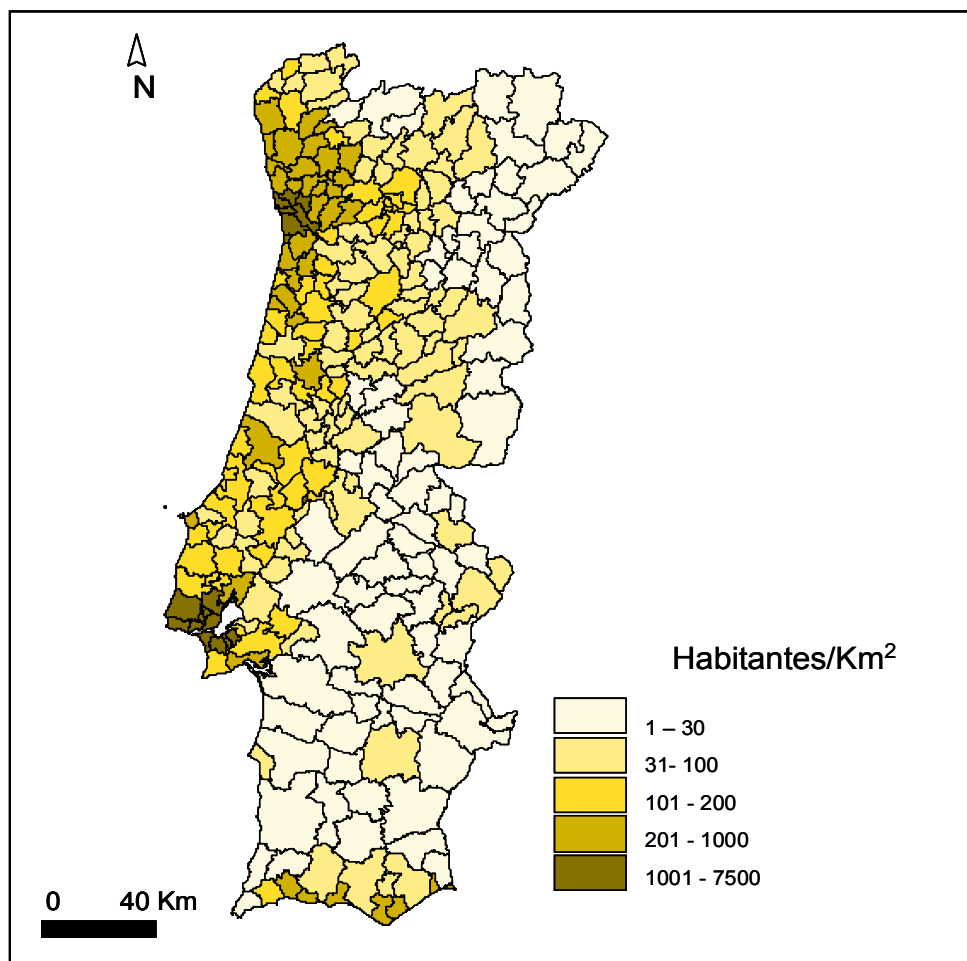


Figura 12 - Densidade demográfica de Portugal.

Fonte: INE, 2001.

Esta questão não é especificidade de Portugal, visto que o aumento populacional nas áreas costeiras tem atingido a maior parte do planeta. No caso português, existe um ponto que se destaca entre os demais países, refere-se ao índice de envelhecimento da população, que se apresenta como um dos mais elevados da Europa. Além disso, os jovens tendem a ser atraídos pelas actividades desenvolvidas nas áreas litorais, sobretudo de lazer e turismo. Esta questão se constitui num grande problema para o ordenamento do território. A

densidade demográfica precisa ser estudada em escala maior, conforme analisado no caso de Mira, no capítulo V, mas à escala nacional são poucas as localidades afastadas do litoral que possuem aumento da densidade demográfica. À medida que se afasta das áreas costeiras ocorre uma redução no contingente populacional. As regiões Metropolitanas de Lisboa e do Porto são as portadoras de maior densidade demográfica, pois alcançam valores superiores aos três mil habitantes/Km²

A maior concentração demográfica ocorre no sentido Norte e Sul, uma tendência que tem a ver com as intervenções realizadas no território português. O processo de ocupação ocorrido a partir da Região Norte do país, foi mais intenso e contou com maior volume de infra-estruturas, principalmente no tocante à abertura das vias de acesso e implementação de vários serviços. A partir da Região de Lisboa em direcção ao Sul do país a situação é diferenciada. Sem dúvida, os municípios mais densos encontram-se por todo litoral português, mas há municípios como Aljezur e Vila do Bispo, na Região do Algarve, com densidades inferiores a 30 habitantes/Km². Esse facto é raro no território português, quando se trata de localidades situadas nas áreas costeiras⁸, de modo diferente da costa brasileira, onde há lugares com menos de 2 habitantes/Km², conforme analisado no capítulo IV.

Os investimentos canalizados para as áreas litorais, onde as regiões Metropolitanas do Porto e de Lisboa estão localizadas, aliados às instalações de infra-estruturas para a inserção do turismo, nomeadamente na Região do Algarve, têm acentuado a assimetria litoral/interior. Várias tentativas são feitas no sentido de reverter o quadro, mas têm encontrado sérias dificuldades. O simples facto de injectar recursos financeiros para promover o retorno de habitantes para as aldeias e demais áreas interiores, acaba até sendo importante para aquecer o mercado imobiliário e atrair novas construções, mas a convivência humana nos espaços rurais continua sendo um sério desafio.

O crescimento das actividades do sector terciário na Região do Algarve, a partir dos investimentos implantados para a infra-estrutura de lazer e de turismo, motivou o aumento da densidade demográfica. No caso da Região Alentejana,

⁸ Na área costeira do Brasil, há densidades demográficas inferiores a 02 habitantes/km², onde os municípios de Calçoene e Oiapoque constituem exemplos (ver figura 16). Enquanto isso, na costa portuguesa as menores densidades encontradas estão nos municípios de Aljezur e Odemira, na costa do Alentejo, com 9 e 15 habitantes/km², respectivamente (ver figura 33).

esta situação não tem o mesmo percurso, pois funciona como a linha de costa menos habitada do país. A necessidade de distribuir melhor a população no território, aliado ao saturamento das visitas nas áreas de maior adensamento humano, demandam a abertura de novas perspectivas de organização populacional portuguesa.

Na realidade, a associação de desenvolvimento com crescimento demográfico tem sido muito comum. O facto da costa alentejana não possuir níveis de ocupação equiparável com as demais áreas, não quer dizer que ela seja mais ou menos desenvolvida. Afinal, esta discussão não pode acontecer de maneira breve, pois o desenvolvimento está relacionado com vários interesses que demandam maiores reflexões (FERNANDES, op. cit.) A maneira como os componentes ambientais encontrados nos territórios brasileiro e português, principalmente nas áreas costeiras, vem sendo transformados tem intensa relação com as actividades turísticas. O aumento do número de visitantes em direcção aos balneários marinhos tem sido uma constância nos dois países. Daí a importância da análise dos principais fluxos turísticos ocorridos à escala nacional, para em seguida investigar os impactos decorrentes dessas actividades, na costa do Recôncavo Baiano e da Região Centro, onde se localizam os municípios de Jaguaripe e de Mira.

3.4 Principais fluxos turísticos: Brasil e Portugal

A dinâmica turística encontrada nos dois territórios tem a ver com os visitantes nacionais e internacionais. O aumento do fluxo turístico nos territórios estudados tem sido cada vez mais crescente. O continente europeu constitui o maior centro emissor de visitantes para os dois países, porém com maior incidência para Portugal. No caso do Brasil, os três principais emissores turísticos são Estados Unidos, Argentina e Portugal. Desses emissores, apenas Portugal pertence à União Europeia, pois os demais são oriundos do continente americano (EMBRATUR, 2005).

No caso de Portugal, os principais emissores turísticos estão concentrados no continente europeu. Os três principais países emissores são Reino Unido, em primeiro lugar com 1 230 000, Espanha com 1 017 800 e a Alemanha, com 718 200 turistas (INE, 2005). O Brasil, no âmbito geral, encontra-se na sétima posição

do *rank* mundial de países emissores de turistas para Portugal, com 152 800, à frente de países como Suécia, Japão e Canadá. No tocante ao grupo dos três principais emissores do continente americano para o território português, o Brasil aparece em primeiro lugar, à frente dos Estados Unidos e do Canadá. Vale frisar que os acordos bilaterais firmados nos últimos anos possibilitam a entrada de brasileiros em território português com o visto de turista. A situação económica desse país, na economia mundial, tem motivado brasileiros e brasileiras a uma migração internacional de trabalhadores em direcção a Portugal (SANTOS, 2005). Por isso, esses dados podem estar imprecisos, visto que há sérias dificuldades em separar o turista do migrante.

Na análise dos dados sobre turismo no Brasil e em Portugal, verifica-se o crescimento desta actividade nos dois países (figura 13).

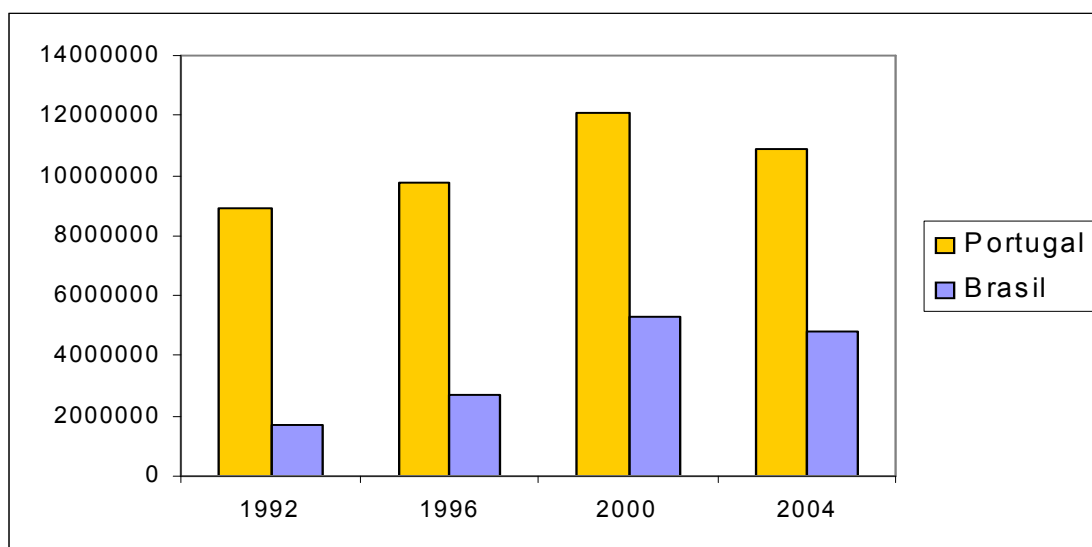


Figura 13 - Turistas no Brasil e em Portugal.

Fonte: DGT (Direcção Geral de Turismo) 2001 e 2005 e na EMBRATUR 2006.

O gráfico evidencia o aumento do número de visitantes nos dois territórios, no período de 1992 a 2004. Somente de 2000 a 2004 houve decréscimos, com quedas de 9,8%, no caso brasileiro, e de 9,9%, no caso português. Esta queda está relacionada com a própria diminuição do fluxo turístico ocorrido na escala mundial, em igual período, principalmente em função dos incidentes aéreos, ocorridos nos Estados Unidos, no dia 11 de Setembro de 2001.

No caso de Portugal, a distância entre o fluxo de turistas estrangeiros e nacionais é menor, sendo que no ano de 2004 foram registados 10 902 000

turistas, dos quais 5 153 000 foram nacionais e 5 749 000 estrangeiros (DGT, 2005). No referido país, os fluxos de turistas estrangeiros superam os nacionais. Enquanto isso, no Brasil, o fluxo maior de turistas tem origem no próprio território nacional, o qual se apresenta com mais de 80% da procura. Estas diferenças podem ser justificadas em função da forma como os dois países estão estruturados para o desenvolvimento dessas actividades, o que está relacionada com várias questões como investimento no sector, situação económica da população, localização geográfica e tipo de fronteiras encontradas. Portugal, por exemplo, está localizado no continente europeu, onde as distâncias e as fronteiras entre os países da União Europeia são menores, favorecendo o aumento do número de visitantes internacionais.

A análise do fluxo turístico nos dois países ajuda a compreender a importância das áreas costeiras para as visitas internacionais, tanto no Brasil como em Portugal (figura 14).

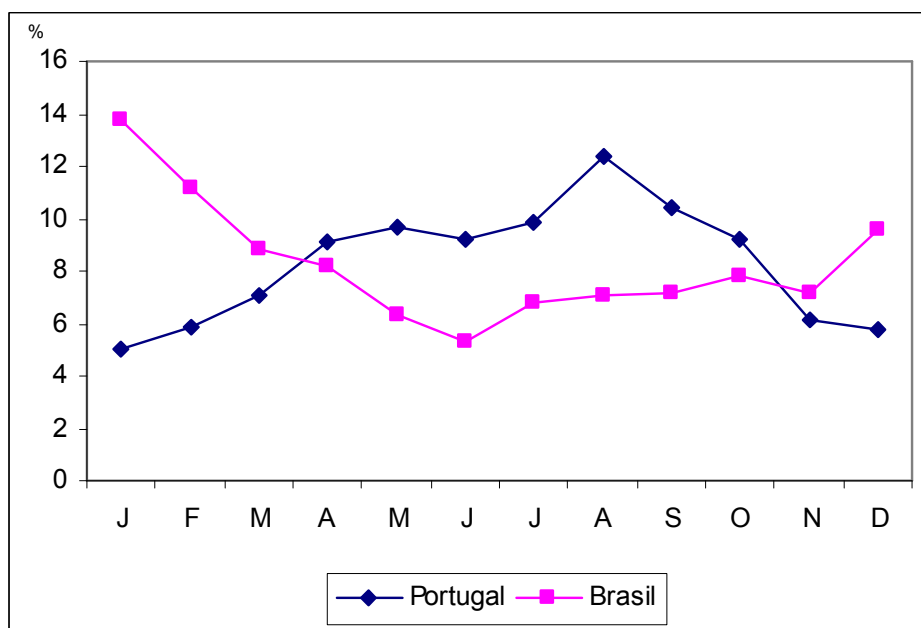


Figura 14 - Fluxos turísticos de acordo com os meses do ano, no Brasil e em Portugal.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base na Embratur e no DGT, 2005.

Os meses de alta estação, no caso Dezembro, Janeiro e Fevereiro, no Brasil, e Julho, Agosto e Setembro, em Portugal, são os mais procurados. Esta situação revela a tendência mundial de aumento do turismo de praia, sol e mar na referida estação do ano. Por um lado, a concentração de visitas nas áreas costeiras dos dois países traz a ideia de avanço no sector, com a abertura de

vários empreendimentos na linha de costa. Por outro lado, a falta de infraestrutura encontrada na maior parte das localidades, para atender ao maior número de visitantes, em pouco espaço territorial e de tempo, tem sido um dos maiores desafios. Alguns esforços têm sido feitos para apresentar outros produtos turísticos que não sejam apenas a praia, o sol e o mar, mas os resultados ainda são incipientes. A ideia unifacetada de que o turismo só traz benefícios passou a ser desmistificada. O fechamento da fase de apogeu do turismo fordista, a partir da década de 1980, traz para a Nova Era do Turismo - NET, a discussão sobre os inúmeros problemas ambientais provocados por esta actividade, principalmente nos ambientes costeiros onde se intensifica a demanda do turismo.

Em síntese, a discussão deste capítulo não teve a intenção de pormenorizar as questões territoriais existentes em dois países de tamanha complexidade, Brasil e Portugal. O principal propósito foi levantar alguns pontos, à escala nacional, de modo a sintetizar as principais questões que contribuíram para a configuração territorial dos dois países. Do mesmo modo que as áreas litorais portuguesa brasileiras e portuguesas desempenharam papéis importantes na história do desenvolvimento territorial, as últimas décadas reafirmam a tendência de continuidade das cobiças por esses espaços. Daí, a necessidade de se aproximar das áreas costeiras do Brasil e de Portugal, de modo a substanciar a análise comparativa de turismo e ambiente nos municípios de Jaguaripe e de Mira.

Capítulo IV

Costas brasileira e portuguesa

4.1 Recôncavo Baiano e Região Centro

As áreas costeiras dos dois países apresentam atracção para o turismo de praia, sol e mar de Norte a Sul, o que não impede o destaque de alguns trechos em relação a outros. Houve maior preocupação em ressaltar as áreas que chamam atenção, seja pela maior presença das actividades turísticas e consequente aumento dos adensamentos demográficos, constituindo intensos impactos para os recursos costeiros, seja pela existência de áreas preservadas do maior contacto com a população local e visitante. No tocante à escala temporal, a ênfase é dada ao período posterior à década de 1970, por ser quando os impactos provenientes do turismo foram mais significativos, tanto para o Brasil como para Portugal. À escala nacional, foi feita uma breve nota sobre as áreas costeiras dos dois países, para em seguida enfatizar a inserção das actividades turísticas na costa do Recôncavo Baiano e da Região Centro, de modo a subsidiar a análise dos impactos encontrados nos municípios de Jaguaripe e de Mira, abordados no capítulo V.

4.2 Costa brasileira - breve nota

A costa brasileira apresenta uma paisagem diversificada distribuída pelos 8 500 quilómetros de extensão. No geral, principalmente nas áreas mais distantes da foz dos rios e das águas de baías, predomina a costa arenosa. Nos locais onde prevalecem os sedimentos que se originam da erosão dos planaltos e das depressões localizadas nas áreas mais elevadas, encontram-se as areias de cores mais claras. Nas localidades próximas aos estuários, que caracterizam a maior parte dos tipos de desembocadura dos rios brasileiros, encontram-se os sedimentos de tonalidades escuras, resultantes dos resíduos liberados pelos ecossistemas de manguezais (AB' SABER, 2001).

De modo diferente de outras áreas costeiras mundiais, localizadas no Oceano Pacífico, Índico e até mesmo no Atlântico, a maioria dos problemas encontrados na costa brasileira resulta do processo de intervenção humana, constituindo assim os denominados riscos sociais (BECK, 1993). Esses riscos resultam, em sua maioria, no processo de ingerência das inúmeras actividades, principalmente aquelas relacionadas com o turismo. As causas dos problemas

ambientais encontrados nas áreas costeiras deixam de ser predominantemente físicas para alcançar as dimensões sócio-econômicas, políticas e culturais, que resultam em diferentes impactos.

Antes de 1950, a análise da costa brasileira acontecia numa escala macro, onde as aproximações com a realidade local e/ou regional pouco existiam. A partir desta década, as investigações ganharam corpo nesta área do conhecimento onde o apoio das técnicas de processamento de informações via satélite e o avanço da tecnologia de automação têm prestado importante papel. A análise da costa brasileira pressupõe um campo vasto e exige a definição da abordagem a ser priorizada (AB' SABER, op. cit.). O autor discute os principais aspectos geomorfológicos, com ênfase para a beleza paisagística difundida no litoral brasileiro e destaca a necessidade de reflectir sobre a crescente pressão humana decorrente das inúmeras actividades desenvolvidas.

A análise da diversidade encontrada na costa brasileira tem sido tarefa difícil, conforme referenciam alguns autores (MORAES, 1999 e MUEHE, 2001.). MORAES, por exemplo, chama a atenção para o processo de consciência na gestão da costa brasileira e para a polémica existente na delimitação territorial das áreas costeiras. A definição de áreas costeiras do Brasil, adoptada pelo IBGE (1991), segundo o autor, não incluía as diversas reentrâncias existentes no litoral e era composta por 253 municípios, o que gerou sérias polémicas. No ano seguinte, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - Gercon incluiu nessa definição novas formas de relevo litoral e estabeleceu 532 municípios para fazer parte desta mesma zona. As divergências na definição existente entre os dois órgãos de planeamento têm criado sérias dificuldades no entendimento dos municípios costeiros. A diferença de 279 municípios retratada por MORAES evidencia o tamanho da disparidade encontrada na adequação de uma política para monitorar o uso e a ocupação do solo nessas áreas.

As dificuldades encontradas no gerenciamento da costa levaram o Plano de Gerenciamento Costeiro do Brasil a adoptar a seguinte definição:

“costa é uma área identificada preliminarmente por uma distância de 20 km sobre uma perpendicular, contados a partir da linha da costa, e por uma faixa marítima de 6 milhas (11,1 km)” (Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, de 21/11/90).

Esta definição visa a atenuar a polémica existente no uso e ocupação da linha de costa brasileira, mas ainda tem sido um assunto polémico. MUEHE (2001), por exemplo, adverte que a preocupação com o planeamento do uso e a ocupação da costa é algo recente e chama a atenção para a necessidade de estudos que abordem os problemas existentes, principalmente aqueles referentes ao processo de sedimentação costeira e ao avanço da urbanização. O referido autor argumenta que a ocupação mais intensa da costa brasileira se acentuou a partir dos últimos 40 anos, com a popularização do automóvel e refuta a ideia de que o Brasil seja um país eminentemente voltado para o litoral. Ao utilizar os dados referentes ao censo do IBGE de 1991, MUEHE afirma que apenas 20% da população brasileira habita os ambientes com distâncias que não ultrapassam os 20 quilómetros do mar.

A discussão do autor evidencia a necessidade de reflexão sobre as recentes transformações ocorridas nas áreas costeiras. A década de 1990 foi um marco importante para o entendimento dessa realidade. O rápido preenchimento dos espaços menos densos da costa, principalmente estimulado pela prática do balneário marítimo, ligou as áreas de ocupação recente àquelas que sempre puxaram a pressão demográfica do país. Este facto contribuiu para a intensificação dos problemas ambientais que se estenderam pelas periferias das principais metrópoles nacionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, onde as densidades demográficas são as maiores do Brasil.

A análise da costa brasileira, em decorrência de sua diversidade, traz sérias dificuldades. Diante da sua relevância para o desenvolvimento desse estudo considerou-se importante apresentar as principais tipologias (figura 15).

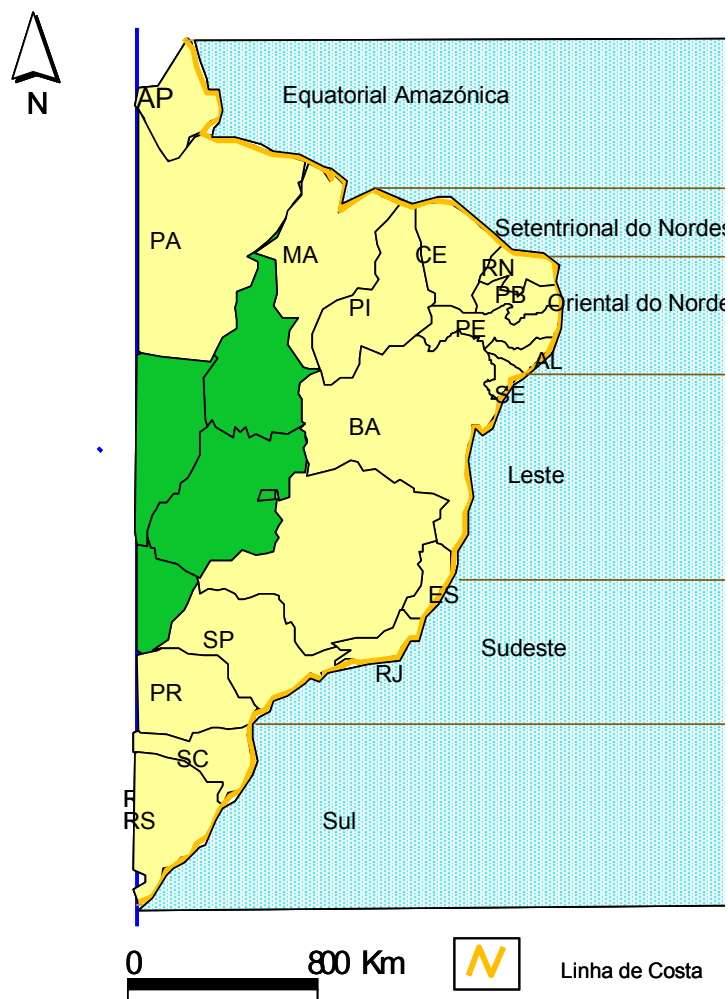


Figura 15 - Divisão da costa brasileira.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base em AB' SABER, 2001.

De acordo com AB' SÁBER (op. cit.) a costa do Brasil está dividida em seis regiões. Para efeito deste estudo foram realizados dois agrupamentos, com base nas áreas de maior contraste de densidade demográfica. O primeiro está formado pelas áreas que se encontram nas duas extremidades costeiras do país, no caso a Equatorial Amazônica e a Costa Sul, por serem portadoras de baixo adensamento demográfico, sendo que o segundo está representado pelas Costa Nordeste, Leste e Sudeste, com intensa densidade demográfica.

4.2.1 Áreas de baixa densidade: costa Equatorial Amazónica e Sul

As regiões costeiras localizadas nas extremidades do país são as portadoras de menor densidade demográfica. Na Equatorial Amazónica, as interferências antrópicas intensificam-se a cada dia, com forte degradação ambiental, tais como exploração da madeira, prática de pesca predatória e a construção de empreendimentos imobiliários, em locais inadequados. Entretanto, enquanto a média da densidade brasileira é de 22 habitantes/Km² nessa região, existem municípios situados na linha de costa com menos de um habitante/Km² (quadro 4).

Estado	Município	Costa	Densidade (hab/Km ²)
Amapá	Calçoene	Equatorial Amazónica	0,47
Amapá	Amapá	Equatorial Amazónica	0,77
Pará	Chaves	Equatorial Amazónica	1,32
Maranhão	Paulino Neves	Equatorial Amazónica	1,56
Paraná	Guaraqueçaba	Sul	4,10
Rio Grande do Norte	Galinhas	Setentrional do Nordeste	5,17
Pará	Soure	Equatorial Amazónica	5,68
Rio Grande do Sul	Mostarda	Sul	5,88
Maranhão	Santo Amaro do Maranhão	Equatorial amazónica	6,00
Rio Grande do Sul	Sta. Vitória do Palmar	Sul	6,35
Maranhão	Humberto Campos	Equatorial amazónica	6,68
Maranhão	Serrano do Maranhão	Equatorial amazónica	7,56
Maranhão	Primeira Cruz	Equatorial amazónica	8,05
Rio Grande Sul	Tavares	Sul	8,84

Quadro 4 - Municípios com menores densidades na costa do Brasil.

Fonte: IBGE, 2006.

O quadro 4 demonstra que dos quatorze municípios localizados na costa brasileira, com menores densidades demográficas, a Região Equatorial Amazónica apresenta a maioria. Este facto evidencia a intensa disparidade encontrada no tipo de ocupação dos ambientes costeiros. Os municípios de Calçoene e Amapá com 0,47 e 0,77 habitantes/ Km², respectivamente, destacam-se entre os menos densos da costa do Brasil (figura 16).

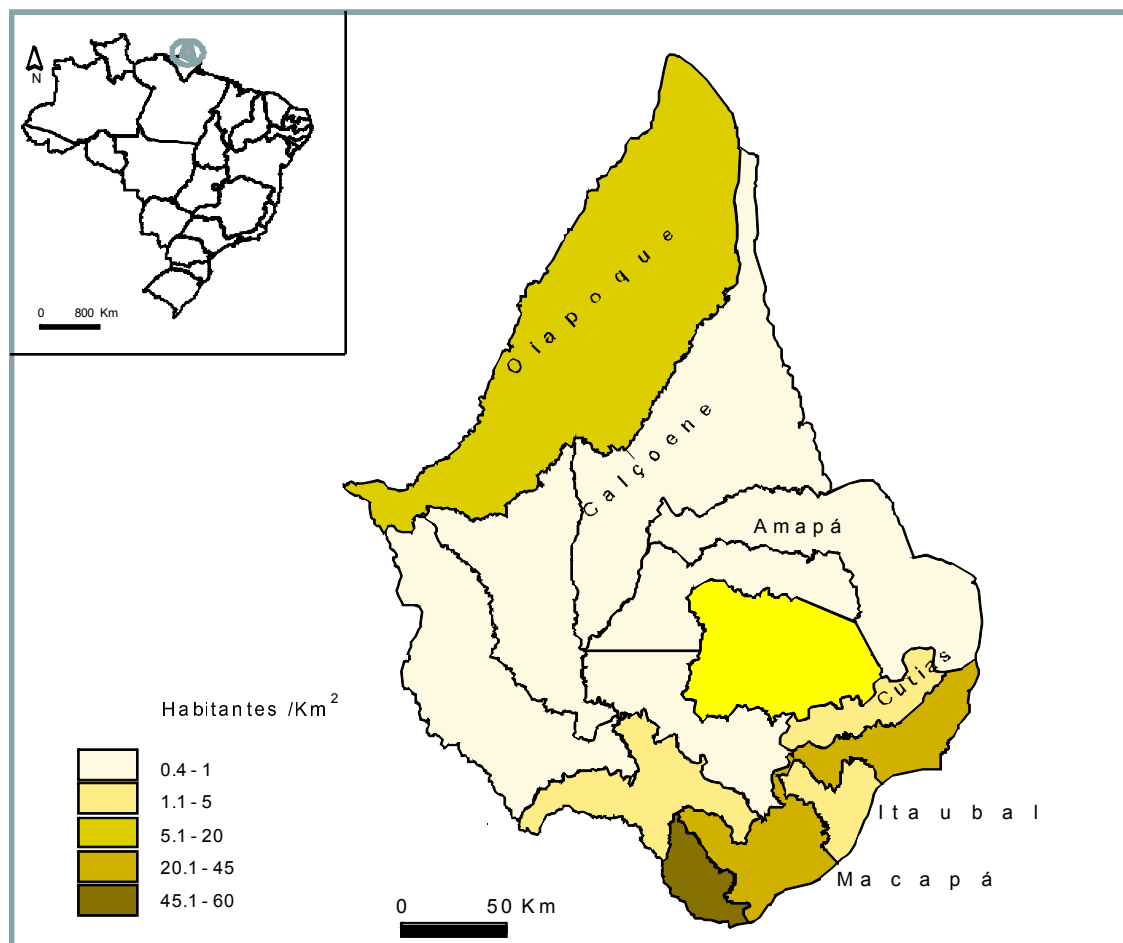


Figura 16 - Área costeira de menor densidade no Brasil.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no IBGE, 2006.

O crescimento da demanda turística, nas áreas costeiras, para o balneário marítimo, contribui para modificar o comportamento demográfico desta região. As áreas próximas à praia estão sendo alteradas para a construção dos empreendimentos imobiliários que prestam apoio às atividades turísticas, tais como hotéis, pousadas e restaurantes. As transformações decorrentes dessas atividades acontecem por toda a linha de costa brasileira, embora os seus impactos variem de acordo com as especificidades contidas em cada localidade, de acordo com o que foi abordado no município de Jaguaripe (capítulo V).

No grupo das regiões portadoras de baixa densidade demográfica, destaca-se, também a Costa Sul do Brasil, que se localiza na outra extremidade do país, numa zona marcada pelo encerramento das escarpas da Serra do Mar e

portadora do conjunto de ilhotas que compõem uma das áreas costeiras mais recortadas do país (AB' SABER, 2001: 252). Nessa região, as praias arenosas intercalam-se com alguns trechos de falésias, a exemplo do que acontece com o município de Torres, no Rio Grande do Sul (foto 1).

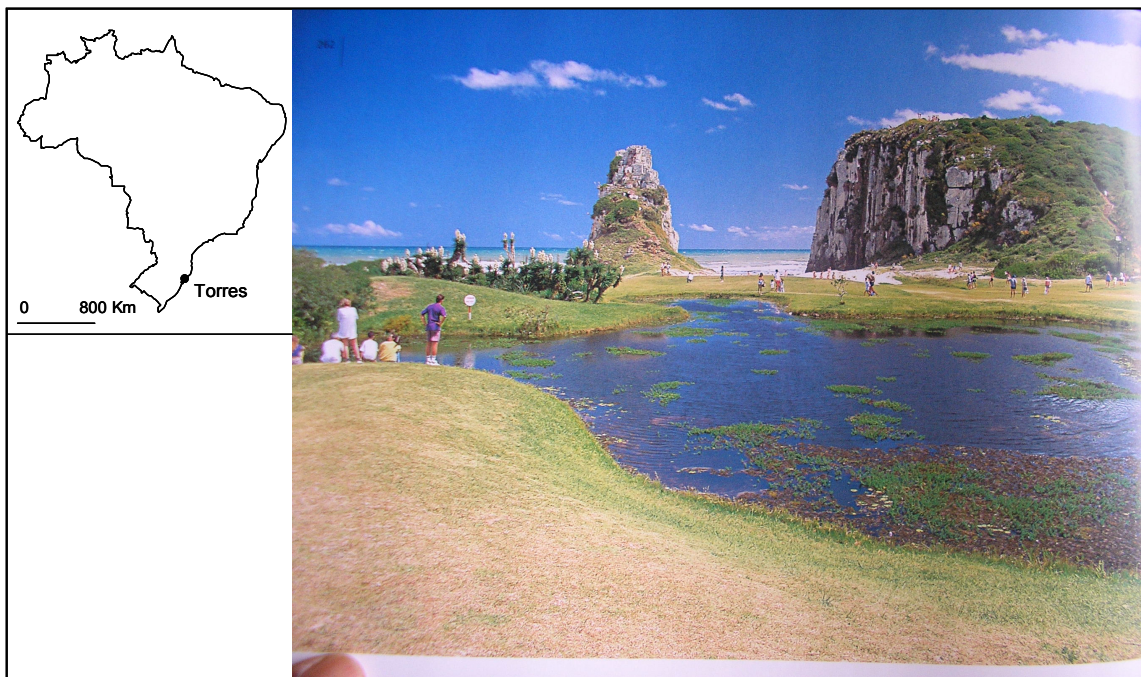


Foto 1 - Praia de Torres, no Rio Grande do Sul.

Fonte: AB' SABER, 2001.

O município de Torres apresenta-se como uma das principais atrações para o turismo na região. As belezas paisagísticas resultantes dessas diferentes formas de relevo atraem os olhares de visitantes de diferentes localidades. No tocante à densidades demográfica dessa região, os municípios de Guaratuba e Portal do Paraná possuem 20,5 e 7,6 habitantes/km², respectivamente e estão abaixo da densidade média nacional, 22 habitantes/km² (figura 17).

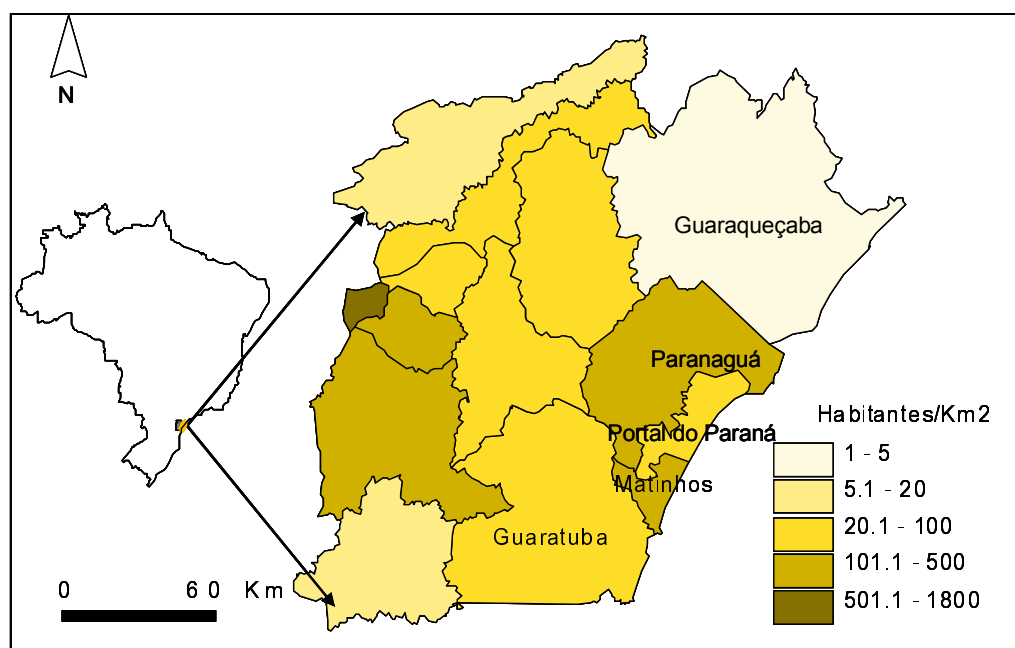


Figura 17 - Densidade de alguns municípios da Costa Sul do Brasil.

Fonte : Elaborada por SANTOS, com base no IBGE, 2006.

A Costa Sul intensificou o processo de ocupação após a Independência do Brasil, no início do século XIX. Após a proibição do tráfico de escravos, no ano de 1850, a imigração internacional tornou-se mais intensiva, com a presença das colônias alemã e Italiana que contribuíram para o povoamento dessa região. O crescimento das atividades turísticas, nos últimos decênios, contribuiu para elevar a densidade demográfica, porém em ritmos diferenciados das regiões costeiras que estão no segundo grupo, no caso a Nordeste, a Leste e a Sudeste.

4.2.2 Costas Nordeste, Leste e Sudeste: intensas densidades demográficas

Das seis regiões localizadas na costa do Brasil, as maiores densidades demográficas estão na costa Oriental do Nordeste, nos municípios de Pernambuco, e na Costa Sudeste, nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (figura 18).

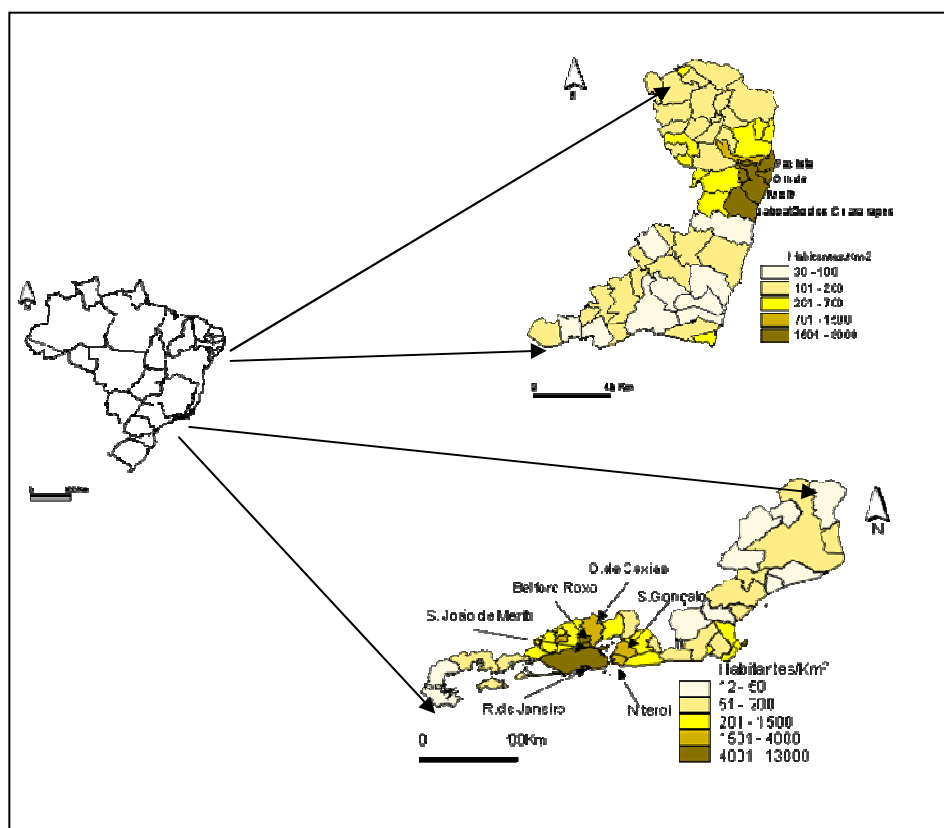


Figura 18 - Áreas de maiores densidades populacionais na costa do Brasil.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no IBGE, 2006.

No conjunto dos 20 municípios mais densos da costa brasileira, quatro pertencem ao Estado de Pernambuco: Olinda, Recife, Paulista e Igarapé, com 8 361, 6 557, 2 789 e 2 687 habitantes/Km², respectivamente. O desenvolvimento das actividades agro-exportadora, durante o processo de colonização, na Zona da Mata Nordestina, foi importante para a atracção populacional vigente. O contexto histórico em que a Capitania de Pernambuco foi administrada, uma das poucas a alcançar a prosperidade almejada pelos seus donatários, aliado aos demais impulsos provenientes dessa zona costeira, foi marcante para intensificar a ocupação territorial (FURTADO, 1972). O aumento pela procura do turismo de praia, sol e mar, após a década de 1990, tem alterado o ritmo da ocupação e uso do solo dos municípios situados nessa região. A paisagem intensamente marcada pela tradição de cultivo dos canaviais do nordeste ganha novos elementos com a implementação dos complexos imobiliários e com o aumento de visitantes relacionados às actividades turísticas.

No tocante à Costa Sudeste, a Baía de Guanabara e a Baixada Santista são as áreas portadoras das maiores densidades demográficas. Convém destacar o município de São João do Meriti, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na condição de um dos mais densos do país, com 12 843 habitantes/Km². A histórica cidade do Rio de Janeiro, localizada na Baía de Guanabara, tem funcionado como um dos maiores centros de atracção populacional do país, desde a colonização portuguesa até os dias actuais. Ainda nessa região, a baixada santista, no Estado de São Paulo, constitui outro centro de elevada densidade demográfica, principalmente em decorrência das actividades portuárias (foto 2).

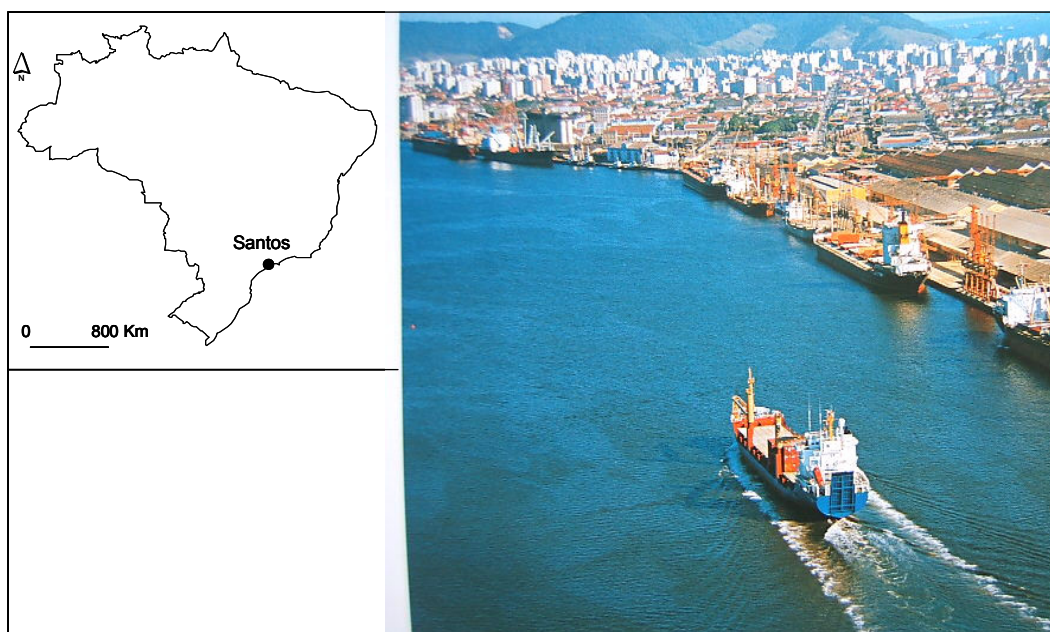


Foto 2 - Praia de Santos, no Estado de São Paulo.

Fonte: AB' SABER, 2001.

A intensa circulação de mercadorias e de pessoas que movimentam o Porto da cidade de Santos advêm desde a época da colonização quando esta região foi importante centro produtor de açúcar do Brasil. Nesta porção da costa brasileira, as actividades turísticas encontram-se mais imbricadas no conjunto das demais actividades económicas. Isso difere de áreas como a do município de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, onde esta actividade acaba por puxar o processo de urbanização turística, conforme abordado no capítulo V.

Em síntese, a costa brasileira é marcada por vários contrastes, onde a ocupação humana retrata esta realidade. Enquanto nas regiões Nordeste e Sudeste encontram-se municípios com as mais elevadas densidades do país, os extremos Norte e Sul apresentam os maiores vazios demográficos. No tocante às localidades situadas na linha de costa da Região Nordeste, por está directamente relacionada com a área de estudo, os municípios de Igarçu e Olinda, na costa de Pernambuco, por exemplo, sempre tiveram maiores adensamentos demográficos. Diante da visão panorâmica da costa brasileira, agora será analisada a costa do Recôncavo Baiano onde se localiza o município de Jaguaripe.

4. 2.3 Costa do Recôncavo Baiano

Antes de passar a análise da costa do Recôncavo Baiano, optou-se por fazer uma síntese sobre o Estado da Bahia, onde essa região está inserida. A ocupação do território baiano aconteceu a partir das incursões indígenas e, posteriormente, houve a incursão de povos europeus e africanos que fundaram os primeiros núcleos urbanos. O processo inicial de humanização do território aconteceu mediante o habitat de três tribos importantes, no caso Tupi, Jê e Kariri. A primeira ocupava o litoral baiano, a segunda se expandiu pelo interior do Estado e a tribo Kariri estendia-se pelo Nordeste da Bahia (TAVARES, 2000:16). Os cinco séculos de formação territorial baiana produziram significativas dicotomias no espaço geográfico. De um lado, houve a degradação de boa parte da flora e da fauna, decorrente da concentração de terras, que causou também o afastamento da maior parte da população do acesso aos serviços importantes, tais como educação, saúde e lazer. Em contrapartida, foram gerados os aprimoramentos técnicos e produzidos os legados que resultaram na diversificação da paisagem onde o turismo actualmente se insere.

O Estado da Bahia passou por intenso período de calmaria até a década de 1980, onde o aumento da população urbana passou a ser mais evidente. Enquanto no território nacional a população urbana ultrapassou a rural, entre as décadas de 1960 e 1970, na Bahia, este facto somente aconteceu após a década de 1980 (quadro 5).

Ano	População			Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
1940	3 918 112	937 571	2 980 541	23, 93
1950	4 834 575	1 250 507	3 584 068	25, 86
1960	5 920 447	2 032 922	3 887 525	34, 34
1970	7 493 470	3 085 483	4 407 987	41, 17
1980	9 454 346	4 660 304	4 794 042	49, 29
1991	11 855 157	7 007 729	4 847 428	59, 11
2000	13 070 250	8 772 348	4 297 902	67, 11

Quadro 5 - Indicativos demográficos do Estado da Bahia - 1940/2000.

Fonte: SEI (2001).

O turismo foi o principal impulsionador do crescimento urbano nas áreas litorais. A maneira como a população do estado está distribuída serve de subsídio para esta reflexão. Os municípios baianos situados numa distância inferior a 100 quilômetros da linha de costa são os que detêm o maior contingente de população no Estado, pois poucos são aqueles localizados na faixa mencionada com população inferior a 30 000 habitantes (figura 19).

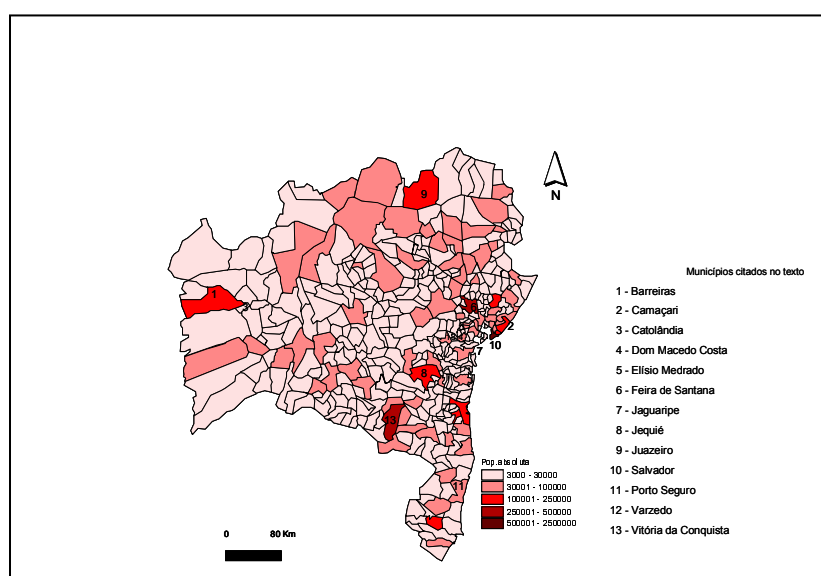


Figura 19 - Distribuição da população na Bahia.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no SEI, 2004.

O caso de Jaguaripe, escolhido para a comparação com Mira, constitui uma das poucas exceções, de acordo com o que foi analisado no capítulo V. O aumento da sociedade de consumo e o crescimento do sector terciário da economia, nomeadamente em decorrência do turismo, nos últimos anos, motivaram a elevação da densidade demográfica, nas áreas costeiras (figura 20).

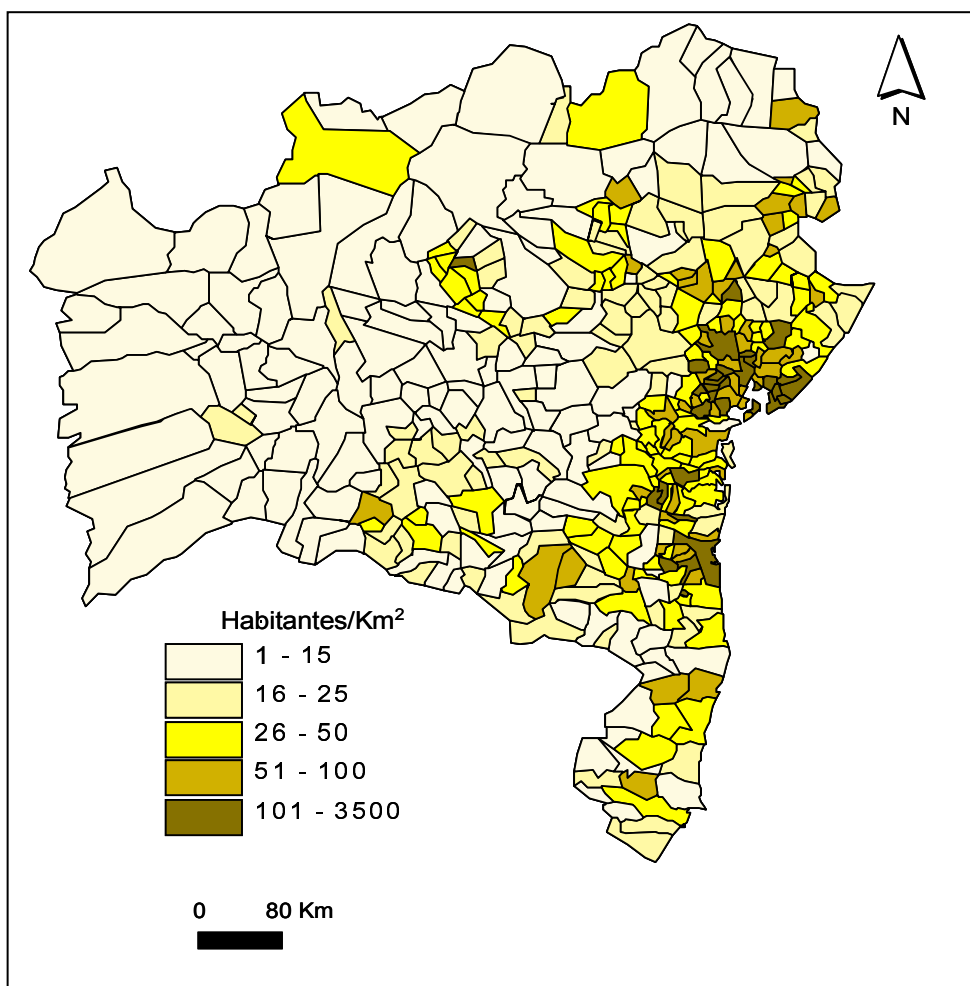


Figura 20 - Densidade demográfica do Estado da Bahia.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base nos dados do SEI, 2002.

Na faixa Central para o Oeste do Estado, as densidades raramente ultrapassam os 25 habitantes/Km². Enquanto isso, os municípios de Salvador, com 3 443 e Lauro de Freitas, com 1 892 habitantes/Km², situados na costa do Recôncavo, são os mais densos do Estado da Bahia. Na análise sobre turismo e ambiente na costa do Recôncavo convém reflectir sobre os principais pontos que contribuíram para a formação dessa região.

A presença marcante de uma paisagem composta de dunas, restingas e manguezais, servida por um clima tropical sub-húmido, com brisas e ventos oceânicos, com o balanço frequente das ondas do mar, constitui um dos principais atractivos para a formação da diversidade natural e cultural. A compreensão do Recôncavo Baiano tem passado por diferentes concepções perante os investigadores que se debruçaram sobre esta temática. Uma das primeiras referências para a sua definição está baseada nos trabalhos realizados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, logo após a Segunda Guerra Mundial, que se fundamentava na Geografia Clássica e adoptava critérios predominantemente físicos. A Baía de Todos os Santos foi a principal referência para a definição do Recôncavo Baiano. A ocorrência desse acidente geográfico contribuiu para a formação dos principais componentes ambientais encontrados, conforme ilustra o mapa geológico (figura 21).

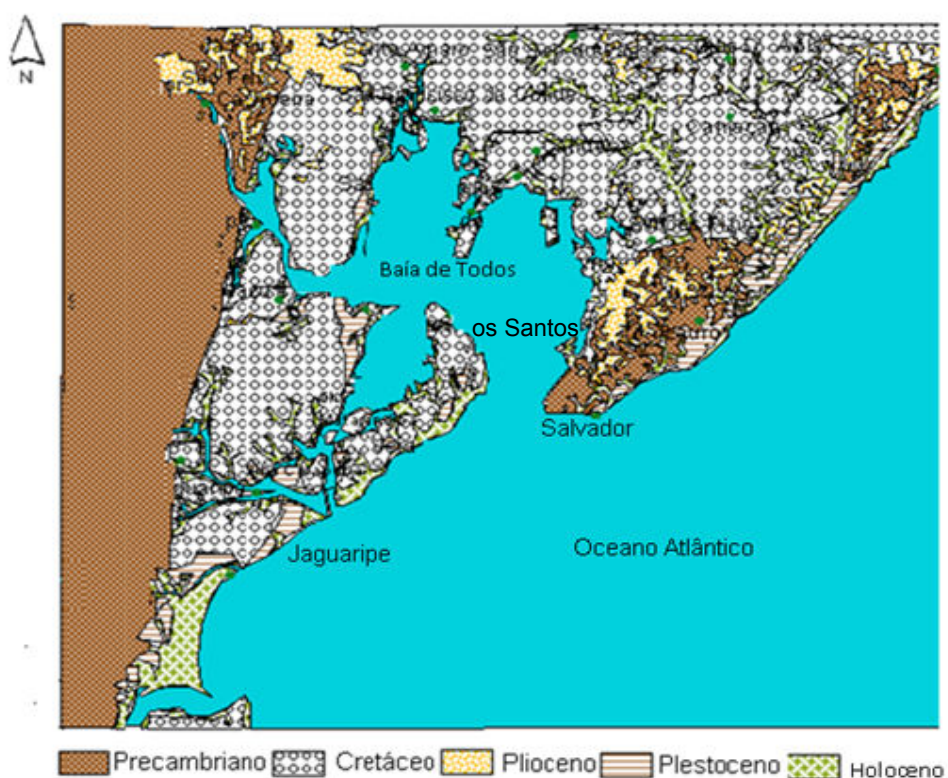


Figura 21 - Estrutura geológica do Recôncavo Baiano.

Fonte: SANTOS, M.C., com base na Secretaria das Minas e Energia, 1980.

De acordo com a figura 21, as rochas cristalinas, datadas do pré-cambriano, predominam nas zonas Leste, no caso de Salvador, e Oeste, passando pelos municípios de Maragogipe, Nazaré e Jaguaripe, assim como em alguns afloramentos situados ao fundo dos principais rios e riachos que passam por essa região. Nas partes mais baixas, principalmente nos leitos dos rios e por toda a linha de costa, predominam os sedimentos mais recentes, datados do Quaternário, principalmente do Holoceno. O contacto entre a terra e o mar, na costa do Recôncavo, acontece mediante o predomínio de uma topografia suave, com poucas arribas, onde favorece a presença de restingas, manguezais e areias, que passaram a funcionar nos últimos anos como atractivo para a prática do turismo.

A complexidade paisagística encontrada nessa região tem provocado sérias discussões no tocante à sua delimitação territorial. No final da década de 1950, SANTOS (1958) criticou a classificação de Recôncavo, calcada apenas nos critérios físicos e sugeriu uma divisão regional que preservasse as identidades culturais e fosse além dos municípios propostos anteriormente. Fundamentado na concepção de evolução espacial, em forma de redes urbanas, considerou a região estudada como resultado do conjunto de interacção entre as cidades que extrapolam os limites convencionais, situados apenas ao fundo da Baía de Todos os Santos, e inseriu outros municípios como Feira de Santana e Alagoinhas, localizados em áreas mais distantes.

A partir dos anos de 1960, vários estudos foram desenvolvidos sobre o Recôncavo Baiano, com ênfase nas dimensões culturais, sociológicas e económicas a exemplo de COSTA PINTO (1997) PEDRÃO (1997) e BRITO (2004). O certo é que a denominação de Recôncavo está relacionada com a existência de uma região côncava, situada ao fundo da Baía de Todos os Santos (MATTOSO, 1992). As diferentes concepções utilizadas não desprezaram os municípios que possuem tradição ao entorno desse histórico acidente geográfico como Salvador, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe e Santo Amaro. Os estudos desenvolvidos sobre essa região têm chamado a atenção para a diversidade encontrada nas diferentes subunidades: Recôncavo Canavieiro, Fumageiro e do Petróleo, entre outras. O facto de existirem inúmeras classificações sobre o Recôncavo Baiano acaba por prorizar um ou outro critério, a depender da óptica de quem o regionaliza.

Na análise de turismo e ambiente costeiro dois pontos são importantes para a compreensão dessa região. O primeiro refere-se à importância dos aspectos físicos e bióticos, onde a Baía de Todos os Santos tem papel importante. O segundo refere-se à idéia de rede porposta pelo Professor Milton Santos, em 1958, por ressaltar a importância das actividades humanas no conjunto das diferentes cidades. O turismo demanda intensa relação no conjunto dos componentes físicos, bióticos e humanos. Os fluxos, principalmente de pessoas e de veículos, que convergem e divergem constantemente dos diferentes lugares evidenciam esta realidade. Os visitantes de Jaguaripe, por exemplo, estão relacionados ao conjunto de localidades como Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas e Santo Antônio de Jesus, que se complementam na formação de uma rede urbana (figura 22).

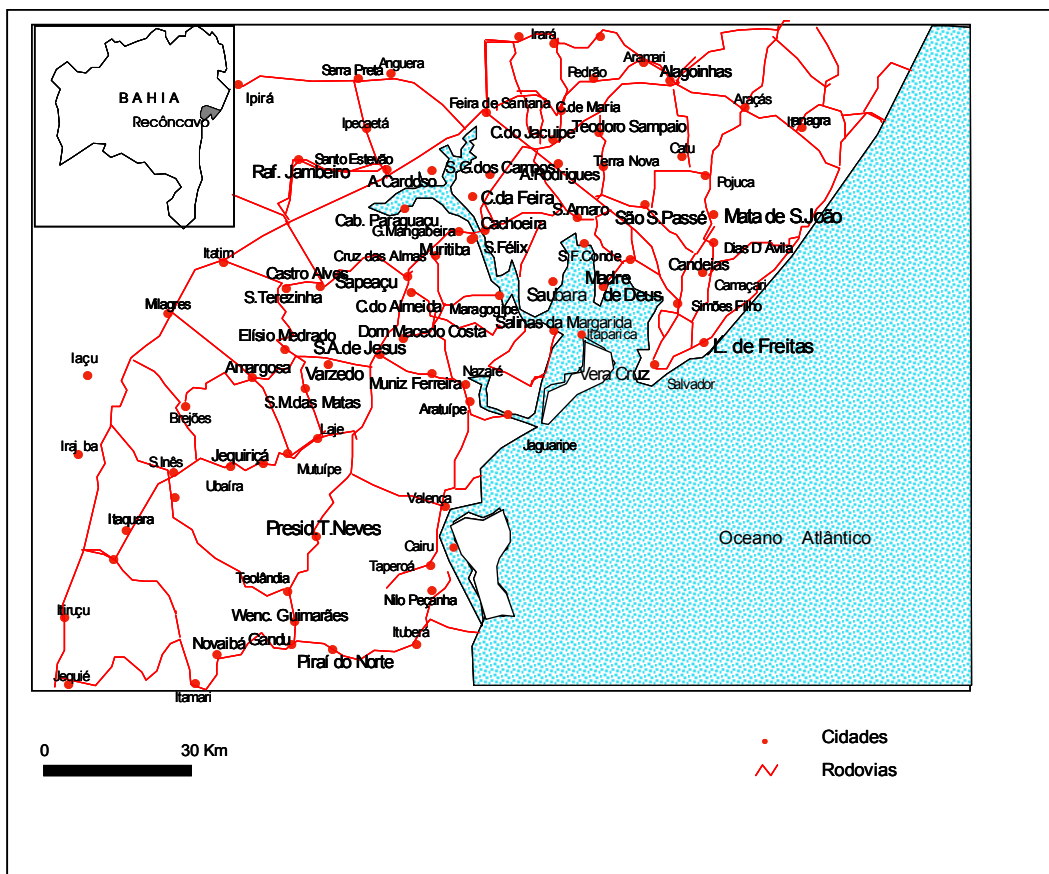


Figura 22 - Rede de cidades e sistema viário no Recôncavo.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no SEI, 2006.

A forma como essa rede urbana está estruturada ajuda na compreensão das actividades turísticas. O Recôncavo Baiano aqui analisado está composto por

dezenas de cidades que ultrapassam os contornos da Baía de Todos os Santos, onde as relações físicas, bióticas e humanas, processadas ao longo de sua história, encontram-se representadas nas suas diferentes sub-unidades. De acordo com os propósitos desta investigação, três grupos de municípios merecem destaque. O primeiro advém de épocas pretéritas, desde o período colonial, constituindo-se a base para a formação política e territorial da Bahia. Nesse grupo encontram-se Salvador, Cachoeira, Jaguaripe, Maragogipe e Santo Amaro, pioneiros na ocupação dessa região. No segundo grupo, destacam-se os municípios de Santo António de Jesus, Feira de Santana, Alagoinhas e Cruz das Almas, localizados numa zona de interface entre os municípios históricos e aqueles que consolidam a rede urbana actual. No terceiro grupo, estão os municípios costeiros, directamente relacionados com os objectivos desta investigação, onde além daqueles destacados na formação histórica da Bahia, anteriormente mencionados, encontram-se Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João, com forte atractivo para as actividades turísticas. Daí a impotência de se analisar a inserção do turismo na costa do Recôncavo Baiano.

4.2.3.1 Inserção do turismo

A inserção do turismo na costa do Recôncavo está associada às iniciativas ocorridas no Estado da Bahia. A primeira tentativa pública de intervenção territorial data de 1951, quando a Prefeitura Municipal de Salvador instituiu a taxa municipal de turismo (GAUDENZI, 2000). Segundo o autor, de 1963 a 1964, foi criado o Conselho de Turismo de Salvador, sendo em seguida formada uma Direcção Municipal de Turismo que estimulou a elaboração do Plano Municipal de Turismo e a criação da Superintendência de Turismo da cidade de Salvador- Sutursa. A criação da Bahiatursa, no ano de 1968, com o intuito de fomentar a política de turismo gerou forte impulso. Algumas iniciativas surgiram no território baiano, a exemplo da criação do Plano de Turismo do Recôncavo, que inicialmente se preocupou em desenvolver o turismo na Baía de Todos os Santos, com a requalificação da orla marítima de Salvador, para em seguida alcançar o município de Porto Seguro.

O turismo baiano surge com uma visão unificada, com forte predomínio do viés economicista, em decorrência da própria vinculação da Bahiatursa com a

Secretaria de Indústria e Comércio. Os primeiros investimentos deste período foram canalizados para a rede hotelaria e qualificação da mão-de-obra. Isto ficou mais forte com a parceria estabelecida entre a Embratur e a Bahiatur, que resultou na criação da Emtur- Empreendimento Turístico da Bahia S.A. Foi nesse contexto que foram implantados os principais hotéis, localizados na cidade de Salvador, a exemplo do Salvador Praia Hotel, Ondina Praia Hotel e Bahia Othon Pálace Hotel.

Nos primeiros estágios de inserção do turismo na costa da Bahia, esta actividade estava concentrada nas proximidades de Salvador. Eram poucas as iniciativas que ultrapassavam este raio de acção. A partir da década de 1970, com o intuito de dar outra dimensão espacial para o turismo no Estado, foi criado o plano denominado Caminhos da Bahia. Alguns esforços foram somados no propósito de descentralizar o desenvolvimento do turismo que ocorria ao entorno da Baía de Todos os Santos. Municípios como Cachoeira, Itaparica e Porto Seguro foram contemplados com essa iniciativa (GAUDENZI, op. cit.).

A partir da implementação do projeto acima, intensificaram-se os fluxos de turistas para a Região Metropolitana de Salvador e os municípios que compõem os Caminhos da Bahia. Após a década de 1980, surgiu nova expectativa de desenvolvimento do turismo. Houve o incremento de acções que modificaram a configuração territorial, o que resultou na instalação de vários equipamentos turísticos e no crescimento das actividades do comércio e de serviços. A expansão das vias rodoviárias, ilustrada na figura 24, ajudou na implementação da infra-estrutura da rede urbana do Recôncavo. A reforma do aeroporto Luis Eduardo Magalhães, em Salvador, e a implantação do aeroporto de Guaibim, no município de Valença, na década de 1990, foram alguns desses exemplos.

A implantação do Prodetur-BA - Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia, em 1991, funcionou, também, como um marco importante para empreender as modificações territoriais, pela via do turismo. Os investimentos financeiros oriundos de empréstimos concedidos através das instituições como Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, subsidiaram a política de desenvolvimento do turismo. A expansão dessa actividade na costa do Recôncavo teve o incentivo dos projectos estaduais e municipais, iniciados desde os anos de 1970, mas a sua intensificação aconteceu a partir da década de 1980. Uma das principais evidências foi a regionalização do

Estado da Bahia, com base nas potencialidades turísticas. No primeiro momento, a costa baiana foi dividida em cinco regiões, de Norte para o Sul: Costa dos coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias. No ano de 1990, o programa da Prodetur-BA, com base nas potencialidades disponíveis para o turismo, identificadas em épocas anteriores, dividiu o território baiano em pólos turísticos (figura 23).

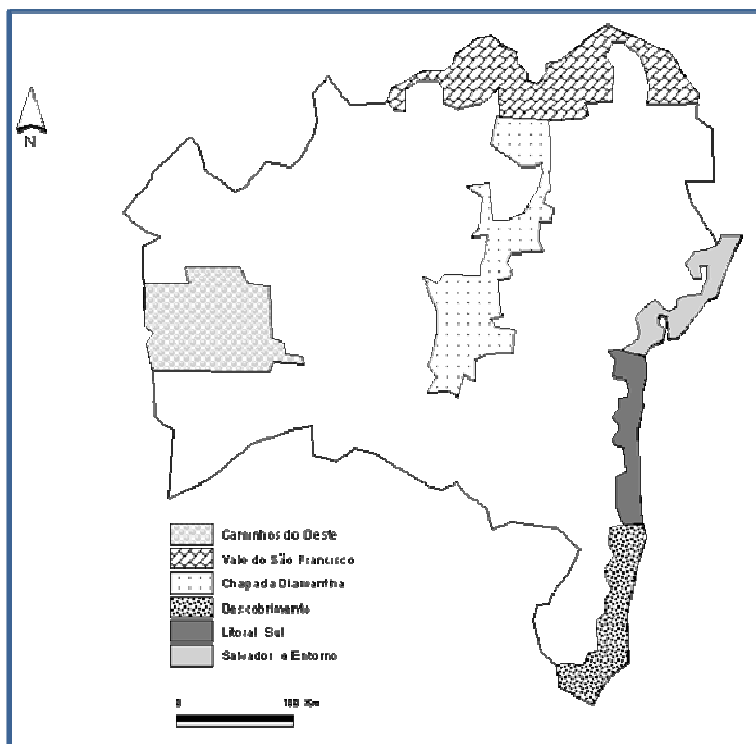


Figura 23 - Principais pólos turísticos na Bahia.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base na Bahiatursa, 2004.

Dos pólos apresentados na figura 23, o litoral contribui com três, o que evidencia a mudança de funções historicamente desenvolvidas nas áreas costeiras, a partir da intensificação do turismo. As modificações sócio-económicas e culturais intensificadas pelo turismo, após a década de 1980, foram visíveis na costa do Recôncavo. As primeiras intervenções acontecem na cidade de Salvador. Inicialmente, foi a vez do Centro Histórico, partindo pelo Pelourinho, onde houve a modificação de toda fachada urbana. O tombamento dessa localidade como património da humanidade, através da UNESCO, motivou a sua reforma, constituindo-se num dos principais cenários para o turismo internacional.

A partir daí foram realizados vários empreendimentos que contribuíram para a expansão do turismo, tais como reforma da Orla Atlântica, abertura da Linha Verde, estradas que ligam Salvador aos municípios do Litoral Norte, construção do Resort Praia do Forte e a implantação do empreendimento Costa do Sauípe, que passaram a funcionar como fortes atractivos para os visitantes nacionais e estrangeiros.

Houve o aumento do ritmo de crescimento das cidades situadas no Recôncavo Baiano, com intenso fluxo de pessoas que se originam dos diferentes centros urbanos distribuídos por todo o Estado da Bahia e demais regiões do país. Os dados sobre os fluxos turísticos na Bahia não foram disponibilizados por municípios, o que daria maior visibilidade na análise, principalmente no caso de Jaguaripe, o que demandou a organização por pólos turísticos (figura 24).

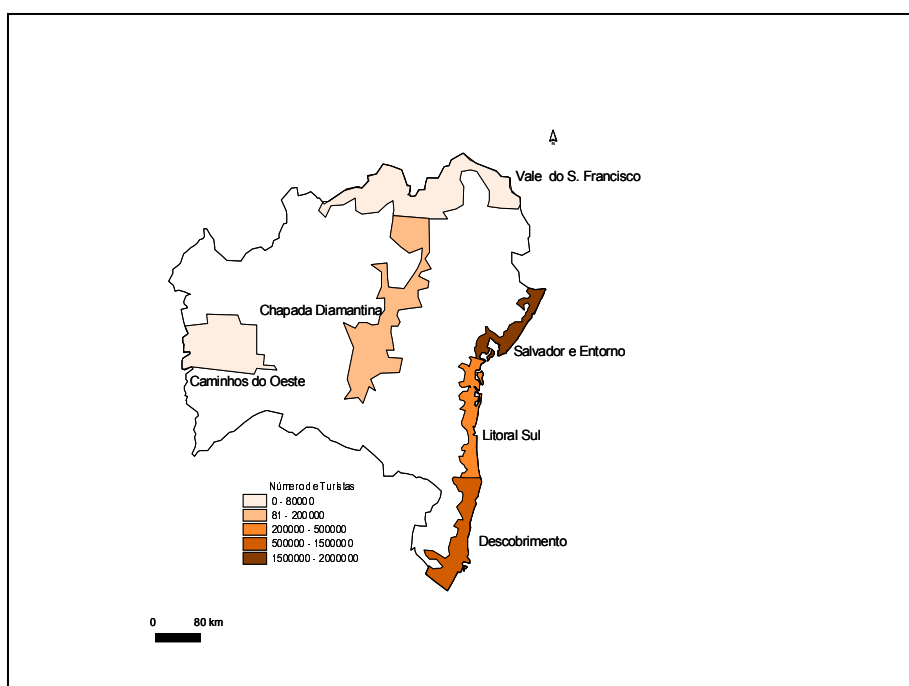


Figura 24 - Distribuição dos turistas na Bahia.

Fonte: Bahiatursa, 2004.

As áreas que recebem maior fluxo de visitantes estão concentradas na linha de costa. De acordo com a Bahiatursa (2004), os três pólos turísticos mais destacadas são Salvador e o entorno, Descobrimento e o Litoral Sul. Os dados organizados pela Bahiatursa não especificam a quantidade de visitantes por município. No caso de Jaguaripe, a maioria dos visitantes tem origem na própria região, principalmente na cidade de Salvador que funciona como a principal porta

de entrada dos turistas nacionais e estrangeiros. O fluxo de turistas que se deslocam para a Bahia segue a mesma lógica do turismo nacional. A maior parte vem do próprio país, 73%, sendo que 14% se originam do Estado da Bahia e 13% têm origem nos países estrangeiros (figura 25).

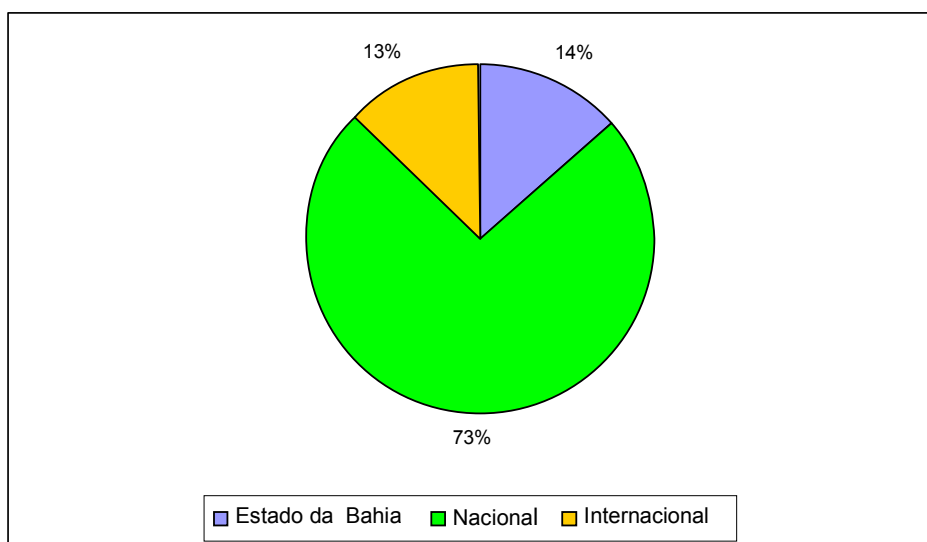


Figura 25 - O turismo na Bahia.

Fonte: Bahiatursa, 2004.

Dos turistas internacionais que visitam a Bahia, o maior contingente vem dos Estados Unidos, França e Portugal. No caso dos visitantes domésticos, a maior parte tem origem nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe (Bahiatursa, 2004). Durante os anos de 1997 a 2002, o número de turista esteve sempre a crescer, com exceção do ano de 2001, quando houve um declínio (figura 26).

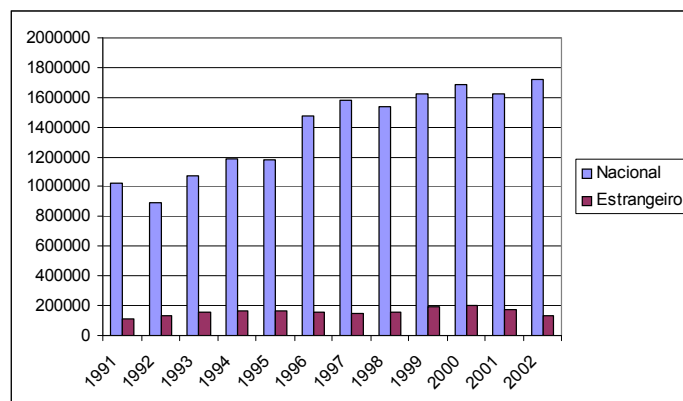


Figura 26 - Turistas nacionais e estrangeiros, na Bahia - 1991/2002.

Fonte: BAHIATURSA, 2003.

A queda no referido período foi justificada pelas constantes ameaças do terrorismo, principalmente após o atentado sofrido pelos Estados Unidos, em Setembro de 2001. Na análise dos fluxos turísticos ocorridos no território baiano, verifica-se que as potencialidades turísticas existentes no Estado são enormes, mas ainda estão subaproveitadas. Há esforços no propósito de se estender esta actividade aos demais espaços que dispõem de potencialidade para o turismo, mas a concentração ocorrida ao entorno da Região Metropolitana do Salvador constitui um desafio. A cidade de Salvador passou da sexta posição, no ano de 1992, para a terceira, em 2003, no rank do turismo internacional, com o número de 514 000 turistas. As cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro são as mais preferidas pelo turista internacional, ficando em primeiro e segundo lugar, respectivamente (BAHIATURSA, 2002). Enquanto isso, no âmbito do turismo doméstico, Salvador passa para o segundo lugar, com 3 913 000 turistas (EMBRATUR, 2003).

Do ponto de vista ambiental, o crescimento do turismo, na costa do Recôncavo da Bahia, provoca intensa dicotomia: por um lado a ideia de que motiva o processo de preservação, em decorrência da necessidade de desenvolvimento da própria actividade; por outro lado, intensifica a degradação, principalmente em função da falta de cuidados com os componentes físicos, bióticos e humanos encontrados no ambiente costeiro. O crescimento da densidade demográfica na costa do Recôncavo passou a ser significativo nos últimos anos (figura 27).

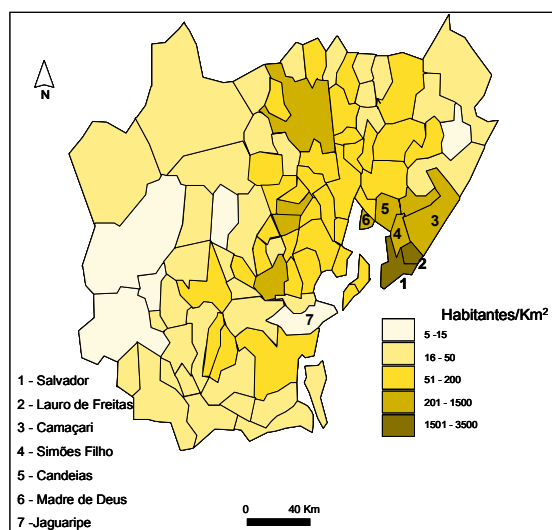


Figura 27 - Densidade demográfica no Recôncavo Baiano.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no IBGE e SEI, 2005.

Os municípios situados na linha de costa do Recôncavo apresentam densidades demográficas superiores a 20 habitantes por quilómetros Km², excepto Jaguaripe que constitui um caso atípico, conforme referido no capítulo I. Salvador e Lauro de Freitas são os municípios mais densos do Recôncavo Baiano, com 3 443 e 1 892 habitantes/Km². A maioria dessas localidades teve aumento da densidade demográfica após a década de 1980, com excepção de Salvador, que dispõe de histórico crescimento urbano.

O maior problema identificado não está no aumento da densidade e sim na falta de acesso por parte da maioria da população à saúde, à educação e à renda, principalmente. O afastamento da população local das políticas de crescimento das áreas turísticas e o aumento descontrolado da especulação imobiliária contribuem para esta questão. O processo de gestão territorial passa por longas tradições da prática de um planeamento autoritário (SOUZA, 1988). Os Planos Directores, utilizados como mecanismo de gestão das cidades brasileiras, a partir da Segunda Guerra Mundial, não contemplam os interesses da maioria da população. A construção dos prédios enormes, com alto grau de verticalização em plena Orla Atlântica de Salvador constitui um dos exemplos (foto 3).



Foto 3 - Ocupação da orla de Salvador – Pituba

Fonte: Visita de estudo, 2006.

Durante muito tempo houve sérias polémicas quanto ao respeito às leis que proibiam a construção de prédios com altura superior a quatro pavimentos na

linha de costa. Num momento em que as discussões ambientais, à escala mundial, ganham força, acontece o inverso. A pressão dos especuladores imobiliários prevalece sobre a qualidade de vida almejada pela maioria da população e possibilita um tipo de edificação que provoca sérios danos ao ambiente costeiro. Além da quebra do padrão estético, a presença dos prédios de vários andares, em frente das construções de menor porte, oriundas de épocas anteriores, impede a circulação das brisas oceânicas e provoca impactos climáticos negativos à população.

Outra questão considerada relevante no desenvolvimento dessa investigação refere-se à maneira como os empreendimentos económicos estão a devastar os manguezais de Jaguaripe (figura 28).

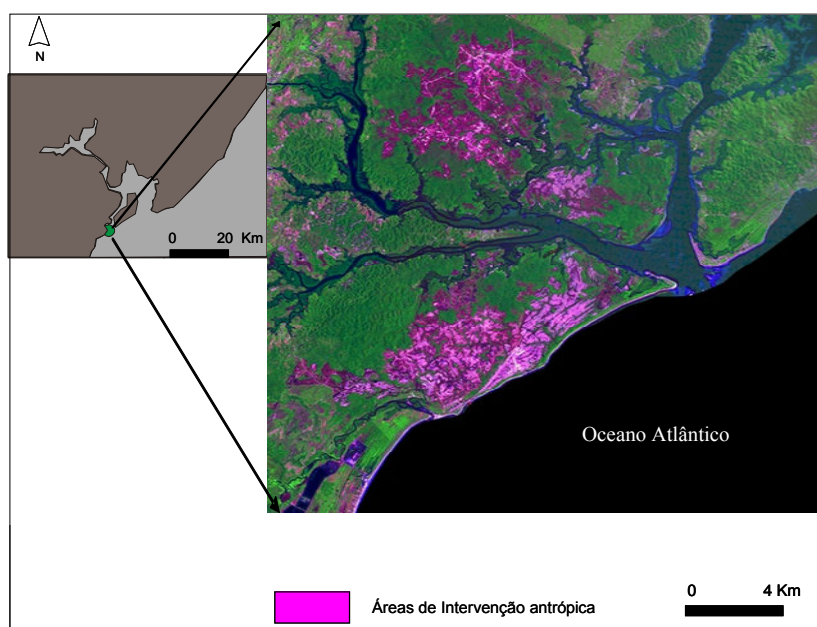


Figura 28 - Acções antrópicas na costa de Jaguaripe.

Fonte: EMBRAPA, 2002.

A figura 28 revela o volume das transformações ocorridas nas áreas de manguezais do município de Jaguaripe. As visitas realizadas a esta localidade constataram que esse ecossistema, anteriormente preservado em decorrência do isolamento do município, do sistema produtivo, após a década de 1990 tem sofrido significativas alterações para atender ao surgimento das actividades como exploração de madeira, implantação de loteamentos urbanos, construção de tanques para criação de camarão em cativeiro e instalação dos empreendimentos turísticos, conforme foi abordado no capítulo V.

Diante das mudanças ambientais ocorridas no âmbito deste município, verificamos que o mar, os manguezais, os rios e as diferentes formas de convivência da cultura local, destacam-se entre os componentes ambientais que motivam o aumento do fluxo de visitantes. Os desequilíbrios ambientais encontrados no Recôncavo, nomeadamente em Jaguaripe, provêm de causas humanas, principalmente em decorrência da forma como a população está distribuída no município e da falta de controle das actividades desenvolvidas pelos empreendedores económicos e pelos visitantes.

Diante das novas inserções ocorridas no Recôncavo Baiano, aumenta a necessidade de investigar até que ponto o crescimento das novas actividades, nomeadamente do turismo, nos manguezais de Jaguaripe, contribui para a melhoria da qualidade ambiental ou funciona como mais um agente de exclusão social. Agora convém reflectir sobre a costa portuguesa, com ênfase para a Região Centro de Portugal, onde se localiza o município de Mira, área da investigação.

4.3 Costa portuguesa

Através do estudo sobre turismo e ambiente costeiro, entende-se o dinamismo existente entre o mar e o continente (FERREIRA, 1999). O processo de transformação dessas áreas está associado às diferentes escalas temporo-espaciais. A costa portuguesa, do mesmo modo que as áreas costeiras mundiais, apresenta instabilidades que resultam dos movimentos de avanço e recuo do nível do mar. Este processo de transgressão e regressão provoca um dinamismo que está relacionado tanto com os factores de origem global, a exemplo das glaciações, das variações climáticas e do tectonismo, quanto às interferências de natureza regional e/ou local, decorrentes, principalmente, das interferências humanas como especulação imobiliária, exploração dos minerais e a construção de barragens e de empreendimentos turísticos. No caso desta análise, as inserções antrópicas adquirem maior ênfase, em virtude de sua relação directa com as actividades turísticas.

O processo de ocupação da costa portuguesa passou por diferentes estágios. Nos primórdios das povoações, o mar era tido como algo sagrado onde o perigo transmitia o respeito e até mesmo o afastamento dos primeiros núcleos

habitacionais. O encontro da população com o mar aconteceu gradativamente, visto que os primeiros habitantes ocupavam as áreas mais distantes das instabilidades oceânicas (MARTINS, 1949). O povoamento português teve início a partir das localidades mais afastadas da zona da praia e com modos de vida relacionados com as actividades agrárias, sem muito envolvimento com o mar, salvo nos trabalhos de pesca e na colecta do sargaço (DIAS, 2003).

Após o século XV, durante o processo de expansão ultramarina, ocorreu maior aproximação com essas áreas, sobretudo em decorrência das actividades económicas e religiosas. Durante esse período, Portugal obteve destaque no contexto sócio-económico e político à escala planetária. A expansão dos transportes marítimos, com a exploração das terras além mar, credenciou a nação portuguesa como uma das maiores potências mundiais, até por volta do século XVII. De acordo com MATTOSO (1998), as fases que sucederam esse período de apogeu, na história de aproximação com o mar, pela população portuguesa, foram marcadas por várias oscilações políticas e económicas, as quais não convém aqui discutir. A abordagem sobre a costa portuguesa à escala nacional apresenta significativa complexidade. Assim, serão abordados os principais tópicos relacionados com as actividades turísticas, para em seguida enfatizar a costa Centro, onde se localiza o município de Mira.

As especificidades encontradas na costa portuguesa podem ser melhor evidenciadas a partir das cinco regiões, no caso Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve (figura, 29).

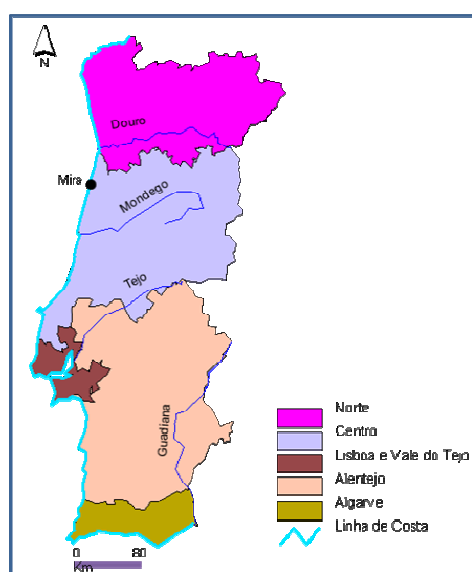


Figura 29 - Divisão regional de Portugal.

Fonte - Elaborado por SANTOS, com base no INE, 2006.

No conjunto das regiões portuguesas, as áreas costeiras do Centro e do Alentejo são as mais extensas. Numa visão panorâmica, predominam as terras baixas, com intensa presença de areias, depositadas no Quaternário e interrompidas em alguns trechos pelas arribas, formadas na maior parte por rochas calcárias. Do mesmo modo que se procedeu com a análise da costa brasileira à escala nacional, serão abordadas as principais especificidades encontradas nas diferentes regiões costeiras de Portugal, onde a ênfase nas interferências antópicas, principalmente a partir da análise das densidades demográficas, tem papel importante.

4.3.1 Costas Norte e de Lisboa e Vale do Tejo: intensas densidades demográficas

A costa Norte possui a maior convergência de rios, com a presença de importantes bacias, que fornecem os sedimentos para a manutenção do equilíbrio das acções oriundas do oceano em direcção ao continente. A linha de costa dessa região não é muito extensa, mas possui uma paisagem bastante diversificada. O contacto entre a terra e o mar ocorre intercalado com as rochas precambrianas que se estendem até o maciço central. A cidade do Porto, localizada na foz do Rio Douro, evidencia uma das zonas de maior dinamismo do país (foto 4).



Foto 4 - Foz do Rio Douro, cidade do Porto.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

A foto ilustra um trecho da costa Norte resultante da sucessão de tempos diferenciados. Nesta localidade, existe a modelação do relevo com a ocorrência de fenómenos naturais e humanos que se intercalam ao longo de vários séculos e constitui a configuração paisagística encontrada actualmente. Os morros compostos por embasamentos graníticos são superpostos pelas intervenções antrópicas, na sua maioria, destacando a audácia das construções modernas em áreas inicialmente impróprias para estas habitações. O aumento da procura turística, após a década de 1970, contribuiu para intensificar as novas formas de construção que foram agrupadas aos modelos mais antigos. As constantes visitas, nessa área, para passear de barco, provar os vinhos existentes nas caves e desfrutar das iguarias que se instalaram na margem do rio Douro, contribuem para o aumento do dinamismo encontrado nesta porção da costa portuguesa.

O papel que a cidade do Porto desempenha como uma das Regiões Metropolitanas de Portugal atrai elevado número de habitantes, o que pode ser melhor analisado a partir da densidade demográfica (figura 30).

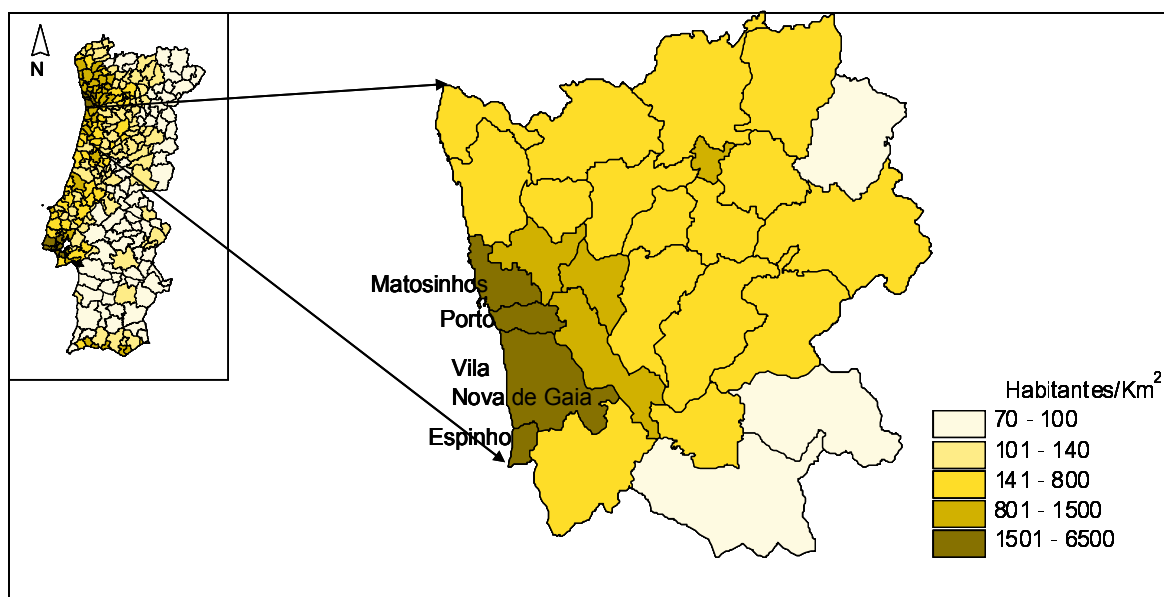


Figura 30 - Região Metropolitana do Porto.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M.C., com base no INE, 2001.

Os municípios do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Espinho possuem as maiores densidades da costa Norte, 6 337, 2 698, 1 712 e 1 596 habitantes/Km², respectivamente. A figura 30 demonstra que nenhum município situado nessa região possui densidade inferior a 70 habitantes/Km², o que não acontece com as demais regiões do país. A outra costa identificada nesta investigação como de intensa densidade demográfica, refere-se à Região de Lisboa. A importância das diferentes actividades políticas, económicas e culturais desenvolvidas no percurso histórico que envolve a capital portuguesa, no caso Lisboa, tem contribuído para atrair povos de diferentes nacionalidades, o que resulta no aumento da densidade demográfica (31).

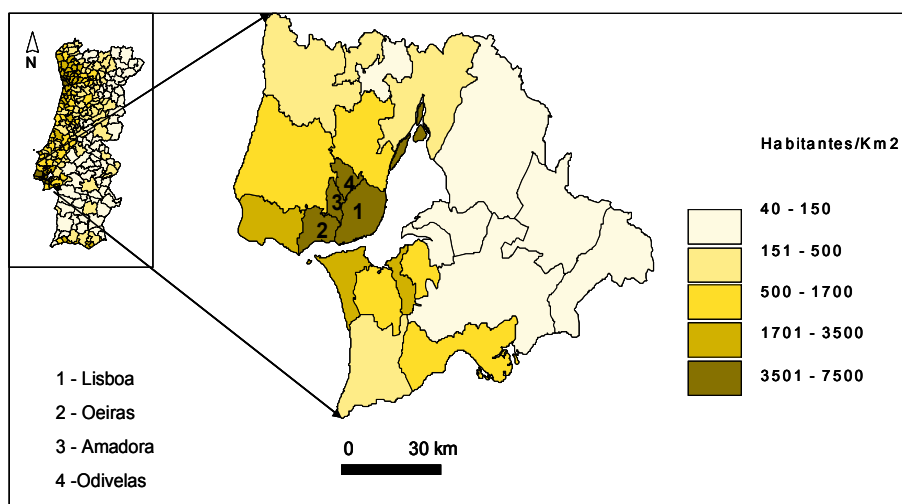


Figura 31 - Densidade demográfica na Região Metropolitana de Lisboa.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M. C. com base no INE, 2001.

Nessa Região Metropolitana, convém destacar os municípios de Lisboa, com 6 679 habitantes/Km² e de Amadora com 7 389 habitantes/Km². A investigação identificou este último município como o mais denso de todo o território português. As praias que se localizam nessa região apresentam o predomínio das rochas de origem vulcânica que formam as escarpas (foto 5).

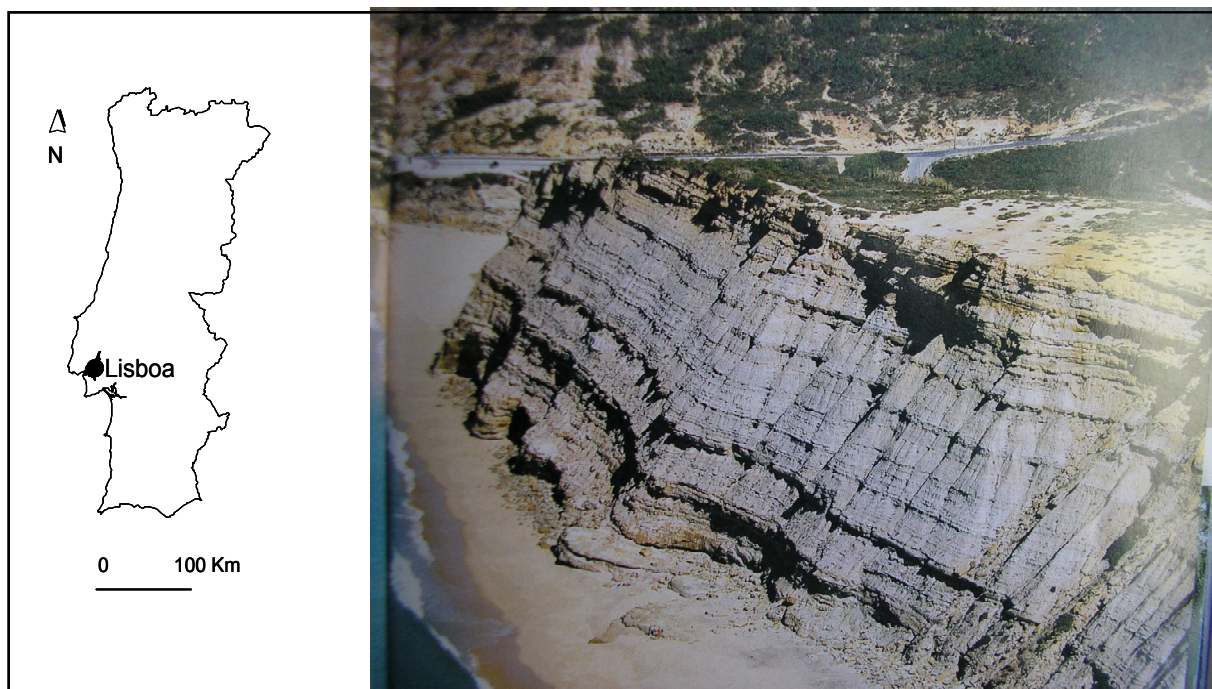


Foto 5 - Praia do Magoito, na costa de Lisboa.

Fonte: As melhores praias de Portugal, 2002.

A foto demonstra a presença das rochas que interceptam a linha de costa portuguesa sendo mais esparçadas no trecho que vai do município de Espinho até Nazaré, na Região Centro, mas em alguns casos mais frequentes, como o que ocorre na costa de Lisboa e do Algarve. No início da inserção das actividades turísticas no território português, logo após a Segunda Guerra Mundial, as regiões metropolitanas do Porto e de Lisboa eram as mais procuradas para o balneário marítimo. Com a intensificação do processo de urbanização, ocorrida a partir do ano de 1970, houve o aumento da procura, por parte dos visitantes, pelas áreas portadoras de menor adensamento demográfico (MARTINS, 1993). Dentro desta perspectiva de crescimento das actividades turísticas, muitos espaços que predominantemente estavam ocupados pela população tradicional, nomeadamente os pescadores, passaram a ter a opção dos visitantes, para o balneário marítimo. A costa Centro, do Algarve e, principalmente do Alentejo apresentam as menores densidades do litoral português.

4.3.2 A costa do Centro, do Alentejo e do Algarve: densidades mais suaves.

A costa Centro de Portugal, por estar localizada numa zona de interface entre as duas regiões mais populosas do país, no caso as metropolitanas de Lisboa e do Porto, conectada por importantes vias de acesso, tanto ferroviário como rodoviário, tem expandido o processo de transformação das actividades tradicionais para o crescimento do turismo. O trecho compreendido entre os municípios de Espinho e Nazaré, onde se localiza o concelho de Mira se apresenta como forte atractivo para o balneário marítimo. Nesta área ocorre o predomínio dos depósitos arenosos, com a presença de sedimentos recentes, oriundos do Quaternário, o que facilitou a formação de extensas praias, com a presença das dunas, que por um lado ajudam a embelezar a paisagem, além da importância enquanto proteção ao avanço do nível do mar. Por outro lado, a forma como as intervenções antrópicas transformam essas áreas, provoca sérios impactos ambientais, conforme analisado no capítulo V.

No tocante à costa alentejana, esta foi a que teve a inserção das actividades turísticas mais recentemente. De modo diferente das demais regiões costeiras de Portugal, esta região apresenta municípios com menos de 10 habitantes/Km² (figura 32).

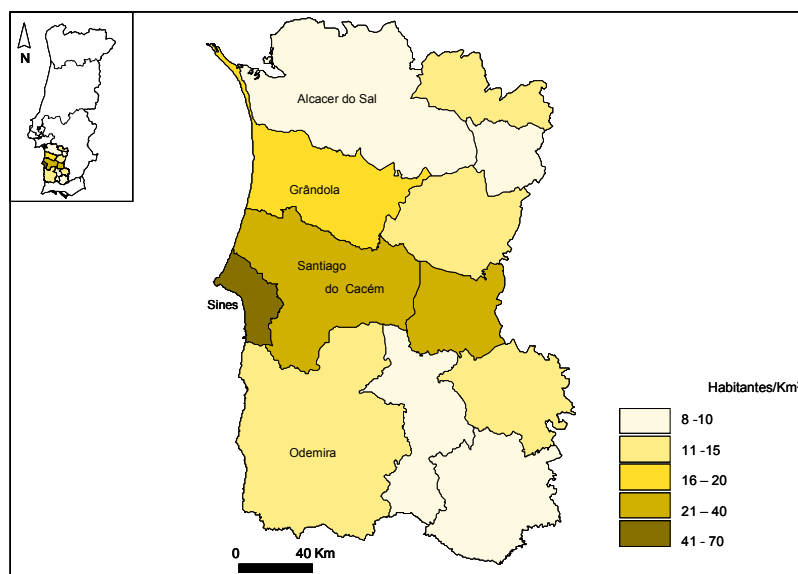


Figura 32 - Densidade demográfica na costa do Alentejo.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M.C., com base no INE (2001).

Os municípios de Alcácer do Sal e de Odemira destacam-se entre os menos densos da costa portuguesa com 9 e 15 habitantes/Km², respectivamente. A expansão das actividades turísticas, por toda a linha de costa, tem transformado o Alentejo em mais uma opção de balneário, principalmente em decorrência da tranquilidade encontrada nesse espaço.

No caso da costa do Algarve, a exposição a Sul, com o mar mediterrâneo, o aumento da intensidade dos raios solares e atração de investimentos que resultaram na construção dos hotéis, pousadas, campos de golf, parque de campismo e restaurantes contribuem para atrair vistantes nacionais e estrangeiros, durante praticamente todo o ano. As arribas, formadas por rochas calcárias, em sua maioria, que se interceptam com as praias, embelezam a paisagem desta região. Em alguns trechos, as rochas apresentam-se mais fragmentadas, formando várias piscinas naturais (foto 6).

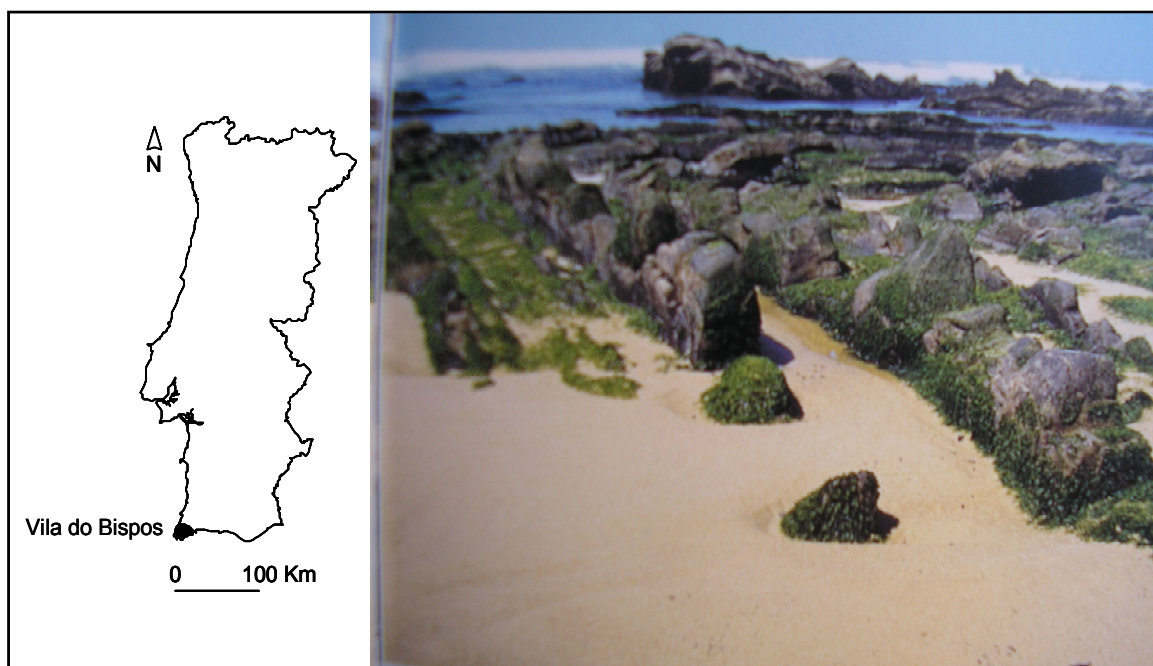


Foto 6 - Praia de Vila do Bispo, no Algarve.

Fonte: As melhores praias de Portugal, 2002.

O crescimento da especulação imobiliária provocou a substituição das residências tradicionais dos pescadores pela construção de inúmeros equipamentos de apoio às actividades turísticas. Houve intensa transformação no

processo de uso e ocupação do solo, o que resultou no aumento da densidade demográfica (figura 33).

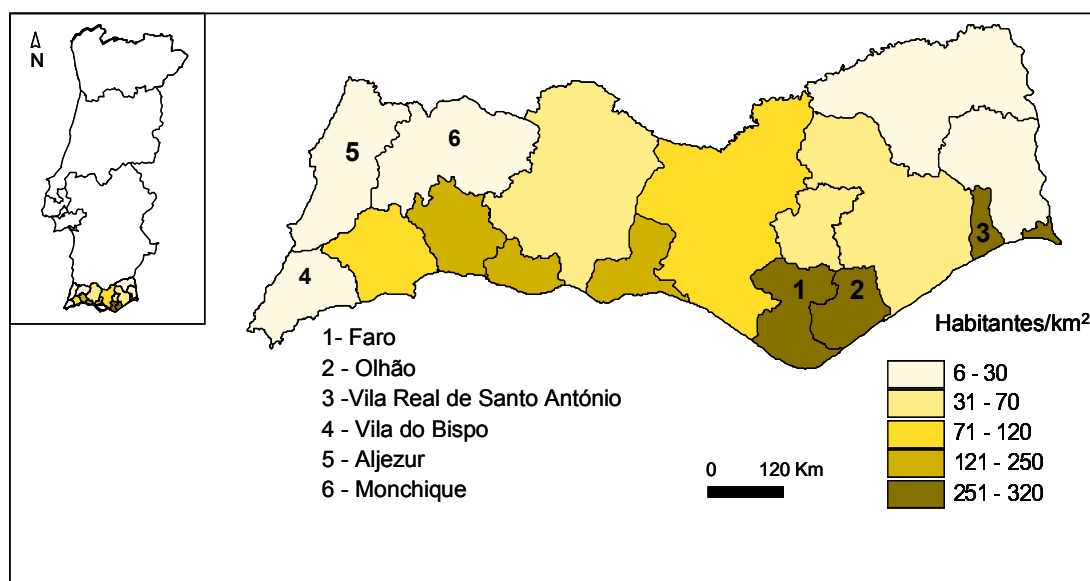


Figura 33 - Densidade demográfica na costa do Algarve.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M.C., com base no INE, 2001.

Vale ressaltar que, mesmo com a intensificação das actividades turísticas ocorridas nas últimas décadas, a densidade demográfica do Algarve, ao ser comparada com as demais regiões portuguesas, fica numa faixa intermediária. Os municípios de Olhão, Vila Real de Santo António e Faro são os mais densos, com 314, 290 e 287 habitantes/Km², respectivamente.

Em síntese, no conjunto das regiões portuguesas, a costa Norte e a de Lisboa são as mais pressionadas pelo desenvolvimento das diferentes actividades económicas. A intensificação do comércio e dos serviços, nomeadamente nas duas regiões metropolitanas do país, contribuiu para este facto. O aumento da procura turística para o balneário marítimo tem transformado o ritmo da ocupação das áreas costeiras, principalmente no Algarve, onde a procura dos visitantes tem sido mais intensa. O certo é que as áreas costeiras de Portugal, apesar de sensíveis às transformações ambientais, sempre atraíram investimentos, seja com interesses para as explorações económicas tradicionais como a exploração do sal e da pesca e os portos ou para a prática do lazer e do turismo. O aumento da procura para o balneário marítimo ascende a perspectiva de desenvolvimento territorial,

mas provoca sérios impactos, o que demanda uma análise à escala regional e local. Daí a necessidade de analisar as principais alterações ocorridas na costa Centro para em seguida enfatizar os municípios de Jaguaripe e de Mira.

4. 3.3 Costa Centro de Portugal e inserção turística

A análise do turismo na Região Centro de Portugal está relacionada com o desenvolvimento desta actividade no território português. O turismo em Portugal acontece há algum tempo, ainda que com forte incidência em áreas distantes da linha de costa, pois inicialmente, até por volta da década de 1950, as áreas mais cobiçadas pelos visitantes nacionais e estrangeiros estavam localizadas nas cidades do interior, sobretudo nas áreas próximas das termas. A primeira puxada importante para o turismo em Portugal aconteceu com a utilização das estâncias hidro-minerais, como forma de reabastecimento das energias e como tratamento da saúde (CAVACO, 2005).

O balneário na costa portuguesa advem de longas datas, desde a época do império quando a família real tomava banho de sol e mar (MARTINS, 1993). Entretanto, é a partir da década de 1970 que este tipo de turismo se apresenta como uma das principais alternativas de crescimento no país. Nos primeiros momentos de entrada do turismo em Portugal, houve polémica quanto aos investimentos destinados ao turismo interno e externo. De início teve maior credibilidade o turismo internacional, apostando-se no facto de que o incremento de visitas oriundas dos países ricos favorecesse a receita nacional. Foram canalizados vários recursos para a implementação de equipamentos turísticos, sobretudo nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (CAVACO, op. cit.). Esta autora argumenta que, após a Segunda Guerra Mundial, vários Planos de desenvolvimento dessa actividade foram discutidos em Portugal e as preocupações com as estratégias de ordenamento do turismo na costa portuguesa aumentaram.

No intuito de atender ao turismo internacional, foram construídas várias obras de infra-estrutura, com destaque para a implementação das vias de acesso, das redes de hotelarias e dos parques de campismo. O aumento da estadia nos ambientes costeiros tem relação com as localidades que contaram com maior apoio, na construção dos empreendimentos turísticos (figura 34).

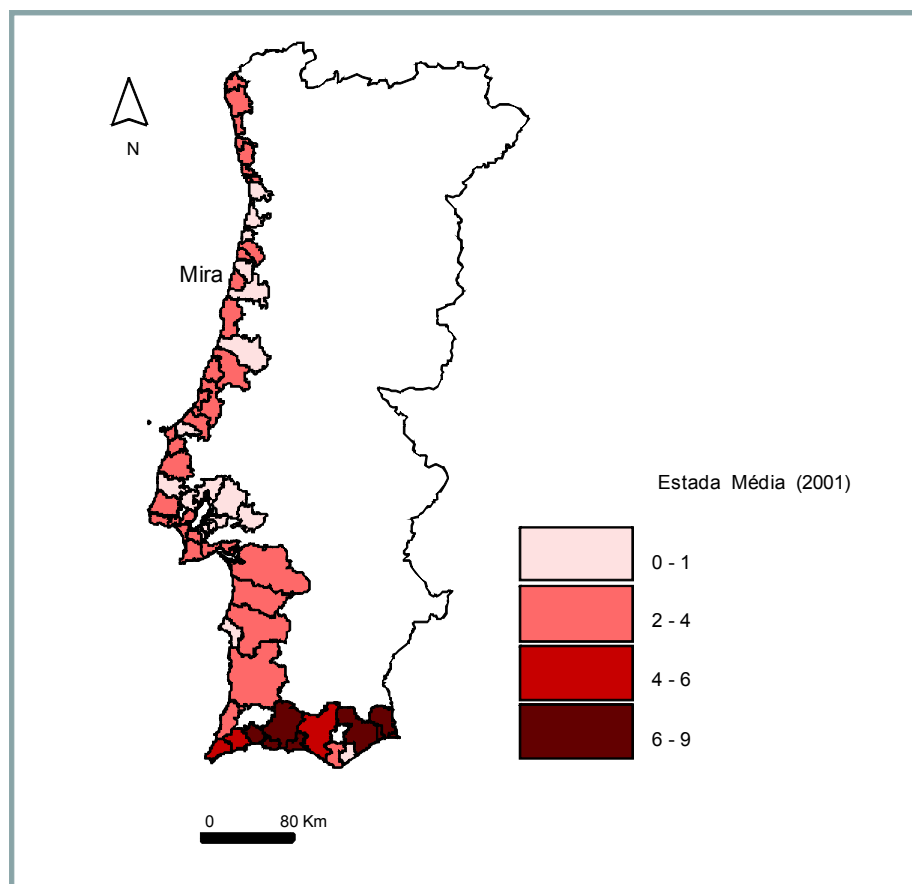


Figura 34 - Estada média na costa portuguesa.

Fonte: INE, 2002.

De acordo com a figura 34, há um aumento da estada média na Região do Algarve. As transformações ocorridas no advento da sociedade de consumo contribuíram para a efectivação de novas dinâmicas territoriais. A liberação das jornadas de trabalho, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o congestionamento dos centros urbanos de médio e grande porte são alguns dos elementos destacados nesta mudança. A cada dia aumenta a procura pela prática do turismo no território, seja pela necessidade humana de buscar o escapismo, viver outros ares ou mesmo pela imposição exigida pela própria sociedade de consumo. O crescimento desta actividade provoca inúmeros impactos, o que pode ser melhor compreendido a partir da análise feita à escala regional.

As actividades turísticas na costa da Região Centro de Portugal ocorre há várias décadas, mas foi a partir da década de 1970 que os efeitos passaram a ser mais evidentes. O aumento da intervenção humana e a incorporação de novos espaços forçaram uma modificação no percurso de utilização do mar, alterando, consequentemente, a formação desses ambientes. Conforme foi afirmado anteriormente, as transformações ocorridas na costa centro de Portugal estão associadas às questões globais, sobretudo de natureza eustática e climática, mas as mudanças de natureza humana, com origem nas escalas regional e local merecem destaque. O mar, por exemplo, tem uma função maior enquanto fonte consumidora de sedimentos do que como fonte produtora (ARAÚJO, 2003). De acordo com esta autora, o processo de intervenção antrópica tem sido visível por toda a linha de costa.

As dificuldades de receber sedimentos oriundos do continente (deriva continental), principalmente em decorrência das construções de barragens, acarretam consequências no processo de deposição das areias que formam a praia (deriva litoral). Esse facto provoca uma reacção por parte do oceano, com o avanço sobre as áreas continentais, o que tem obrigado as autoridades políticas nacionais e regionais a gastarem elevadas cifras para a construção de muros de contenção, com o objectivo de evitar o agravamento do problema (foto 7).

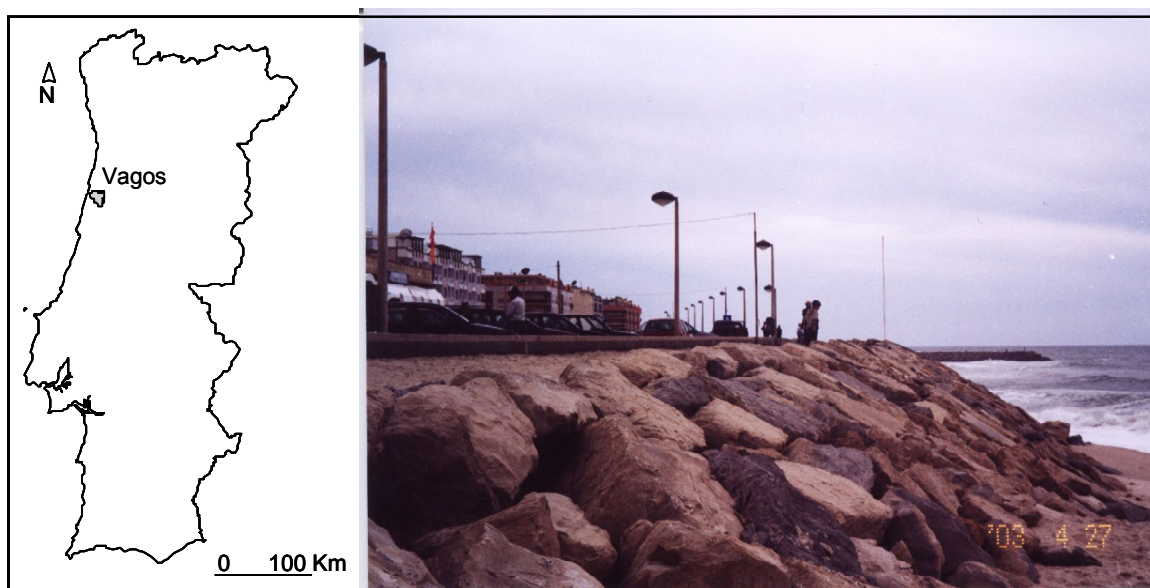


Foto 7 - Praia de Vagos - Costa Centro de Portugal.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A foto ilustra o volume de material gasto para conter o avanço do mar. Na maior parte da linha de costa, existe a construção de inúmeros equipamentos, o que tem atendido aos interesses imediatos de pequena parcela da sociedade, sobretudo com o processo de expansão imobiliária. As actividades turísticas aconteceram sem as devidas preocupações com a preservação ambiental. Nos últimos anos têm sido frequentes os apelos por parte das autoridades competentes, visando a garantia de melhor qualidade na relação entre turismo e ambiente costeiro. O Projecto Litoral, desenvolvido na década de 1990, pelo Ministério do Ambiente, tenta corrigir as distorções encontradas nessas áreas. A implementação do trabalho de protecção das dunas, como forma de redução dos impactos provocados pelas acções humanas, tem sido um dos exemplos, de acordo com o referido no capítulo V.

O crescimento da demanda dos empreendimentos imobiliários na costa da Região Centro constitui intenso desafio para os próximos gestores. A cada dia aumenta a pressão humana sobre as áreas frágeis, situadas na linha de costa. Facto este que pode ser evidenciado a partir da análise do número de edifícios construídos na região (figura 35).

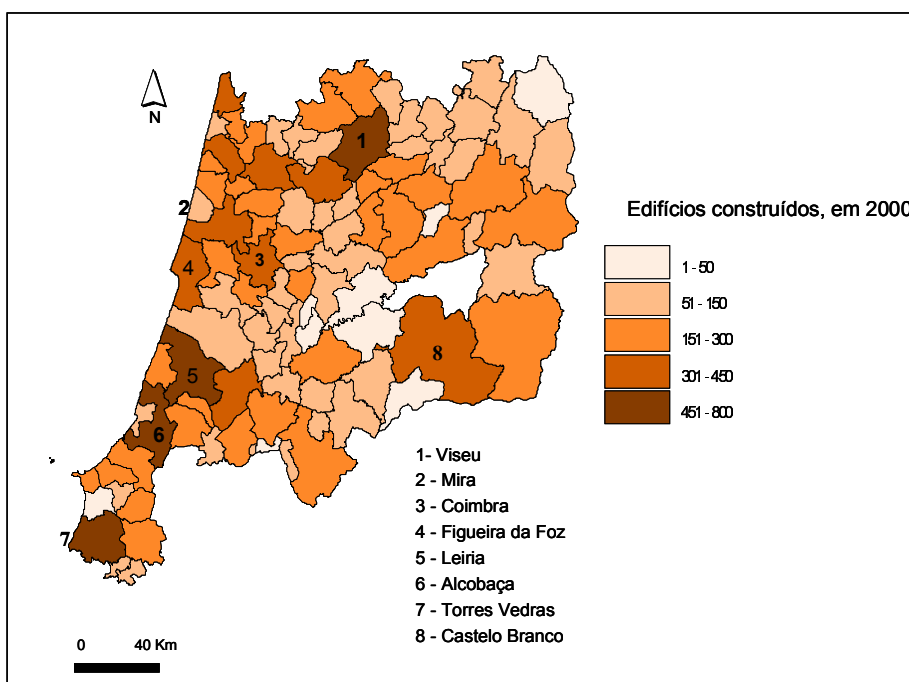


Figura 35 - Índice de construção na Região Centro.

Fonte: INE, 2001.

Com base na figura 35, a maior concentração dos edifícios contruídos no ano 2000 está nos municípios de Leiria, Alcobaça e Torres Vedras, situados na costa. Convém frisar que, Viseu e Castelo Branco constituem as raras excepções de localidades situadas fora do litoral, com número superior a 300 edifícios (INE, 2001). Essas áreas têm sido as mais dotadas de investimentos imobiliários, principalmente relacionados com os equipamentos de apoio turísticos, tais como hotéis, pousadas, parque de campismo e restaurantes. A reflexão sobre a capacidade de alojamento⁹ encontrada na Região Centro ajuda na abordagem desta temática (figura 36).

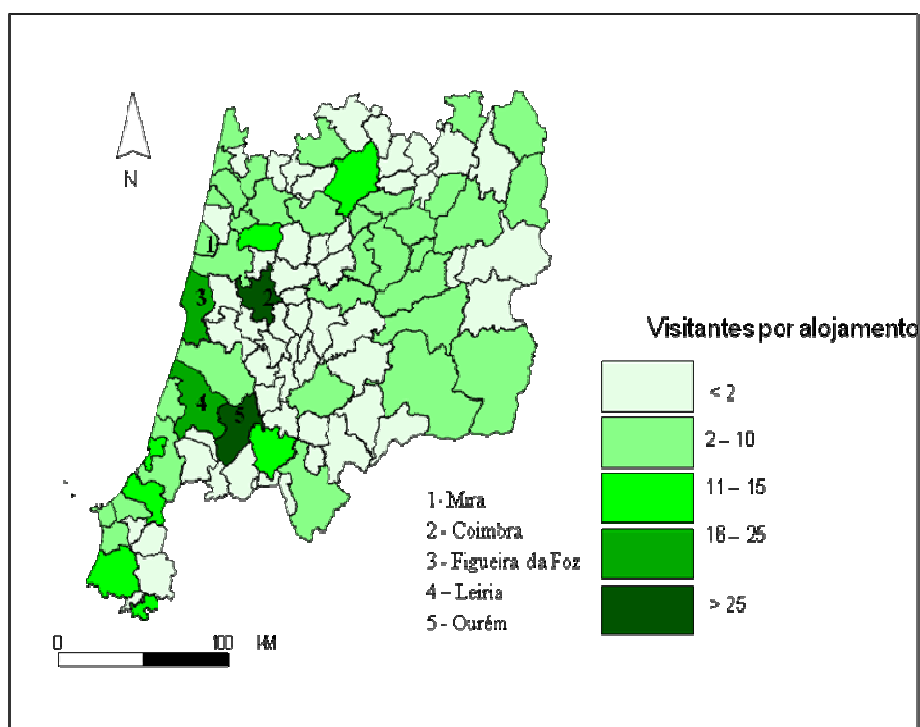


Figura 36 - Capacidade de alojamento turístico na Região Centro.

Fonte: INE, 2001.

Os municípios com maior número de alojamentos estão localizados a menos de 50 quilómetros da costa, com destaque para Coimbra e Ourém que apresentam índices superiores a 26 alojamentos e em seguida os municípios de Figueira da Foz e Leiria, na faixa entre 16 e 25. Existe dificuldade em relacionar o

⁹ - Capacidade de alojamento, de acordo com o INE, refere-se ao número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo determinada através do número de camas existentes, considerando como duas as camas de casal.

crescimento desses alojamentos com o turismo. As cidades de Coimbra, Leiria e Figueira da foz, por exemplo, funcionam, também, como importantes centros urbanos no dinamismo das actividades comerciais, industriais e de serviços. Esses espaços contam com forte influência no processo de atracção de pessoas oriundas de diversas regiões do país e até mesmo do exterior. Vale frisar que, no caso de Mira, principalmente na Praia de Mira, o modelo de urbanização voltado para as actividades turísticas é mais evidente. O trabalho de campo constatou que a maior parte dos empreendimentos imobiliários, a exemplo dos hotéis, resorts e parque de campismo e restaurantes, foram construídos a partir da década de 1980, conforme discutido no capítulo V.

À escala regional, a análise da distribuição das dormidas dos visitantes traz contributos para o entendimento desta questão (figura 37).

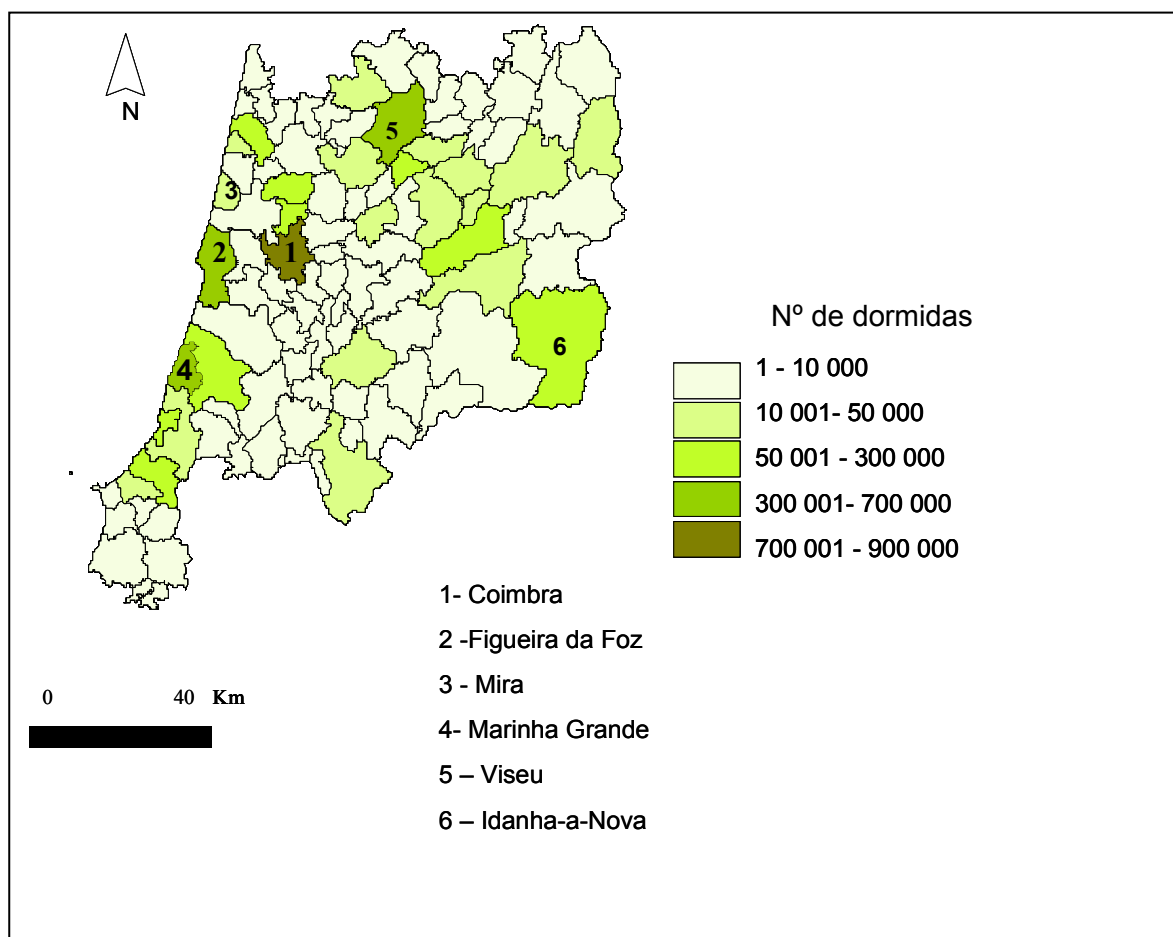


Figura 37 - Dormidas na Região Centro.

Fonte: INE, 2001.

Os municípios de Coimbra, Figueira da Foz, Mira, Leiria, Nazaré, Ílhavo e Marinha Grande destacam-se nas proximidades do litoral, mas há casos como Idanha-a-Nova e Viseu que também apresentam números significativos de dormidas, mesmo estando situados ao interior do continente. A figura 38 retrata a distribuição mais equitativa das dormidas por toda região, seja pela necessidade dos profissionais como professores, médicos e advogados que se deslocam para trabalhar, ou pela capacidade que os recursos disponíveis oferecem para atrair maior número de visitantes.

De modo a entender o comportamento dessas visitas na região foram analisadas as estadas, ou seja, a média de tempo em que os visitantes permanecem no local de destino (figura 38).

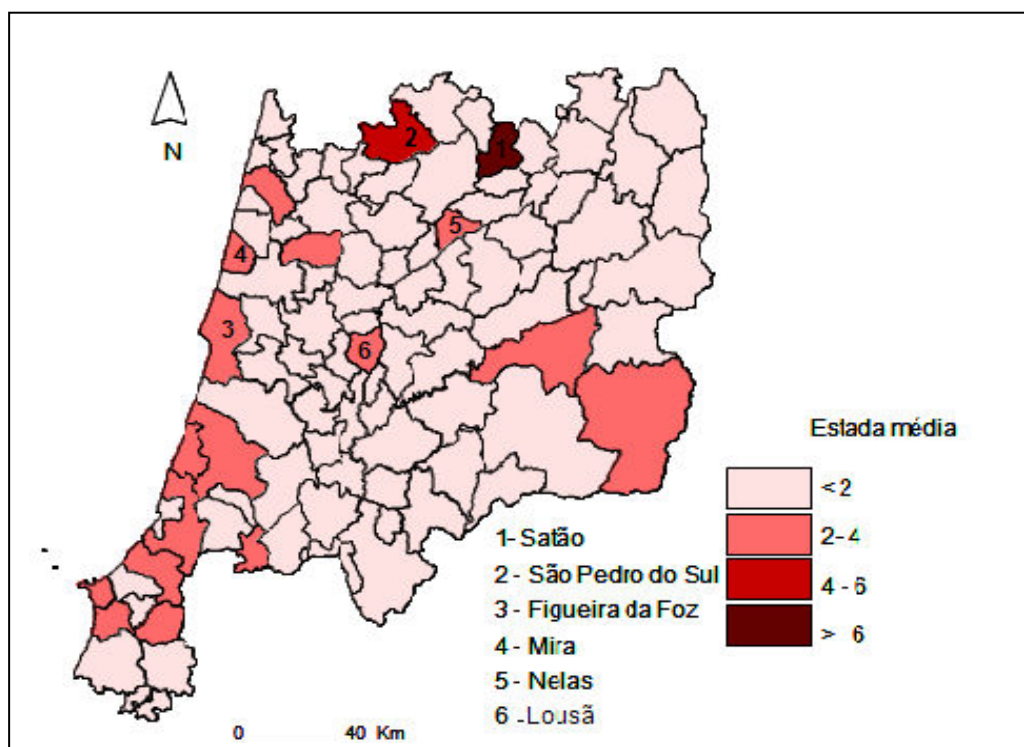


Figura 38 - Estada média na Região Centro.

Fonte: INE, 2001.

As maiores estadas verificadas no ano 2000, na Região Centro, ocorreram nos municípios de São Pedro do Sul e Satão, com médias superiores a quatro dias. Na classe seguinte, predominam os municípios localizados na linha de costa a exemplo de Mira e Figueira da Foz. Há, também, os casos dos municípios de Lousã e Nelas que possuem estadia significativa e estão situados

ao interior da região. As causas identificadas como mais plausíveis para explicar o aumento da estada dos visitantes nos municípios localizados fora da linha de costa estão associadas às influências de atractivos como o turismo radical, os aldeamentos históricos e principalmente o balneário termal. Este último ainda permanece como uma das tradições dos visitantes portugueses, principalmente pelos portadores da maior faixa etária, praticado pelas famílias interessadas em cuidar da saúde. A prática deste tipo de turismo demanda maior média de permanência do que o balneário marítimo que é predominantemente frequentado por vistantes jovens, com maior mobilidade espacial.

O aumento desenfreado das construções próximas às dunas, rias e estuários dos rios, provoca sérios problemas. O interesse pelas áreas costeiras, como fonte de sobrevivência, riqueza económica, protecção militar e de ocupação do tempo livre, intensificou o processo de degradação ambiental. As povoações de Quiaios, Tocha e Mira, antes estavam mais afastadas da linha de costa e utilizavam o mar somente para o atendimento das actividades pesqueiras, mas ultimamente estão cada vez mais sendo atraídas para a proximidade das praias, em função do crescimento das actividades relacionadas com o turismo.

Diante dessas alterações no comportamento das aglomerações situadas à linha de costa, ocorreu a concentração demográfica dessas áreas (figura 39).

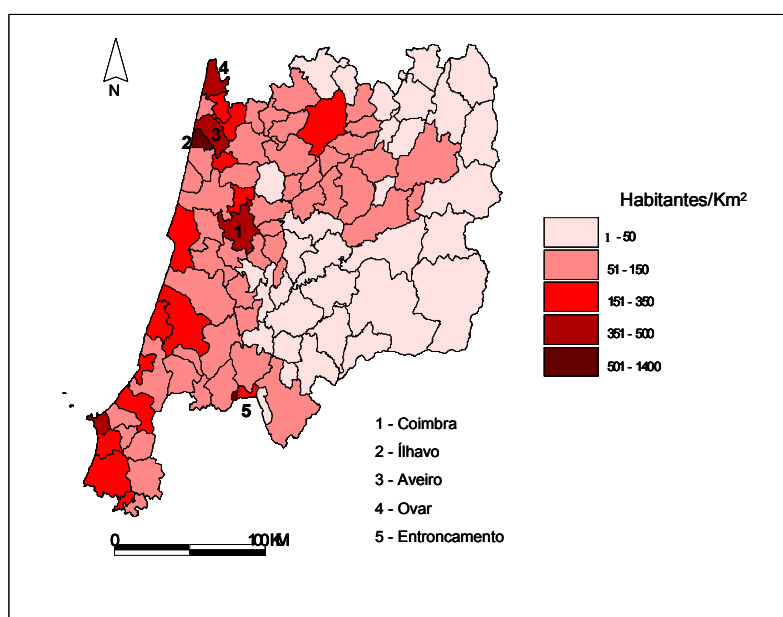


Figura 39 - Densidade demográfica na Região Centro.

Fonte: INE, 2001.

A figura 39 reafirma a concentração populacional na faixa litoral. Os municípios que se destacam são Entroncamento, 1 351 hab/km², Ilhavo 506 hab/km² e Coimbra com 465 hab/Km². As desigualdades encontradas no processo de distribuição demográfica estão associadas ao processo de litoralização ocorrido partir da II Guerra Mundial, nomeadamente nas décadas de 1970 e 1980, quando o turismo passou a ser mais intenso. As principais causas dessas distorções estão relacionadas, principalmente, aos factores como carência de política agrária, que permitiu a migração para os centros nacionais e internacionais, o envelhecimento da população e à concentração de incentivos nas áreas costeiras, sobretudo com a construção de infra-estrutura e equipamentos para atendimento do turismo de praia, sol e mar. Vale ressaltar que a análise da densidade demográfica, à escala regional, requer bastante atenção, em decorrência dos dados nem sempre evidenciarem as localidades onde realmente ocorrem a concentração populacional. No caso de Mira, por exemplo, de acordo com o INE (2001), a densidade média é de 104 hab/Km², o que corresponde a todo o município, mas a maioria da população está concentrada na vila de Mira e, principalmente, em Praia de Mira, onde ocorre o crescimento das actividades relacionadas com o balneário marítimo, discutido no capítulo V.

Em síntese, a costa Centro de Portugal conta com a presença de importantes monumentos históricos e com a existência de serras, termas, rios, praias e mar, que aliados à facilidade de acesso rodoviário e ferroviário motivam o desenvolvimento das actividades turísticas. São raros os municípios que não estejam articulados na perspectiva de empreendimento desta nova actividade. A busca insaciável pela exploração do espaço, via turismo, tem alterado as mudanças de atitudes da população de diversas localidades. O rápido processo de transformação espacial, em decorrência do balneário marítimo, demanda reflexão sobre os efeitos desta velocidade. A passagem das actividades tradicionais para o sector terciário e a pressão das construções sobre os ambientes inadequados provocam os impactos discutidos nesta investigação. Assim, tanto na costa do Recôncavo Baiano quanto da Região Centro de Portugal, a inserção do turismo nem sempre traz os resultados esperados pela maioria da população. Há a necessidade de ampliar as discussões, para analisar os principais impactos dessas actividades, de modo a garantir a qualidade

ambiental que possa servir de suporte tanto para as condições de vida dos habitantes quanto para o desenvolvimento do próprio turismo. É nesse sentido que a análise dos municípios de Jaguaripe e de Mira se faz necessária.

PARTE III

Capítulo V

Capítulo V - Turismo e ambiente costeiro

5.1 Os municípios de Jaguaripe e de Mira

Após as discussões desenvolvidas sobre Brasil e Portugal, em escalas nacional e regional, serão analisadas as relações entre turismo e ambiente costeiro nos municípios de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia, e de Mira, na Região Centro de Portugal. Esta abordagem conta com três momentos importantes: o primeiro refere - se à necessidade de verificar a forma como os dois territórios estão organizados para a inserção do turismo de praia, sol e mar. Convém investigar, por exemplo, os principais componentes ambientais, tanto decorrentes das acções físicas e bióticas, a exemplo do clima, do relevo, dos manguezais e das dunas, como os provenientes das interferências humanas, tais como a densidade demográfica e o tipo de ocupação e uso do solo. No segundo momento, será analisada a forma como o turismo se insere nos dois municípios, de modo a entender as principais especificidades encontradas com o desenvolvimento dessa actividade no ambiente costeiro. Os resultados empíricos, adquiridos durante a realização do trabalho de campo, têm papel importante nesta abordagem. No terceiro momento, de posse das questões investigadas tanto no município de Jaguaripe como no de Mira, serão identificados os principais impactos decorrentes das actividades turísticas, de modo a subsidiar a análise comparativa que resulta nas principais diferenças e similitudes discutidas no capítulo VI.

No conjunto dessas discussões, convém destacar a importância do lugar, enquanto local de produção e reprodução do quotidiano dos habitantes e de intenso dinamismo territorial. Nesta escala, o lugar assume posição relevante, visto que extrapola os limites das funcionalidades, sejam elas físicas ou culturais, e engloba, também, as expressões percebidas através dos sentimentos (TUAN, 1983). Os componentes ambientais físicos e humanos, encontrados nos dois territórios, são abordados numa perspectiva de interacção, de modo a evitar a fragmentação entre eles. Num primeiro momento serão abordadas as condições básicas encontradas para o turismo no município de Jaguaripe, procedendo-se da mesma forma com o município de Mira.

5.2 Município de Jaguaripe

A análise sobre turismo e ambiente em Jaguaripe tem a ver com a maneira como esse território se encontra organizado. Trata-se de um dos primeiros municípios implantados no Recôncavo da Bahia, cujas transformações ambientais advêm do início da colonização portuguesa, no século XVI, onde tiveram destaque a extração do pau-brasil e a instalação dos engenhos para a produção do açúcar, de acordo com o exposto no capítulo II. As terras férteis, a localização nas margens de importantes rios a exemplo do Jaguaripe, Jequiriçá e da Dona, foram importantes para motivar os primeiros percursos da ocupação territorial (figura 40).

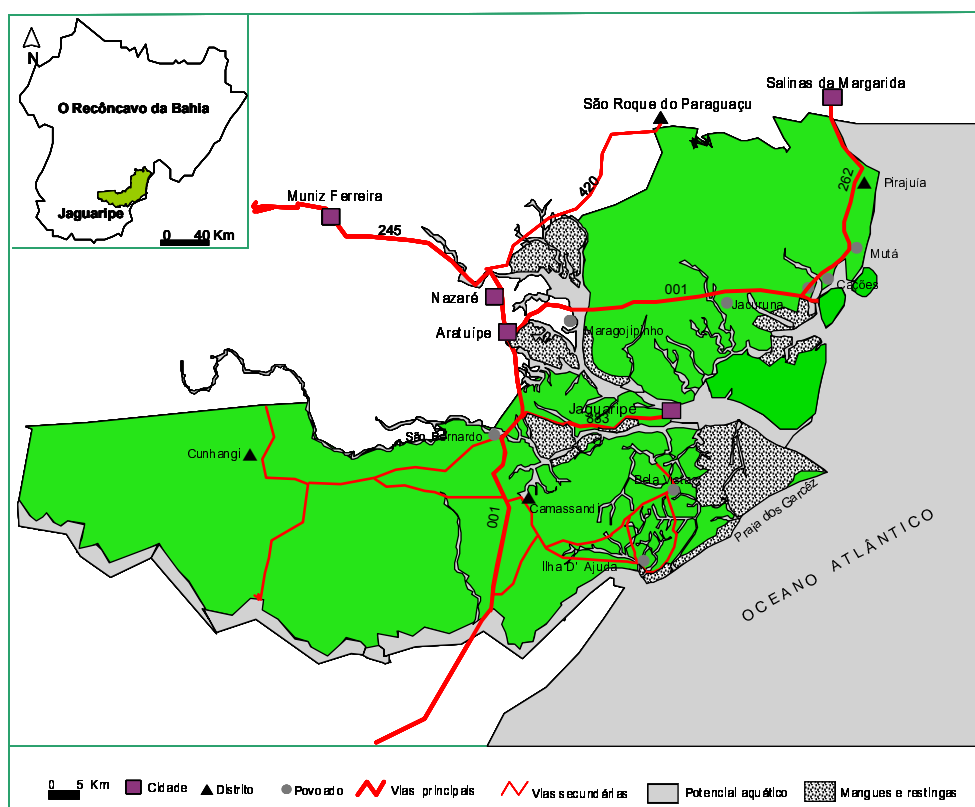


Figura 40 - Município de Jaguaripe.

Fonte: Elaborado por SANTOS, M. C, com base no IBGE (2006).

A formação do ecossistema de manguezais, composto pela riqueza da fauna e da flora, possibilitou o sustento da população local, quando esse município perdeu importância com a queda do sistema de colonização. A abolição da

escravatura, no ano de 1888, aconteceu num contexto em que o sistema produtivo regional apoiado, principalmente, no cultivo da cana-de-açúcar passou a experimentar outras actividades económicas. De acordo com SANTOS (1959), as cidades de Cachoeira, Nazaré e Maragogipe, situadas numa zona intermediária entre o mar e o continente, passaram a integrar a segunda geração de cidades importantes no Recôncavo Baiano. O município de Jaguaripe começou a perder importância no cenário regional, o que se tornou mais evidente com a instalação da indústria na Bahia e com o aumento da malha rodoviária, no meado do século XX.

A população de Jaguaripe, constituída essencialmente por negros, após ter sido despojada do processo de escravatura passa a ter os manguezais como a principal alternativa de sobrevivência, principalmente com o desenvolvimento das actividades de pesca e de mariscagem. No Recôncavo Baiano, esses ecossistemas começaram a ser impactados desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, para a instalação das actividades extrativistas, portuárias, comerciais e militares. Entretanto, foi a partir da década de 1980 que as interferências humanas intensificaram o processo de degradação desses ecossistemas, com a extracção de madeiras para a construção de residências, a devastação para a abertura de loteamentos urbanos, a instalação de projectos de aquiculturas e a construção de pousadas e restaurantes para o apoio turístico. De acordo com o trabalho de campo realizado em Agosto de 2004, as actividades piscatórias começaram a se reduzir. O turismo de praia, sol e mar, embora esteja ainda num estágio bastante inicial, passou a ser a principal perspectiva de sobrevivência da população. Antes de reflectir sobre os impactos positivos e/ou negativos decorrentes do crescimento do fluxo de visitantes para o município estudado será abordada a maneira como os ecossistemas costeiros e a população local se processam mediante a inserção do turismo.

5.2.1 Ecossistemas costeiros, população local e inserção turística

Os ecossistemas costeiros constituem a principal riqueza para os diferentes tipos de vida encontrados na zona de contacto terra/mar. No conjunto, os manguezais não são os únicos, mas constituem os mais significativos para a análise dos impactos decorrentes das actividades turísticas. Isso porque o maior

número de visitantes para o município acontece nas áreas de influências desses ecossistemas. Os manguezais não apresentam quantidades elevadas de espécies vegetais, mas estão presentes na maior parte da costa brasileira (POR, 1994). Apesar da baixa riqueza florística, estes conjuntos de plantas apresentam densa cobertura vegetal, protegem a linha de costa da deriva litorânea e possibilitam o desenvolvimento da biodiversidade, além de servirem de sustento para as comunidades tradicionais que habitam o litoral.

A intensificação do fluxo de visitantes para o balneário marítimo num curto período de tempo, no caso Dezembro, Janeiro e Fevereiro, época da alta estação na Bahia, passou a demandar cuidados no tocante à preservação desses ecossistemas. O aumento de preocupação por parte dos ambientalistas tem origem na Conferência de Estocolmo, em 1972, onde os manguezais passaram a ser vistos como património da humanidade (POLETE, 1994). A investigação identifica que a cada dia esses ecossistemas estão sendo devastados por falta de gestão adequada. No contexto das demais interferências humanas que provocam impactos nessas áreas, o turismo traz a ideia de desenvolvimento, visto que o seu sucesso tem a ver com a preservação ambiental. O conhecimento dos manguezais acaba por ser um dos passos importantes para a análise dos impactos dessa actividade no ambiente costeiro.

Na costa do município de Jaguaripe, ocorrem outros ecossistemas, junto aos estuários, mas o manguezal apresenta-se como o mais importante, não somente pela sua quantidade, em comparação com os demais, mas também pela função desempenhada enquanto fonte de sobrevivência da vida biótica e cultural. Há intensa complexidade no tratamento desse assunto, daí a opção pelo direccionamento de algumas questões, tais como o que é o manguezal, de onde provém e como ocorre a sua distribuição? Quais as principais espécies de animais e plantas encontradas nesses ecossistemas? Qual a sua importância para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas? Em que medida os manguezais contribuem para o turismo e como o desenvolvimento desta actividade pode ajudar na preservação desses ecossistemas?

Na abordagem deste assunto convém estabelecer a diferença entre manguezal e mangue. O primeiro tem maior abrangência, pois constitui a noção de ecossistema onde estão representadas todas as acções físico-químicas, incluindo o conjunto das espécies animais e vegetais que sobrevivem nesse

ambiente. No caso do mangue, trata-se de algo mais particularizado, uma vez que se refere apenas às plantas encontradas nesses ecossistemas (BRANCO, 1990). O manguezal aqui estudado é entendido como o conjunto de animais e plantas que compõem o ecossistema localizado na transição terra/mar, nas áreas dos países de clima tropical ou subtropical, em sua maioria, onde as altitudes dificilmente ultrapassam os 10 metros, com águas geralmente calmas, a exemplo das baías, estuários e lagoas.

A presença de flores nos seus arbustos proporciona uma paisagem belíssima para a população local e as demais pessoas que visitam o município de Jaguaripe (foto 8).



Foto 8 - Manguezais no município de Jaguaripe

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A verdadeira origem dos manguezais constitui algo ainda a ser estudado. Presume-se que as espécies de plantas que formam este ambiente tenham migrado do Pacífico em épocas pretéritas (NOVELLI, 1995). As espécies encontradas no planeta têm intensa ligação com as condições ambientais que favorecem o seu desenvolvimento. De acordo com FERNANDES e PERIA (1995), o manguezal pode ser encontrado nas regiões intertropicais. Nas regiões temperadas, por exemplo, as condições edafoclimáticas não favorecem o desenvolvimento do mangue, o que acaba por provocar a sua migração, ou

morte, devido à competição com outros vegetais que se apresentam melhor adaptados às condições ambientais.

No caso da costa brasileira, estima-se a existência de 25 000 Km² de manguezais. A sua distribuição vai desde o Cabo do Orange, no Estado do Amapá, com 4 graus de Latitude Norte, até Laguna, situada na costa do Estado de Santa Catarina, a 28 graus de Latitude Sul. O facto do Brasil ser um dos países com a maior faixa costeira localizada entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, favorece a proliferação das espécies encontradas nos manguezais. Algumas condições são destacadas para a fixação dos animais e plantas que convivem com esse ambiente, tais como temperaturas médias superiores a 20 graus e totais pluviométricos anuais acima de 1500 mm (FERNANDES & PERIA, op. cit.).

No caso da costa de Jaguaripe, a maneira como este ambiente foi historicamente constituído, prevaleceu a fixação dos ecossistemas de manguezais. Os diferentes movimentos de transgressão e regressão marinhas, ocorridos no Quaternário, produziram as condições básicas para o desenvolvimento dos manguezais, nas planícies fluvio-marinhas, junto aos estuários e lagunas. As flutuações do nível do mar, provocadas pelas últimas transgressões, principalmente aquelas ocorridas há cerca de 120 000 anos, contribuíram para gerar as condições ambientais onde se localizam os manguezais (BITENCOURT, 1983). O contacto terra/mar com a presença diária das marés torna-se indispensável à manutenção desses ecossistemas, pois as áreas protegidas do maior fluxo de energia são as mais apropriadas às suas presenças.

À medida que o nível do mar subiu, provocou a erosão de sedimentos localizados no continente, principalmente decorrentes do processo de Formação Barreiras, que tinham sido abandonados em épocas pretéritas. A partir do instante em que houve regressão do nível do mar, foram formados os substratos favoráveis à fixação dos manguezais, tais como os depósitos finos, compostos por silt e argila, em sua maioria, que formam os solos hidromórficos, favorecendo a proliferação de plantas arbóreas, típicas desses ecossistemas. Na costa do Recôncavo da Bahia, os municípios de Jaguaripe, Maragogipe, Aratuípe e Nazaré destacam-se entre aqueles que possuem o predomínio desses ecossistemas. Indiscutivelmente, a riqueza dos manguezais está

associada à proliferação das espécies animal e vegetal que produzem o espectáculo para enriquecimento do modo de vida da população local e embelezamento da paisagem.

Os tipos de mangue encontrados na costa do município de Jaguaripe, geralmente, acompanham a tipologia das demais espécies localizadas na costa brasileira. Com base em SOARES (1995), foi esboçado o desenho abaixo para representar as principais espécies de plantas encontradas nos manguezais, de acordo com a sua localização nas áreas costeiras (figura 41).

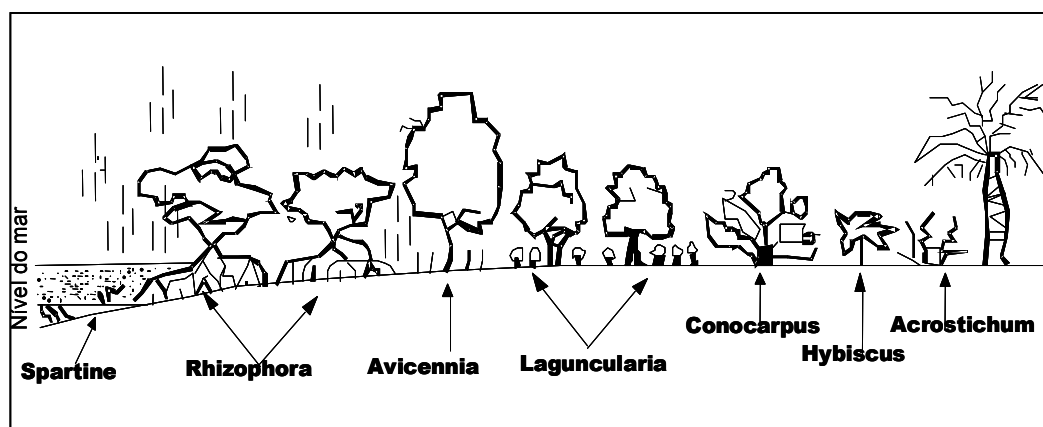


Figura 41 - Tipos de mangue encontrados na costa brasileira.

Fonte: SANTOS *et al.*, 2002, com base em SOARES, 1995.

A posição dos tipos de mangue representados na figura 41 pode variar, ainda que pouco, na dependência das condições geográficas da costa brasileira. No geral, são poucas as variedades das espécies de manguezais que se desenvolvem nesse ambiente.

A maneira como essas plantas estão distribuídas na linha de costa tem a ver com as condições ambientais de cada localidade. As principais espécies de árvores-arbustos encontradas nos manguezais da Bahia são o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o mangue preto (*Avicennia germinans*; *A. schaueriana*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue de botão (*Conocarpus erecta*), todas com diferentes distribuições e consorciadas, em função, principalmente, das influências das marés e dos cursos d'água, como também dos tipos de solos existentes.

Na linha de confronto terra/mar, destaca-se o mangue vermelho ou *Rhizophora mangle*, também conhecido como mangue verdadeiro, situado na área de topografia mais suave. A sua proximidade com a zona de desembocadura dos rios, numa zona de mistura entre a água doce com a água salgada, evidencia a baixa tolerância à presença do sal, pois a sua capacidade de resistência é inferior a 50 partes de sal para cada 1 000 partes de água (FERNANDES & PERIA, 1995). Esta planta possui as raízes externas arqueadas que funcionam como um filtro de passagem dos sedimentos, além de realizar as trocas gasosas importantes para a manutenção do vegetal. A *Rhizophora* tem uma cor avermelhada, podendo ser constatada quando se retira a primeira casca (SUGIYAMA, 1995). A sua capacidade de proliferação em ambientes mais próximos ao mar, como as margens dos rios e locais bastante húmidos, propicia o crescimento de plantas que dificilmente ultrapassam os 12 metros de altura.

A *Avicennia germinan*, também conhecida como mangue siriúba ou mangue preto, possui uma maior capacidade de tolerância à água salgada, podendo até admitir a presença de 65 a 90 partes de sal por cada 1 000 de água. A siriúba possui escamas no tronco e quando retirada a primeira casca apresenta cor amarelada, que fica por cima do castanho, geralmente exposto. Quanto à sua localização, se encontra mais afastada dos rios e do mar, onde a topografia se apresenta mais suave e os sedimentos menos consolidados. De acordo com SUGIYAMA (1995), as folhas do mangue siriúba possuem a parte inferior esbranquiçada, por apresentarem escamas minúsculas. A *Avicennia* constitui a espécie que apresenta maior crescimento nesses ecossistemas, alcançando a média de 12 metros de altura (POR, 1994).

A *Languncularia*, também é conhecida como mangue branco e localiza-se nas áreas mais distantes do mar, onde os terrenos tendem a ser mais firmes e portadores de maior quantidade de areias. São arbustos pequenos, comparados com a *Rhizophora* e a Siriúba e não apresentam forte tolerância ao sal. A sua localização nas áreas mais distantes do mar aproxima o contacto com as acções antrópicas, o que tende a provocar a sua devastação. Esses arbustos, apesar de serem pequenos, possuem grandes quantidades de propágulos, o que ajuda na sua proliferação.

O *Conocarpus erecta*, representado na figura 42 é a espécie que possui o menor porte entre as espécies de mangues analisadas e pode ser denominada de mangue de botão ou mangue ratinho. A sua localização nas áreas de maior altitude faz a transição entre os ecossistemas de manguezais e as espécies encontradas nas áreas de terra firme, denominadas por manguezais alterados (SUGIYAMA, 1995). De acordo com a autora, a partir dessas áreas encontram-se os vegetais do género *Hybiscus* e *Acrostichum* que estão numa zona de transição terra/mar onde se destaca o algodoeiro de praia. Esta planta apresenta elevado valor paisagístico, em função da beleza encontrada na coloração amarela e na presença de várias flores, o que permite a sua utilização, entre outras funções, para arborização de ruas.

No tocante à vida animal encontrada nos manguezais, de modo geral, existe intensa diversidade, a ponto de ser conhecido como berçário marinho, face à importância desses ecossistemas para a manutenção de várias espécies que passam pelo menos uma parte do ciclo de suas vidas nesse ambiente. Há animais que dependem directamente da existência dos manguezais como fonte de alimentação e habitat, a exemplo dos moluscos, no caso dos mariscos e das ostras, e dos crustáceos como lagostas, siris, aratus, caranguejos e camarões.

Os peixes apresentam ciclos de vida mais espaçados, nos manguezais, podendo ocorrer visitas diárias ou apenas numa fase da sua vida, assim como a existência de migrações mensais ou anuais para a sua reprodução (LEITÃO, 1985). De acordo com o autor, o robalo, a tainha, a sardinha, o linguado e o carapeba, destacam-se entre as espécies relacionadas com os ecossistemas dos manguezais. Vale lembrar que, o facto dos peixes se distanciarem mais fisicamente desses ecossistemas não exime a sua necessidade enquanto fonte de sobrevivência, pois as visitas nesses casos passam a ser vitais para o seu desenvolvimento. Entre os animais mais directamente relacionados com o ambiente costeiro destacam-se algumas aves que buscam sustentos nos manguezais. A garça azul, o soco-dorminhoco, o gavião-do-mangue e a saracura-do-mangue convivem com mais frequência nesses locais. Os manguezais desempenham inúmeras funções no processo de manutenção da qualidade ambiental e, ultimamente, tem-se ampliado a sua utilização enquanto fonte de riqueza económica. O uso de várias espécies encontradas nos

manguezais e a criação de abelhas para a produção de mel apresentam-se como um campo de aproveitamento salutar a ser investigado

Os ecossistemas de manguezais, na maior parte da costa brasileira, não foram usados de maneira adequada, pois houve intensa devastação e carência de reflexões sobre os prejuízos causados pela sua destruição. Isso está a ocorrer em Jaguaripe, uma vez que a devastação desses ecossistemas traz prejuízos à população local. O número de espécies animal e vegetal destruído para dar lugar às diferentes actividades predadoras foi significativo. As preocupações com o processo de preservação dos manguezais surgiram na década de 1980, num período em que se reflecte sobre o seu papel no contexto ambiental. A primeira importância dos manguezais está relacionada com a reprodução da riqueza encontrada na fauna e na flora. Esses ecossistemas funcionam como um “berçário marinho” por permitirem condições favoráveis para que várias espécies de vegetais e animais passem diferentes ciclos de reprodução da vida. Além da produção de vários alimentos para a população de Jaguaripe e região, os manguezais também possuem a capacidade de regular os agentes que degradam a linha de costa. As suas raízes funcionam como filtro dos sedimentos e dos poluentes que se dirigem para o mar, evitando assim o assoreamento e a contaminação do ambiente marinho. A presença dos manguezais dificulta a erosão na linha de costa e protege o continente do avanço do mar.

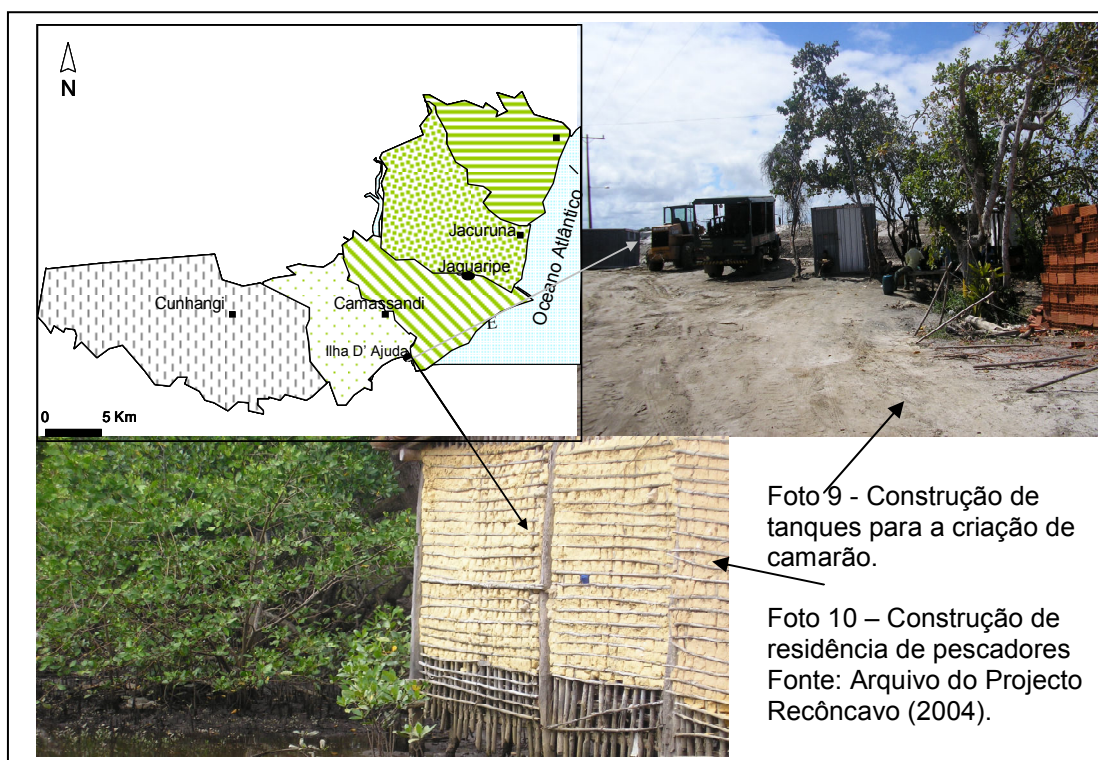
Os manguezais dispõem de inúmeras utilidades que podem resultar em valores ecológicos e sócio-económicos (GRASSO & TOGNELA, 1995). De acordo com estes autores, há diversos tipos de exploração desses recursos, com impactos variáveis para a sociedade como local de pesca, mariscagem, extracção de madeiras para a construção e extracção de produtos medicinais, a exemplo do álcool, adoçantes, óleos e tanino. A utilização dos manguezais de forma adequada, enquanto espaços de lazer e de turismo, assim como o aproveitamento da diversidade encontrada nas plantas para a apicultura, visando a produção de mel, se apresentam como mais uma perspectiva de aproveitamento desses ecossistemas com redução dos impactos negativos.

No caso de Jaguaripe, a riqueza da fauna e da flora encontrada nos ecossistemas costeiros atraiu a comunidade de pescadores composta por negros, em sua maioria, que após serem despojados do processo de escravidão, ocorrido no final do século XIX, encontrou nesse ambiente a

principal alternativa de sobrevivência. A rapidez do processo de ocupação das áreas de manguezais, a falta de estrutura dos equipamentos de esgotos, aliados à carência de política de preservação ambiental têm acelerado a devastação desses ecossistemas, o que provoca a redução dos pescados, mariscos e outros derivados do mar (SANTOS, *et al.*, 2002).

Os manguezais, teoricamente, são protegidos por Lei, mas a ganância pela aquisição de lucros rápidos, culminando com a carência de trabalhos educativos entre visitantes e visitados acabam por provocar a devastação dessas áreas. São várias as actividades antrópicas que ocorrem ultimamente, provocando impactos nas propriedades físicas, químicas e biológicas dos manguezais (VARJABEDIAN, 1995). De acordo com este autor, muitas dessas actividades provocam efeitos agudos, com enormes prejuízos, embora haja possibilidade de recuperação. As construções residenciais e os empreendimentos imobiliários nessas áreas constituem alguns dos exemplos. Enquanto isso, outras actividades podem ser crônicas, por provocarem degradações por longo prazo, a exemplo do que acontece com o derramamento de petróleo ou de outras substâncias tóxicas.

A forma como o manguezal vem sendo devastado na costa de Jaguaripe demanda sérias preocupações quanto ao desenvolvimento do município (fotos 9 e 10).



As imagens revelam o paradoxo encontrado no tipo de ocupação dos manguezais. Por um lado, encontram-se as residências de pescadores, construídas sobre estacas, em sua maioria, de modo a proteger-se das movimentações constantes das ondas do mar e dos sedimentos. Os impactos provocados por essas intervenções são mínimos, visto que a maioria desses habitantes pratica uma pesca artesanal e não dispõe de equipamentos técnicos como motosserra, tractores e veículos automotores, entre outros. Por outro lado, assiste-se à intensa devastação dos manguezais pelos empreendedores económicos, que nesse caso constituem aqueles que empregam maiores volumes de capital com a implantação de projectos imobiliários e confecção de tanques para a criação de camarão, entre outras actividades. De acordo com os depoimentos dos moradores de Jaguaripe, ficou constatado que a carência de oportunidades de emprego e de renda para os moradores autóctones concorre para dar crédito às novas actividades, enquanto esperança na melhoria das condições de vida. Este facto contribui para que o turismo seja visto como a principal opção de desenvolvimento local.

Diante disso, verifica-se que a análise de turismo e ambiente na costa de Jaguaripe traz pontos polémicos. Por um lado, realça a perspectiva de melhoria da qualidade ambiental, provocando impactos positivos para o património natural e cultural, uma vez que haja melhoramento na forma como as diferentes actividades se processam nesse território. Por outro lado, há risco de perda da qualidade ambiental, caso os impactos que se iniciam nessa área não sejam reduzidos, o que poderá causar sérios prejuízos ao ambiente e ao turismo. Antes da análise dessas questões será analisada a maneira como a população habita o território estudado.

5.2.2 População e território

De modo a entender as relações entre a população e o território no município de Jaguaripe, o estudo de alguns indicadores demográficos ajuda nessa abordagem (quadro 6).

Municípios	População Total				Densidade Demográfica			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Aratuípe	8 167	7 475	7 691	8 381	60,1	55,0	56,1	47,2
Cachoeira	27 382	27 953	28 258	30 416	67,9	69,3	70,1	76,0
Candeias	34 195	54 081	67 936	76 783	146,8	232,1	291,6	289,2
Camaçari	33 273	89 78	113 615	161 727	35,1	96,0	158,2	212,0
Itaparica	8 3 91	10 877	15 075	18 945	239,7	310,7	430,8	162,8
Jaguaripe	10147	10 874	13 823	13 422	11,6	12,3	15,7	15,0
L.de Freitas	10 007	35 309	69177	113 543	107,6	379,7	743,8	1892,3
Madre de Deus	-	-	9 190	12 036			835,4	107,5
Maragogipe	41 038	41 260	38 809	40 314	91,2	91,7	86,2	92,1
M.São João				32 568				47,7
Nazaré	21 780	23 599	25 953	26 365	97,2	105,3	115,9	102,5
Salinas da Margarida	6 366	7 766	8 902	10 377	97,9	119,9	136,9	69,7
Salvador	1007195	1501981	2072058	2 443107	3108,8	4 635,7	6 620,0	3443,4
Santo Amaro	46 411	57 931	54 114	58 414	76,8	95,9	121,4	111,5
São Félix	13 253	15 243	12 099	13 699	92,7	106,6	84,6	142,9
S. Francisco do Conde	20 738	17 835	20 238	26 282	112,7	96,9	110,0	96,2
Saubara	-	-	8 018				50,8	63,9
Simões Filho	22 019	43 578	72 585	94 066	106,4	210,5	350,6	487,4
Valença	48 034	66 283	66 795		37,1	51,2	51,6	64,8
Vera Cruz	12 003	13 743	22 096	29 750	56,1	965,1	104,7	62,7

Quadro 6 - Índices demográficos dos municípios da costa do Recôncavo Baiano.

Fonte: IBGE e SEI (2002).

De acordo com o quadro 6, Jaguaripe não chegou a ter crescimento negativo entre as décadas de 1970 e 1980, mas se destaca entre os municípios que não tiveram aumento significativo nesse período. Os índices registados foram estáveis, havendo somente maior crescimento no decénio de 1990, com o registo de 38,6%, passando de 10 874 na década anterior para 13 823. Enquanto isso, no ano de 2000, a população total foi registada em 13 422 (SEI, 2002). O crescimento populacional ocorrido nos municípios situados à costa do Recôncavo acompanha o mesmo ritmo do Estado da Bahia, pois começou a se intensificar após a década de 1950. No entanto, a década de 1970 constituiu o marco importante para a elevação populacional desses territórios, com excepção de Jaguaripe, Maragogipe e São Francisco do Conde. Os dois últimos chegaram a registar uma situação atípica, pois houve decréscimo de população. O caso mais destacado foi o de Maragogipe que decresceu 6%, passando de 41 260, no ano de 1980, para 38 809, no ano de 1991. A população de Jaguaripe experimenta duas situações que merecem destaque. A primeira refere-se ao isolamento do sistema produtivo, por ficar à margem das actividades que passaram a integrar a

Rede Urbana do Recôncavo, principalmente com o crescimento das rodovias (SANTOS, 2002). A segunda compreende a fase actual, em que ocorre a rápida transformação dos ecossistemas costeiros, em decorrência do processo de inserção das actividades turísticas, principalmente.

Nesta análise, vale reflectir sobre a maneira como a população está distribuída no interior desse município. As consultas aos órgãos que trabalham com os indicadores demográficos, no caso o IBGE, o SEI e a Prefeitura Municipal foram indispensáveis para a busca de algumas respostas sobre a população: quantos são? Onde vivem? Quem são? Quais as principais estratégias de sobrevivência utilizadas, mediante as principais transformações territoriais ocorridas ultimamente? Os dados demográficos disponíveis nas três décadas: 1980, 1990 e 2000, demonstram que a população não apresenta a maior concentração na sede do município, ou seja, na cidade de Jaguaripe. Os distritos de Cunhangi, Pirajuía e Camassandi apresentaram maiores índices no período estudado (quadro 7).

Distritos	1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Jaguaripe	1 494	797	697	1 857	1 212	645	2 215	1 584	631
Camassandi	2 083	882	1 201	2 418	1 057	1 361	2 339	1 047	1 292
Cunhangi	4 412	150	4 262	4 904	206	4 698	4 443	262	4 181
Jacuruna	805	345	460	1 187	582	605	1 169	754	415
Pirajuia	2 080	651	1 429	3 474	886	2 588	3 256	985	2 271
Total	10874	2 825	8 049	13 840	3 943	9 897	13 422	4 632	8 790

Quadro 7 - Indicadores demográficos do município de Jaguaripe.

Fonte: IBGE, Censo demográfico do IBGE, 1980, 1991 e 2000.

De acordo com os dados, constata-se que a população do município é constituída por 13 422 habitantes (SEI, 2000). Com base na evolução demográfica dos distritos, nos últimos decênios, o ano de 1991 foi o mais destacado. O maior crescimento foi registado no distrito de Pirajuía, com índice de 67%, passando de 2 080 em 1980 para 3 474 em 1991. Com referência à densidade demográfica, o município apresenta a média de 15 hab/km² e fica abaixo da média do Estado da Bahia que é de 22 hab/km².

Enquanto isso, os municípios costeiros do Recôncavo têm em média 379,4 hab/km², o que se distancia ainda mais de Jaguaripe. Os principais motivos

encontrados para explicar a baixa densidade referem-se à área que é de 878 km², sendo um dos municípios mais extensos da região, assim como o contexto de isolamento nele ocorrido em relação ao sector produtivo do Estado da Bahia, desde o final do processo de colonização até as décadas mais recentes. O comportamento da densidade demográfica encontrada no município de Jaguaripe reflecte a forma como o uso e a ocupação do solo se processa (figura 42).

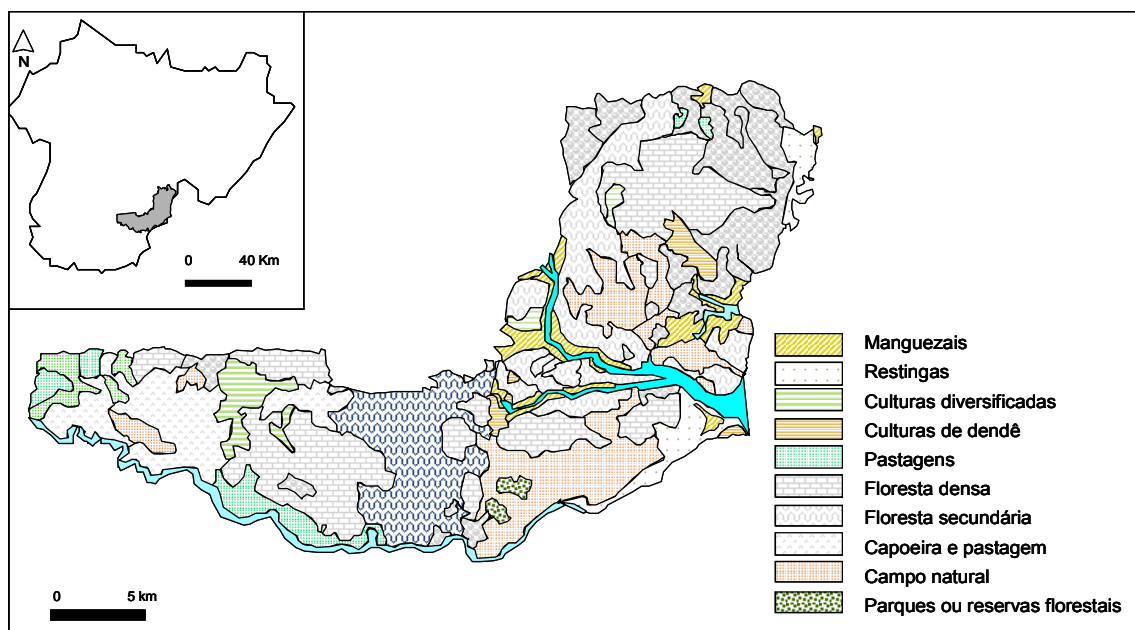


Figura 42 - Ocupação do solo em Jaguaripe.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base na Secretaria de Recursos Hídricos, 1985.

A ocupação do solo no município de Jaguaripe apresenta-se bastante diversificada. Há desde a ocorrência de matas densas, tanto na parte ocidental como ao norte, até a existência de vegetação com menor porte e densidade, que tende a decrescer em direcção à linha de costa, onde se destacam os mangues. As áreas próximas à linha de costa não apresentam viabilidade para o uso da agricultura e prevalece a exploração da pesca e da mariscagem. Sendo assim, antes de proceder à análise do turismo nesse município, serão reflectidas as condições em que a população local habita o município estudado.

5.2.3 Condições de habitabilidade

O conjunto das condições de habitabilidade dos inquiridos de Jaguaripe foi baseado nas informações adquiridas através das visitas de campo e do tratamento dos inquéritos aplicados directamente à população, durante o período de Junho a Agosto de 2004. Do total dos entrevistados 60 % residiam na sede do município e 39,2% habitavam no distrito de Camassandi, nomeadamente no povoado de Ilha D' Ajuda. Devido ao facto dos inquéritos serem aplicados nas referidas localidades, apenas 0,8% dos entrevistados habitavam em outros distritos, porém do mesmo município. Este facto evidencia a pequena mobilidade interna dos habitantes de Jaguaguaripe, principalmente em função das dificuldades de acesso das vias de transportes. As localidades de Jaguaripe sede e o distrito de Camassandi por muito tempo obtiveram o predomínio das actividades primárias, nomeadamente da pesca e da mariscagem, mas ultimamente têm sofrido intensas transformações, em decorrência das actividades de turismo e lazer (SANTOS, 2002 e ROSÁRIO, 2003).

Na análise sobre as condições de habitabilidade da população de Jaguaripe o tipo de residência merece uma reflexão (figura 43).

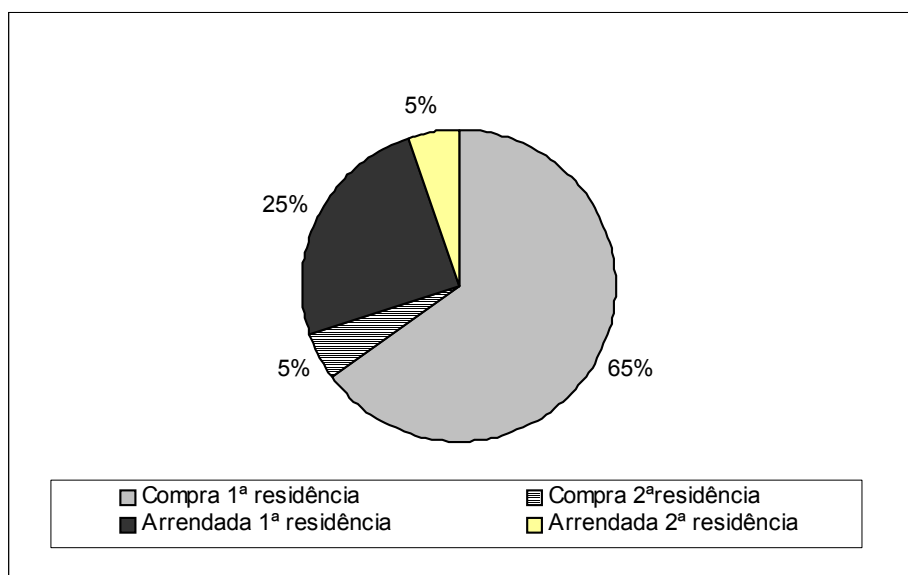


Figura 43 - Tipo de residência dos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

De acordo com a figura 43, constata-se que 65% dos inquiridos de Jaguaripe possuem residência própria, mas 25% ainda habitam em casas arrendadas. Estes indicativos retratam a rapidez com que as transformações ocorrem no município, visto que até o final da década de 1980 eram poucas as residências arrendadas. As visitas de campo constataram que muitas residências encontradas nos territórios estudados apresentam características de construção recentes, mas ainda existe o predomínio das habitações tradicionais, com três a quatro cômodos, na sua maioria, as quais guardam as características da vila de pescadores, principalmente no povoado de Ilha D' Ajuda (foto 11).



Foto 11 - Casa de pescadores em Jaguaripe/BA.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

As residências tradicionais dos pescadores são contruídas com uma base de madeira fina, do tipo estacas, que sustenta as paredes de barro batido. Nota-se que a casa fica afastada do solo, de modo a evitar os impactos dos sedimentos trazidos pelas marés. Dispõe, geralmente, de dois a três cômodos e abriga toda a família, que possui em média quatro a cinco pessoas. Os utensílios espalhados ao redor da casa retratam a simplicidade encontrada nesse tipo de habitação. Na análise das condições de habitabilidade da população de Jaguaripe, merece destaque a forma como ocorre o destino dos resíduos sólidos e líquidos. A

pesquisa revela que 48% dos inquiridos depositam os resíduos domésticos em fossa, sendo que 37% declararam lançar directamente no mar ou no rio. Até a presente data não existe uma rede de esgoto canalizada. Este é um dado preocupante para o conjunto das relações que envolvem a população, o turismo e o ambiente, no município estudado.

Há carência de acções mais consolidadas, por parte da Prefeitura Municipal, no sentido de diminuir o impacto ambiental causado pelas péssimas condições sanitárias encontradas, principalmente no povoado de Ilha D' Ajuda. A necessidade de um trabalho de Educação Ambiental é cada vez mais evidente. Tendo em vista a importância da educação dos habitantes para o bom andamento dessas práticas territoriais houve espaço para a reflexão sobre o nível de escolaridade dos inquiridos (figura 44).

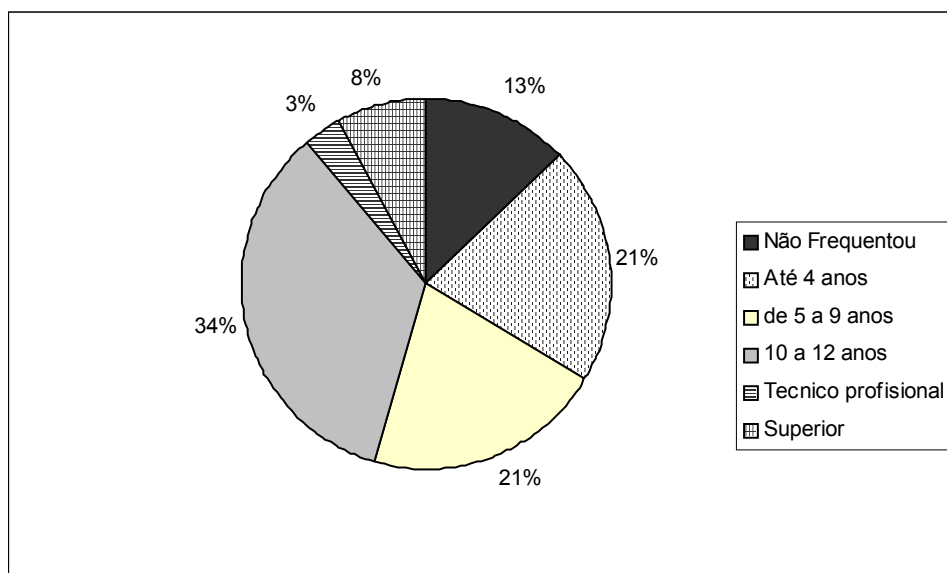


Figura 44 - Nível de escolaridade dos inquiridos de Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

De acordo com os inquéritos aplicados no período de Julho a Agosto de 2004, 21% dos inquiridos possuem até quatro anos de escolaridade, sendo que 13% declararam nunca ter frequentado uma escola. O nível médio foi o que apresentou o maior índice de escolaridade, 34.9%, mas vale ressaltar que o município não possui estabelecimento escolar neste grau de ensino, o que obriga os estudantes a concluírem o nível médio nas cidades vizinhas de Valença, Nazaré e Santo António de Jesus, principalmente.

Os projectos desenvolvidos tanto pela UNEB Campus V, quanto pelas associações de moradores e pelas organizações não governamentais, sobre a problemática da ocupação em áreas de manguezais, têm contribuído para amenizar esta questão, mas ainda são incipientes. A inauguração da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, em 2006, com a implantação de novos cursos voltados para o interesse regional, reforça o desenvolvimento de trabalhos nessa área. Indiscutivelmente, o nível de instrução da população que convive diariamente com essa realidade constitui um indicativo importante para o melhoramento das questões ambientais e das condições de vida.

Antes da análise da inserção do turismo no município de Jaguaripe houve a necessidade de reflectir sobre as profissões desenvolvidas pelos inquiridos (figura 45).

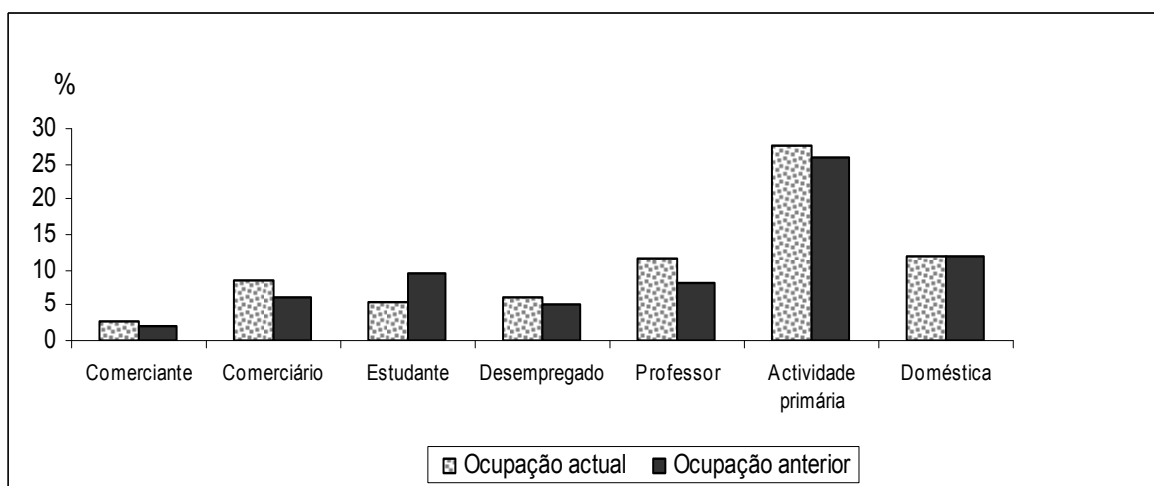


Figura 45 - Ocupação dos inquiridos de Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

A figura 45 evidencia que as ocupações relacionadas com o sector primário da economia, nomeadamente agricultura e pesca, foram identificadas pelos inquiridos como as mais significativas. Vale ressaltar que actualmente estas actividades estão presentes em 27,6% dos entrevistados, sendo que, anteriormente, representavam 25,9%. O aumento desse índice está relacionado tanto ao aumento do contingente da população que retorna após experiências de habitação em outros municípios da região quanto ao facto do aumento da população em função do crescimento vegetativo. Muitos dos filhos de pescadores e marisqueiras continuam a exercer estas actividades, mesmo diante da forte tendência de migração para os grandes centros urbanos, nos últimos anos. Isso

fortalece ainda mais a preocupação com o tipo de turismo desenvolvido no município de Jaguaripe. Há de se preservar os ecossistemas costeiros, nomeadamente os manguezais, como forma de garantia da qualidade ambiental e da consequente melhoria das condições de vida dos habitantes. Esta situação torna-se ainda mais evidente quando se reflecte sobre a forma como os inquiridos exercem as suas actividades profissionais (figura 46).

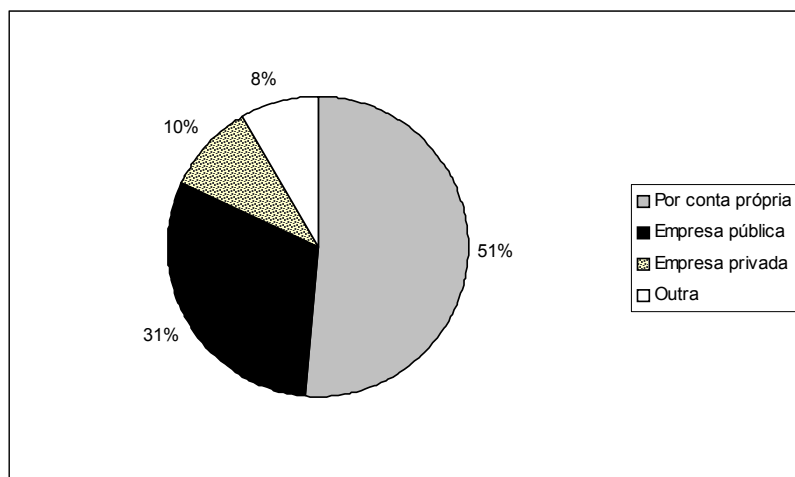


Figura 46 - Tipo de exercício profissional dos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 46 constata que a maioria da população inquirida exerce suas actividades por conta própria, ou seja, 51%, sendo que a empresa pública se destaca como a principal fonte de emprego no município, 31%. As empresas privadas contribuem apenas com 10% da ocupação dos inquiridos. Esta situação evidencia o quanto a população do município de Jaguaripe depende das actividades primárias: agricultura e pesca, para sobreviver. Em contrapartida, verifica-se que o turismo ainda se mostra incipiente, mas apresenta um rápido processo de transformação espacial. A cada dia tende a aumentar o número de actividades associadas ao turismo, tais como serviços de bares, restaurantes, pousadas e guias turísticos, entre outras.

Do mesmo modo que foi importante a análise de algumas variáveis como nível de instrução, tipo de ocupação e local de trabalho, para identificar as condições de habitabilidade da população, foi analisada a renda dos inquiridos (figura 47).

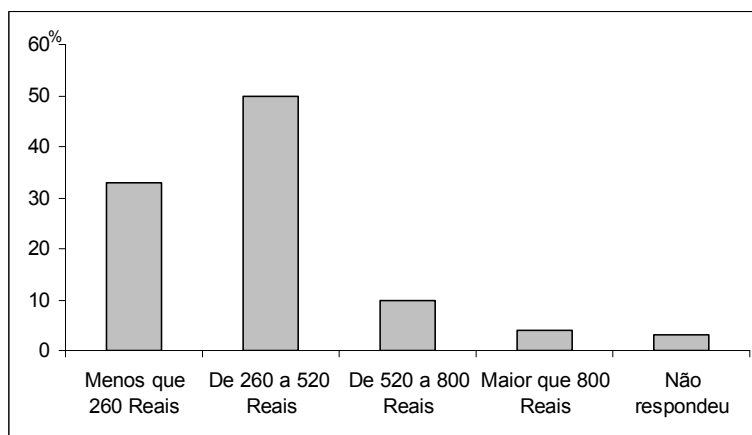


Figura 47 - Rendimento mensal dos inquiridos no município de Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Com base na figura 47, constatou-se o índice de 32% dos inquiridos a sobreviver com menos de um salário mínimo nacional, 260 Reais, vigente em Julho de 2004. De acordo com esses dados, a faixa salarial entre 260 a 520 Reais, o equivalente a dois salários mínimos nacionais, foi a que apresentou o maior índice, 50%. Vale salientar que apesar das dificuldades encontradas nas respostas dos inquiridos, quando se refere ao rendimento económico, somente 1% não respondeu sobre esta questão.

Do mesmo modo como o tipo de moradia, a infra-estrutura sanitária e o nível de escolaridade, a situação do emprego e da renda não pode estar dissociada das políticas públicas relacionadas com as actividades do turismo no ambiente costeiro. O número de pessoas que sobrevivem da pesca é superior ao das demais actividades desenvolvidas no município: 27,65% dos inquiridos, ficando à frente dos comerciantes e funcionários públicos com 11,6% e 8,6%, respectivamente. Isso demonstra o peso das actividades relacionadas ao sector primário da economia, nomeadamente pesca e mariscagem. A inserção das actividades turísticas, na década de 1990, tem acelerado o processo de terciarização da economia, com a criação de novos serviços e a geração de vários impactos, conforme destacado no próximo item.

5.2.4 Inserção do turismo no município de Jaguaripe

O município de Jaguaripe se insere no turismo de praia sol e mar a partir da década de 1990. A explosão demográfica da cidade de Salvador, capital do Estado, a saturação do turismo na Ilha de Itaparica e a procura de novos roteiros para a prática do balneário marinho foram importantes para a descoberta desse município, enquanto local de lazer e turismo. As constantes visitas de historiadores, estudantes e demais pessoas interessadas pela beleza elucidada no património arquitectónico municipal, apontavam para os primeiros caminhos das actividades turísticas em Jaguaripe. A população local composta por pescadores, na sua maioria, recebia e esclarecia os visitantes sobre os monumentos históricos instalados na sede municipal e deixava transparecer a tranquilidade típica daquela localidade. Não obstante as dificuldades de acesso à sede do município, no caso a cidade de Jaguaripe, em função do abandono caracterizado pela mudança de interesse político e económico do mundo moderno, as visitas continuavam a crescer no município.

De acordo com os depoimentos dos moradores mais velhos, os principais motivos das primeiras visitas realizadas em Jaguaripe estavam relacionados ao nível de parentesco existente entre a população autóctone e os migrantes que se deslocaram para trabalhar nos centros urbanos mais dinâmicos, como Santo António de Jesus, Valença, Feira de Santana e Salvador. O passeio de barco, a pesca de anzol, o escaldado de caranguejo e uma água de coco complementavam as conversas dos visitantes com a população local. A preservação de um modo de vida rural em meio a um contexto urbano da década de 1980 ajudava a manter o ritmo da tranquilidade existente nessa localidade.

De maneira diferente de outros centros urbanos, localizados na costa do Recôncavo Baiano, a exemplo de Salvador, Itaparica e Vera Cruz, que possuem várias décadas de experiências com o desenvolvimento desta actividade, o turismo em Jaguaripe apresenta um estágio inicial, porém com significativa velocidade no processo de transformação ambiental. O estado de preservação das áreas de manguezais, a beleza explicitada no potencial aquático e a diversidade gastronómica, aliada à hospitalidade da população, destacam-se entre os principais atractivos para o lazer e o turismo em Jaguaripe.

A abertura do loteamento de Praia dos Garcez, no início da década de 1990, ampliou o fluxo de visitantes, oriundo das regiões vizinhas. Nos últimos anos, houve a intensificação do número de visitantes, principalmente nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, período de alta estação. A disposição de dados na Bahia sobre a origem e o destino dos turistas, por município, ainda apresenta sérias dificuldades, pois somente alguns centros turísticos dispõem de indicadores que permitem ser analisados (quadro 8).

Bahia	4. 106. 860
Salvador	1. 849. 940
Porto Seguro	1. 026. 720
Ilhéus	246. 410
Morro de São Paulo	102. 670
Valença	61. 600
Lençóis	82.140
Praia do Forte	71. 870
Sauípe	123. 210
Outros	542.300

Quadro 8 - Número de turistas na Bahia, no ano de 2002.

Fonte: BAHIATURSA, 2002.

De acordo com os dados fornecidos pela BAHIATURSA, verifica-se que Salvador absorve 45% do fluxo de visitantes de todo o Estado da Bahia. Esta situação revela a escolha do destino turístico dos visitantes nacionais e estrangeiros, em decorrência da elevada centralidade da capital do Estado. A maior parte dos turistas, que visitam as cidades do Recôncavo Baiano, tem Salvador como porta de entrada, principalmente quando utilizam como tipo de deslocamento as vias aéreas. São poucos os aeroportos localizados nessa região, com possibilidade de receber vôos de maiores proporções. Destacam-se o Internacional Luis Eduardo Magalhães, situado na cidade de Salvador, e o aeroporto de Guaibim, localizado no município de Valença, com predomínio dos vôos charteres, durante o período de alta estação.

A inserção de outros municípios do Recôncavo da Bahia, no roteiro de visita do Estado, aumentou à medida que o programa de turismo na Bahia - PRODETUR-BA, passou a divulgar as potencialidades do turismo nessa região. Essas iniciativas motivaram as possibilidades de aumento do fluxo de visitantes

nos municípios da costa do Recôncavo, onde Jaguaripe se apresenta como uma das principais opções.

Os resultados evidenciados nas primeiras áreas que experimentaram a inserção do turismo de praia, sol e mar, na costa do Recôncavo, despertaram para a análise da realidade em questão. Os exemplos da Ilha de Itaparica, ainda nas décadas de 1970 e 1980, e do Litoral Norte, numa fase posterior, nomeadamente no início da década de 1990, evidenciaram sérios prejuízos à qualidade ambiental, pois provocaram intensa degradação no ecossistema costeiro, principalmente nas áreas de manguezais, além do facto de não promover a inclusão da população local no processo de turistificação do espaço.

Nas áreas costeiras do Recôncavo Sul, principalmente nos municípios de Aratuípe, Jaguaripe e Salinas da Margarida, as actividades turísticas se inserem mais tarde. Até a década de 1980, o turismo praticamente não existia e as pessoas viviam em função da pesca e da mariscagem, principalmente, conforme referido no capítulo II. A divisão das tarefas de acordo com os géneros ocorre com frequência no espaço estudado. A mão-de-obra masculina é ocupada na pesca, agricultura e outras actividades que exigem deslocações mais distantes. Enquanto isso, mulheres e crianças dedicam-se à mariscagem, limpeza do peixe e confecções de redes, entre outras actividades que se encontram mais próximas ao local de habitação. À medida que o turismo se insere no município de Jaguaripe provoca uma alteração nesta rotina de trabalho. A tendência dessa actividade à terciarização estimula o surgimento de empreendimentos relacionados aos bares, restaurantes e hotéis, que passam a admitir maiores quantitativos de pessoas do sexo masculino.

Os fluxos turísticos em direcção à área estudada intensificaram-se a partir da década de 1990, quando ocorreu maior procura pela área estudada, para a prática do turismo de praia, sol e mar. Vale lembrar que apesar da linha de costa brasileira ser ocupada há vários séculos, até recentemente existiam localidades com usos limitados (MORAES, op. cit. e AB' SABER, op.cit.). O município de Jaguaripe foi um dos convidados a fazer parte do novo cenário, pois a população acredita no turismo como principal fonte de emprego e de renda. À medida que os ecossistemas de manguezais vão sendo transformados, dificulta a sobrevivência da população que depende das actividades primárias, principalmente da pesca.

O crescimento do fluxo turístico para o município de Jaguaripe está relacionado com a diversidade de atração encontrada nessa localidade. A movimentação de pessoas é intensa, oriundas, principalmente, das regiões vizinhas, seja para visitar a beleza arquitetónica, encontrada na sede do município, seja para participar de uma pescaria ou para desfrutar das variedades gastronômicas e tomar banho de rio ou de mar. Na análise das áreas mais propícia aos visitantes, o distrito de Camassandi tem se destacado como o de maior procura, principalmente após a abertura do loteamento de Praia dos Garcez, que ampliou o acesso à praia do mesmo nome. A partir do momento em que Jaguaripe foi descoberto pelos visitantes para o balneário marinho, aumentou a perspectiva de crescimento das actividades turísticas. O interesse dos inquiridos de Jaguaripe pelo avanço das novas actividades passa a ser forte (figura 48).

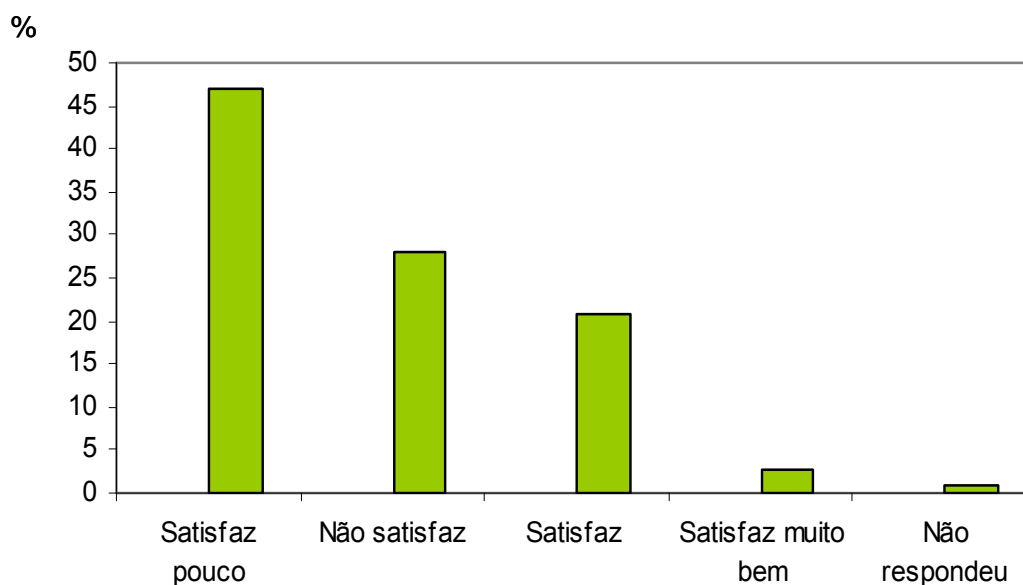


Figura 48 - Satisfação da população de Jaguaripe em relação ao turismo

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

O gráfico demonstra que os índices relacionados à satisfação da actividade do turismo predominam na opinião dos inquiridos desse município, com 70%, entre aqueles que responderam: satisfaz pouco, satisfaz e satisfaz muito. Somente 25% dos entrevistados mostraram-se insatisfeitos com a inserção dessa actividade no município estudado. Os 5% dos inquiridos ficaram divididos entre satisfaz muito e aqueles que não responderam. Esta visão positiva por parte

da população local no tocante ao turismo, também predomina nos demais espaços da costa do Recôncavo da Bahia.

O processo de crescimento da rede urbana do Recôncavo, observado nas últimas décadas, evidencia duas realidades interessantes para essa discussão. A primeira refere-se à formação do conjunto de municípios beneficiados pelas novas mudanças, principalmente relacionadas à implantação dos transportes rodoviários, com destaque para os centros urbanos de maior crescimento como Salvador, Feira de Santana e Cruz das Almas. Essas localidades funcionam como centro de atracção para a população carente de emprego e de renda, oriunda dos municípios vizinhos. A segunda realidade identificada consiste no facto dos mesmos centros que funcionavam como receptores de mão-de-obra, em épocas anteriores actualmente desempenharem as funções de principais emissores dos visitantes que se destinam a Jaguaripe e demais municípios costeiros do Recôncavo da Bahia (figura 49).

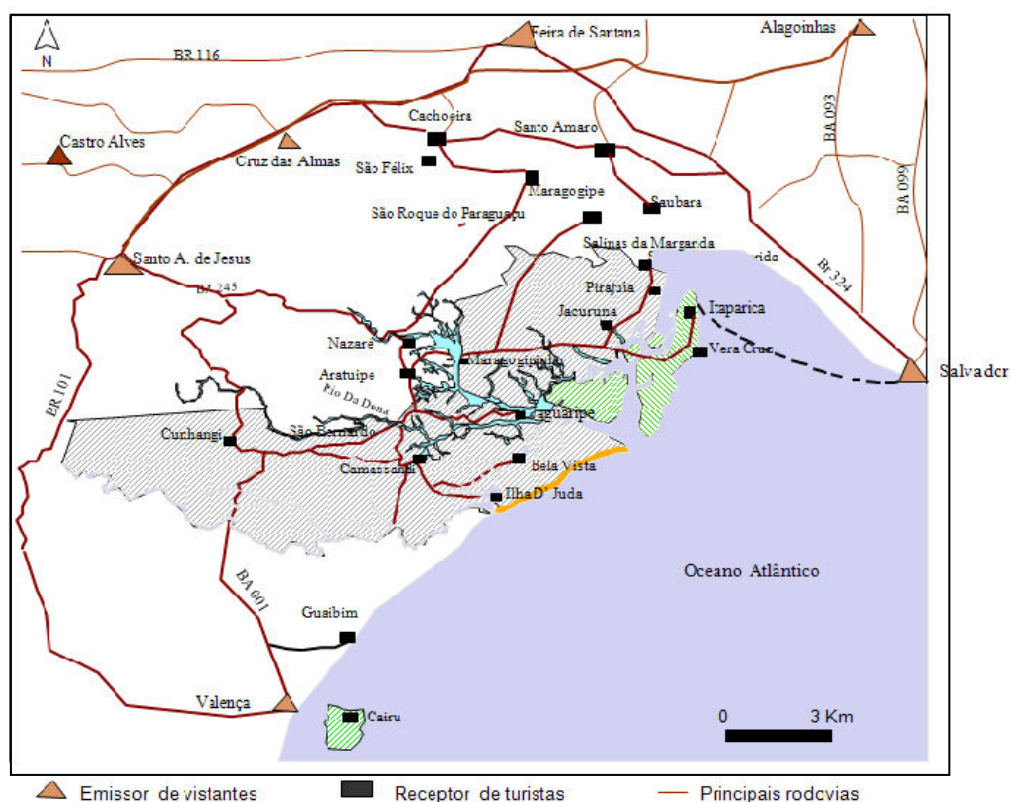


Figura 49 - Principais receptores e emissores turísticos

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base nas informações de campo, 2004.

A representação cartográfica ilustrada na figura 49 revela que o tipo de turismo encontrado no município de Jaguaripe tem uma abrangência regional. De acordo com os entrevistados durante o trabalho de campo, são raros os visitantes de outras regiões do Brasil ou de outro país que se dirigem para essa localidade. A facilidade de acesso rodoviário e marítimo para a maior parte das cidades que se encontram no Recôncavo, possibilita um fluxo intenso de pessoas durante os meses de alta estação, no caso Dezembro, Janeiro e Fevereiro, principalmente em direcção à sede do município e à localidade de Ilha D' Ajuda, onde está situado o loteamento de Praia dos Garcez, principal ponto de balneário dos visitantes.

Jaguaripe é um município constituído pela forte ligação entre os resquícios de Mata Atlântica e a vegetação de mangue, típicos de áreas de estuários, dos países tropicais. A presença desse coberto vegetal desempenha funções adversas que variam desde a contenção do avanço do mar, embelezamento paisagístico e berçário de reprodução de várias espécies de animais e vegetais, até a fonte de sustentação da maior parte da população. Há nessa área, um conjunto de interacção entre os factores físicos, bióticos e culturais que são importantes para a sobrevivência da população e funciona como atractivo para o lazer e o turismo.

5.2.5 Atractivos turísticos em Jaguaripe

Os atractivos turísticos existentes em Jaguaripe estão relacionados com a existência do património encontrado nesse município. O aumento do fluxo de visitantes para as áreas costeiras demanda sérias preocupações quanto à preservação das riquezas naturais e culturais construídas ao longo do tempo. A busca pelo exótico, a carência pela pertença da memória coletiva e o crescimento dos interesses políticos e económicos da sociedade contemporânea demandam um processo contínuo de reflexões.

As primeiras discussões sobre a defesa do património tiveram relevo na VII Conferência Internacional dos Estados Americanos, ocorrida em 1931, na cidade de Montevideu (FERNANDES, 2004). De posse das referências do tratado formal da resolução de 1932, todos os Estados representados comprometeram-se com o objectivo de preservar os monumentos públicos ou privados que fazem

parte dos tesouros culturais da humanidade. O autor, ao fazer uma análise evolutiva das preocupações com o património da humanidade, menciona o movimento internacional, liderado pela UNESCO (United Nation Education Scientific Organization), em prol da defesa desses valores culturais.

Nas últimas décadas, esses movimentos ganham expressividade em decorrência da congregação das forças que demandam o desenvolvimento das novas actividades do planeta, onde o crescimento do turismo tem sido um importante motivador. As discussões sobre património passam por sérias polémicas no tocante ao surgimento de algumas indagações, do tipo o que é património, para que e para quem deve ser preservado? As mutações espaciais ocorridas em diferentes escalas contribuem para a reflexão sobre o património. No primeiro momento, há o reconhecimento político dos valores culturais que representam formas materiais na paisagem e incute símbolos importantes para cada nacionalidade. Há interesse, por exemplo, pela preservação dos parques arquitetónicos, museus, monumentos históricos, artísticos e culturais, que vão sendo produzidos, principalmente nos grandes centros urbanos. Posteriormente, houve o alargamento para as demais instâncias espaciais com o surgimento da política de controlo e gestão dos patrimónios naturais e mistos.

A relação entre património, turismo e ambiente no município de Jaguaripe tem pertinência na actualidade. Durante muito tempo difundiu-se a ideia de preservação ambiental sem a participação da população local, o que contribuiu para a formação de diversos conflitos, em decorrência do distanciamento gerado entre o bem a ser protegido e o sentimento de pertença da comunidade. Nos últimos anos, uma nova categoria passa a fazer parte do património da humanidade, no caso os bens intangíveis ou imateriais tais como as tradições culturais, as crenças, as danças e o artesanato.

As demandas inerentes às questões ambientais que eclodiram após a II Guerra Mundial, colocaram o património como um dos primeiros passos, na escala de prioridade, em decorrência das degradações advindas do rápido processo de urbanização contemporânea, sobretudo nos países de economias periféricas e semiperiféricas. Os centros históricos das cidades médias e grandes, considerados como importantes detentores de valor artístico e cultural foram os primeiros a experimentar essa forma de proteção. Em seguida, os parques naturais passaram a ser cobiçados como fonte de preservação ambiental. A

devastação do verde, a extração das madeiras e a exploração dos minerais e dos recursos hídricos sofreram fortes críticas.

O intenso estágio de degradação do parque arquitetónico e o aumento de interesses políticos pela inserção das actividades turísticas despertaram a atenções das autoridades pela protecção do património. As reformas interessadas pela “requalificação urbana” passaram a compor o cenário desses espaços, no advento da sociedade de consumo. A mudança da aparência, com as preocupações centradas apenas nas fachadas arquitetónicas, não consegue evitar as desigualdades sociais existentes, principalmente nos países em vias de desenvolvimento.

Na maioria das vezes, acontece o afastamento da população local, com o intuito de embelezar a paisagem para os turistas. Em decorrência desse facto, esta investigação evita a análise da questão de modo verticalizado, onde prevalece somente a óptica das autoridades políticas e dos especuladores imobiliários, mas com a perspectiva de inserção das populações que vivenciam os espaços onde o turismo se insere. O contexto da globalização, intensificada a partir dos anos de 1980, motivou diferentes movimentos ecológicos denunciando o caos existente no planeta, em decorrência da falta de protecção ambiental. Os importantes eventos ocorridos à escala global, a exemplo das Conferências de Estocolmo, em 1972, no Rio de Janeiro - Eco 92, a de Jonhesburgo, 2002 e do Tratado de Kyoto, oficializado em 2005, destacam-se como os principais centros de discussões desses problemas. Os impactos ambientais provenientes dos descasos que estavam sendo configurados no contexto das relações entre a natureza e a sociedade têm escalas variadas. Os acordos firmados nos megaeventos têm encontrado sérias dificuldades de operacionalização, em virtude dos inúmeros conflitos encontrados nos diferentes territórios.

Nos últimos anos, o nível de degradação ambiental e, sobretudo do património histórico e cultural continuou a aumentar. As dificuldades de conscientização das pessoas que habitam o território, a crescente transformação da paisagem em mercadoria e os fortes conflitos evidenciados no nível planetário, em função das diferentes formas de gestão, demandam novos desafios. As discussões ocorridas em torno do assunto, dificilmente inserem as populações autóctones. Um dos problemas identificados na investigação, com a análise do município de Jaguaripe, refere-se ao facto de que as áreas começaram a ser

protegida como intocável pela população e passaram a funcionar como reserva de valores para a incrementação de projetos económicos futuros e não como centro de interesse para o desenvolvimento do bem-estar colectivo das sociedades contemporâneas (RODRIGUES, op. cit.). No caso da análise de Jaguaripe, verifica-se que a beleza dos rios, a riqueza do solo e a diversidade de espécies vegetais e animais, contidas nos ecossistemas de manguezais, possibilitaram variadas formas de sobrevivência dos povos que por ali passaram ou que actualmente habitam essa localidade.

As relações entre natureza e sociedade ocorridas no espaço investigado são evidenciadas com base nos laços identitários que emergem da população local. Os efeitos das transformações actuais, decorrentes da sociedade de consumo, são contraditórios, pois resultam de um processo único ocorrido entre o global e o local, que ao mesmo tempo integra e exclui (GUTIÉRREZ, 2003). A transformação do espaço em mercadoria, intensificado com o advento da globalização, que eclode após os anos de 1980, gera intensa complexidade ao ambiente. O discurso da legalidade e ilegalidade, da riqueza e da pobreza, da preservação e da degradação, convive face a face com a dinâmica territorial contemporânea. Torna-se cada vez mais crescente a velocidade com que as mutações espaciais são processadas. No caso do município de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, a situação não se encontra alheia a tudo isso. Diante das complexidades encontradas no ambiente em estudo, onde o turismo tem papel importante na transformação territorial, foi interessante reflectir sobre o património encontrado em jaguaripe. O passo importante para essa análise está baseado nas relações culturais identificadas a partir dos principais actores envolvidos com essas relações espaciais, no caso a população local. O município de Jaguaripe possui uma comunidade predominantemente de pescadores, com inúmeros atractivos que são reconhecidos pelos seus moradores e visitantes. As experiências encontradas em espaços nos quais o turismo foi implantado há mais tempo como Pelourinho, Costa do Sauípe, Praia do Forte e Ilha de Itaparica têm demonstrado o afastamento da população local do processo de desenvolvimento das actividades turísticas.

A privatização de áreas de forma indevida para o lazer e o turismo, a exemplo de trechos de praias, cachoeiras e balneários dos rios, constitui uma prática distribuída pela maior parte desses espaços. O processo assumido com tanta “naturalidade” com a denominação de requalificação do território, acaba por promover um arranjo espacial preocupado com a forma estética da paisagem, o que imprime um ritmo de vida que exclui a população local de participar. Os efeitos das propagandas massivas, a precariedade de informação e a falta de oportunidade de emprego e de renda para a população local, acabam por acelerar a turistificação desses espaços sem o mínimo de responsabilidade social. Ocorre o aumento dos preços, assim como a perda dos laços com os costumes e a ruptura com as actividades tradicionais. Com base nas experiências oriundas da população que habita o município de Jaguaripe, foram levantados alguns elementos para a discussão do património, a partir do olhar dos inquiridos (figura 50).

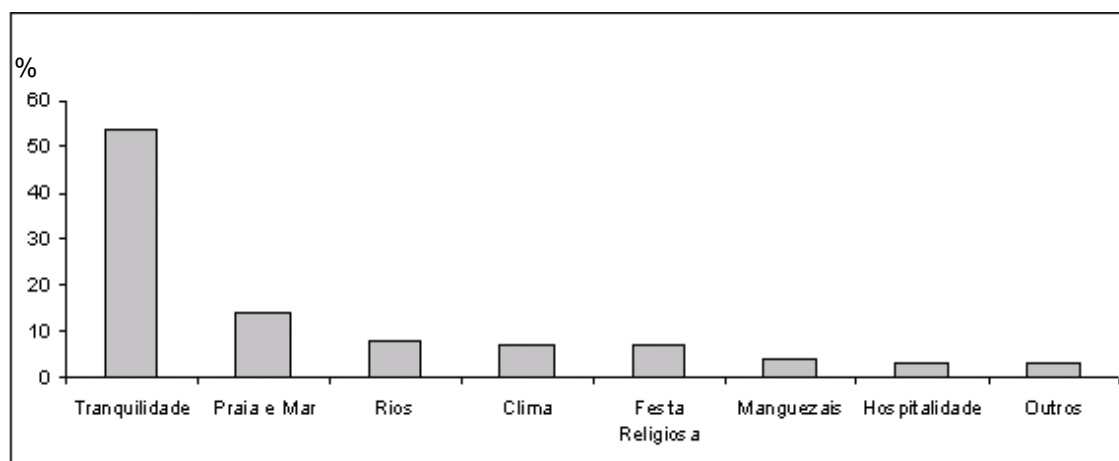


Figura 50 - Valorização dos bens turísticos em Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Os inquiridos emitiram as suas opiniões sobre o que mais valorizam no município. A figura 50 evidencia que a tranquilidade, a praia, o mar e os rios foram os mais destacados. Dos componentes ambientais de maior valorização apontados pelos habitantes de Jaguaripe, convém destacar a Praia dos Garcez (foto 12).



Foto 12 - Praia dos Garcez, no distrito de Camassandi.

Fonte: Trabalho de campo.

À medida que essas áreas foram redescobertas, com a função de atender à ocupação dos tempos livres de pessoas oriundas de diversas regiões do Estado da Bahia em sua maioria, a Praia dos Garcês funcionou como um dos principais atractivos turísticos do município de Jaguaripe. A beleza e a tranquilidade encontradas nessa localidade proporcionam aos visitantes mais uma opção de balneário marinho na região. O isolamento de Jaguaripe das actividades produtivas, que se desencadearam nos meados do século XX, manteve esse espaço preservado até quando houve a expansão imobiliária a partir da implantação do Loteamento Praia dos Garcez. Além disso, o clima, as festas religiosas e os manguezais também têm forte relação com a população inquirida e funcionam como importantes atractivos para os visitantes desse município. Essas questões são importantes para o estudo da temática, visto que o entendimento dos impactos provocados pelas actividades turísticas no ambiente costeiro não acontece alheio ao quotidiano dos habitantes. As visitas de campo constataram a existência de vários componentes ambientais, que funcionam como base material e imaterial para o fortalecimento da população e do próprio território como um todo.

Em síntese, constata-se que os principais atractivos encontrados no município de Jaguaripe para o desenvolvimento das actividades turísticas variam desde aqueles de origem natural como o mangue, as praias e os rios, até os equipamentos de significativa construção humana. A Cadeia do Sal, do Paço Municipal, da Igreja Nossa Senhora D' Ajuda e da Casa do Ouvidor, localizadas na praça central da cidade de Jaguaripe, além do interesse estético e patrimonial, apresentam forte relação de pertença com a população do município (foto 13).



Foto 13 - Casa do Ouvidor em Jaguaripe.

Fonte: Arquivo do Projecto Recôncavo, 2004.

As inúmeras entrevistas realizadas com os habitantes evidenciaram as relações contidas no percurso histórico de produção e reprodução da vida quotidiana. São vários contos, as poesias, as histórias de pescadores e os relatos de eventos que envolveram as actividades políticas, religiosas e económicas no espaço estudado.

O tombamento da maior parte das construções, datadas do período colonial, através da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, reforçou ainda mais a preservação desses patrimónios. De maneira diferente dos manguezais e dos rios que banham esse município, o património construído tem contado com algum apoio no processo de preservação, pois a lógica de inserção dessa área no

circuito turístico, com o processo de requalificação urbana, acabou por demandar maior interesse por esses espaços.

No conjunto dos patrimónios identificados em Jaguaripe, levando em consideração as novas abordagens sobre essa questão, destacam-se as actividades de pesca e mariscagem que são realizadas nos manguezais (foto 14).



Foto 14 - Paisagem piscatória no município de jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Numa junção de património material e imaterial, a foto evidencia a relação salutar existente entre o rio, os manguezais e os costumes tradicionais da população, que vive há dezenas de anos das actividades da pesca e de mariscagem. No conjunto dos componentes ambientais encontrados no município de Jaguaripe, convém estar atento para a manutenção dos valores naturais e culturais que ainda resistem às mudanças desenvolvidas nesse território. A expansão do turismo no referido ambiente torna-se inevitável, até porque poderão ser ampliadas as perspectivas de proteção dessa área bem como possibilitar o aumento do emprego e da renda da população local, desde que seja estabelecida uma política de gestão adequada à utilização equilibrada das potencialidades naturais e culturais existentes nessa localidade. Em função disso, considera-se importante reflectir sobre a percepção dos habitantes de Jaguaripe sobre a relação entre turismo e ambiente costeiro.

5.2.6 Percepção dos inquiridos sobre o turismo no município de Jaguaripe

Neste item, há o propósito de reflectir sobre a maneira como a população de Jaguaripe percebe o espaço que está sendo transformado pelas atividades turísticas, de modo a poder analisar o nível de participação desses actores sociais no dinamismo territorial do município. As mutações ocorridas nos territórios turistificados não poderiam acontecer sob a ótica do planeamento autoritário (SOUZA, 1988). Durante muito tempo, as decisões territoriais foram tomadas de modo isolado sem o envolvimento dos principais actores sociais. Os discursos sobre preservação do ambiente, por exemplo, predominaram por muitos anos afastando a população dos reais interesses colectivos, para satisfazerem aos anseios de pequenos grupos que se apropriam das vantagens conseguidas por essas atitudes, ao socializarem apenas os impactos negativos ocorridos no ambiente. O desenvolvimento do trabalho de campo no município de Jaguaripe foi importante para promover o contacto com as experiências oriundas do território turistificado. A aplicação dos inquéritos foi de fundamental importância para subsidiar a interpretação da realidade estudada. O entendimento sobre a maneira como a população compreende o turismo tem relevância no desenvolvimento deste trabalho. No questionamento dos inquiridos sobre as principais palavras associadas ao ambiente algumas respostas merecem reflexão (figura 51).

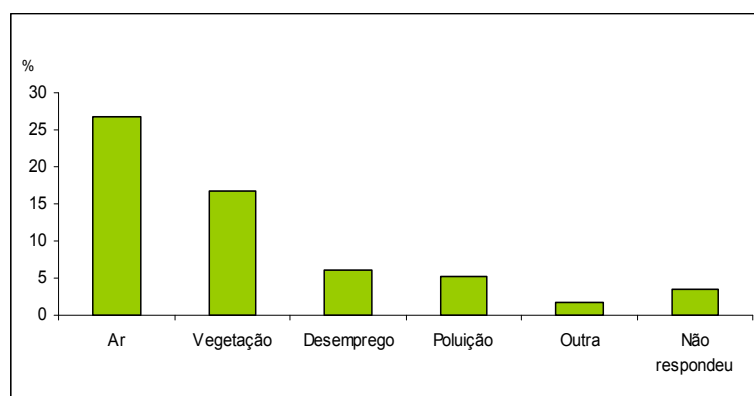


Figura 51 - Termos associados ao ambiente pelos inquiridos de Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Das palavras associadas ao ambiente, as mais relacionadas com a população inquirida foram o ar e a vegetação, com 26,7% e 16,8%, respectivamente. Na terceira posição, a população indicou o desemprego como

um dos termos mais relacionados com a problemática ambiental. Este aspecto evidencia a interação feita pelos habitantes entre os aspectos físicos e humanos na concepção ambiental. Apenas 3,4% dos entrevistados não responderam sobre esta questão. No intuito de promover a aproximação com a realidade em que a população de Jaguaripe está inserida, foram analisadas as opiniões dos inquiridos no tocante aos espaços mais frequentados durante os tempos livres. As áreas verdes e os rios são os locais mais visitados pela população, com índice de 38% e 35%, respectivamente. De modo diferente dos visitantes que procuram a praia como principal ponto de visita, no período de alta estação, a população local opta pelas áreas verdes e pelos rios, com 38% e 35% de preferência (figura 52).

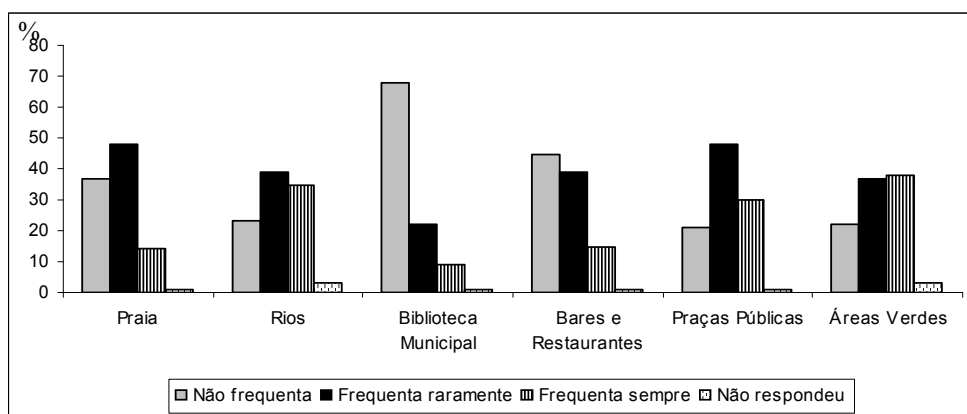


Figura 52 - Espaços frequentados pelos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 52 demonstra que os espaços da praia, a praça pública e os bares e restaurantes se destacam como segunda opção dos inquiridos. Este facto evidencia a recente inserção da praia enquanto espaço de lazer da população. De acordo com os depoimentos dos inquiridos, a população historicamente frequentou pouco a praia enquanto local de lazer, pois o mar era visto somente como fonte de produção de alimentos, principalmente para a prática das actividades piscatórias. A dimensão da problemática que envolve turismo e ambiente, no município de Jaguaripe, tem a ver com a forma como a população se relaciona com o seu entorno. Em função disso, foi importante reflectir sobre as opiniões dos inquiridos no tocante à participação nas actividades que estão directamente relacionadas com esta temática. Na indagação sobre o

conhecimento de alguma instituição que trabalha no município directamente com turismo e/ou ambiente a resposta foi negativa, em 73% dos casos. Enquanto isso, 19% revelaram conhecer e apenas 4% afirmaram ter participação activa junto às instituições. A partir das afirmações reveladas pelos inquiridos e em função do papel que as sociedades organizadas podem desempenhar para o desenvolvimento dos diferentes territórios, foram levantadas as associações existentes no município. No caso dos distritos de Jaguaripe sede e do distrito de Camassandi, área onde foram aplicados os inqéritos, houve considerado número (quadro 9).

Nº	Nome da associação	Localização
01	Associação de Obras Sociais – PROPESCA	Camassandi
02	Associação comunitária da cidade de Jaguaripe	Jaguaripe sede
03	Colónia de pesquisadores Z-61 da Ilha D’ Ajuda	Camassandi
04	Conselho Municipal de Jaguaripe	Jaguaripe sede
05	Associação de Moradores de Terra Santa	Jaguaripe sede
06	Sociedade Filarmónica Lira Jaguaripense	Jaguaripe sede
07	Associação de Moradores, Marisqueiras, Artesões de Ilha D’ Ajuda – AMMAID	Camassandi
08	Liga Desportiva do Município de Jaguaripe	Jaguaripe sede
09	Centro de Interpretação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – CIADS	Camassandi
10	Colónia de Pescadores Z-36 de Jaguaripe	Jaguaripe sede
11	Núcleo de Educação Sócio – Ambiental	Jaguaripe sede
12	Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores de Jaguaripe	Jaguaripe sede
13	Núcleo Jaguaripense de Apoio Social – NUJAS	Jaguaripe sede
14	Associação Baiana para a Conservação dos Recursos Naturais – ABCRN	Jaguaripe sede

Quadro 9 - Associações no município de Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

O descompasso causado entre o desconhecimento da população inquirida e o número de associações foi surpreendente. A investigação constatou 14 associações, com propósitos diferenciados, prestando serviços que a maioria da população desconhece. Devido à importância dessa forma de organização social para esta temática, foi analisada a sua distribuição espacial, por distrito, no município de Jaguaripe (figura 53).

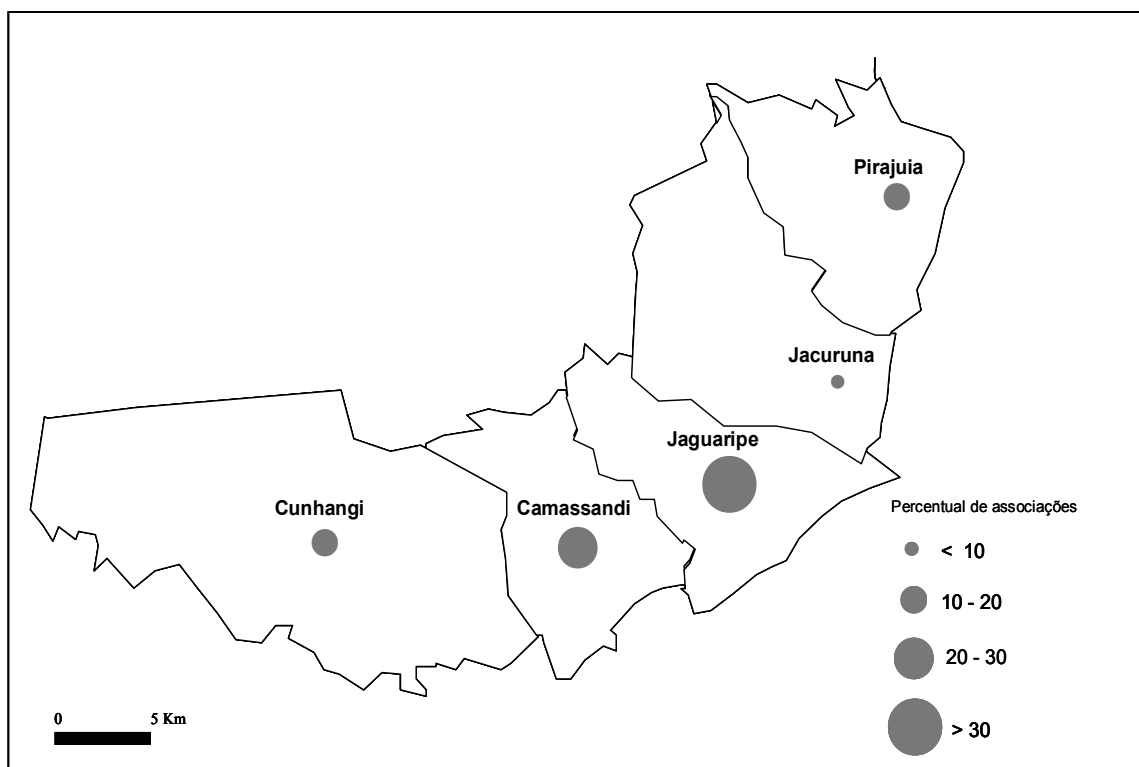


Figura 53 - Distribuição espacial das associações nos distritos de Jaguaripe

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 53 evidencia que os distritos de Jaguaripe sede e de Camassandi possuem maior concentração das associações, com índices de 37% e 21%, respectivamente. Do total de cinco distritos existentes no município, Jacuruna é o que possui o número menor de associações, pois foram identificadas apenas 3 do total de 43, o que perfaz o índice de 7%. Há de se entender a importância dessas instituições, enquanto instrumento de apoio à gestão territorial, desde quando ocorra a interação com a população local, o que pouco acontece. O trabalho em conjunto, envolvendo as empresas públicas, privadas e a população, precisa ser melhor compreendido. No intuito de investigar o nível de participação dos

habitantes de Jaguaripe nas discussões sobre turismo e ambiente, foram ouvidas as opiniões dos inquiridos no tocante ao tipo de envolvimento com diferentes eventos, tais como seminários, palestras e congressos, relacionados à temática em discussão (figura 54).

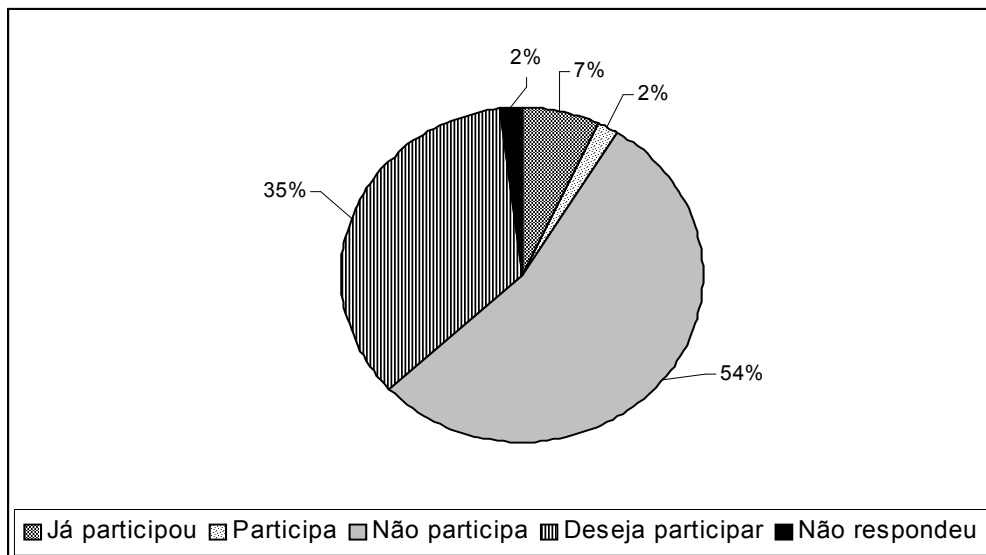


Figura 54 - Participação dos inquiridos em eventos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Ficou constatado que 55,54% dos inquiridos afirmaram nunca ter participado de nenhum evento relacionado à questão do turismo e do ambiente, sendo que 35% já participaram e somente 2% afirmaram participar de actividades correlatas. Em contrapartida, 35% dos inquiridos demonstraram interesse em participar de alguma discussão sobre a temática estudada. Este facto traz uma perspectiva importante para o desenvolvimento territorial de Jaguaripe, visto que abre a possibilidade de maior envolvimento da população com as actividades relacionadas com turismo e ambiente. O desenvolvimento de iniciativas voltadas para a melhoria da educação, a implantação de infra-estruturas sanitárias e a divulgação de informações referentes ao município são indispensáveis. Diante da importância das condições de vida da população local para a análise de turismo e ambiente costeiro, considerou-se relevante a reflexão sobre as opiniões dos inquiridos no tocante à prestação dos principais serviços básicos existentes no município de Jaguaripe (figura 55).

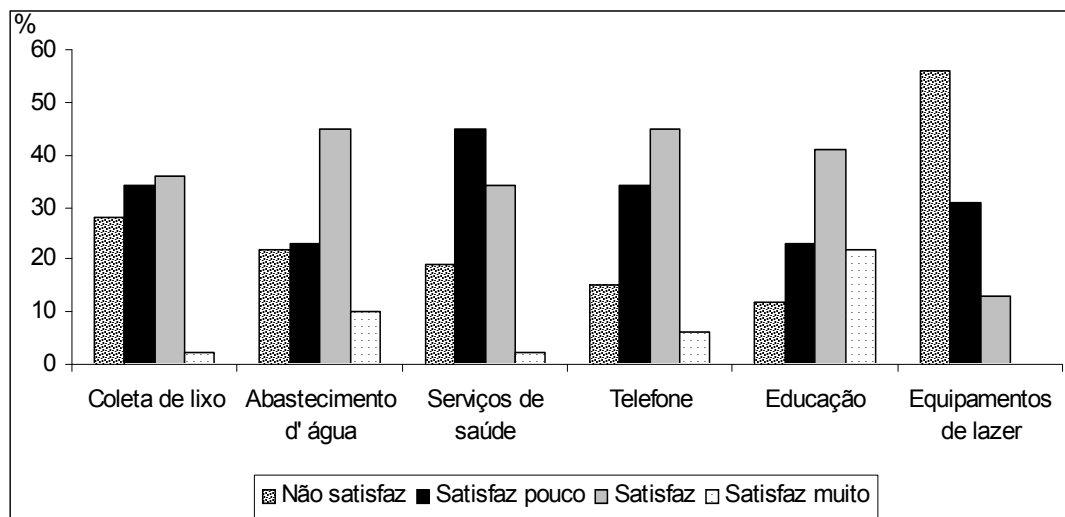


Figura 55 - Satisfação dos inquiridos quanto aos principais serviços.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 55 evidencia os resultados das opiniões externadas pelos inquiridos de Jaguaripe sobre os serviços de educação, coleta de lixo, abastecimento de água, telefonia e equipamentos de saúde. Os equipamentos de lazer e a colecta de lixo foram os que contaram com maior índice de insatisfação por parte dos entrevistados, 56% e 28%, respectivamente. Assim, constata-se baixo nível de satisfação dos habitantes no tocante aos serviços básicos de Jaguaripe. Estas questões são preocupantes para o desenvolvimento de uma relação mais salutar entre turismo e ambiente costeiro. Por muito tempo a questão do turismo foi analisada com base nos vieses economicistas, onde a ênfase era dada apenas ao aumento do número de visitantes e ao rendimento bruto deixado por esta actividade, sem os devidos cuidados com as questões ambientais do lugar que está sendo turistificado. As condições básicas de infraestrutura, inclusive com a instalação de equipamentos de lazer para a população, são indispensáveis ao desenvolvimento de turismo/ambiente. Na análise do dinamismo territorial encontrado no município de Jaguaripe, foi importante a percepção dos inquiridos no tocante ao processo de gestão municipal (figura 56).

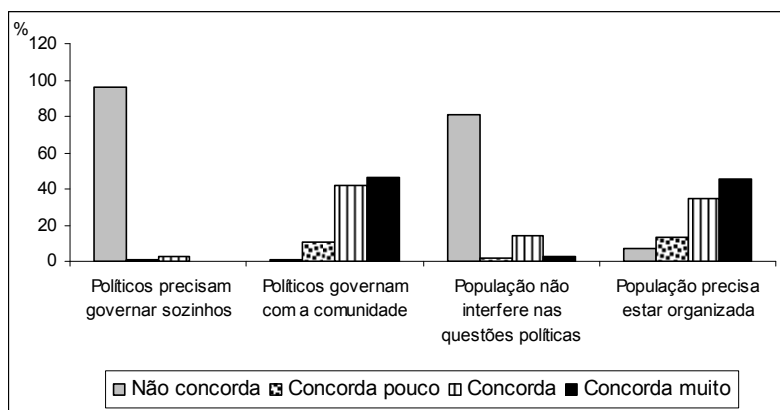


Figura 56 - Concepção dos inquiridos sobre a política local.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Na análise sobre o nível de concordância com relação a algumas questões políticas municipais, a figura 56 demonstra que a população entrevistada não concorda que os políticos governem sozinhos, sem a participação da comunidade. Há um consenso de que a população precisa interferir na actuação política do município. Quanto à indagação de que se concorda com o facto da população estar organizada para a obtenção de melhor desenvolvimento territorial, houve equilíbrio de opiniões entre aqueles que apenas concordaram, 35%, e os que concordavam muito, 45%. Convém destacar que 20% dos inquiridos se encontram entre aqueles que não concordaram ou concordaram pouco com a ideia de que a população precisa estar organizada para alcançar melhor desenvolvimento. Esta questão, na maioria das vezes, está relacionada ao descrédito encontrado por parte dos habitantes na maior parte das instituições que actuam no município. Esta realidade ficou mais evidente a partir do momento em que se ouviu a opinião dos inquiridos sobre o nível de confiança existente nas principais instituições que actuam em Jaguaripe (figura 57).

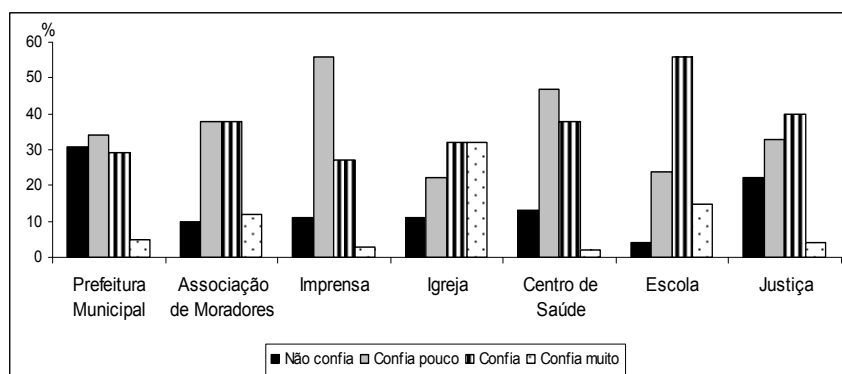


Figura 57 - Nível de confiança dos inquiridos nas instituições do município.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A Prefeitura Municipal e a Justiça foram as instituições sobre as quais a população inquirida demonstrou maior descrédito, com 31% e 22%, respectivamente. Os maiores índices de confiabilidade alcançados pela população de Jaguaripe foram registados na Igreja, 32% e Escola, 15%. O aumento da distância entre os interesses da população e as acções da maioria dessas Instituições tem sido a principal causa do descrédito encontrado pela população. Diante das opiniões sistematizadas sobre a população inquirida e das demais questões discutidas sobre a temática, chegou a altura de se analisar os principais impactos decorrentes da inserção do turismo no município de Jaguaripe.

5.2.7 Principais impactos ambientais

Os impactos ao ambiente, provenientes das actividades turísticas, estão relacionados com as condições encontradas em cada localidade (BOYER, op. cit., MATHIESON, op. cit. e RUSCHMANN, 2003). Os autores atentam para as transformações provocadas tanto nos aspectos físicos e bióticos, como nos culturais, resultantes das acções decorrentes das actividades turísticas. O papel do turismo no desenvolvimento territorial traz muitas controvérsias, principalmente quando ocorre numa comunidade de origens piscatórias, como é o caso de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia.

Quando a inserção do turismo acontece com o desenvolvimento de um trabalho conjunto, envolvendo, principalmente, a participação da população autóctone, tende a haver maior racionalidade no padrão de uso e ocupação do solo, o que contribui para a redução dos impactos ambientais negativos. Em contrapartida, quando o crescimento desta actividade ocorre de forma desorientada, sem as devidas preocupações com os componentes ambientais existentes nos ecossistemas costeiros, com a incrementação de acções autoritárias e sem a participação da população autóctone, os prejuízos são intensos para o desenvolvimento territorial, com tendência a provocar o declínio do próprio turismo.

No caso de Jaguaripe, a inserção do turismo exige bastante cuidado, em decorrência da fragilidade dos ecossistemas de manguezais e das dificuldades da população local em acompanhar as demandas das novas actividades, em virtude

da permanência de modos de vida tradicionais, conforme referido no capítulo II. Precisa-se reflectir sobre a maneira como o crescimento das actividades turísticas se processa nesse município, visando o desenvolvimento local, de maneira a que se possa reduzir a degradação do potencial natural e cultural existente.

Na análise desenvolvida no município de Jaguaripe, ficou constatado que as principais transformações ocorridas após a década de 1980, resultam do processo de implantação de duas actividades básicas: a criação de camarão em cativeiro, no caso das mariculturas, e a inserção do turismo. Vale destacar a importância do trabalho de campo para identificar os principais componentes ambientais envolvidos com a temática em estudo. No intuito de identificar os principais impactos das actividades turísticas no ambiente em estudo, os moradores contribuíram ao informar sobre a situação dos rendimentos no período de alta estação, no caso dos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, no município investigado (figura 58).

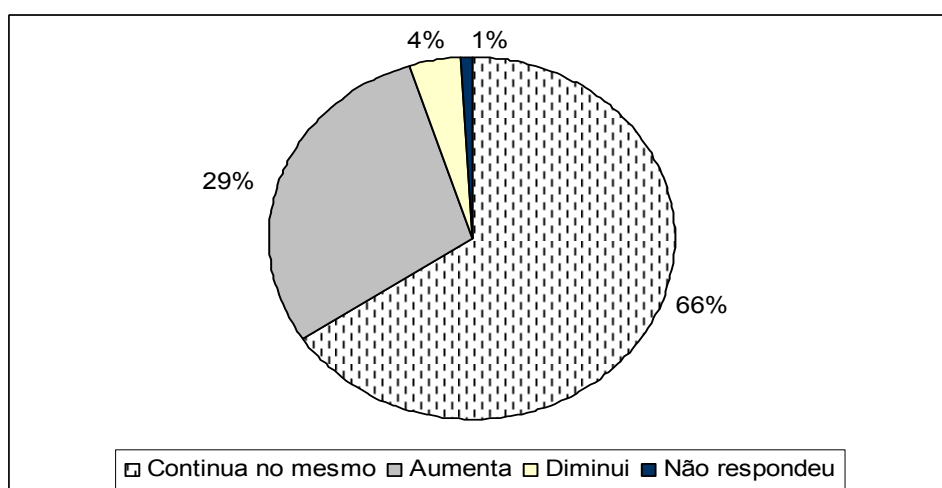


Figura 58 - Rendimento dos inquiridos de Jaguaripe, durante a alta estação.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 58 demonstra que 66% dos inquiridos afirmaram ter seus rendimentos inalterados durante o período de alta estação. Isso reafirma o predomínio das actividades tradicionais, enquanto fonte de sustentação para a maior parte da população de Jaguaripe. Em contrapartida, 29% dos entrevistados admitiram ter maiores rendimentos durante esta época do ano, o que demonstra o crescimento das actividades relacionadas com o turismo.

O outro impacto analisado na relação entre turismo e ambiente no município de Jaguaripe está relacionado com as condições de vida da população local, principalmente dos pescadores e das marisqueiras. Um dos pontos abordados nesse município refere-se ao aumento da produção dos resíduos sólidos, no caso do lixo, durante o período da alta estação. Verifica-se que as estruturas de transporte e de coletas do material não atendem à demanda existente nessa época. De acordo com as entrevistas com os moradores do município, além do problema com a coleta de lixo tem também a questão relacionada com o destino desses resíduos. Esses materiais são depositados nas áreas inadequadas, o que possibilita a geração de impactos negativos.

A disposição do lixo de forma inadequada causa sérios prejuízos ao ambiente e ao turismo. O depósito a céu aberto possibilita a proliferação de vários tipos de insetos nocivos à sociedade, além de produzir o chorume que percola no solo hidromórfico das áreas costeiras, dotadas de intensa permeabilidade, o que contribui para a poluição do potencial aquático. Além dessas questões, esta forma de depósito dos resíduos afecta a estética do lugar, contribuindo para afastar os visitantes e acarretar maiores prejuízos para o desenvolvimento do município.

A outra questão relacionada com as condições sanitárias de Jaguaripe, que provoca impactos negativos para a relação entre turismo e ambiente, refere-se ao destino dos resíduos líquidos, no caso os esgotos domésticos. De acordo com os inquiridos de Jaguaripe apenas 12% dos esgotos são lançados na rede pública (figura 59).

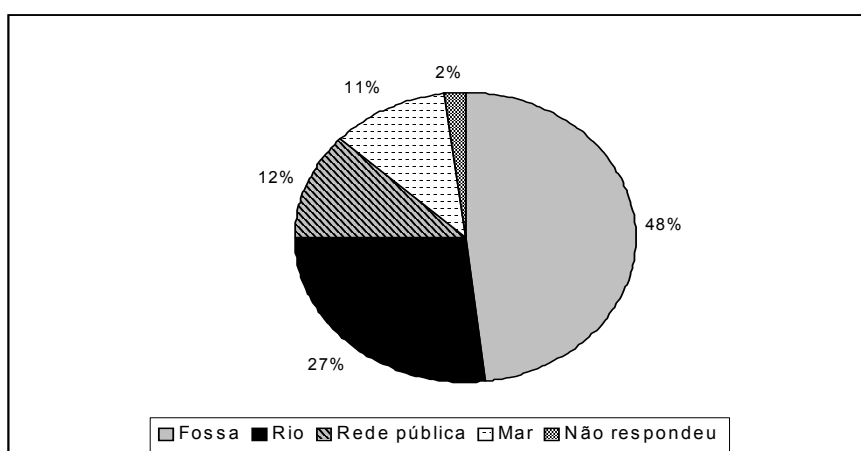


Figura 59 - Destino dos esgotos domésticos em Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 59 evidencia que a maior quantidade dos resíduos líquidos de Jaguaripe é lançada nas fossas, 48%, sendo que 38% dos entrevistados afirmaram lançar os esgotos directamente nos rios e mar. No caso dos rios, por estarem mais próximos às residências, acabam recebendo a carga maior, 27%. Verifica-se que a forma de ocupação encontrada nas áreas de manguezais aumenta a possibilidade de impactos negativos (foto 15).



Foto 15 - Modelo de ocupação na costa de Jaguaripe.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A foto 15 ilustra que as residências estão localizadas a menos de um metro da zona de praia-mar e numa área de intensa presença dos manguezais, o que dificulta o escoamento dos resíduos produzidos. Esta situação já era delicada quando ocupada apenas pelos pescadores, mas à medida que aumenta o fluxo de pessoas, interessadas em habitar o mais próximo possível dos rios e do mar e se ampliam as construções de equipamentos de apoio ao turismo tais como pousadas, restaurantes e bares, intensificam-se os impactos ambientais negativos. O povoado de Ilha D' Ajuda, localizado no distrito de Camassandi, constitui um dos mais afectados por esse tipo de ocupação. O facto de essa localidade ter sido originada numa pequena ilha, que resultou do acúmulo de sedimentos numa fase anterior à ocupação da colónia de pescadores, possibilita a frequente ocorrência de inundações.

De acordo com os depoimentos dos moradores, uma das alternativas encontradas pelo poder público municipal foi a remoção das construções para as localidades de cotas mais altas. Esta questão tem gerado polémicas entre os habitantes, em decorrência da perda da identidade já construída nessas áreas, entre outras questões, o que dificultou a operacionalização do projecto. O aumento da cobiça pela ocupação de Ilha D' Ajuda, sobretudo em decorrência da implantação das mariculturas e da inserção do turismo, estimulou o crescimento de construções com a utilização de aterros e emprego de blocos e alvenarias de cimento. No entanto, os resíduos domésticos continuam a ser lançados nas fossas, rios e mar. No caso das fossas, diminui o prejuízo ambiental, mas continua a causar problemas em decorrência da superficialidade do lençol freático. Esta questão constitui impacto negativo para a relação entre turismo e ambiente costeiro, visto que afecta a qualidade ambiental do município com sérios prejuízos para o desenvolvimento territorial e do turismo.

Na análise dos impactos decorrentes da relação entre turismo e ambiente costeiro no município de Jaguaripe, verifica-se que os mesmos estão relacionados com os diferentes agentes que interferem no dinamismo territorial, tais como as condições de relevo, clima e interferência humana, principalmente. À medida que o município passa a ser mais conhecido e aumenta o número de visitantes, sem as devidas precauções quanto ao tipo de uso e ocupação do solo, os impactos negativos tornam-se mais diversificados. A abertura das vias de acesso para deslocação da população local e dos visitantes constitui uma das interferências humanas que merecem reflexão (foto 16).



Foto 16 - Abertura de vias de acesso à Praia dos Garcêz.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A foto 16 ilustra uma das principais necessidades para a expansão das actividades turísticas, no caso as vias de acesso rodoviário, o que provoca efeitos antagónicos. Por um lado, as vias de acesso facilitam as comunicações, ampliam a possibilidade de comercialização dos produtos locais, permitem a circulação de pessoas, além de tornarem visíveis as potencialidades existentes na região. Por outro lado, a implantação dessas vias, sem as devidas preocupações ambientais, provoca impactos negativos aos ecossistemas costeiros, tais como a devastação do coberto vegetal, principalmente dos manguezais, o aumento da carga erosiva e o crescimento do volume de inundação. Assim, a inserção do turismo nas áreas de manguezais requer cuidados específicos, de modo a evitar os prejuízos causados à qualidade ambiental.

O acesso de automotores pesados, a exemplo do ônibus, em áreas de sedimentos instáveis, sem as devidas precauções tem sido uma constante na área estudada. As máquinas acabam por abrir as clareiras no meio dos manguezais, sem a proteção dos inúmeros canais de água que convergem para esses ambientes. Por outro lado, o alto teor de argila, típico dessas áreas, dificulta a consolidação da pista. Em função da importância dos transportes rodoviários para o aumento da mobilidade de diferentes povos, o crescimento do turismo acaba por apresentar intensa relação com o referido sistema de transporte. Porém, no caso dos ecossistemas costeiros, nomeadamente de manguezais, para a instalação das vias de acesso rodoviário, precisa-se levar em consideração o conhecimento da fragilidade desses ecossistemas.

O outro tipo de impacto identificado no percurso desta investigação, refere-se à construção dos empreendimentos económicos em locais de intensa fragilidade, com prejuízos para a relação mais equilibrada entre turismo e ambiente costeiro. De acordo com os entrevistados de Jaguaripe, tem sido crescente a procura desses espaços para a instalação de mariculturas, com a promessa de geração de emprego e renda, o que na maioria das vezes não acontece. O uso excessivo de máquinas e equipamentos pesados, para a construção dos tanques de camarão, tem gerado forte impacto nessas áreas (foto 17)



Foto 17 - Construção das mariculturas.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A foto 17 evidencia o nível das transformações provocadas pela construção das mariculturas. À primeira vista, parece uma actividade dissociada da discussão entre turismo e ambiente costeiro. No entanto, à medida que esse tipo de empreendimento destrói o potencial aquático, com o aterro ou até mesmo desvio de canais para escoamento dos resíduos, e provoca intensa devastação dos ecossistemas costeiros, reduz o potencial de biodiversidade encontrado nos manguezais, o que provoca impactos negativos ao desenvolvimento do território e do próprio turismo. A cada dia acontece a destruição do potencial natural e cultural, facto esse que concorre para a degradação da qualidade de vida dos moradores e para a redução do fluxo de pessoas que visitam a área estuada.

A maior parte dos impactos encontrados no município de Jaguaripe está relacionada com a forma como a ocupação e o uso do solo tem sido administrado nos últimos anos. O descaso causado pelas autoridades políticas, a pressão dos empreendedores económicos e a carência de um trabalho de conscientização dos

moradores, acabam por possibilitar a ocupação dos manguezais de forma inadequada (figura 60).

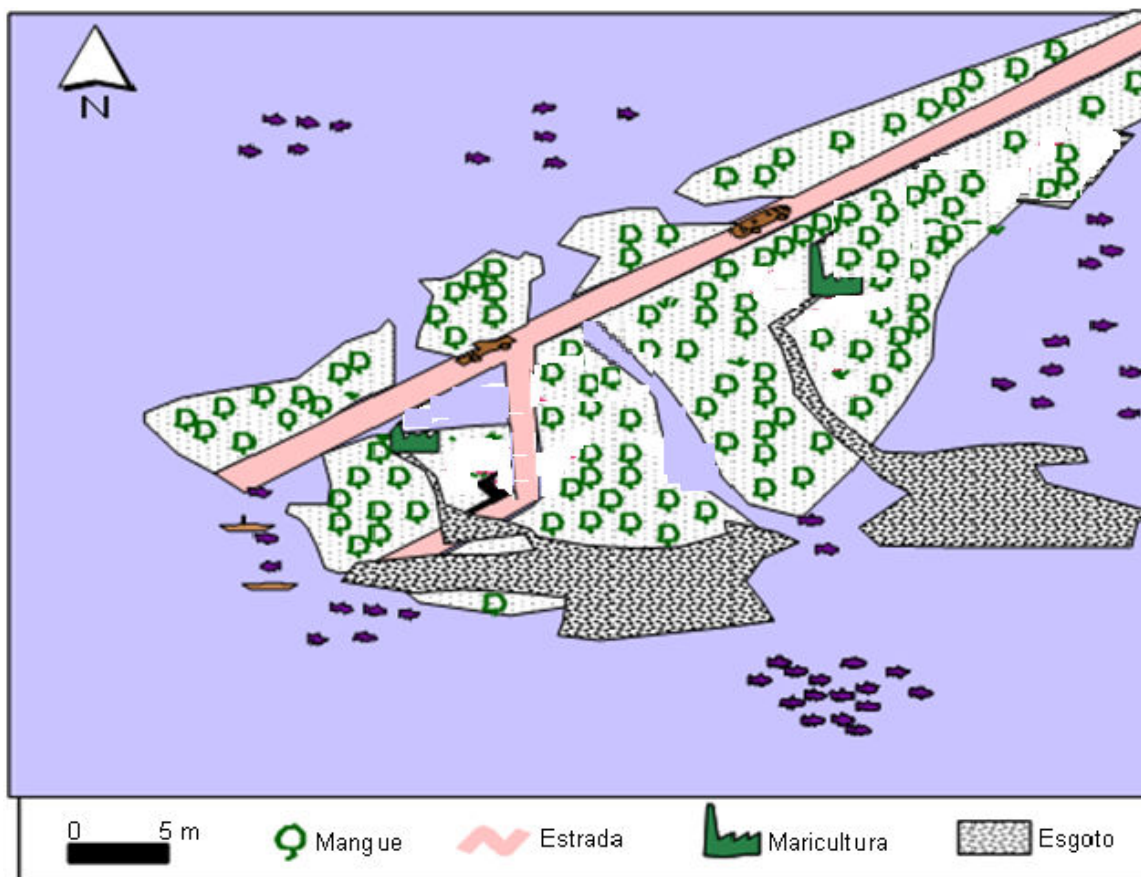


Figura 60 - Tipo de ocupação inadequada nas áreas de manguezais.

Fonte: Elaborado por SANTOS, 2007.

A figura 60 demonstra que nesse tipo de ocupação e uso do solo, os diferentes equipamentos são construídos de forma inadequada, visto que provocam sérios danos ao ambiente. No caso da implantação dos empreendimentos imobiliários, por exemplo, esta acontece sem se levar em consideração os vários canais que necessitam se comunicar constantemente, de modo a garantir o equilíbrio ambiental necessário. As construções de habitações e pequenas mariculturas geram a produção de resíduos que são lançados aos rios sem nenhum tipo de tratamento. Os problemas causados com esta forma de uso e ocupação do solo são inúmeros, entre os quais se destacam as enchentes, o assoreamento dos rios, a devastação dos mangues e a redução do potencial aquático.

As visitas de campo constataram que as residências tradicionais ocupadas pelos pescadores vêm a cada dia perdendo espaço para o surgimento de várias construções, com novos padrões arquitetônicos (foto 18).



Foto 18 - Expansão imobiliária na Praia dos Garcez.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A foto 18 retrata o rápido crescimento do número de residências, numa área que liga o arraial de Ilha D' Ajuda até o loteamento de Praia dos Garcez, local para onde se dirige o maior fluxo dos visitantes que procuram o município de Jaguaripe para a prática do turismo de praia, sol e mar, durante os meses de alta estação.

Diante do exposto, verifica-se que o ritmo de crescimento lento característico desse município, logo a seguir ao período colonial, proporcionou-lhe um espaço tranquilo, frequentado predominantemente pelas famílias de pescadores. A abertura do loteamento de Praia dos Garcez funcionou como a porta principal de entrada para o turismo de praia, sol e mar. A disputa pelo tipo de uso e ocupação do solo passou a ser intensificada tanto pelos visitantes, que

procuram essa área para o turismo, quanto pelos ex-moradores do município, que após passarem experiências de migração retornam às suas origens (figura 61).

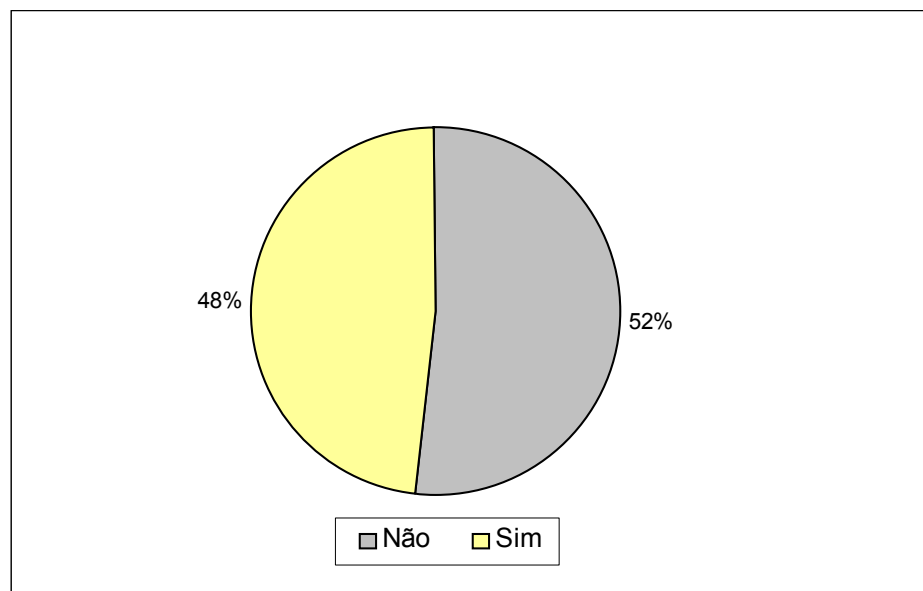


Figura 61 - População de Jaguaripe que residiu em outros municípios
Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 61 demonstra que 52% dos inquiridos já tiveram experiências de habitação em outros municípios da região. A pseudo-ideia divulgada de que o turismo melhoraria a qualidade de vida dos habitantes, após a década de 1980, contribuiu para aumentar a procura de lotes para a construção de residências e de casas de veraneio. A presença maior dos habitantes que já residiram em outros municípios está nas localidades onde a inserção do turismo é mais intensa, a exemplo das proximidades da praia dos Garcez.

Observa-se o rápido crescimento das actividades de comércio e de serviço realizadas pela população de retorno e pelos habitantes oriundos de outros municípios, em detrimento das actividades da pesca e da mariscagem que sempre foram praticadas pela população local. Isso porque a cada dia ocorre a redução dos recursos aquáticos, mediante as transformações descuidadas que acontecem nessa área. De acordo com os entrevistados que exercem a profissão de pescador, tem sido cada vez mais difícil sobreviver com esta actividade. Os mesmos afirmaram que antes apanhavam o dobro da quantidade de peixe nas

proximidades da Praia dos Garcêz, enquanto que actualmente esses pescadores passam duas a três noites no mar para conseguir a metade do pescado obtido anteriormente.

Nas discussões sobre os impactos referentes a turismo e ambiente costeiro, estas questões são importantes. De uma maneira geral, as transformações ocorrem por toda a linha de costa. São poucas as localidades que conseguem conviver com a permanência das actividades tradicionais. A falta dos recursos para a sobrevivência, aliada aos instrumentos de incentivo à sociedade de consumo, têm obrigado a população a utilizar mecanismos de pescas que provocam prejuízos ambientais. O uso de redes inadequadas, a pesca no período de desova dos animais aquáticos e até mesmo o uso de materias explosivos, no caso das bombas, são exemplos dos principais impactos negativos provocados no ambiente em estudo.

Há uma tendência a transformar essas áreas em paisagens “qualificadas” para envaidecer o escapismo daqueles que vêm de outras localidades para ocupar os tempos livres. O interesse pelo banho de mar, pelo passeio de caiaque ou até mesmo por um descanso nos alojamentos existentes, tem direccionado o tipo de uso e a ocupação do solo nas áreas costeiras. Entretanto, a maneira como o crescimento de Jaguaripe está acontecendo, inibe o desenvolvimento territorial e o conseqüente avanço das actividades turísticas. Isso porque tem provocado intensa degradação nos recursos importantes como os manguezais e os rios, os quais são indispensáveis à sobrevivência da população local e funcionam como atrativo para os visitantes.

Há carência tanto da preservação do potencial natural, no caso a praia, os mangues e os rios, quanto das questões culturais, a exemplo da preservação dos costumes, da divulgação da gastronomia local e/ou regional e da inserção dos projectos de educação ambiental. Após as sucessivas visitas de campo e a comparação com outras áreas do território baiano, que já passaram por este estágio de crescimento, ora mediante a indústria e ultimamente em função do turismo, observa-se que esta actividade tende a se tornar cada vez mais mercantilizada. Há imensa ruptura das relações afectivas e nos hábitos e costumes produzidos ao longo dos anos pela cultura local e/ou regional, o que tem contribuído para provocar a quebra da alma do lugar (YÁZIGI, 2001).

O aumento da precaridade das condições de vida da maioria dos habitantes de Jaguaripe alimenta as esperanças de dias melhores, a partir da implementação do turismo. A carência de educação ambiental e a falta de instrumentos públicos que motivem a participação da comunidade dificultam a capacidade de interação e reflexão por parte dos moradores, quanto aos reais impactos causados pela famosa ideia de “progresso” difundida também nos demais espaços brasileiros.

Em síntese, o município de Jaguaripe apresenta importantes recursos para o turismo como a praia, o mar, os manguezais e as diferentes formas de manifestação cultural. A beleza representada pelo património arquitectónico como a Cadeia do Sal, o Paço Municipal, a Casa do Ouvidor e a Igreja Nossa Senhora D' Ajuda, localizados na cidade de Jaguaripe, complementam os roteiros do turismo de praia, sol e mar realizados nos distritos, principalmente de Camassandi. A maioria dos visitantes que se destinam a este município advêm do Estado da Bahia, principalmente da rede de cidades que compões o Recôncavo a exemplo de Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Santo António de Jesus, Cruz das Almas e Valença. Os principais impactos decorrentes do turismo neste município têm sido evidenciados nas construções dos empreendimentos sem obediência às leis de preservação ambiental, sobretudo dos ecossistemas de manguezais, e na falta de inserção da população local no processo de desenvolvimento das actividades turísticas. Esta questão carece de definição de políticas públicas que possam evitar a degradação existente e resultar em novas trajetórias de desenvolvimento territorial. Assim, após a análise dos impactos do turismo no município de Jaguaripe, será a altura de abordar o caso de Mira, na Região Centro de Portugal, para se proceder a comparação de modo a se identificar quais são as principais diferenças e similitudes encontradas na relação entre turismo e ambiente costeiro, numa área de tradição piscatória, nos dois lados do Atlântico.

5.3 Município de Mira

A análise sobre turismo e ambiente no município de Mira está centrada nas transformações que se tornaram mais significativas no período posterior à década de 1970. O aumento do fluxo de visitantes em busca do balneário marítimo provocou sérias mudanças que acabaram por alterar as dimensões físicas, bióticas e humanas desse território. Embora não haja desprezo aos demais componentes envolvidos na relação entre a natureza e a sociedade, as influências das acções antrópicas no processo de transformação do espaço são destacadas. A intensificação das actividades turísticas no município de Mira, nos últimos anos, produz impactos que incidem nos pinhais, na barrinha, nas dunas, na lagoa e, sobretudo, nas condições de vida da população local.

A escala temporal em discussão tem ênfase nas transformações ocorridas após os anos de 1970, período em que o turismo passou a ser mais intenso no município de Mira, conforme já referido. Contudo, esta abordagem não exige a necessidade de recorrer a algumas reflexões do passado, como forma de melhor compreensão da realidade actual e de prevenir as trajectórias territoriais futuras. A análise histórica e geográfica envolvendo a formação do concelho de Mira é tema estudado em vários autores (BRITO, 1960; ALVES, 1980; FRADA, 1983; MARQUES, 1981; CRAVIDÃO, 1992; CUNHA, 1997 e ALBUQUERQUE, 2004). Assim, inicialmente foram destacadas as três fases consideradas importantes para o desenvolvimento territorial de Mira para em seguida proceder à análise dos impactos decorrentes da relação entre turismo e ambiente neste município.

A primeira fase a ser destacada está compreendida entre o século XI e meados do século XX, num período em que o balneário marítimo no município estudado tinha pouca expressividade. Até ao século XIV, Mira era apenas uma aldeia pertencente ao concelho de Coimbra, após ter feito parte do concelho de Montemor. A formação do território de Mira aconteceu a partir do desmembramento da aldeia de Mira do concelho de Coimbra, no ano de 1448. A freguesia mais antiga desse município foi São Tomé de Mira, actualmente Mira, oriunda do século XV. As freguesias de Seixos, Carapelhos e Praia de Mira foram criadas recentemente, ou seja, no final do século XX. Das quatro freguesias

existentes no município, apenas Praia de Mira está situada na linha de costa, sendo assim a única que actualmente se apresenta como de maior importância para a atracção de visitantes tanto nacionais como internacionais para a prática do turismo de praia, sol e mar.

A segunda fase aqui destacada compreende o período que vai de meados do século XX até o início dos anos de 1980, conhecido como a fase do ouro (HOBBSAWM, op. cit.). Houve considerável aumento da sociedade de consumo e o incentivo às diferentes formas de viagens, dando lugar ao turismo fordista ou massivo. Neste período, as actividades de agricultura e da pesca artesanal, no município de Mira, começaram a perder importância. À medida que se dava uma intensa evolução tecnológica na área de pesca e aumentava a concorrência oriunda de outras regiões de Portugal e até mesmo dos países vizinhos, nomeadamente da Espanha, a pesca tradicional entrava em declínio. Diante desse quadro, vários pescadores foram obrigados a emigrar para outras regiões de Portugal e para outros países, a exemplo da França, do Canadá e do Brasil, em busca da sobrevivência.

Após meados do século XX, as actividades primárias tanto de agricultura quanto da pesca cederam espaço para o crescimento do comércio e dos serviços. As habitações tradicionais, os palheiros, começaram a ceder espaço para as construções de cimento. As famílias que resistiram ao processo emigratório e continuaram a desenvolver a agricultura e a pesca foram cada vez mais obrigadas a se afastar das proximidades da praia, cedendo lugar para uma população veranista que passou a utilizar esses espaços como segunda residência (CRAVIDÃO, op. cit.).

A terceira fase de evolução territorial no município de Mira teve início na década de 1970 com a intensificação das actividades turísticas. Este período foi o mais importante para os objectivos desta investigação, em virtude das inúmeras transformações espaciais ocorridas. Assim, do mesmo modo que se procedeu com o município de Jaguaripe, a análise da complexidade existente no território de Mira precisou ser direccionada, o que resultou na escolha de alguns tópicos importantes. Os primeiros referem-se aos ecossistemas costeiros, à população e à inserção turística. O segundo diz respeito à análise dos principais impactos positivos e negativos que foram identificados a partir do crescimento das

actividades turísticas, de modo a subsidiar a comparação entre os municípios de Jaguaripe e de Mira.

5.3.1 Ecossistemas costeiros, população local e inserção turística

A formação dos ecossistemas costeiros tem a ver com os processos geológicos e geomorfológicos ocorridos no município de Mira. Os principais componentes ambientais encontrados nesse território estão relacionados com os movimentos de avanços e recuos do mar, durante o Quaternário, principalmente. Na escala da evolução humana, a última glaciação provocou intensas mutações no ambiente onde o turismo actualmente se insere. Na glaciação conhecida como Wurnn, o mar esteve bem afastado da posição actual, tendo descido em média de 120 a 140 metros em relação ao presente (ARAÚJO, op. cit.). De acordo com esta autora, houve posteriormente uma transgressão marinha que ficou conhecida como Flandriana, num período em que praticamente todos os litorais do globo tiveram costa de submersão, excepto as áreas que foram submetidas às glaciações.

No caso de Mira, convém lembrar que o nível do mar, nos últimos séculos, sempre apresentou sinais de avanço, com excepção do ocorrido no período conhecido como “pequena idade do gelo”, entre os séculos XVI e XVII, que provocou uma ligeira regressão marinha e possibilitou a formação desses ecossistemas. As condições favoráveis para a configuração ambiental encontrada no referido município têm a ver com o avanço da linha de costa ocorrido na região, o que permitiu a acumulação de sucessivos depósitos de materiais finos, tais como areias, siltitos e argilas, conforme ocorreu na maior parte da costa Centro. A região onde está situada a Ria de Aveiro constitui um exemplo. Entre os acidentes geográficos que se encontram nessa porção da costa portuguesa, a Ria de Aveiro se apresenta como um dos mais importantes. Com o processo de recuo do mar e conseqüente avanço da linha de costa, vários bancos de areias foram formados e os diferentes fluxos de água oriundos do continente ficaram retidos nessa área, formando uma imensa laguna (figura 62).



Figura 62 - Ria de Aveiro

Fonte: As melhores praias de Portugal, 2002.

Esta laguna, que passou a se designar de Ria de Aveiro, teve a sua ligação com o oceano completamente fechada, no final do século XVII. A configuração que hoje se verifica corresponde a uma abertura artificial da Barra, com o objetivo de voltar a dinamizar o Porto e a cidade de Aveiro. A partir daí essa área passou a funcionar como importante fonte de riqueza para as populações que habitam essa região. Vale lembrar que a Ria de Aveiro possui comunicação directa com o município de Mira através do canal que funciona como importante recurso hídrico para a população, além de servir de embelezamento da paisagem. Este facto demanda sérios cuidados em decorrência do aumento da carga de poluentes provocado pelo desenvolvimento das actividades humanas, principalmente em virtude do intenso fluxo de visitas para o balneário marítimo.

O concelho de Mira está localizado num ponto médio entre a Barra da Ria de Aveiro, a Norte, e a Foz do Rio Mondego, a Sul, figura 62, que são as principais fontes de aluviões da região. O predomínio de terras baixas, com um relevo bastante simétrico, sem a existência de grandes elevações, com cotas que dificilmente ultrapassam os 20 metros de altitudes, ajuda no processo de erosão. De modo geral, na costa portuguesa, predominam os transportes litorais Norte/Sul, mas a depender das especificidades climáticas existentes, podem ocorrer inversões. Na área correspondente ao município de Mira, por exemplo, existe um processo de erosão generalizado em função da carência de fontes aluvionares (EUROCOAST, 1997). A preservação das praias e das dunas tem papel preponderante no equilíbrio dos ecossistemas costeiros. Houve significativas transformações em Mira, nos últimos anos, em decorrência do modelo de ocupação e uso do solo que predominou na maior parte da costa onde o turismo funciona como o principal agente. Os bancos de areia, as restingas, a lagoa, a barrinha, os pinhais e as dunas compõem os principais ecossistemas encontrados no município de Mira.

Os estudos realizados por BASTOS & DIAS (2003) indicam que muitos dos potenciais aquáticos formados próximos ao mar, eram utilizados como fontes piscatórias, mas com a movimentação dos sedimentos, sofreram assoreamentos e foram transformados em áreas emersas. No caso de Mira, a Lagoa e a Barrinha, partes integrantes da Ria de Aveiro, resistiram ao processo de sedimentação, mesmo sabendo que a última necessitou da interferência humana para manter a forma actual. De certo, o predomínio das areias pleistocênicas exigiu enorme esforço dos primeiros ocupantes dessa área para gerar as condições mínimas de sobrevivência. Daí a necessidade de se proceder à análise sobre a população e o território.

5.3.2 População e território

O processo de distribuição da população de Mira segue a lógica do percurso do povoamento ocorrido no território português, pois teve início nas áreas mais elevadas e depois alcançou as regiões baixas onde as condições ambientais passaram a ser mais favoráveis (MARTINS, op.cit.). Precisar a data do pioneirismo dos habitantes de Mira acaba por ser tarefa difícil, pois embora os

primeiros povoamentos da costa portuguesa tenham ocorrido mais cedo, até o final do século XV a linha de costa desse município apresentava significativo vazio demográfico. A lagoa de Mira foi um dos primeiros recursos utilizados numa zona de transição entre as áreas de cotas mais elevadas e a linha de costa de Mira. A existência de lodos e moliços, utilizados na agricultura e no desenvolvimento das actividades de caça e de pesca foram atractivos importantes para os primeiros povoadores (BRITO, op. cit.). Somente após o abaixamento do nível do mar, por volta do século XVII, que resultou na formação das restingas e na abertura de vários canais de água, houve maior fixação populacional.

A localidade onde está situada a Vila de Praia de Mira, ponto de maior atracção turística foi ocupada graças aos constantes trabalhos desempenhados pelos agricultores e pescadores. Estes foram os artistas e empreendedores do modelo paisagístico de suma importância para as condições ambientais da época. As casas de madeira, conhecidas como palheiros, constituíam verdadeiras obras de arte, perfazendo a beleza e atendendo à necessidade de defesa dos ataques físicos provenientes da acção do mar, seja pela interferência das ondas, ou pela movimentação dos sedimentos, principalmente das areias. Os palheiros de Mira constituíam um dos mais importantes exemplos de construção em Madeira no litoral português e desempenhavam funções variadas, tais como depósito de instrumentos agrícola e de pesca, habitação sazonal, ocupação permanente dos pescadores, local de veraneios dos visitantes e, actualmente, objecto de exposição para o turista (foto 19).



Foto 19 - Representação dos palheiros utilizados para fins turísticos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Durante o século XIX e meados do século XX, esse tipo de habitação predominou na Praia de Mira (BRITO e RIBEIRO, op. cit). Muitos dos pescadores que antes usavam essas construções, apenas para guardar os instrumentos de pesca, pois até o século XVIII viviam mais afastados do mar, passaram a residir nos palheiros. Nos meses de primavera e verão, esses habitantes, nomeadamente os homens, geralmente se lançavam ao mar para pescar. Porém, nas estações de Outono e Inverno, vários desses profissionais dedicavam o seu tempo ao cultivo da terra e à criação de animais, tanto no próprio concelho como em outras regiões do país, principalmente no Alentejo. Vale lembrar que as actividades de agricultura e de pesca sempre foram importantes para o desenvolvimento territorial de Mira, visto que as mesmas se complementavam sazonalmente, sendo difícil conceber uma sem a presença da outra.

O padrão de construção dos palheiros tinha uma arquitetura típica das condições ambientais da época. Essas habitações estavam situadas de dois a três metros de altura do solo, assentadas sobre estacas para possibilitarem a passagem dos sedimentos durante o processo de subida e descida das marés. Além disso, os palheiros eram compostos de madeiras, possuíam telhados de duas quedas e, geralmente, uma porta de entrada e outra de saída, com poucas janelas.

Diante dos povos que habitam Mira, os pescadores merecem destaque por sua história marcada de luta e resistência às condições ambientais que predominaram nesse espaço. Os fortes ventos, as tempestades, as instabilidades dos sedimentos depositados nessa região, foram apenas alguns dos obstáculos enfrentados por esses povos. De acordo com os depoimentos dos moradores de Praia de Mira, foram muitas as vidas perdidas no mar, durante o percurso piscatório, sobretudo das pessoas do sexo masculino, que predominavam nesse tipo de actividade. Nos trajés das viúvas, por exemplo, permanece o luto onde se percebe que na memória dos habitantes mais velhos estão guardados os sentimentos dos parentes, esposos e amigos que não conseguiram ultrapassar os obstáculos e acabaram por falecer.

A distribuição dos palheiros em Praia de Mira constituía um ambiente típico, pois apresentava diferença das ocupações que se instalavam no interior, onde predominavam as construções de taipa e adobo, nessa época. A permanência dessas construções acompanhou o auge da pesca em Praia de

Mira, início do século XIX até meados do século XX. A partir dessa época, esse estilo de habitação foi demolido para atender à demanda da sociedade de consumo dos anos Pós Segunda Guerra Mundial, com a construção de um novo padrão urbanístico, principalmente com as residências secundárias.

Outro facto importante que contribuiu para o preenchimento do vazio demográfico, existente nos primeiros séculos de ocupação do concelho de Mira, foi a inserção de novas técnicas de cultivos. A criação de gado e o plantio das hortaliças destacavam-se como principal meio de sustentação dos habitantes no território mirenses, mas a introdução da cultura do Milho, a partir do século XV, contribuiu para o aumento do fluxo de pessoas que habitavam nesse município. Até hoje é comum a permanência dessas plantas intercaladas com o processo de urbanização (foto 20).



Foto 20 - Cultivo do milho em Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A verdadeira origem do milho não foi revelada, mas diferentes autores argumentam ter vindo do continente americano. À medida que as interferências humanas foram exercendo influências na modelagem do território de Mira, a população foi encontrando melhores condições de fixar residência. No intuito de compreender a distribuição da população de Mira, no contexto local e regional,

considerou-se importante a análise sobre alguns dados referentes aos municípios que compõem a subregião do Baixo Mondego (quadro 10).

Concelhos	População total	Menos de 15 anos	De 15 aos 60 anos	Acima de 60 anos
Cantanhede	37 910	5 312	23 026	9 572
Coimbra	148 443	20 521	96 957	30 965
Condeixa-a-Nova	15 340	2 252	9 547	3 541
Figueira da Foz	62 601	8 494	38 872	15 235
Mira	12 872	1 922	7 876	3 074
Montemor-o-Velho	25 478	3 536	15 365	6 577
Penacova	16 725	2 304	10 243	4 178
Soure	20 940	2 519	12 137	6 284

Quadro 10 - Indicativos demográficos no Baixo Mondego.
Fonte: INE, 2001.

De acordo com o quadro 10, o município de Mira tem a menor população absoluta da subregião do Baixo Mondego e dispõe de 24% da população na faixa de idade acima dos 60 anos. Mira dispõe de apenas 15% da população com idade inferior a 15 anos, destacando-se entre os municípios que se apresentam com menor número de pessoas nesta faixa etária. No propósito de reflectir sobre a pressão humana encontrada no ambiente costeiro dos municípios localizados no Baixo Mondego, foi importante a análise da densidade demográfica (figura 63).

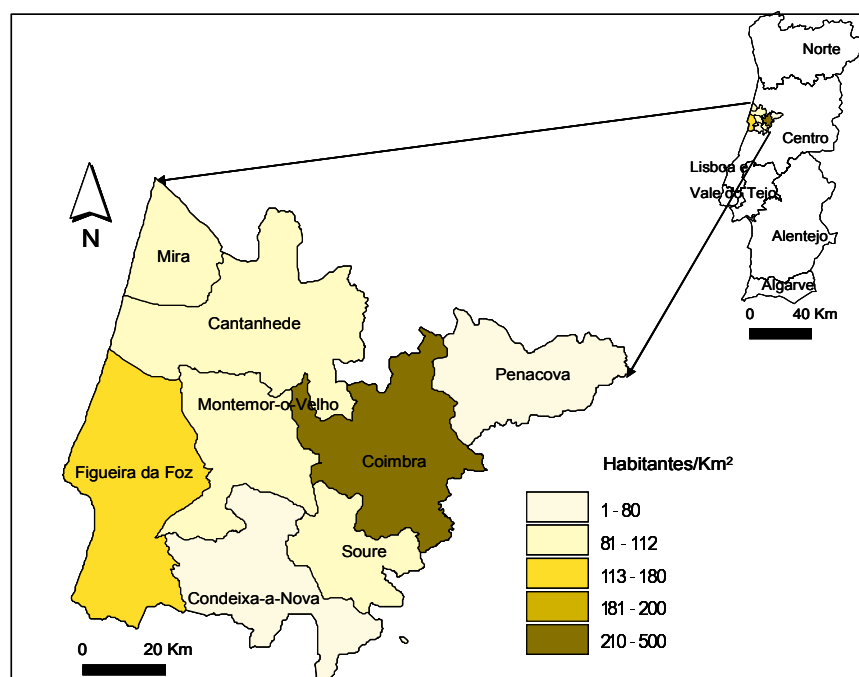


Figura 63 - Densidade demográfica no Baixo Mondego.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base no INE, 2001.

Ao ser analisada a figura 63, constatou-se que o município de Coimbra possui a maior densidade demográfica do Baixo Mondego, ou seja, 465 habitantes/Km² (INE, 2001). Enquanto isso, Figueira da Foz apresenta a maior densidade demográfica da linha de costa, 165 habitantes/Km². Vale lembrar que o município de Mira não possui elevada extensão territorial, pois dispõem de apenas 124,1 Km², sendo o menor da região (INE, 2001). Possui densidade demográfica de 103 habitantes/Km², estando abaixo da média nacional de Portugal continental que é de 112 habitantes/Km². A baixa densidade desse município, ao ser comparado com as demais localidades da costa do Mondego, está relacionada com as dificuldades encontradas no processo de povoamento, principalmente no tocante à recuperação do solo para o cultivo agrícola, a principal fonte de sobrevivência, conforme já referido.

No propósito de melhor reflectir sobre a evolução populacional no município de Mira, elaborou-se um quadro com os índices demográficos das décadas que se sucederam ao final do século XIX até o início do século XX. Isso por considerar o período em que a influência da população no território actualmente turistificado foi mais intensa (quadro 11).

Ano	População total	Evolução da população	
		Taxa de crescimento	Número de indivíduos
1890	7 283		
1900	7 969	9,4	686
1911	8 510	6,8	541
1920	9158	7,6	648
1930	9 627	5,1	469
1940	11 399	18,4	1772
1950	12 952	13,6	1553
1960	13 171	1,7	219
1970	12 890	-2,1	-281
1981	13 119	1,8	229
1991	13 257	1,1	138
2001	12 872	-2,9	- 385

Quadro 11 - Evolução da população no município de Mira - 1890 a 2001.

Fonte: Alves, 1990 e INE, 2001.

Na análise dos dados sobre a evolução da população no concelho de Mira, no período compreendido entre os anos de 1890 a 2001, verifica-se a ocorrência de alguns períodos que mereceram destaque. Do ponto de vista do crescimento positivo da população, os períodos de 1930 a 1940 e de 1940 a 1950 foram os mais relevantes. No primeiro, foi registado o acréscimo de mais 1 772 pessoas, com um crescimento de 18,4%, ao passo que no segundo houve o aumento de 1 553 pessoas, o que registou uma taxa de 13,6%. Este aumento de contingente populacional pode ser justificado em decorrência do forte atractivo realizado com o crescimento das actividades piscatórias na freguesia de Praia de Mira (BRITO, 1960). De acordo com a autora, era comum a penetração de povos oriundos de diversas localidades do interior do país e dos concelhos vizinhos a exemplo de Ílhavo e Vagos, interessados no desenvolvimento dessas actividades.

Os dados revelam que Mira sempre obteve crescimento positivo até meados do século XX. A partir da década de 1960 começou haver o decréscimo da população. Durante o período de 1960 a 1970 houve uma redução de 281 pessoas, com taxa de crescimento de -2,1%, ocorrendo pequena recuperação nas décadas de 1980 e 1990, mas voltando a decrescer em 2001, onde foi registado a maior redução na sua história: 385 indivíduos, ou seja, um crescimento negativo de 2,9%. Essa situação ocorre justamente no período em que o turismo de praia, sol e mar se intensificou no concelho de Mira. Isso evidencia que a queda do crescimento populacional não está relacionada com a interferência de apenas um factor e sim de um conjunto, entre os quais se destacam a queda da produtividade da pesca e da agricultura, a diminuição da taxa de fecundidade e o envelhecimento da população.

A tradição dos mirenses pelo desenvolvimento das actividades de agricultura e de pesca foi importante para o direccionamento da população nesse território. A maneira como o adensamento demográfico se encontra distribuído nas quatro freguesias ajuda esta análise (figura 64).

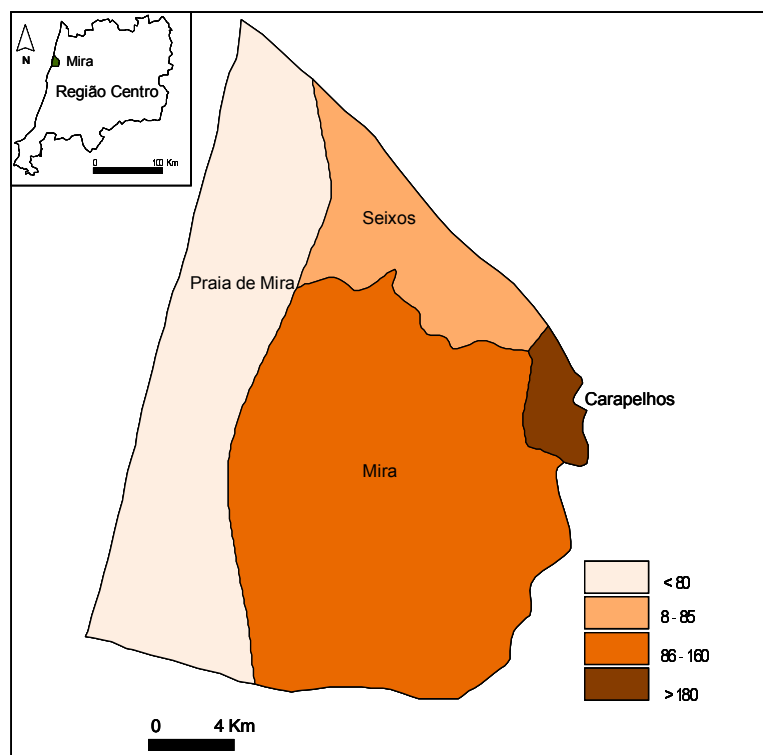


Figura 64 - Densidades demográficas das freguesias de Mira.

Fonte: INE, 2001.

A figura 64 demonstra que as freguesias de Carapelhos e de Mira são as mais densas. No caso de Carapelho a sua pequena extensão territorial e a intensa tradição de cultivar a terra destacam-se entre os principais motivos da significativa densidade demográfica. No tocante à Vila de Mira, sede do concelho, as interferências políticas e administrativas ocorridas desde a sua fundação no século XV, até as centralidades do poder decisório encontradas actualmente contribuem para reforçar o adensamento populacional. Dos 12 872 habitantes existentes em Mira (INE, 2001) 60,5% pertencem a essa freguesia, ou seja, 7 782 pessoas.

Na freguesia de Praia de Mira, local de maior concentração das actividades turísticas, ocorre a menor densidade média do município, pois o mesmo se encontra numa faixa inferior a 80 habitantes/Km². Possui uma população de 2 985 habitantes, o que representa 23,2% do contingente encontrado no município de Mira. Diante da análise dos indicadores demográficos do território mirenses, verifica-se a existência de um decréscimo da maioria das freguesias, principalmente de Carapelhos e de Seixos, com registos negativos

que ultrapassam os 14%. No caso da freguesia de Praia de Mira, registou os maiores crescimentos durante as décadas de 1970 e 1980, mas nos últimos anos houve perda de população, acompanhando a regra geral do território português. O avanço dos índices de envelhecimentos e a diminuição da taxa de natalidade têm sido os principais motivos desta involução. Entretanto, a redução do crescimento populacional acontece na proporção inversa do número de visitantes do concelho, pois a cada dia os mirenses assistem a população duplicar ou até mesmo triplicar durante o período de balneário marítimo. Facto esse que tem sido um dos principais responsáveis pelos impactos provocados no município de Mira. Assim, optou-se pela reflexão sobre as condições de habitabilidade da população de Mira para em seguida analisar os impactos ambientais decorrentes da inserção do turismo no espaço estudado.

5.3.3 Condições de habitabilidade

A análise das questões relacionadas com as condições de habitabilidade da população autóctone acaba por ser interessante para poder avaliar os impactos decorrentes das actividades turísticas. As sucessivas visitas de campo e os resultados dos inquéritos foram importantes para promover a aproximação com as experiências de quem convive com o lugar estudado. O conhecimento sobre o tempo de residência dos habitantes de Mira foi interessante para certificar o nível de convivência com este espaço (figura 65).

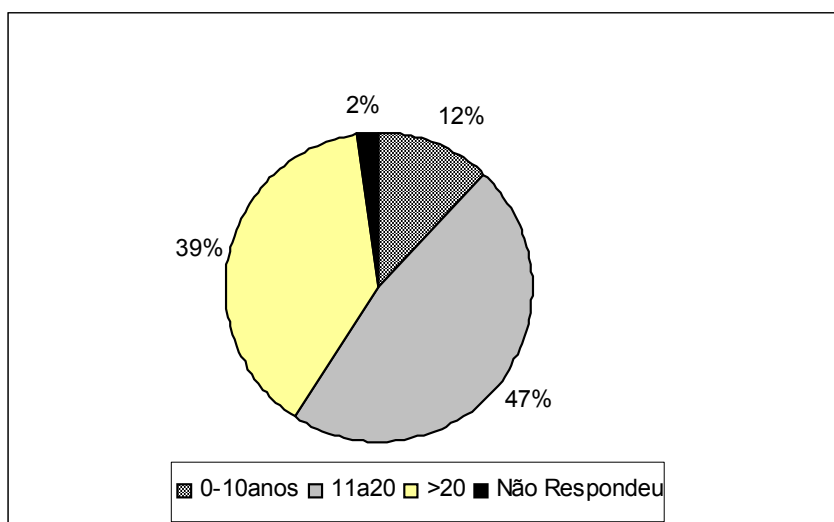


Figura 65 - Tempo de residência dos inquiridos de Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

No caso da freguesia de Praia de Mira, localidade onde as actividades turísticas estão mais presentes, são poucas as residências que guardam as tradições de construção de madeira, típica das habitações dos pescadores. A forma de habitação encontrada detém o predomínio dos padrões arquitetónicos com característica da modernidade, tais como blocos, cimentos e tijolos. Mesmo diante da importância que o turismo tem dado à criação de cenários, que envolvem os modos de vida tradicionais, os palheiros de Praia de Mira não conseguiram ser preservados, pois foram praticamente todos destruídos.

Na análise sobre as condições em que a população de Mira habita o território, ficou constatado que 74% dos inquiridos são habitantes de primeira residência. Em segundo lugar encontram-se as habitações para segunda residência, com índice de 11,8%, o que demonstra a importância desse tipo de ocupação nessas áreas. Outro aspecto que chamou a atenção refere-se ao nível de mobilidade encontrada em Mira (figura 66).

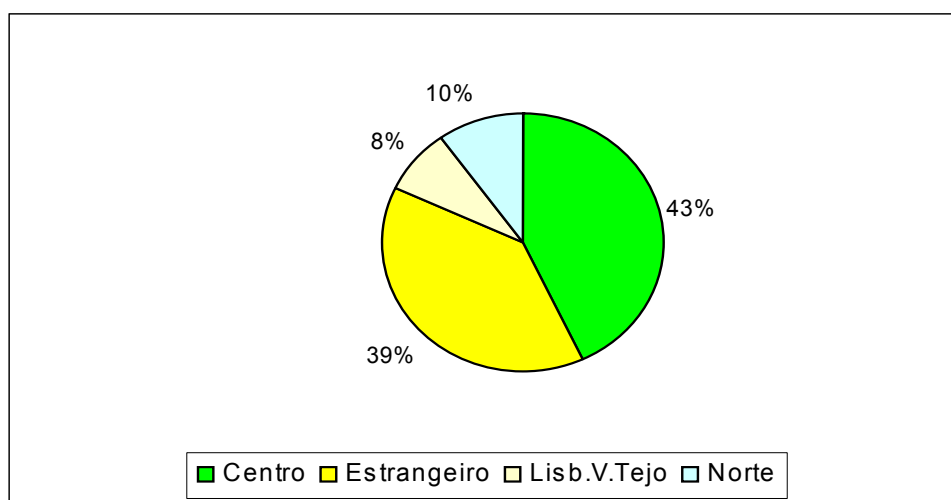


Figura 66 - Local de habitação dos inquiridos com experiência migratória.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

No território nacional, os municípios da Região Centro foram mencionados por maior número de inquiridos, no caso 43%. Quanto ao local de nascimento dos inquiridos, 60,8% têm naturalidade em Mira, sendo que 13,4% são naturais dos países estrangeiros. Esta questão está relacionada com o contexto que envolve as correntes migratórias da Região da Gândara, na primeira metade do século XX. Muitos dos habitantes entrevistados, proprietários das

residências secundárias, restaurantes e pousadas, são retornados dos países desenvolvidos, principalmente França, Inglaterra e Canadá ou das ex-colônias portuguesas, a exemplo do Brasil e de Angola.

As experiências migratórias existentes em Mira constituíram factores importantes para a reflexão sobre as relações entre turismo e ambiente costeiro, visto que se trata de uma temática directamente envolvida com a mobilidade espacial. À medida que a investigação foi avançando no contexto das relações sócio-económicas e culturais no município, se observou formas diferentes de convivência entre a população que tinha passado por experiências migratórias e aquela que sempre habitou em Mira. O nível de preparação para convívio com diferentes culturas, a motivação para participar dos processos decisórios e o olhar crítico sobre a relação entre turismo e ambiente costeiro, foram alguns dos diferenciais encontrados. Uma das evidências desta realidade foi constatada quando a população foi indagada sobre o nível de satisfação do turismo (figura 67).

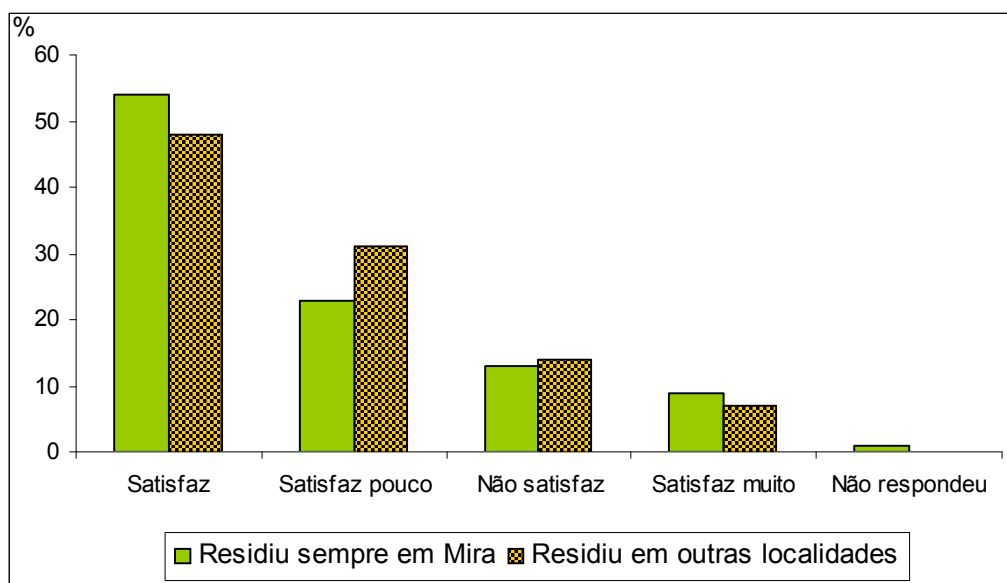


Figura 67 - Grau de satisfação dos inquiridos com experiências migratórias.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Com base na figura 67 verifica-se que os inquiridos que já residiram fora de Mira vêem a questão do turismo com um olhar mais crítico. Enquanto 46% dos habitantes que sempre residiram em Mira estão satisfeitos, observa-se que 54% dos inquiridos com experiência em outros países demonstraram insatisfação com o tipo de turismo desenvolvido no município. No grupo dos moradores que

demonstraram estar satisfeitos ou muito satisfeitos se encontram as pessoas que sempre residiram no concelho de Mira. Em decorrência disso constata-se que o nível de satisfação das pessoas que convivem com o desenvolvimento das actividades turísticas está relacionado com as experiências e as condições de vida de cada morador.

As condições em que os habitantes de Mira desenvolvem as suas actividades económicas foram importantes para a análise desta temática. Dos inquiridos no município de Mira, 21,5% declararam trabalhar por conta própria, 18,3% em empresa privada e 12,4% em empresa pública. Verifica-se que dos trabalhadores por conta própria, a maior parte está relacionada com o sector terciário, nomeadamente as actividades comerciais como proprietários de hotéis, pousadas, bares e restaurantes. São poucos aqueles que ainda persistem nas actividades primárias, no caso agricultura e pesca, como rendimento principal, sendo diferente dos habitantes encontrados no município de Jaguaripe. Quanto à situação do emprego e desemprego, um facto que chamou a atenção no tratamento dessas questões, no concelho de Mira, foi o elevado índice, no caso 39%, de pessoas que optaram por não se pronunciar sobre este assunto. A causa mais plausível para esta atitude está relacionada ao desemprego, pois as pessoas que se encontram nesta categoria, mesmo recebendo os subsídios do governo português, não gostam de se declarar desempregadas.

Outra variável considerada importante para as discussões sobre as condições de habitabilidade da população de Mira foi o nível de instrução. Este item é relevante para a análise de turismo e ambiente costeiro, visto que esse se encontra na relação directa dos projectos de melhoria da qualidade ambiental, e, conseqüentemente, de vida da maior parte dos habitantes. Em função disso, no tocante ao nível de instrução da população inquirida, foi feito um cruzamento dos dados envolvendo as duas freguesias, no caso Mira e Praia de Mira onde foram aplicados os inquéritos (figura 68).

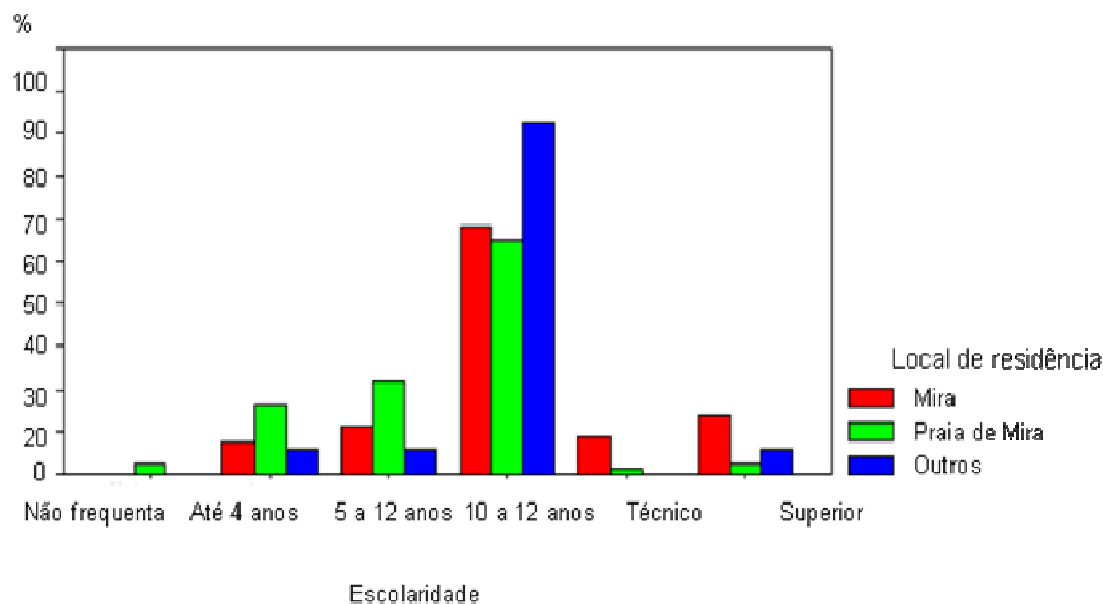


Figura 68 - Local de residência e nível de instrução dos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Com base na figura 68, verifica-se que a classe de 10 a 12 anos de escolaridade foi a mais significativa. Nas freguesias de Mira e de Praia de Mira, 60% dos inquiridos pertenciam à referida classe. No caso dos portadores de curso superior, o concelho de Mira teve destaque, com 12 %. Foram poucos os que declararam não ter frequentado escola, ficando este percentual representado por apenas 1,1%, registado na comunidade de Praia de Mira.

A outra variável considerada importante refere-se ao rendimento dos inquiridos, o que requer uma análise bastante delicada em virtude da dificuldade que as pessoas têm de declarar os seus vencimentos. Há sempre no imaginário dos interrogados um ar de desconfiança quanto a esse tipo de informação. Após convencê-los dos propósitos desta investigação, os resultados dos inquéritos revelaram que 14% recebem vencimentos inferiores à media do salário mínimo nacional e 33,9% declararam receber os vencimentos que variam entre um a dois salários mínimos.

Em seguida foi considerado importante analisar as condições de saneamento no ambiente em que os inquiridos estão a habitar. No tocante ao destino dos resíduos domésticos, os dados demonstram que 44,6% dos inquiridos estão servidos por uma rede pública que canaliza o esgoto, e o restante possui

fossas ou deposita directamente nos espaços aquáticos. Ao ser realizado todo o processo de visitas e observada a paisagem das freguesias de Mira e de Praia de Mira não foi detectado nenhum vestígio de esgoto a céu aberto. Há um sistema de canalização pública que capta os resíduos de Mira e Praia de Mira, para depois bombear para uma estação de tratamento que fica ao Norte do município.

O Plano Director Municipal aponta sérios problemas de destino dos resíduos do concelho, principalmente da Praia de Mira, em decorrência da forte pressão humana, provocada pelo crescimento do número de visitantes, principalmente no período da alta estação. Nos últimos anos, algumas iniciativas municipais têm procurado corrigir o déficite de canalização pública e de tratamento dos resíduos, tanto sólidos quanto líquidos. O forte potencial aquático que embeleza a paisagem de Mira, onde a barrinha, a lagoa e a praia constituem os principais atractivos para o turismo, exige um acompanhamento constante do saneamento básico. Há avanços importantes, mas alguns inquiridos declararam depositar os resíduos directamente em fossa, rio ou lagoa.

Diante dessas informações, considerou-se importante fazer um cruzamento dos dados colectados para subsidiar a análise da distribuição desses resíduos no universo investigado (figura 69).

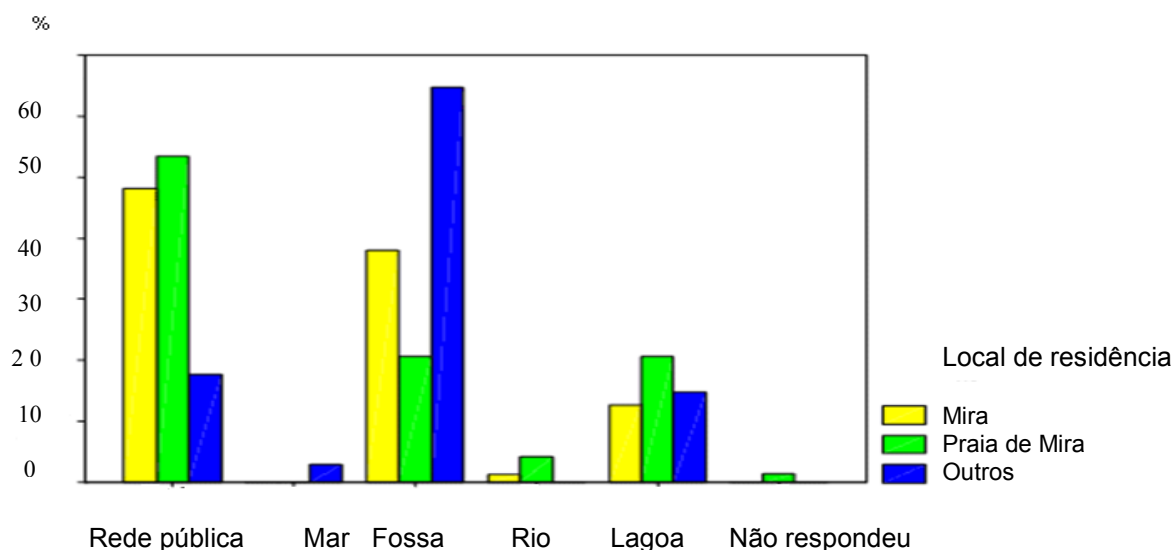


Figura 69 - Destino dos esgotos e local de residência dos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Ao serem cruzados os dados de destino do esgoto com o local de residência dos inquiridos, figura 69, verificou-se um número significativo de fossas utilizadas como destino final pelos habitantes de Mira e de Praia de Mira, mas este quantitativo é ainda maior para os habitantes das demais freguesias do concelho. Ficou constatado que nas vilas de Mira, Praia de Mira e demais freguesias do concelho 20% dos inquiridos declararam depositar os resíduos domésticos em locais totalmente inadequados, a exemplo dos canais e da lagoa.

A freguesia de Praia de Mira, local onde o turismo de praia, sol e mar é mais intenso, apresentou-se como a mais destacada na emissão desses resíduos em local inadequado. As entrevistas e os depoimentos dos moradores de Mira demonstraram preocupações quanto ao aumento da poluição nos espaços aquáticos, que segundo eles constituem o coração do turismo. A necessidade de melhor acompanhamento dos gestores públicos e de um trabalho de educação ambiental foi evidenciada. No contexto dessas discussões há necessidade de se reflectir sobre a forma como o turismo se insere no município de Mira.

5.3.4 Inserção do turismo

A inserção do turismo no município de Mira acontece com o processo de massificação desta actividade que teve impulso a partir da década de 1970 com a sua expansão por toda a costa portuguesa (CAVACO, op. cit.). De acordo com os moradores mais antigos, os primeiros fluxos de visitantes em direcção à Mira se originavam nos distritos de Coimbra, Viseu e Guarda, sendo que posteriormente houve a presença de estrangeiros, principalmente da Espanha e da França. Mira constitui um município marcado por constante percurso de mobilidade, nomeadamente pelo processo de emigração para o estrangeiro (CRAVIDÃO, op. cit.). Essa trajectória foi relatada pelos moradores como motivo de atracção para os primeiros turistas internacionais que começaram a visitar esse município, pois os emigrantes sempre retornavam com um amigo francês, brasileiro ou espanhol, principalmente, interessado em conhecer essa localidade.

O processo de inserção do turismo em Mira não aconteceu dissociado do percurso dessa actividade em escalas nacional e internacional. Primeiro, o turismo era praticado pela classe que tinha maior poder aquisitivo, com a presença de maior número de visitantes internacionais. Depois, veio a

popularização com o aumento dos visitantes nacionais, principalmente originados dos municípios que se destacam como os principais emissores de visitantes da Região Centro, tais como Coimbra, Aveiro, Leiria, Viseu e Guarda. Vale lembrar que, no caso dos espaços que se encontram com maior estágio de urbanização e dispõem de significativo património arquitetónico, o turismo acaba por utilizar dessas bases para o seu desenvolvimento. Nos municípios de tradições piscatórias, a exemplo de Jaguaripe e de Mira, a inserção do turismo de praia, sol e mar acaba por exercer fortes influências na organização desses territórios.

A mudança da forma de habitação em palheiros para as residências secundárias, num primeiro momento, e depois com a construção dos equipamentos de apoio ao turismo como hotéis, pousadas, parque de campismo e restaurantes serviu de referência para a inserção das novas actividades. Raros são os locais em que o palheiro conseguiu permanecer no município de Mira. O trabalho de campo constatou a presença de apenas uma família habitando nesse tipo de residência, junto aos demais padrões arquitetónicos construídos nas proximidades da praia.

O crescimento das actividades turísticas no município de Mira está relacionado com diferentes factores, entre os quais a localização geográfica desempenha um importante papel. O território de Mira está localizado numa posição estratégica, no litoral português, com ampla área de praia arenosa. O fluxo de visitantes que se dirigem à Mira tem origem nas diferentes regiões do mundo. No ano de 2001 foram hospedadas 8 888 pessoas no município, sendo que deste total 6 612 eram nacionais e 2 242 estrangeiros (INE, 2001). Diante da dificuldade de aquisição de dados à escala do município não foi possível identificar a origem dos turistas nacionais. Porém, de acordo com as informações colectadas no campo, a maior parte dos visitantes de Mira tem origem na Região Centro, principalmente nas cidades de Coimbra, Guarda e Viseu. No tocante aos estrangeiros, que constituem 25% dos hóspedes, os países da Europa são os principais emissores (figura 70).

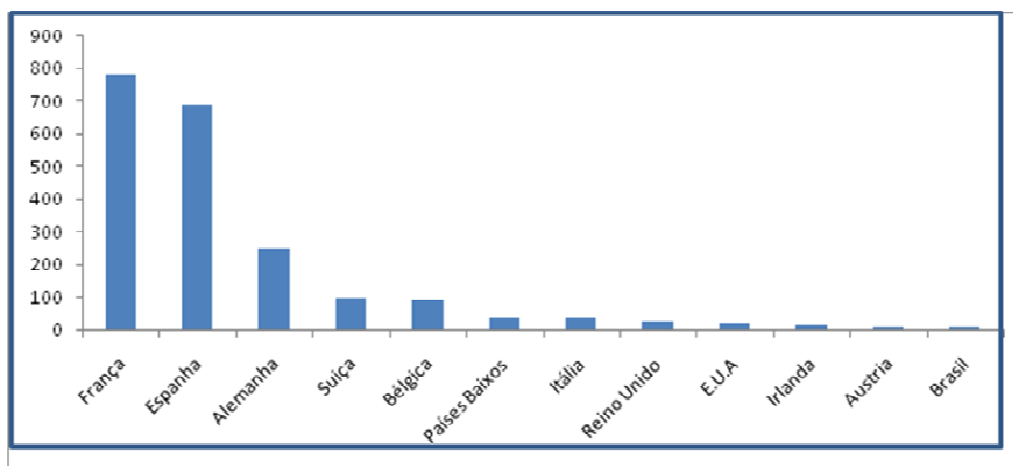


Figura 70 - Origem dos estrangeiros hospedados em Mira, no ano de 2001.

Fonte: INE, 2001.

Com base na figura 70, os países da Europa foram os maiores responsáveis pela hospedagem no município de Mira, no ano de 2001. A França, com 783 hóspedes, a Espanha, com 689 e a Alemanha, com 251 hóspedes foram os principais emissores dos turistas neste ano. Dos países em via de desenvolvimento, o Brasil é o único que se apresenta na relação dos principais países de origem dos hóspedes em Mira. Facto esse que por um lado está relacionado com a diversidade sócio-económica, mas por outro lado tem a ver com os acordos bilaterais, os quais possibilitam a maior presença de brasileiros em território português, seja na condição de migrantes ou de turistas.

O turismo em Mira acontece há algum tempo, desde as primeiras visitas motivadas por algum amigo, para conhecer as belezas naturais contidas neste território: praia, barrinha, lagoas e pinhais, dentre outras. Entretanto, foi a partir da década de 1970 que houve maior crescimento desta actividade. Na análise dos dados sobre o número de visitantes, no município de Mira, no período de 1991 a 2000, foi constatado que o ano de 1999 foi o mais significativo, chegando a ultrapassar o total de 10 000 turistas (INE 2001). Convém destacar o predomínio neste município do turismo de praia, sol e mar. Há vários esforços no sentido de oferecer outras opções turísticas, mas prevalecem as características sazonais (figura 71).

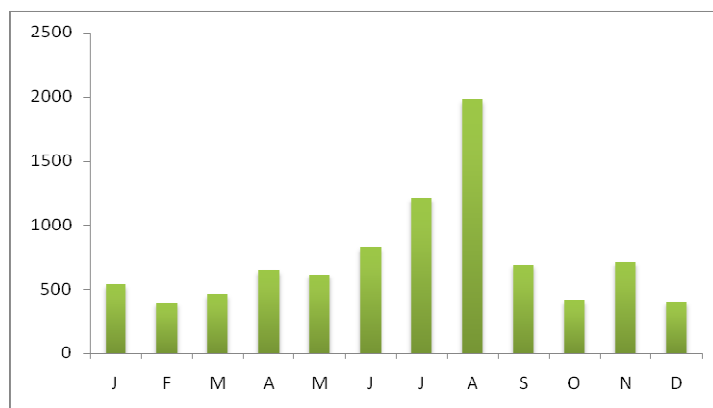


Figura 71 - Distribuição dos visitantes de Mira, de acordo com os meses do ano.

Fonte: INE, 2001.

A figura 71 demonstra que, no ano de 2001, dos 8 888 turistas que visitaram Mira, 36% optaram pelos meses de Julho e Agosto (INE, 2001). Este constitui um dos principais desafios na relação entre turismo e ambiente no município estudado. A intensificação das novas actividades motivou o surgimento vários empreendimentos imobiliários, o que alterou significativamente as relações entre a natureza e a sociedade (foto 21).



Foto 21 - Centro urbano de Praia de Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

O aumento da procura pelo lazer e turismo calcado no modelo de praia, sol e mar, incrementado pela sociedade de consumo do Pós-Guerra, tem levantado alguns paradoxos. Por um lado, a forma como a produção do território nas

diferentes escalas tem conduzido ao processo de liberação de mercados, permitindo que a pesca entrasse em forte crise. Os pescadores não conseguem acompanhar o ritmo da tecnologia exigida para a captura dos peixes e se vêem envolvidos na situação de emigrar para territórios estrangeiros, repetindo uma prática de tradições familiares, que ultimamente se encontra com sérias dificuldades. A alternativa se constitui em aderir às actividades turísticas como uma das poucas perspectivas de desenvolvimento.

A década de 1970 foi o marco importante para a intensificação do fluxo de turistas em direcção ao município de Mira, conforme já referido. Entre os principais motivos deste crescimento destacam-se a ampliação das vias de transporte e comunicação, a modernização das leis trabalhistas, com a sistematização do regime de férias do trabalhador e o aumento da sociedade de consumo. As residências secundárias foram incrementadas a partir da derrubada dos palheiros, no início da década de 1960, para atender à demanda do balneário marítimo. No intuito de analisar as transformações ocorridas nesta época, considerou-se importante reflectir sobre a maneira como o solo se encontrava ocupado (figura 72).

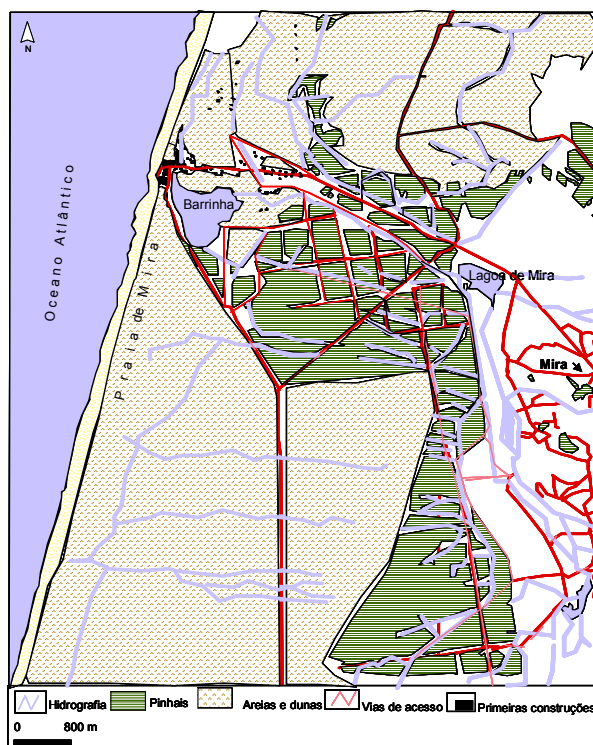


Figura 72 - Ocupação do solo em Praia de Mira, na década de 1960.

Fonte: Elaborado por SANTOS, com base na Carta Militar do Exército, 1973.

A figura 72 evidencia que no início da década de 1960 o património construído de Praia de Mira tinha pouca expressividade. A zona da praia passava por um processo de transição entre as construções de madeira, típicas dos antigos palheiros, habitados por pescadores, em sua maioria e as construções que serviam de residências secundárias. A mudança de função de uma área predominantemente piscatória para turística envolveu várias transformações espaciais. Uma delas, considerada importante para o entendimento da relação entre turismo e ambiente costeiro, refere-se à transformação ocorrida no tipo de ocupação dos habitantes (figura 73).

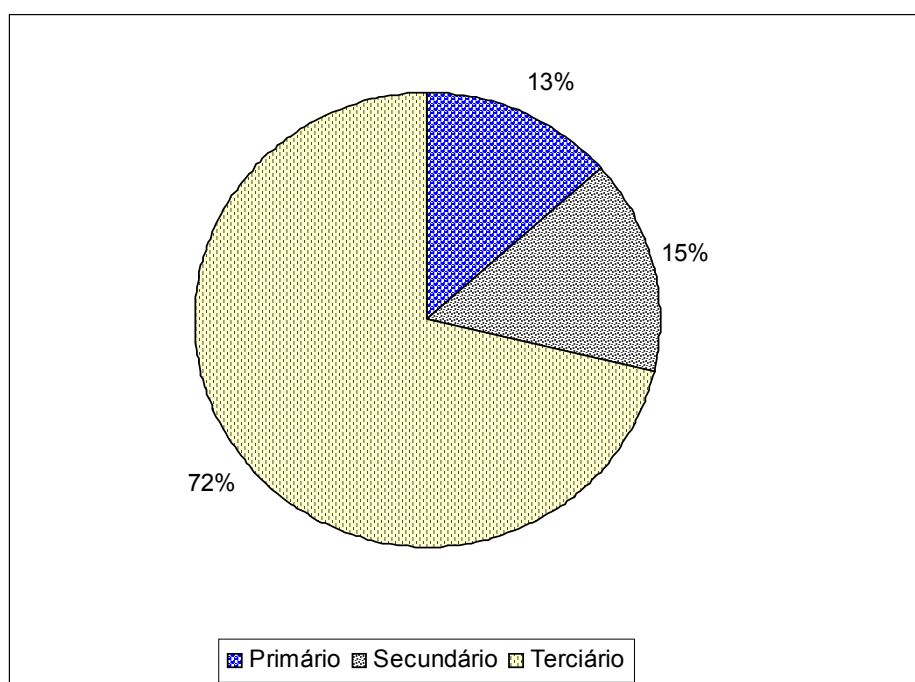


Figura 73 - Atividades económicas no município de Mira.

Fonte: INE, 2001.

A Figura 73 evidencia que o sector primário, o qual sempre predominou no município de Mira, actualmente representa somente 13%. Enquanto isso, o sector terciário é o mais relevante, com 72% da ocupação, principalmente em virtude da influência do crescimento das actividades do turismo de praia, sol e mar nesse município. Vale lembrar que, muito se discute sobre as mutações do turismo pelo viés economicista, como se essa actividade estivesse apenas ligada à receita, salários e aumento do número de visitantes, entre outros indicativos. Entretanto, trata-se de um tema multifacetado, pois envolve varias dimensões

espaciais. Há transformações físicas, biológicas e culturais, que variam de acordo com as especificidades de cada ambiente. No caso de Mira, a intensificação das actividades turísticas acontece a partir da década de 1980, em pleno processo de globalização, o que traz pontos antagónicos para a discussão territorial. A análise dessas dicotomias encontradas no ambiente costeiro, modificado pelo turismo ganha corpo a partir da aproximação com as diferentes experiências advindas da população local, conforme reafirma a nova abordagem da Geografia Cultural (CLAVAL, op. cit.). As dimensões de tempo e espaço em questão jamais seriam atingidas sem a articulação necessária entre os componentes ambientais que em alguns casos são transformados e em outros funcionam como agentes modificadores, a exemplo do clima, do relevo, do solo, da praia, do mar e da sociedade. De posse dos resultados dos inquéritos aplicados aos diferentes segmentos da população e dos resultados das observações adquiridas no campo, optou-se por reflectir sobre os principais atractivos turísticos encontrados em Mira, com ênfase para a percepção que os moradores têm sobre as transformações espaciais. A partir daí foram levantadas as bases que serviram de suporte para a análise dos principais impactos decorrentes das actividades turísticas.

5.3.5 Atractivos turísticos no município de Mira

Nesta fase de investigação sobre os principais atractivos turísticos existentes em Mira, a reflexão sobre o património e a população local foi importante, no intuito de melhor entender os impactos encontrados na relação entre turismo e ambiente costeiro. Nas discussões sobre a temática, junto à comunidade de Mira, houve espaço para a reflexão sobre as localidades reconhecidas pela população. Os elementos materiais que são facilmente visíveis na paisagem como o verde, o relevo, o mar e as construções são importantes para a discussão do património, mas não são suficientes. Há que se considerar outros elementos que são subjectivos, como a consciência de habitar o território (ANDRADE, op. cit.). A análise das questões territoriais que estão directamente envolvidas com a forma de pensar e agir da população torna-se indispensável, pois há carência de discussão sobre as relações de pertença existentes no conjunto das comunidades autóctones.

O distanciamento ocorrido entre os interesses dos detentores dos principais meios de produção e de consumo no processo de turistificação do espaço acaba por isolar a população dos bens identitários que estão ao seu entorno. Isso tem causado sérios prejuízos, principalmente no tocante às dificuldades de incrementação de políticas públicas capazes de melhor preservar esses patrimónios. A discussão encaminhada no trabalho considera indispensável o entendimento das relações que são permanentemente processadas entre a sociedade e a natureza. Assim foi feito um levantamento sobre os componentes ambientais mais valorizados pelos inquiridos (figura 74).

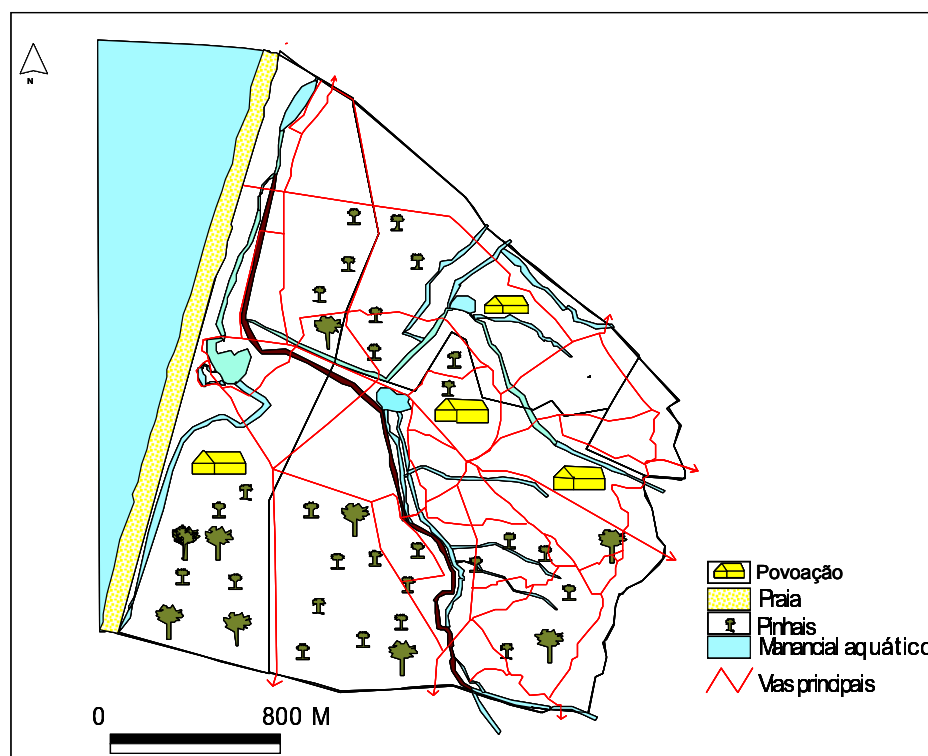


Figura 74 - Distribuição dos principais patrimónios em Mira.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

O mar, a praia, a barrinha, a lagoa e os pinhais mantêm relações simbólicas muito fortes com os habitantes de Mira. A concentração dos patrimónios considerados importantes pela população, na parte Oeste do concelho, figura 74, atrai o fluxo turístico para essa localidade. Os visitantes que se dirigem para o município de Mira durante o período da alta estação ficam concentrados, em sua maioria, nas proximidades da Praia de Mira e da Barrinha.

O potencial turístico existente na Praia de Mira é bastante significativo para o desenvolvimento territorial. Além da praia, do sol e do mar, que são importantes recursos turísticos, as dunas, a barrinha, a lagoa, a arte xávega e a hospitalidade do povo mirenses complementam os atractivos dos visitantes.

No conjunto dos bens levantados pela população, como de importante significado no seu quotidiano, nota-se que os mesmos funcionam também como atractivos para os turistas. A pesca da xávega, por exemplo, destaca-se entre os patrimónios que estão sempre presentes na memória colectiva dos habitantes e funciona como fortes atractivos para os visitantes de Praia de Mira. Esta maneira de capturar o peixe vem dos primórdios da ocupação do litoral português, onde inicialmente a rede era puxada pelos braços de homens e mulheres, depois pelos animais e actualmente pelos tractores (foto 22).



Foto 22 - Arte da xávega em Praia de Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A arte xávega constitui um dos maiores símbolos de representação da cultura do litoral português. As redes de pesca que acompanhavam os barcos eram puxadas manualmente pelos próprios pescadores até por volta dos anos 1901 e 1902 (FRADA, op.cit.). De acordo com este autor, a partir deste período os carros de bois substituíram o trabalho humano até o ano de 1981, quando as redes passaram a ser puxadas pelos tractores. Essa mudança provocou a significativa redução no número de homens envolvidos com essa actividade.

Segundo depoimento dos pescadores, antes havia cerca de 50 homens por companhia, nome dado às empresas de pesca, e, actualmente, estas equipas são compostas por 12 a 13 homens, em média. O número de profissionais envolvidos directamente com as actividades de agricultura e da pesca tem-se reduzido a cada dia. A passagem da pesca artesanal para a utilização da máquina, no caso o tractor, foi acontecendo paulatinamente, durante vários séculos de experiências desses habitantes. Até que pese os riscos enfrentados pelos pescadores no seu quotidiano, a Xávega faz parte do património imaterial de Mira, visto que há fortes valores identitários na memória de seus habitantes.

Os constantes movimentos dos tractores, em plena Praia de Mira, acabam muitas vezes por conviver com as curiosidades dos visitantes que chegam a esta localidade. A importância dessa prática cultural para as atracções turísticas tem sido forte a ponto de haver uma discussão, junto à associação de pescadores, no sentido de promover o retorno dessa actividade puxada pelos animais (gado). De acordo com os pescadores, este facto tem encontrado algumas dificuldades relacionadas com as condições ambientais vivenciadas actualmente, sobretudo em decorrência do estágio de urbanização encontrado em Praia de Mira. Vale lembrar que, no levantamento sobre o património junto à população local, foram relacionadas outras actividades, tais como festas religiosas e feiras gastronómicas, como de forte relevância na cultura local.

Nesta abordagem, existem questões identitárias que são transformadas em pertencas que não podem ser vistas com excesso de fundamentalismo, mas torna-se imprescindível o seu entendimento no contexto das relações espaciais (MAALOUF, 2004). Na análise de Praia de Mira, observa-se o quanto o conjunto de elementos que constituem a paisagem significa para o quotidiano dos habitantes, conforme evidenciado neste relato:

Eu não sei viver longe daqui. Há inclusive uma rivalidade entre Mira e Praia de Mira. Os moradores da Vila de Mira acham-se superiores, porque é lá que tem o funcionamento dos bancos, centros hospitalares e biblioteca, ou seja, tem a maior parte dos serviços administrativos do município. Porém, eles precisam de nós! É aqui onde está o divertimento. Eles precisam do mar, da praia, da barrinha, do peixe...Gosto muito desse lugar! O máximo que consegui ficar fora daqui foram dois ou três dias. Adoro o cheiro do mar, da areia, da barrinha, do peixe... Eu não consigo viver distante daqui. (Entrevistada em Praia de Mira, agosto de 2005.)

No contexto da investigação realizada na Praia de Mira, procurou-se ir além do entendimento das diferenciações de áreas, das descrições da paisagem ou da abordagem calcada nas diferenças regionais (ROSENDAHL e CORRÊA, 2001). Foi importante analisar as experiências que cada habitante adquire junto ao seu contexto ambiental, o que ajuda na formação do conjunto de pertença que traz significado para a compreensão da relação entre turismo e ambiente. As constantes visitas de campo a Mira, o contacto directo com a população, as observações de campo e a percepção enquanto investigador foram importantes nesta análise. Os inquéritos revelaram algumas questões relevantes para esta reflexão. No percurso deste trabalho, considerou-se necessário reflectir sobre a maneira como a população se relaciona com o ambiente em que vive. Esta perspectiva caminha na direcção de uma das hipóteses básicas desta investigação, ou seja, o aumento da participação dos habitantes no planeamento territorial reduz os impactos negativos ao ambiente. Isso reforça a ideia de que quanto mais próximo a comunidade estiver dos problemas que estão sendo levantados, maior será a possibilidade de resolução dos mesmos.

A Geografia inicialmente dava pouca expressividade a esta questão. A nova perspectiva de abordagem da Geografia Cultural, que surge no meado do século XX, reconhece a importância do nível de subjectividade encontrado na paisagem. Os odores, os sentimentos e a consciência em habitar o território, por exemplo, passam a prestar contributo na compreensão do espaço geográfico. Daí a preocupação em se investigar os actores sociais directamente envolvidos com o dinamismo territorial, no caso a população local. No município de Mira, foram

também analisados os resultados dos inquéritos referentes à questão sobre os principais espaços mais freqüentados pela população (figura 75).

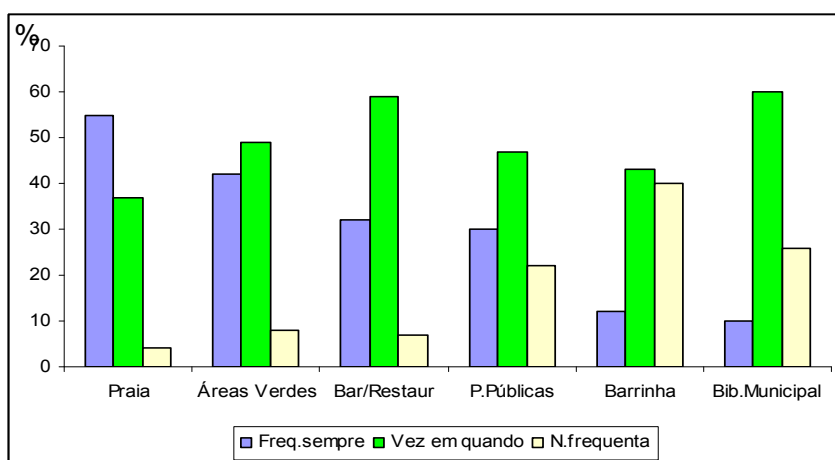


Figura 75 - Espaços frequentados em Mira.

Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

A figura 75 revela que a praia, as áreas verdes, os bares e os restaurantes constituem os locais mais frequentados pela população de Mira. Isso foi importante para verificar o nível de satisfação e insatisfação que as pessoas têm com o local onde vivem. A transformação dos espaços em mercadorias tem sido frequente nos últimos anos. O interesse dos agentes imobiliários em promover a rápida valorização das áreas em que o turismo se intensifica acaba por distanciar a população do acesso ao uso dos equipamentos colectivos. Na análise dessa situação no município de Mira, os dados revelam que 12% dos inquiridos não frequentam muito a Barrinha, espaço retratado pela população como de importante valor histórico e cultural. Este dado nos despertou para o entendimento da principal causa do desinteresse da população pela utilização desse espaço. Na análise desta questão, dois pontos foram considerados importantes para justificar o afastamento da população desse recurso turístico. O primeiro geralmente ocorre quando o espaço passa a ter uso restrito em função da apropriação do equipamento para efeito de exploração económica. Nesses casos, há restrições de usos com cobranças de taxas, o que dificulta o acesso por parte da população local. A outra possibilidade refere-se à existência de motivos relacionados com a qualidade ambiental que chega ao conhecimento da população. No caso da Barrinha de Praia de Mira, a investigação constatou que

os problemas ambientais ocorridos na barrinha têm sido as maiores causas desse afastamento. A pressão relacionada com o uso e a ocupação do solo, decorrente do processo de crescimento das actividades turísticas e de outras transformações espaciais, contribuiu para o aumento da degradação desse recurso hídrico. O excesso de uso de defensivos com as actividades agrícolas do município, a redução do fluxo de água que abastece a Barrinha, o aumento do volume de matéria orgânica e a carência da manutenção por parte das autoridades competentes, foram expostos pela população como as principais causas do desinteresse pela utilização da Barrinha.

Estas questões referentes ao uso e ocupação do solo têm relevante influência na análise da relação entre turismo e ambiente costeiros. O acompanhamento da relação existente entre a população local e visitante desses territórios, no período da alta estação, ajuda nesta abordagem. Há a existência de espaços que são utilizados tanto pela população quanto pelos visitantes, enquanto outros possuem usos restritos. É nesse contexto que a relação entre as três categorias básicas, no caso o turismo, o lazer e o território são importantes para a compreensão desta temática. Daí o facto da discussão sobre património não poder desprezar as experiências oriundas da população local. A ideia de espaço intocado ou preservado ao extremo demanda novas reflexões. Daí a importância da reflexão sobre a percepção dos habitantes como um instrumento para a análise entre turismo e ambiente costeiro.

5.3.6 Percepção da população sobre a relação entre turismo e ambiente costeiro

O objectivo deste tópico é reflectir sobre a maneira como os habitantes de Mira percebem o espaço que está sendo transformado pelas actividades turísticas e analisar o nível de participação desses actores sociais no contexto das dinâmicas territoriais ocorridas no município. Nos estudos contemporâneos têm sido inúmeras as críticas ao planeamento autoritário (SOUZA, op. cit.). As políticas públicas não devem ser elaboradas de modo isolado, com decisões verticalizadas, sem o envolvimento da população. As técnicas de investigação calcadas apenas nas análises laboratoriais ou restritas à simples observação do

terreno, sem levar em consideração as experiências dos habitantes, dificultam o desenvolvimento territorial e do próprio turismo.

O desenvolvimento do trabalho de campo no município de Mira aconteceu mediante vários contactos estabelecidos com a população autóctone. A partir daí foi analisada a percepção existente sobre as variáveis que estão directamente relacionadas com esta temática. Houve espaço para reflexão sobre as palavras associadas pelos inquiridos ao ambiente e as mais relacionadas foram natureza 19,9%, saúde, 18,3% e poluição com 15, 1 %. No contexto desta questão, destaca-se o facto de que 29,6% dos inquiridos não mencionaram nenhuma palavra relacionada ao ambiente. Em função disso, foi importante fazer o cruzamento desses dados para reflectir sobre o perfil dessas pessoas que não emitiram opinião sobre esta questão. Optou-se em cruzar as palavras associadas ao ambiente com o nível de escolaridade dos inquiridos (figura 76).

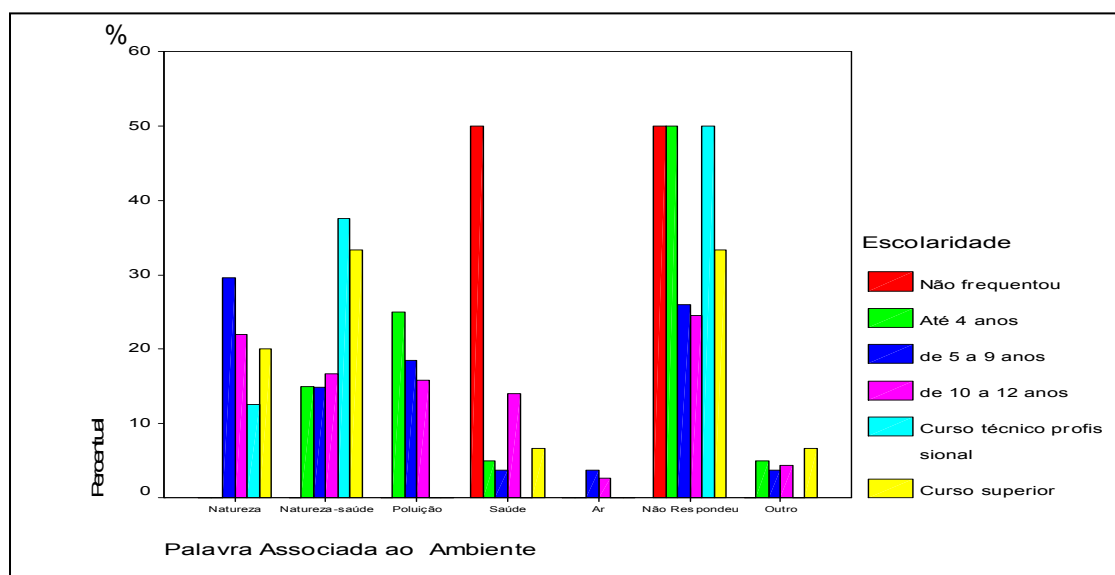


Figura 76 - Escolaridade e palavras associadas ao ambiente.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

De acordo com a figura 76, observa-se o resultado da relação entre o nível de escolaridade e as palavras associadas ao ambiente. Os inquiridos que declararam não ter frequentado escola, os que possuem até quatro anos de escolaridade e os que frequentaram cursos técnicos tiveram mais dificuldades em associar alguma palavra com o ambiente. Vale lembrar que, esta questão foi de livre escolha, pois se pretendia analisar as palavras emitidas espontaneamente pelos inquiridos.

Não resta dúvida de que as discussões realizadas na Nova Era do Turismo precisam ser abordadas numa perspectiva multifacetada, pois se trata de uma actividade que envolve várias dimensões do espaço. A análise desta questão está imbricada com as demais interferências humanas que ocorrem no território. A perspectiva de desenvolvimento não deve acontecer limitada à apropriação de bens e equipamentos disponíveis ao ambiente por uma minoria da sociedade. Torna-se imprescindível a inserção da população local nos diferentes estágios de formação territorial. O acesso por parte da população autóctone à educação, à saúde e à renda ajuda na melhoria das condições de vida. Com isso, considerou-se importante ouvir os inquiridos de Mira no tocante ao funcionamento de alguns serviços básicos, tais como educação, saúde, abastecimento de água, recolha de lixo e telefone (figura 77).

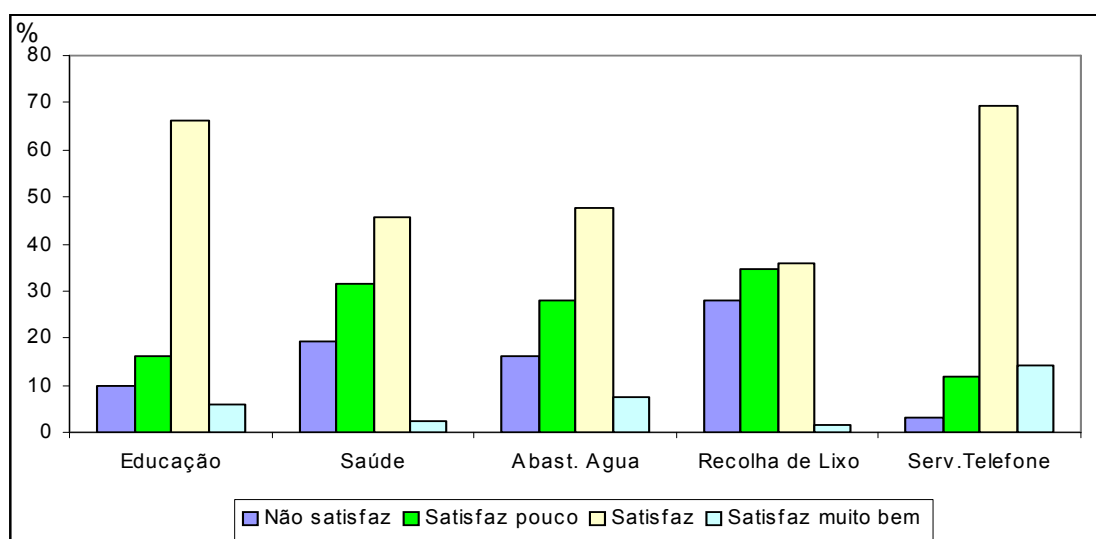


Figura 77 - Satisfação dos inquiridos em relação aos principais serviços.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

De posse dos dados obtidos pelas respostas dos inquiridos, a figura 76 evidencia que a população tem maior satisfação com os serviços de telefone e educação, 69,4% e 66,1%, respectivamente. No campo da insatisfação, a recolha de lixo apresenta-se como o mais indicado. Durante o processo de visitas ao campo não foi notada a presença de lixo nas ruas. Em função disso, foi preciso nos aproximar da população para entender o motivo da insatisfação com o serviço de recolha desses resíduos.

Os argumentos utilizados pelos inquiridos foram de que existe a colecta do lixo, mas a maioria das pessoas não obedece aos horários e acaba por depositar os resíduos fora dos vasilhames apropriados. Este facto complica-se ainda mais nas épocas de alta estação e no período de chuva, pois ocorre o aumento da quantidade de resíduos sólidos e o transporte para os potenciais aquíferos, onde de acordo com a população, a Barrinha é quem mais sofre com este tipo de problema. Diante das opiniões dos inquiridos constatou-se a carência de trabalhos de educação ambiental junto à população autóctone, com o propósito de garantir o desenvolvimento territorial e do turismo.

Na percepção da população de Mira, a área de lazer constitui uma das mais carentes, pois a população jovem não dispõe de outras alternativas a não ser a praia e os bares. Na opinião dos inquiridos, as políticas públicas são incipientes, o que dificulta a existência de outras opções de lazer. Há carência de teatros, actividades desportivas, festivais de músicas, entre outras formas de atractivos que poderiam funcionar tanto como entretenimento da população local, quanto para o aumento de estadia por parte dos visitantes. A concepção da população em relação ao elevado número de bares chegou até a apontar para a redução do quantitativo como sugestão para a melhoria da qualidade de vida no concelho, principalmente na Vila de Praia de Mira, onde a prestação desses serviços é mais intensa (figura 78).

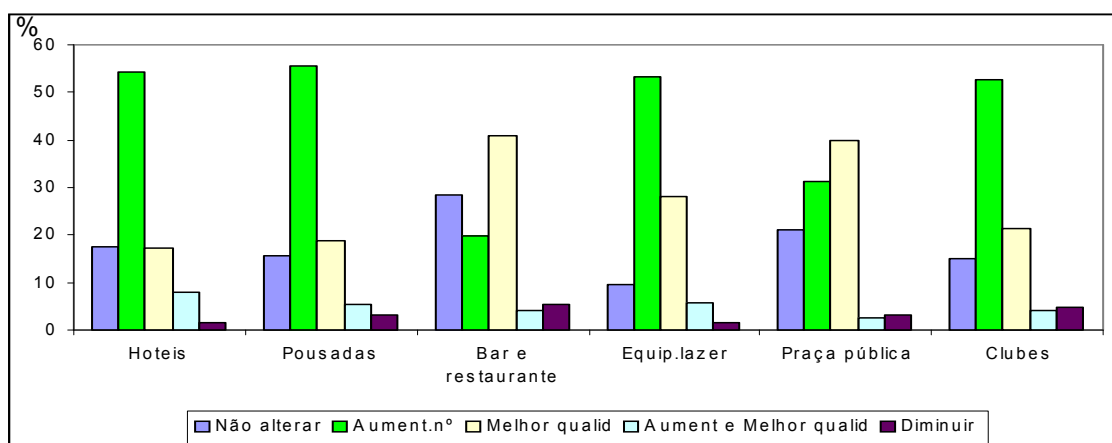


Figura 78 - Opinião dos inquiridos sobre alguns equipamentos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 78 demonstra que a maioria dos equipamentos de lazer obteve a opinião favorável dos inquiridos ao seu aumento, mas 5% opinaram pela redução dos bares e restaurantes, com o argumento de que os mesmos se apresentam com excesso no município. As reflexões calcadas na percepção que a população tem sobre o território são importantes para o amadurecimento de questões sobre as mutações espaciais ocorridas mediante a actividade do turismo. A rapidez no crescimento das novas actividades permite elevada terciarização do solo. O tipo de turismo encontrado em Praia de Mira é massivo, com forte índice de visitantes oriundos da Região Centro e com poder aquisitivo mais moderado. Este facto permite a proliferação dos restaurantes de forma mais rápida, o que por um lado provoca certo desconforto à população local, pelo número excessivo de estabelecimentos, mas por outro lado possibilita maior distribuição da receita entre os pequenos e médios comerciantes.

Durante a investigação de campo em Mira, foram muitas as conclamações por parte dos segmentos mais abastados da população, em prol do turismo qualificado. Há predomínio do argumento de que a qualificação do espaço acontece com a implantação de equipamentos sofisticados, tais como hotéis de luxo e campo de golf, de modo a atrair visitantes com maior poder aquisitivo, nomeadamente os oriundos de outros países. Esses depoimentos ficaram evidenciados nos diferentes sectores da população de Mira, principalmente na visão da maioria dos gestores públicos municipais e dos comerciantes. De acordo com a infra-estrutura existente para o desenvolvimento do turismo em Mira, nota-se que nos últimos anos tem ocorrido novos investimentos, principalmente por parte da iniciativa privada. Além dos hotéis, das pousadas e dos parques de campismos existentes neste município, ultimamente foi construído o empreendimento Mira Vilas, além da perspectiva de construção de um campo de golf. Isso evidencia o desejo expresso pelos empreendedores turísticos, tanto públicos quanto privados no tocante à qualificação do turismo, com forte incentivo para o turismo internacional.

A corrida dos empreendedores turísticos para aumentar o fluxo de visitantes estrangeiros acaba, na maioria das vezes, por provocar impactos que nem sempre são positivos, tais como o aumento das despesas com a implantação de obras de infra-estruturas, o afastamento da população local das actividades de turismo e de lazer, além da ruptura com as tradições locais. Em função disso,

verifica-se que essa situação requer bastante cuidado para que os resultados positivos da relação entre turismo e ambiente possam prevalecer.

No intuito de investigar sobre o nível de participação da população local nas actividades relacionadas com turismo e ambiente costeiro, considerou-se importante analisar a opinião dos inquiridos de Mira. O primeiro ponto a ser interrogado foi sobre a participação em reuniões ou assembleias para se discutir questões ambientais. Constatou-se que 89,8% dos inquiridos declararam não ter nenhum envolvimento com a questão, sendo que apenas 8,1% afirmaram a sua participação. Houve a indagação sobre as instituições governamentais e não governamentais que exercem actividades no território para ter conhecimento do nível de envolvimento com a população local. Os dados demonstram que 68 % dos inquiridos desconhecem qualquer trabalho realizado por essas instituições, sendo que 24,7% afirmaram conhecer, mas somente 3,8 declararam conhecer e participar do trabalho de alguma instituição.

A realidade observada em Mira não difere muito da encontrada em outros territórios de actuação do turismo, principalmente no município de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia. Há sérias dificuldades de operacionalização do processo de envolvimento da população com as actividades realizadas no território, sobretudo aquelas relacionadas com o turismo e o ambiente costeiro. Embora as discussões sobre o processo de participação estejam presentes na maioria dos eventos realizados na contemporaneidade, a prática ainda se apresenta como um desafio para as próximas décadas.

Vale salientar que os mecanismos de organização política moderna estão estruturados mediante três modelos: o centralismo democrático, a democracia representativa e a democracia participativa (SANTOS, 2005:10). De acordo com este autor, no avanço destas questões, o máximo que se tem alcançado é o modelo da democracia representativa, visto que a democracia participativa está longe de ser conquistada. As variáveis que estão incutidas no processo de participação das sociedades contemporâneas são complexas. Essas práticas não podem ser analisadas de forma isolada do contexto político, cultural, econômico e social em que a população está inserida. Verifica-se que há intensa correlação entre participação e qualidade de vida. Há casos em que a existência da segunda está estreitamente relacionada com a primeira, mas em outros momentos a existência da qualidade de vida motiva a participação. A interacção entre ambas

reforça o aumento da consciência, como instrumento importante para o desenvolvimento territorial.

A participação está associada aos processos de gerenciamento existentes nos territórios que estão sendo turistificados. Diante dessas reflexões, foi importante analisar as opiniões dos inquiridos no tocante às formas de gestão existente no concelho de Mira (quadro 12).

	Não concorda	Concorda pouco	Concorda	Concorda muito	Não respondeu
Precisam governar sozinhos	82,8	11,3	2,7	0,5	2,7
Governar junto com a comunidade	4,3	2,2	62,9	29,0	1,6
Precisam resolver os problemas colectivos e individuais da comunidade	20,4	14,0	40,9	22,0	2,7
A população precisa dedicar tempo às questões políticas	68,8	15,6	11,3	1,1	3,2
A População precisa estar organizada	5,4	9,1	38,7	45,7	1,1

Quadro 12 - Opinião dos inquiridos quanto à administração territorial.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

Na análise dos dados referentes às questões políticas do território, constatou-se que a maioria dos inquiridos concorda com a assertiva de que os políticos precisam governar junto à comunidade. Existe também um contingente considerável de habitantes em Mira, que concorda com a ideia de que os políticos precisam resolver problemas coletivos e individuais da comunidade (40,9%).

Diante do propósito de investigar os principais impactos provenientes da relação entre turismo e ambiente costeiro, verifica-se que a variável educacional não pode ser abandonada. Isso por se entender que esta componente espacial não determina, mas exerce forte influência no alcance do desenvolvimento territorial. Os indicativos mais utilizados como referência para a melhoria das condições de vida: saúde, segurança e renda, entre outros, estão relacionados com a formação educacional. Diante disso, considerou-se importante cruzar os dados referentes às respostas concedidas sobre a gestão dos governantes com ajuda da comunidade com o nível de instrução dos inquiridos (figura 79).

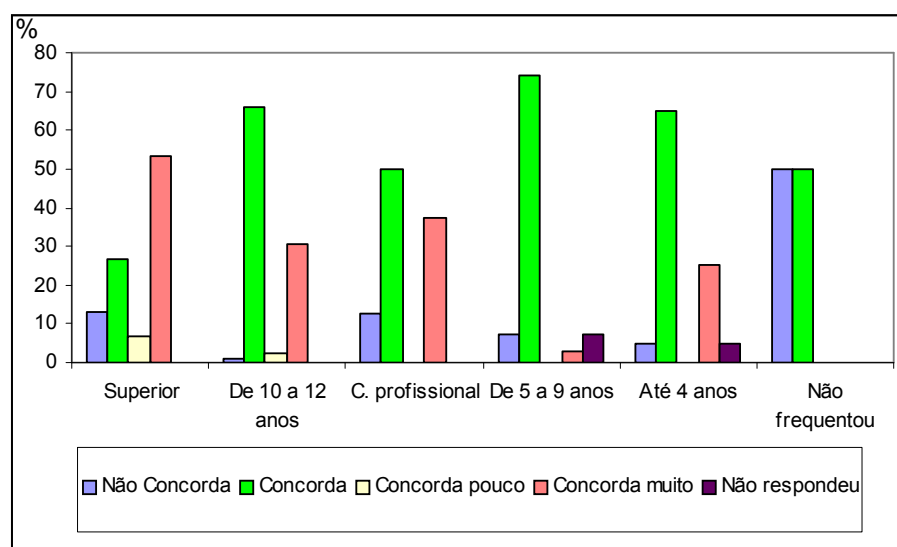


Figura 79 - Opinião dos inquiridos quanto à administração territorial.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

De acordo com a figura 79, os inquiridos que concordam com a prática dos governantes, juntamente com a comunidade, predominam nos níveis de escolaridade de 10 a 12 anos. No caso da alternativa, concorda muito, os inquiridos que possuem o nível superior se apresentam em primeiro lugar, com 53,3%, seguidos dos portadores de nível médio, com 37,5%. Esta relação reforça a importância do nível de escolaridade da população para o desenvolvimento territorial. As discussões sobre turismo e ambiente necessitam de intensa associação com este componente do espaço, visto que o acesso aos recursos importantes como informação, conhecimento, motivação e renda, dificilmente seria possível sem o acesso à educação.

Dos inquiridos na Praia de Mira, os níveis de escolaridade que se destacam são de 10 a 12 anos, 61,3%, de 5 a 9 anos, 14,5%, até 4 anos, 10,8% e os portadores de curso superior com 8,1%. A compreensão do espaço vivido pelos moradores das localidades onde o turismo impacta o ambiente tem papel importante nesta investigação. Há algum tempo que a análise espacial desprezava as experiências oriundas da comunidade como forma de enriquecimento das discussões ocorridas no território. A inclusão da população enquanto sujeito, possibilitando a partilha de experiências acumuladas ao longo dos anos nos territórios, apresenta fortes perspectivas para as trajectórias de desenvolvimento.

Diante das controvérsias encontradas no desenvolvimento territorial convém ressaltar que o desconforto, o inconformismo e a indignação perante o que existe suscitam impulso para teorizar a sua superação (SANTOS, 2002: 23). De acordo com o autor, há que construir uma teoria crítica para que ocorra a possibilidade de gerar alternativas sobre o conhecimento empírico. A partir da aproximação do quotidiano dos moradores, como forma de melhor reflectir sobre as teorias e as práticas encontradas na relação entre turismo e ambiente costeiro, verificou-se junto aos inquiridos de Mira, as representações e os valores que permeiam no seu imaginário, no tocante às instituições que exercem influência na região.

Durante a investigação foram identificadas as principais instituições que actuam directamente no concelho de Mira e foi reflectido sobre o nível de confiança dos inquiridos (figura 80).

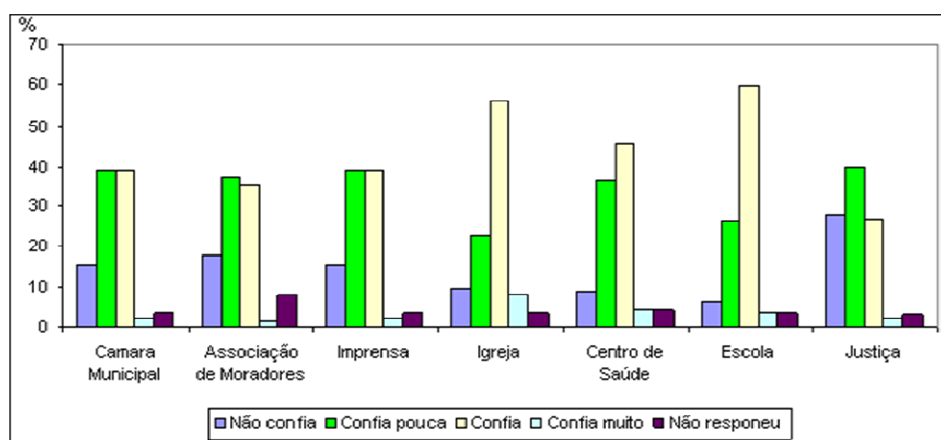


Figura 80 - Confiança dos inquiridos de Mira nas instituições

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 80 apresenta as instituições com maior grau de confiabilidade dos inquiridos. A Escola, a Igreja e o Centro de Saúde destacam-se com 59,7%, 55,9% e 45,7%, respectivamente. As incessantes modificações ocorridas no município ameaçaram valores culturalmente conquistados. A carência de emprego e de renda da população, a massificação das informações veiculadas na mídia sobre os conflitos políticos e as dificuldades de estruturação das instituições sociais são algumas das causas da perda de confiança por parte dos moradores.

No caso da Justiça, a situação foi apresentada com maior evidência, o que chegou a ser indicada como a de menor confiabilidade por parte dos inquiridos. Vale lembrar que os episódios nacionais envolvendo a Justiça, sobretudo no caso do “escândalo da Casa Pia”, certamente influenciou para a antipatia coletiva da sociedade com relação à justiça. As experiências advindas da comunidade são importantes, mas vale salientar o quanto um facto político pode influenciar nas respostas dos inquiridos. Após estas análises, considera-se importante discutir os principais impactos decorrentes da relação entre turismo e ambiente, no município de Mira.

5.3.7 Principais impactos ambientais

O processo de turistificação em ambientes costeiros envolve variados tipos de impactos, tais como físicos, bióticos, económicos, sociais e culturais, que estão relacionados com as especificidades encontradas em cada território. Entende-se que esses impactos ambientais não podem ser analisados em função de um simples facto ocorrido no espaço, e sim como resultado das mudanças sociais e ecológicas que estão em movimento (COELHO, op. cit., 25). O primeiro impacto ambiental a ser mencionado no território em que o turismo de praia, sol e mar está envolvido em Mira, tem a ver tanto com as acções oriundas da natureza quanto com as atitudes resultantes da intervenção humana.

As áreas cobertas pelos sedimentos instáveis que foram deixados com o processo de recuo do mar demandaram a sementeira dos pinhais pela maior parte da costa da Região Centro, no século XIII, por iniciativa do Rei D. Dinis. Esta intervenção humana foi bastante positiva por contribuir para a redução dos

transtornos causados pela movimentação das areias na linha de costa. Os pinhais foram cada vez mais expandidos pela costa dessa região. Actualmente, os pinhais desempenham vários papéis, pois servem como fonte de exploração da madeira, ajudam na fixação das dunas e funcionam como atractivos paisagísticos para a população e os visitantes que circulam em Praia de Mira (foto 23).



Foto 23 - Pinhais em Praia de Mira.

Fonte: Visita de estudos, 2005.

A foto 23 demonstra parte das consideradas extensões de pinhais à margem das estradas, onde durante os meses de alta estação (Julho, Agosto e Setembro) a população local e os visitantes aproveitam da sombra e da beleza desses vegetais para ocupar os tempos livres. As demandas oriundas do crescimento das actividades do turismo de praia, sol e mar, geram fortes contrastes na preservação desse recurso. Por um lado, há interesse da maioria das pessoas que visitam Mira em poder usufruir dessa paisagem. Por outro lado, ocorre o conflito com a especulação imobiliária através do aumento da demanda pelas construções de vários empreendimentos, tais como hotéis, camping, bares e restaurantes. A pressão humana sobre os pinhais exige maiores cuidados por

parte da população e dos poderes públicos para proteger este coberto vegetal do processo de degradação. O aumento do número de incêndios florestais constitui também sério desafio, na actualidade. Esta situação tem causado sérios impactos negativos ao ambiente costeiro, pois além de deixar a linha de costa mais susceptível ao avanço do mar, afeta a saúde da população e afasta os turistas.

A utilização dos pinhais enquanto um recurso de atracção turística, com os devidos cuidados, aumenta a perspectiva de desenvolvimento de um turismo ecológico. A implantação de projectos que insiram a população local, gerando consciência para a protecção desses recursos traz importantes perspectivas de desenvolvimento territorial. A Câmara Municipal de Mira elaborou um Plano de Desenvolvimento Sustentável para essas áreas (ALBURQUEQUE, 2004). A implantação de ciclovias e o incentivo às caminhadas por essas localidades, uma vez acompanhados de um projecto de educação ambiental, resultam em novas opções de lazer e turismo.

Na análise dos impactos ambientais encontrados na costa de Mira, há várias acções decorrentes de processos naturais e antrópicos. Constituem exemplos as movimentações das areias oceânicas e a formação da maior parte dos potenciais aquáticos encontrados em Mira, que tiveram causas espontâneas, assim como a recuperação do solo, para aproveitamento agrícola e o plantio de pinhais para a protecção da linha de costa, que resultaram das acções antrópicas. Vale lembrar que, as intervenções humanas ocorridas na costa de Mira, antes da década de 1950, trouxeram resultados positivos para a melhoria da qualidade ambiental, conforme mencionado anteriormente, o que não aconteceu com a inserção do turismo de massa.

Outra questão que se destaca na análise dos principais impactos decorrentes do turismo em Praia de Mira refere-se à maneira como as dunas foram ocupadas a partir da década de 1970. A sub-região da Gândara, onde o concelho de Mira está localizado, tem o predomínio dos sedimentos quaternários, o que contribui para a formação das dunas a partir da acção dos ventos. O concelho de Mira está situado entre os dois sistemas de dunas mais importantes da região, no caso Quiaios ao Sul e São Jacinto a Norte (CAMPAR, 1995). As dunas desempenham funções importantes no processo de preservação do ambiente costeiro. Ajudam, entre outras questões, a conter a erosão costeira e, conseqüentemente, alimentar a existência das praias. A partir do momento em

que as mesmas não são protegidas, o processo de degradação da linha de costa tende a aumentar. As areias são facilmente removidas pela ação eólica, o mar tende a avançar sobre o continente e a praia entra em processo de extinção. O bom estado de preservação das dunas depende de vários factores, entre os quais convém destacar o tempo de deposição das areias, a localização dos materiais depositados e o grau de intervenção das acções antrópicas.

A mudança do ritmo de ocupação e do uso do solo ocorrida em Praia de Mira, com as derrubadas dos palheiros e a implantação das construções de alvenarias, provocou sérios problemas ao ambiente costeiro. O aumento da demanda pelas construções de veraneio e a intensa cobiça para o desenvolvimento das actividades comerciais e de serviços, que atendiam ao crescimento do lazer e do turismo, trouxeram pouca preocupação com a preservação das dunas (foto 24).



Foto 24 - Acção erosiva em Praia de Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A foto 24 demonstra que os primeiros assentamentos das construções, em Praia de Mira, aconteceram nas áreas de forte instabilidade dos sedimentos, o que provocou o desequilíbrio da dinâmica costeira e resultou no aterramento das habitações pelas areias. A carência de legislação e a falta de consciência dos ocupantes contribuíram para a intensificação dos problemas ambientais. Os descuidos verificados após a década de 1970, num período em que os meios de comunicação estimulavam a todo o custo a prática do balneário marítimo, em detrimento do termalismo português, possibilitaram as ocupações em localidades inadequadas. A zona costeira deixa de ter uso restrito às actividades tradicionais como portuárias, militares e de pesca, por exemplo, para dar lugar ao crescimento das actividades relacionadas com o turismo de praia, sol e mar

No caso da costa da Região Centro, mais especificadamente do município de Mira, após a implantação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira - POOC, que teve origem no ano de 1998, algumas medidas foram adoptadas no propósito de reduzir os impactos negativos. Após os estudos que diagnosticaram a situação dessas áreas, foram realizadas acções como a sementeira de plantas herbáceas para retenção das areias e a construção de passarelas para isolar a passagem de carros e de peões sobre as dunas (foto 25).



Foto 25 - Protecção das dunas em Praia de Mira.

Fonte: Visita de campo, 2005.

A foto 25 evidencia o contraste entre as construções inadequadas, oriundas de épocas anteriores, e a implementação de novas atitudes visando à protecção das dunas. Na área isolada pelo projecto, nota-se a formação de um pequeno coberto vegetal que provoca vários efeitos positivos, tais como reduz a transposição das areias, evita o soterramento das construções, retém a quantidade de água existente no solo e reduz a erosão costeira. A implementação dessas iniciativas por parte do poder público, uma vez apoiada pela população autóctone e pelos visitantes, fortalece a recuperação das dunas e traz novas perspectivas de desenvolvimento territorial.

O outro impacto que merece atenção teve origem com a derrubada das habitações tradicionais, na década de 1950 (BRITO, op. cit.). Inicialmente, as residências dos pescadores, no caso os palheiros, foram alugadas para a população que passava férias em Praia de Mira. Posteriormente, este modelo de construção foi substituído pelos prédios que passaram a ser utilizados tanto como residências secundárias, em sua maioria, quanto para o funcionamento das actividades comerciais e de serviços. A partir dessas transformações, intensificou-se a pressão humana sobre o ambiente costeiro, com a construção dos imobiliários que servem de apoio ao desenvolvimento do turismo, a exemplo dos hotéis, pousadas, parques de campismo, bares e restaurantes.

As áreas que anteriormente se encontravam restritas às dunas, aos pinhais e aos palheiros foram intensamente ocupadas pelas novas construções, incrementando-se outro padrão urbanístico. O aumento do desejo de morar à beira mar, impulsionado pela sociedade de consumo, estimulou a especulação imobiliária e provocou sérias transformações no espaço estudado. Uma delas refere-se à mudança do local de moradia da maior parte das famílias de agricultores e de pescadores. Com a construção dos novos empreendimentos, poucos foram aqueles que conseguiram habitar nas proximidades da praia, cedendo espaço para a população portadora de maior poder aquisitivo.

A forma como a relação entre turismo e ambiente costeiro acontece no município de Mira exige novos desafios. As fases anteriores foram importantes para demonstrar os efeitos catastróficos que a ocupação e o uso do solo, sem os devidos cuidados, trouxeram para o desenvolvimento desse território. Nos últimos

anos, ocorre a convivência com as novas funcionalidades que estão evidenciadas no tipo de uso e ocupação do solo (figura 81).

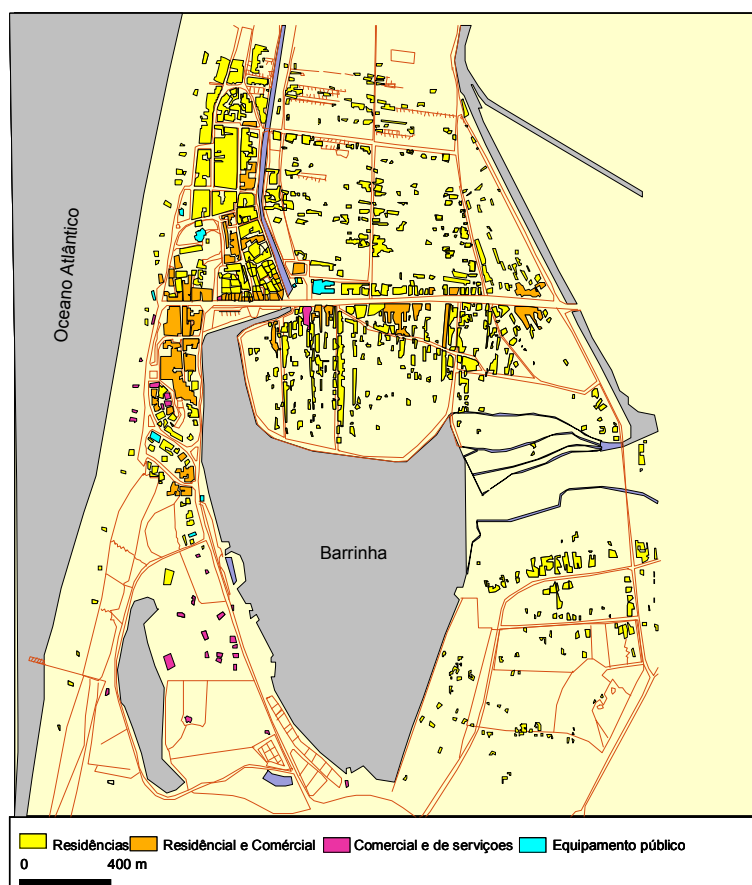


Figura 81 - Funcionalidades em Praia de Mira.

Fonte: Trabalho de campo, 2005

Com base na figura 81, que se refere às principais funcionalidades levantadas na Praia de Mira, observa-se a dimensão dos impactos decorrentes dos últimos anos. Até a década de 1950, o espaço analisado era predominantemente agrário, onde a presença dos palheiros era constante. Com o crescimento das actividades turísticas, Mira passou a desempenhar novas funções. As áreas por onde os pescadores habitavam encontram-se intensamente ocupadas pelas actividades terciárias. Nas principais avenidas da vila de Praia de Mira, onde o fluxo de visitantes é mais expressivo, a terciarização predomina.

No levantamento de campo realizado no período de Fevereiro a Junho de 2005, constatou-se que 80% dos prédios localizados em Praia de Mira possuem funções associadas às actividades comerciais e de serviços. A maioria das construções possui entre dois a três pavimentos e situa-se próximo a praia. Esse

tipo de uso e ocupação do solo está relacionado com o aumento da especulação imobiliária resultante da valorização do espaço em decorrência da urbanização pela via do turismo. Os construtores de imóveis optam em concentrar várias funções, sendo o comércio e os serviços, no piso inferior, e as residências, no piso superior, de modo a atrair mais investimentos e obter maiores lucros (SALGUEIRO, 1992).

Quanto à residência da população autóctone, principalmente aquela envolvida com a actividade da pesca e da agricultura, encontra-se cada vez mais obrigada ao afastamento dessas áreas, em decorrência das dificuldades de resistir à pressão dos especuladores imobiliários. Nas áreas situadas na zona periférica dos circuitos turísticos, encontram-se as residências da população de menor poder aquisitivo, fruto do processo de espoliação existente. De acordo com os depoimentos dos pescadores e agricultores, que conseguiram manter suas habitações nas proximidades da Barrinha, tem sido forte a pressão dos agentes imobiliários para que os mesmos sejam colocados em áreas cada vez mais distantes. A localidade de Videira do Sul, situada nas proximidades da praia de Mira, tem sido um exemplo das dificuldades encontradas pela população local para se manter no espaço adquirido. Existem comunidades que foram assentadas no ano de 1975, num projecto de reforma agrária, mas estão cada vez mais sendo pressionadas pelas demandas imobiliárias resultantes do processo de turistificação.

O crescimento de Praia de Mira tem sido intenso nas últimas décadas, principalmente em decorrência das actividades turísticas. Há aumento da pressão que advém do centro das áreas mais cobiçadas, em termos de especulação imobiliária, e avança em direcção à periferia, inserindo novas áreas urbanas. As dificuldades crescentes, em função da incorporação de novas áreas ao turismo, tendem a obrigar a população de menor poder aquisitivo, principalmente, a apostar no fluxo de visitantes que se concentra um mês por ano. Isso ocorre, entre outros factores, devido ao declínio das actividades de agricultura e da pesca que sempre geraram o sustento da maioria da população. Esta perspectiva acaba por ser ilusória, pois a população de menor poder aquisitivo não consegue se inserir nas actividades turísticas e fica frustrada, na maioria das vezes. Esta situação que aparentemente não é externada acaba por ser melhor observada

quando ocorre a aproximação com o quotidiano dos moradores de Praia de Mira, conforme relato das experiências de uma inquirida:

“Trabalhei desde os 14 anos de idade numa fábrica neste concelho. Por volta de cinco anos atrás a mesma fechou e eu já com mais de 60 anos não tive direito à minha reforma, visto que alegaram ter perdido toda a documentação dos funcionários, em virtude de um incêndio ocorrido na fábrica. A minha família sempre esteve ligada à pesca e à agricultura. Durante o Inverno saía para o cultivo do milho e da batata e no Verão voltava para buscar o peixe. Hoje, os mais novos não estão a aguentar esta actividade, ficam sem emprego ou acabam a emigrar por este mundo a fora. No meu caso, fico aqui com 69 anos de idade, a alugar bicicletas no Verão e a esperar ver se consigo a minha reforma” (Entrevistada em Praia de Mira, em agosto de 2005).

O aumento da pressão humana na vila de Praia de Mira, nos meses de alta estação, traz pontos antagónicos para o entendimento territorial. Por um lado, a inserção do turismo de praia, sol e mar trouxe a perspectiva de aumento da renda de boa parte da população, que após assistir ao declínio das actividades de agricultura e da pesca, nos meados do século XX, apostou no sucesso da nova actividade. Por outro lado, assiste-se a uma forte ameaça aos ecossistemas costeiros e às condições de vida da população autóctone.

Vale salientar que as dificuldades encontradas pela população de menor poder aquisitivo, na Praia de Mira, não foge à regra da Região da Gândara como um todo, a qual retrata a história de mobilidade populacional. Desde a chegada dos primeiros habitantes, no século XVIII, que houve constantes movimentos, tanto de abrangência regional quanto nacional e internacional. No ano de 1957, por exemplo, existiam 36 famílias habitando em péssimas condições de saúde (RIBEIRO, 1960:14). Diante disso, reafirma-se a necessidade de associar turismo e ambiente costeiro com as condições de desenvolvimento do território (UMBELINO, op. cit.).

Além das actividades de aluguer de bicicleta, conforme relato das experiências da inquirida, tem sido comum, no período de alta estação, a prática de arrendar imóvel. A maioria dos habitantes de Mira que conseguiu manter a habitação nas proximidades da praia faz uma migração temporária para a casa de

parentes, de modo a poder acessar algum rendimento pela via do turismo. O modelo de crescimento do turismo, na Praia de Mira, causou forte impacto a este ambiente. A ideia de que os recursos ambientais eram inesgotáveis, a carência de legislação ambiental e a crescente demanda da nova sociedade de consumo pelas áreas próximas da praia motivaram a aglomeração urbana sem as devidas preocupações.

Foram erguidas inúmeras construções nas proximidades da linha de costa, nas áreas de dunas mais antigas, entre a Praia de Mira e a Barrinha. Os imóveis foram assentados sem obediência às leis naturais desses ecossistemas, impedindo a circulação normal das brisas oceânicas e dificultando a circulação das águas oriundas das dunas que servem como fonte de alimentação dos lençóis e canais aquáticos. Um dos impactos que merecem destaque refere-se à degradação existente nos principais canais que passam pela localidade de Praia de Mira. Os mesmos têm sofrido sérios prejuízos em decorrência, principalmente do processo do aumento da pressão humana, o que provoca poluição e o assoreamento, tendo entre outras consequências a considerável diminuição do volume de água, sobretudo nos meses mais quentes, no caso Julho, Agosto e Setembro (Foto 26).



Foto 26 - Degradação ambiental do potencial aquático.

Fonte: Visita de campo, 2004.

As consequências desse modelo de ocupação ocorrido em Praia de Mira têm sido ampliadas com a descida do nível de água dos canais. Os gastos, por parte do poder público, têm aumentado com a utilização do processo de bombeamento para tentar restabelecer o equilíbrio desses espaços aquáticos, de tamanha importância, tanto para a população local quanto para os visitantes. À medida que diminui o volume de água aumentam os impactos negativos, tais como excesso de matéria orgânica dos canais, o que provoca a diminuição do oxigênio e o consequente aumento das bactérias anaeróbicas, resultando na mortandade dos organismos aquáticos, além da exalação de fortes odores, causando impactos negativos tanto para a população quanto para os visitantes.

O contacto com os inquiridos de Mira foi importante para o entendimento dos impactos ambientais encontrados nesse município. Ao serem indagados sobre os principais poluentes, os inquiridos relataram que o lixo se apresentou em primeiro lugar com 28,5%, seguido da prática incorrecta das actividades agrícolas, com 14%. Este facto nos chamou a atenção porque numa área bastante urbanizada não se percebia, à primeira vista, lixo exposto, nem tampouco os problemas decorrentes das actividades agrícolas. Ao aumentar o número de visitas e aprofundar o diálogo com os inquiridos, encontrou-se a explicação para esta realidade.

A outra questão identificada como agente poluidor dos canais aquíferos de Mira está relacionada ao desenvolvimento das actividades agrícolas. De acordo com a tradição desse município, estas não acabaram por inteiro, mesmo nas localidades de intenso processo de urbanização, a exemplo de Praia de Mira. É comum a existência de trabalhadores que dividem o tempo de pesca com esta actividade no propósito de complementar a renda da família. Em função disso, os inquiridos afirmaram haver a utilização de defensivos agrícolas nas proximidades dos espaços aquáticos, o que contribui para afectar a qualidade ambiental.

No propósito de identificar os principais impactos decorrentes da relação entre turismo e ambiente, foi estabelecido o diálogo com os inquiridos para se perceber o nível da mudança no exercício das actividades profissionais, durante os meses de maior fluxo turístico. A investigação constatou que 24% dos inquiridos afirmaram exercer actividades diferentes daquelas ocorridas no quotidiano. Arrendar imóvel e alugar gaiotas e bicicletas foram as práticas mais

usuais nesse período. Em função disso, a população inquirida foi indagada no tocante à situação dos rendimentos financeiros durante o período de alta estação (figura 82).

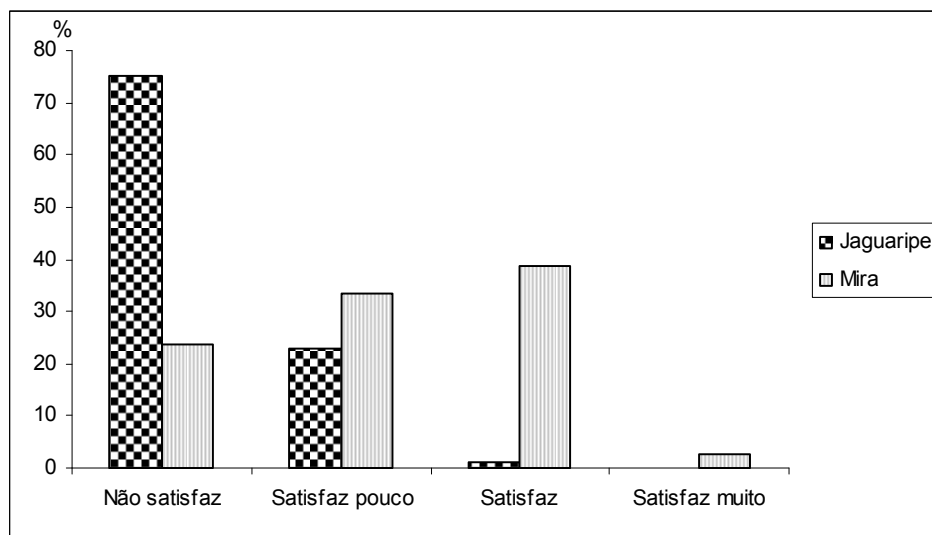


Figura 82 - Rendimento dos inquiridos no período de alta estação.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Com base na figura 82, constata-se que há impactos positivos consideráveis decorrentes do turismo, pois 25% dos inquiridos declararam ver sua renda aumentar durante o período de maior influência dos visitantes. Esta é uma questão importante no tocante à análise do turismo. Isso comprova que esta actividade pode gerar melhores trajetórias de desenvolvimento territorial, desde que haja um trabalho mais orientado para essa questão. Além do facto de facilitar a interacção entre os povos, contribuindo para a quebra das barreiras culturais, o turismo também pode deixar outros resultados importantes. Daí a necessidade do desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar, com atenção para os componentes físicos e bióticos e os diferentes segmentos da sociedade.

Em síntese, o crescimento das actividades turísticas no município de Mira funciona como uma das principais perspectivas de desenvolvimento para os habitantes desta localidade. A presença de uma praia exuberante com vasta extensão de areia localizada na Vila de Mira constitui o principal centro de atracção turística. A qualidade da água apropriada para o balneário, com a indicação de bandeira azul, de acordo com as normas da União Europeia, motiva o roteiro dos visitantes, no período da alta estação. Além desse recurso o

município possui dunas, lagoa, pinhais e a barrinha que complementam a opção dos visitantes.

A costa de Mira passou por intensas transformações. A retirada dos palheiros e a verticalização das construções, com a implantação das actividades de comércio e de serviços destacam-se entre as principais. O andamento da investigação constatou que o sonho da população em ver o desenvolvimento territorial pela via do turismo ainda está longe de ser concretizado. O crescimento das novas actividades gerou impactos positivos, tais como a aproximação entre povos de diferentes culturas e a implantação de alguns equipamentos de apoio ao turismo que acabam por servir a população, a exemplo do melhoramento das vias de acesso, da ampliação da rede de comunicação e do incentivo às manifestações culturais. Entretanto, a carência de produtos turísticos que possam reduzir a força da sazonalidade, de modo a evitar a concentração dos visitantes nos meses de alta estação, e o afastamento da população local das acções municipais funcionam como os principais impactos negativos na relação entre turismo e ambiente no município de Mira.

Diante do exposto, verifica-se que o crescimento das visitas tanto no município de Jaguaripe quanto de Mira provoca alterações físicas, económicas e culturais que variam de acordo as especificidades de cada localidade. Daí o facto de chegar a altura de proceder à análise comparativa entre os dois municípios situados em continentes distintos e em pontos opostos do Oceano Atlântico de modo a identificar as principais diferenças e similitudes decorrentes dos impactos relacionados com as actividades turísticas.

Capítulo VI

Análise comparativa: Jaguaripe e Mira

6.1 Diferenças e similitudes

No decorrer deste trabalho foi analisada a relação entre turismo e ambiente, com ênfase para as especificidades existentes em cada município. Este procedimento gerou o suporte necessário à análise comparativa das duas realidades, de modo a poder reflectir sobre as principais diferenças e similitudes encontradas. Na relação entre turismo e ambiente costeiro nos dois lados do Atlântico, nomeadamente nos municípios de Jaguaripe e de Mira, constatou-se ampla complexidade no processo de identificação das diferenças e similitudes. Há circunstâncias em que os lugares adquirem singularidades e produzem diferenças relacionadas com os componentes físicos, bióticos e culturais existentes em cada ambiente. Há laços identitários que são produzidos em cada espaço, contribuindo para reforçar as peculiaridades encontradas em cada lugar (TUAN, op. cit; CLAVAL, op. cit. e CARLOS, op. cit). Por outro lado, ocorrem situações em que os lugares adquirem semelhanças resultantes das conexões que se integram às diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional, provocando fragmentações e uniões no conjunto da totalidade espacial (SANTOS, op. cit.).

De modo a evitar maiores subjectividades, estas reflexões estão baseadas nos autores mencionados durante a investigação e nos dados colectados durante o trabalho de campo. Diante disso, optou-se por organizar esta discussão em três tópicos principais, no caso diferenças, similitudes e síntese da relação entre turismo e ambiente costeiro ocorrida nos municípios de Jaguaripe e de Mira.

6. 1.1 Principais diferenças

Na análise das principais diferenças, convém lembrar que todos os lugares tendem a apresentar características físicas, bióticas e culturais próprias, pois nenhum território é igual ao outro. O que acontece em alguns casos é uma semelhança na forma como determinadas actividades estão inseridas e/ou estruturadas, o que não impede que os seus efeitos sejam diferenciados. Há casos em que tanto as diferenças quanto as similitudes são aparentes, mas existem situações em que as mesmas se apresentam mais camufladas.

Na análise comparativa entre turismo e ambiente na costa de Jaguaripe e de Mira, houve a constatação de que as questões morfológicas, climáticas e paisagísticas apresentam diferenças mais nítidas. No caso do município de Jaguaripe, portadora de um clima tropical, destaca-se a existência de uma linha de costa predominantemente composta por materiais argilosos, com vários estuários, cobertos pela vegetação de mangues e intercalados por alguns trechos de areias, onde são formadas as principais praias, que passaram a ser intensamente visitadas pelos turistas, após a década de 1990. As dunas praticamente inexistem, em decorrência das características mencionadas acima, típicas de uma região de clima tropical, propício à formação dos manguezais. Vale frisar que, nessa área as perturbações oriundas dos fenômenos físicos como terremotos, vulcões e tsunamis não existem. As maiores movimentações ambientais identificadas no município de Jaguaripe são provenientes das interferências antrópicas, contribuindo assim para a maior parte dos impactos encontrados na relação entre turismo e ambiente costeiro.

No tocante à costa de Mira, na Região Centro de Portugal, as condições ambientais são bastante diferenciadas. Do ponto de vista físico, numa área de clima mediterrâneo, existe o predomínio de sedimentos pouco consolidados com maior vulnerabilidade à produção de vários impactos. O mar funciona como potencial consumidor das partículas finas, compostas por areias, em sua maioria, que são arrastadas do continente pelos rios que se encontram na parte Norte, a exemplo do Vouga e do Douro, e que depois são devolvidos através da deriva litoral que funciona de Norte para Sul, em decorrência da ondulação predominante de Noroeste, característica deste sector da costa portuguesa. Os efeitos da deriva litoral provocam constante movimentações das partículas de areia depositadas na zona de contacto terra/mar formando praias bastante extensas e contribuindo para o intenso processo de formação das dunas. O facto da costa de Mira não possuir a presença de acidentes geográficos como ilhas, baías e penínsulas facilita a acção dos ventos. Consequentemente, impulsiona a velocidade das ondas e gera maior quantidade de energia, o que contribui para o aumento da erosão costeira. A costa de Mira, por estar influenciada pelo clima mediterrâneo, apresenta verão calmo, do ponto de vista da proteção marítima, mas o inverno é muito chuvoso, com a existência de temporais que podem

exercer pressão sobre as áreas litorais (RIBEIRO, op. cit.; DAVEAU, op. cit.; LUUTENSACH, op. cit.).

Os movimentos de avanço e recuo da linha de costa, ocorridos, sobretudo durante o Quaternário, provocaram fortes instabilidades nesta porção do território português. Neste caso, convém lembrar o enorme esforço realizado, em termos de horas de trabalho humano, para conter o aumento do nível do mar e a consequente redução da linha de costa (BRITO, op. cit.). A porção litoral localizada entre Espinho e Figueira da Foz, onde está situado o município de Mira, compreende um dos trechos de maior movimentação dos sedimentos arenosos da costa portuguesa, decorrentes do intenso trabalho de acção dos ventos, onde a presença das dunas é marcante.

A outra diferença a qual optamos em destacar, na comparação da costa de Jaguaripe com a costa de Mira, refere-se ao tipo da cobertura vegetal encontrado nas duas realidades. Enquanto no município de Jaguaripe ocorre o predomínio da vegetação natural, com a presença dos mangues, conforme discutido no capítulo V, no município de Mira acontece o inverso. A vegetação natural praticamente não existe, em decorrência do nível de instabilidade encontrado nessa área. A maior parte do coberto vegetal é composta pelos pinhais resultantes da interferência humana que vem desde o reinado de Dom Dinis, século XIII, até alcançar os investimentos realizados pelos madeireiros nos dias actuais.

Devido à importância das vias de transporte, principalmente rodoviárias, para o desenvolvimento do turismo de praia, sol e mar, na costa dos dois municípios, optou-se por comparar as duas realidades. Ao serem analisadas as principais vias de acesso existentes nos municípios de Jaguaripe e de Mira, algumas diferenças foram evidenciadas. No caso de Jaguaripe, onde a inserção do turismo se apresenta de maneira mais incipiente, as estruturas básicas para o desenvolvimento dessa actividade ainda não foram montadas e as vias de acesso constituem problemas maiores para moradores e visitantes (figura 83).

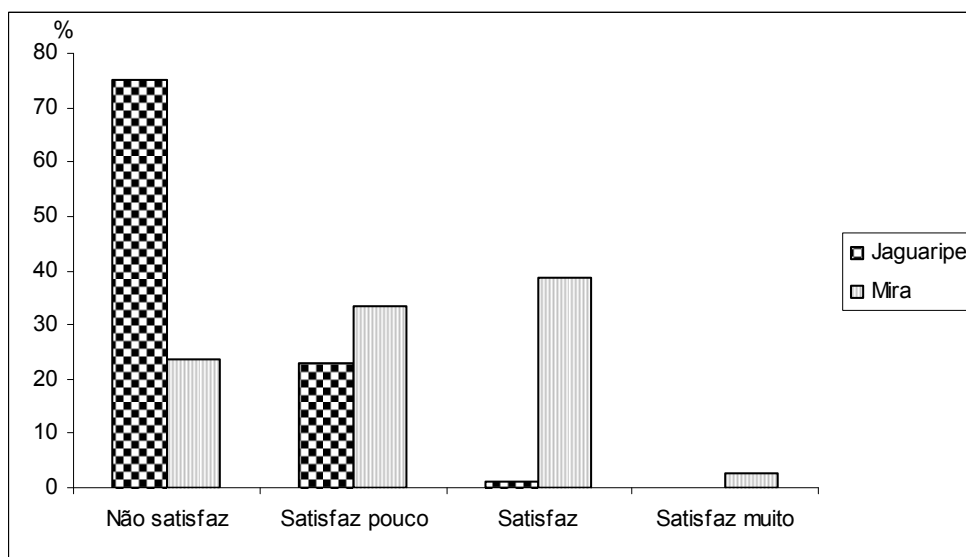


Figura 83 - Satisfação dos inquiridos quanto às vias de acesso.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 83 evidencia que o nível de insatisfação em relação às vias de acesso no município de Jaguaripe foi de 75%, bem maior do que no município de Mira que foi apenas de 23,7%. Devido ao facto do turismo de Jaguaripe ser considerado tardio, em relação ao de Mira, constatou-se que as vias de acesso estão menos consolidadas e apresentam falhas significativas, o que leva a população a reivindicar melhorias. A ligação da cidade de Jaguaripe à Praia dos Garcez, principal área de balneário, somente acontece pela BA 001, que liga Nazaré a Valença. Esta situação concorre para inibir o acesso tanto dos moradores como dos visitantes à principal área de balneário marítimo. Há carência de vias de acesso que possam interligar a linha de costa à cidade de Jaguaripe. Para isso, carece de um estudo mais específico, visto que não compete aqui desenvolver sobre esta questão.

No caso de Mira, as vias de acesso existentes pertencem a uma rede mais consolidada. A maioria dos percursos é realizado pelas estradas nacionais que se encontram asfaltadas e conectadas tanto para o Norte, em direcção à Aveiro, quanto para o Sul, em direcção à Coimbra. Em função disso, a população local não mencionou esta situação como um dos principais problemas. Entretanto, o enorme fluxo de veículos que se deslocam em direcção à Praia de Mira, na época de alta estação e, principalmente, nos finais de semana, provoca sérios

transtornos nesse território. O trecho compreendido entre a Vila de Mira e Praia de Mira, que nos dias normais não ultrapassam os 10 minutos de deslocação, chega a alcançar mais de uma hora, nos dias de maiores visitas. O intenso fluxo de pessoas e de veículos em direcção à Praia de Mira, no período mencionado, provoca sérias dificuldades para estacionamento nas proximidades da praia. Vale lembrar que, esta questão constitui um dos principais impactos negativos decorrentes do turismo na Praia de Mira, embora não tenha sido lembrada pelos inquiridos, visto que estes transtornos atingem mais directamente os visitantes.

Na análise comparativa entre Jaguaripe e Mira existem diferenças que estão directamente relacionadas com o quotidiano dos habitantes. Os dados empíricos, colectados directamente no campo, fornecem algumas evidências. No primeiro momento, foi importante comparar as respostas dos inquiridos no tocante à concepção de ambiente tanto em Jaguaripe quanto em Mira (figura 84).

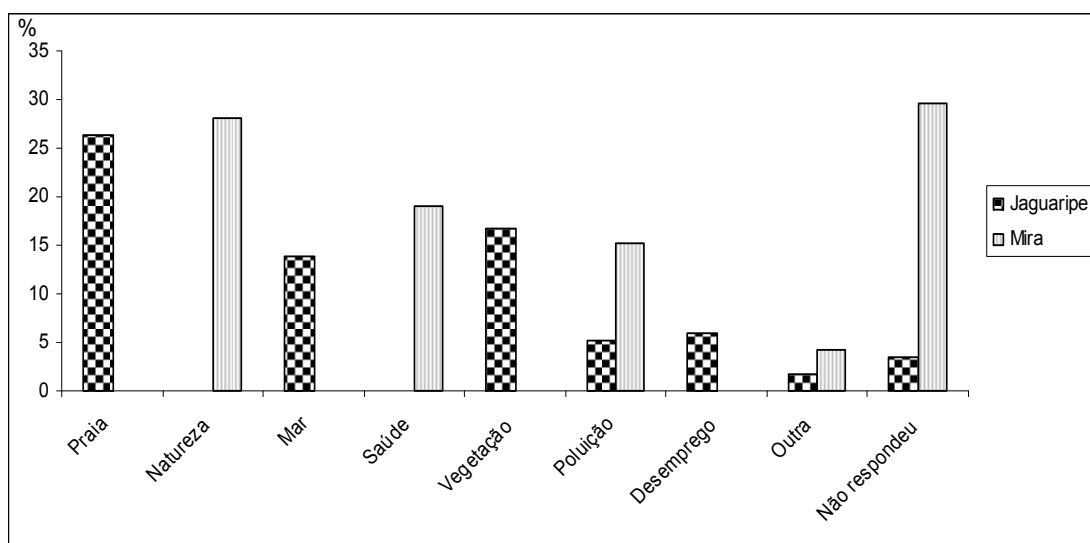


Figura 84 - Palavras associadas ao ambiente.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 84 evidencia que os inquiridos de Jaguaripe e de Mira percebem o ambiente de maneira diferente, pois cada um está associado às palavras que estão directamente relacionadas com as concepções da vida quotidiana. No caso de Jaguaripe, a praia, o mar, a vegetação e o desemprego foram os termos mais destacados. Enquanto isso, os inquiridos de Mira apontaram a natureza, a saúde

e a poluição como os mais importantes. Verifica-se que tanto numa realidade quanto na outra, vários termos foram associados ao ambiente, mas ambos relacionados com as interações físicas, bióticas e culturais. Em virtude das transformações ocorridas nos últimos anos, onde a problemática ambiental exerce papel relevante, novos factores sociais são inseridos no conjunto das principais discussões, a exemplo do desemprego.

Na análise das diferenças encontradas na maneira como os espaços de Jaguaripe e de Mira estão estruturados para o desenvolvimento do turismo, houve a reflexão sobre os níveis de escolaridade dos inquiridos (figura 85).

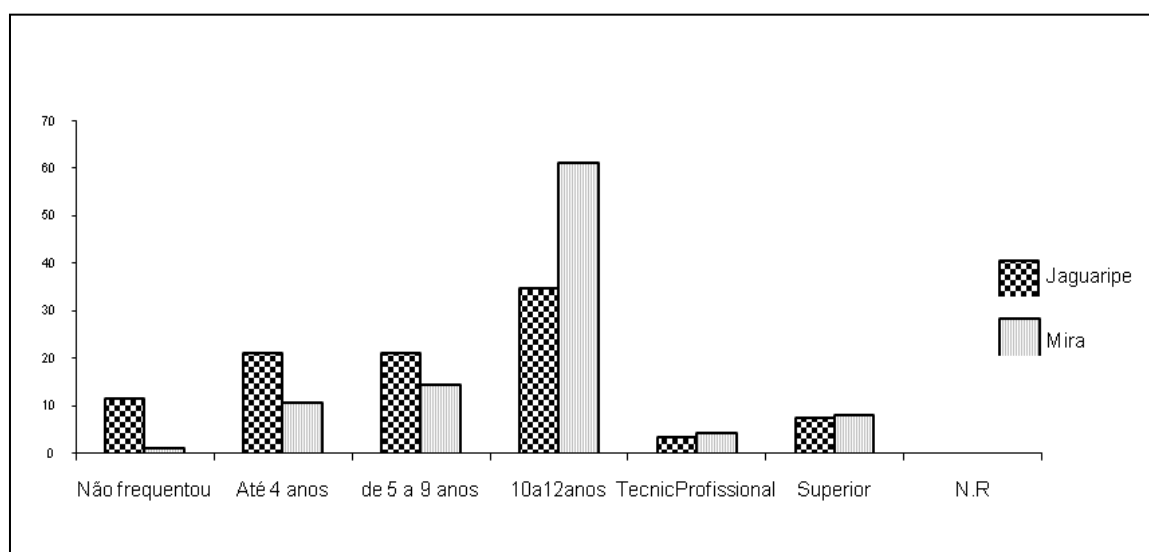


Figura 85 - Escolaridade dos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 85 demonstra que no município de Jaguaripe existem 55% dos inquiridos com escolaridade inferior a 9 anos. Enquanto isso, no concelho de Mira, apenas 37% se apresentam nesta faixa. Após a análise dos indicadores relacionados com a escolaridade dos inquiridos, foram seleccionadas outras variáveis consideradas importantes. O destino dos resíduos domésticos tem papel significativo para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No caso dos territórios inseridos na prática do turismo de praia, sol e mar, a sua relevância aumenta. Isso porque os ambientes costeiros são dotados de imensa fragilidade devido às instabilidades dos sedimentos. Em função disso, houve a comparação entre o destino dos esgotos domésticos de Jaguaripe e de Mira. O trabalho de investigação constatou que o quantitativo de inquiridos de Jaguaripe e de Mira

que declararam depositar os resíduos na rede pública se apresentou de forma bem diferente. Enquanto em Jaguaripe 12% dos inquiridos declararam depositar os esgotos numa rede pública, no município de Mira houve um percentual de 45% (figura 86).

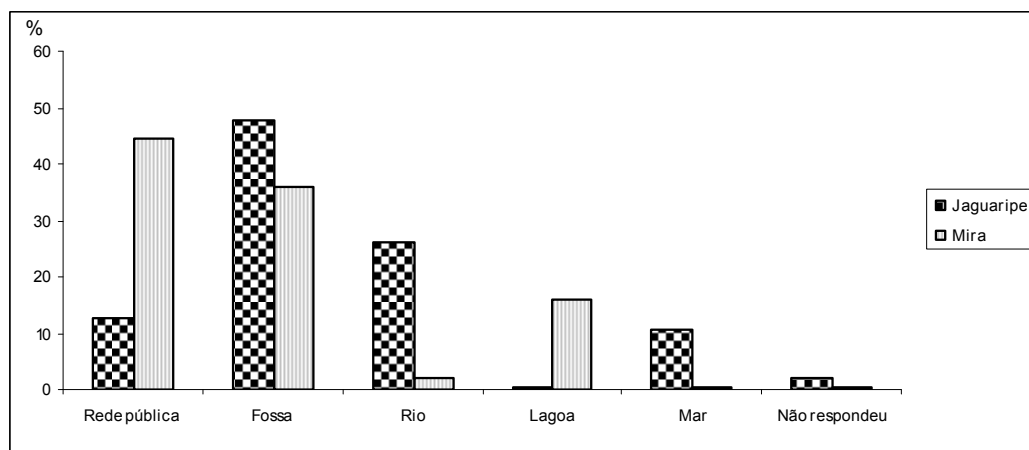


Figura 86 - Esgotamento sanitário.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

O lançamento em fossa acaba por ser predominante nos dois municípios, 47% e 36%, respectivamente. Tanto em Jaguaripe quanto em Mira os inquiridos revelaram lançar esgotos nos espaços aquáticos, tais como rios e lagos, causando prejuízo à qualidade ambiental e, conseqüentemente, ao turismo. Porém, os percentuais são diferenciados, pois no município de jaguaripe 26% dos inquiridos lançam resíduos nessas áreas, enquanto que em Mira somente 16% utilizam deste procedimento. Este tipo de problema ainda persiste nas sociedades contemporâneas, principalmente nos países periféricos e semiperiféricos. Assim, em ambos os casos esta situação carece de maiores cuidados, pois o desenvolvimento do turismo não pode estar dissociado do territorial (UMBELINO, op.cit.). Em decorrência da importância de analisar o relacionamento da população com o território, foi procedida a comparação entre o nível de frequência dos inquiridos nos principais espaços percorridos (figura 87).

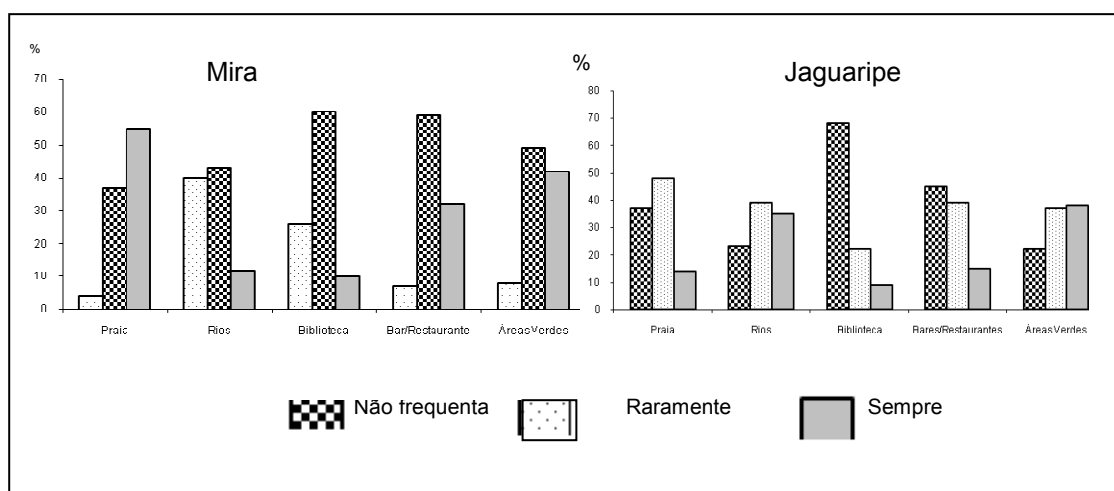


Figura 87 - Principais espaços frequentados pelos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 87 demonstra que há diferenças significativas nos hábitos dos inquiridos de Jaguaripe e de Mira. No município de Jaguaripe, os espaços mais frequentados são os rios e as áreas verdes. Esta situação está relacionada com os locais de pesca e de mariscagem, principais meios de sustentação desses habitantes. Outro facto revelador, neste município, refere-se ao alto índice de pessoas que não frequentam a biblioteca municipal, 70% dos inquiridos. Este indicativo retrata a realidade não somente de Jaguaripe como também da maioria das cidades da região. Há sempre baixo nível de frequência nas bibliotecas públicas, principalmente pela carência de estrutura das mesmas que não atraem os leitores.

No concelho de Mira, é a praia que apresenta a maior preferência dos inquiridos, 37%. Esta situação ajuda a evidenciar algumas diferenças na maneira como Jaguaripe e Mira se encontram estruturados para relação entre turismo e ambiente. Vale lembrar que, tanto numa realidade como na outra, a população local sempre esteve mais próxima dos rios e das áreas verdes do que da praia. À medida que o turismo de praia, sol e mar avança por estes municípios, começa a haver uma maior procura da população pelas áreas de praias.

O facto do município de Mira se inserir mais cedo nas actividades turísticas, conforme já referido, evidencia a diferença de comportamento da população local. Enquanto isso, Jaguaripe se encontra mais relacionado com os

modos de vida voltados para as tradições locais. Esta situação tende a se modificar com o crescimento do turismo, em decorrência da facilidade desta actividade em terciarizar os diferentes espaços e em modificar as condições de vida (SALGUEIRO, op. cit. e CAVACO, op.cit.).

A outra diferença identificada na relação entre turismo e ambiente nos municípios de Mira e Jaguaripe refere-se ao estágio de transformação encontrado nos dois territórios. No município de Jaguaripe, o número de equipamentos de apoio ao turismo, tais como bares, restaurantes e hotéis não ultrapassa duas dezenas. O facto do turismo ter se inserido num período mais recente não conseguiu transformar significativamente as estruturas tradicionais do município. Enquanto isso, o município de Mira possui cerca de uma centena de equipamentos envolvendo hotéis, pousadas, bares e restaurantes, o que foi interessante ouvir as opiniões dos inquiridos (figura 88).

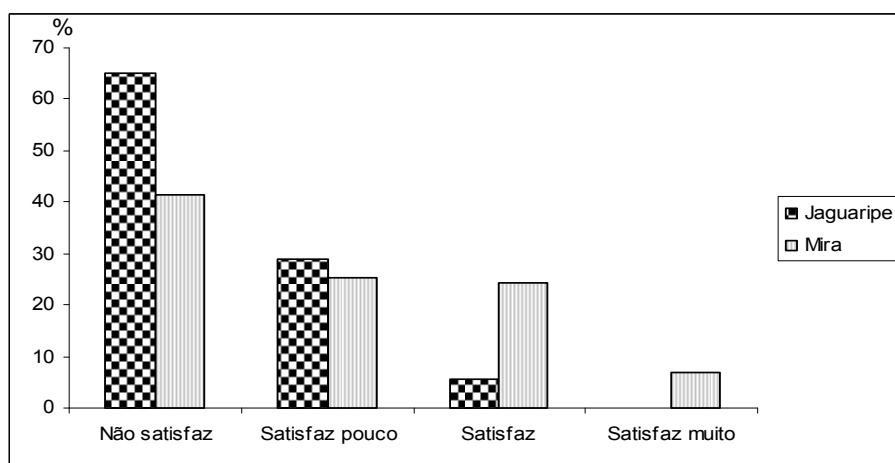


Figura 88 - Opinião dos inquiridos quanto ao número de hotéis, bares e restaurantes

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Na análise dos inquéritos sobre os equipamentos de apoio ao turismo instalados nos dois municípios, há diferenças nas duas realidades. Enquanto com os inquiridos de Jaguaripe não houve registo de satisfaz e satisfaz muito, no caso de Mira a figura 88 demonstra um percentual de 30% nesta direcção. Houve caso de inquiridos que chegaram a sugerir a redução do número de equipamentos, nomeadamente de bares e restaurantes. A argumentação maior foi que para os jovens falta opção de cultura e lazer e assim sendo, os mesmos acabam por

frequentar esses ambientes. Isso evidencia a diferença no estágio de transformação dos dois municípios.

A outra diferença encontrada na relação entre turismo e ambiente em Jaguaripe e em Mira foi evidenciada no tipo de ocupação dos inquiridos (figura 89).

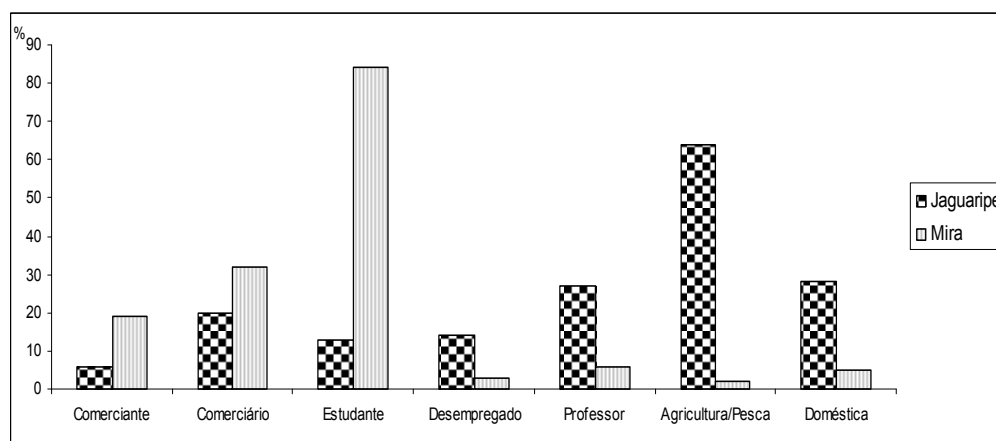


Figura 89 - Ocupação dos inquiridos

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 89 ilustra que as ocupações relacionadas com as actividades primárias, principalmente agricultura e pesca, são mais significativas em Jaguaripe do que em Mira. No município de Jaguaripe existe o predomínio das actividades primárias, principalmente da pesca e da mariscagem. No caso de Mira, a maior parte da população desenvolve actividades relacionadas com o sector terciário da economia, tais como comércio e serviços. Diante da análise sobre turismo e ambiente costeiro nos dois municípios, entende-se que os espaços tendem a apresentar diferenças, mesmo que sejam pouco percebidas. Entretanto, no conjunto das especificidades encontradas por cada território, organizado sob a égide do capital, a forma como as transformações são impostas acaba por produzir algumas semelhanças que merecem ser analisadas.

6.1.2 Principais similitudes

Na análise das principais similitudes encontradas nos municípios de Jaguaripe e de Mira, as intervenções humanas se apresentam de maneira mais intensa do que os componentes ambientais de natureza física e biótica. O crescimento das actividades turísticas nos dois municípios provocou semelhanças que podem ser melhor evidenciadas a partir das opiniões dos inquiridos (figura 90).

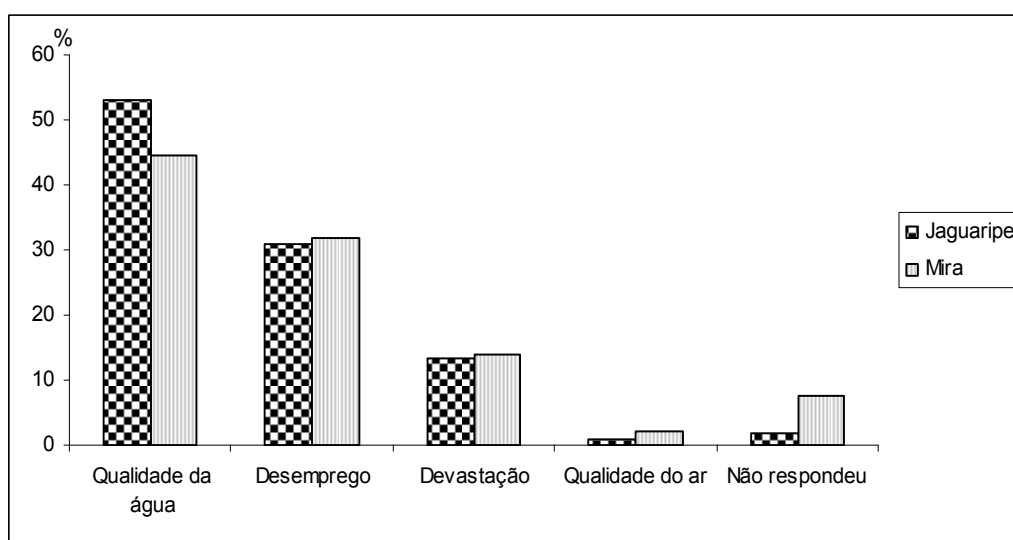


Figura 90 - Principais preocupações ambientais dos inquiridos.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 90 demonstra que a qualidade da água e o desemprego se destacam como as principais preocupações ambientais levantadas pelos inquiridos tanto de Jaguaripe quanto de Mira. As similitudes apresentadas na figura acima não acontecem por acaso, visto que as preocupações ambientais encontradas tanto num município quanto no outro estão na ordem do dia da maioria dos territórios, principalmente dos países periféricos e semiperiféricos. Os habitantes das localidades estudadas, principalmente em decorrência da falta de perspectiva de emprego e de renda, decorrentes do declínio das actividades tradicionais de agricultura e da pesca, vêem o turismo como uma das principais fontes de renda.

Na concepção dos inquiridos, a inserção do turismo se apresenta como importante perspectiva de melhoria para as condições de vida (figura 91).

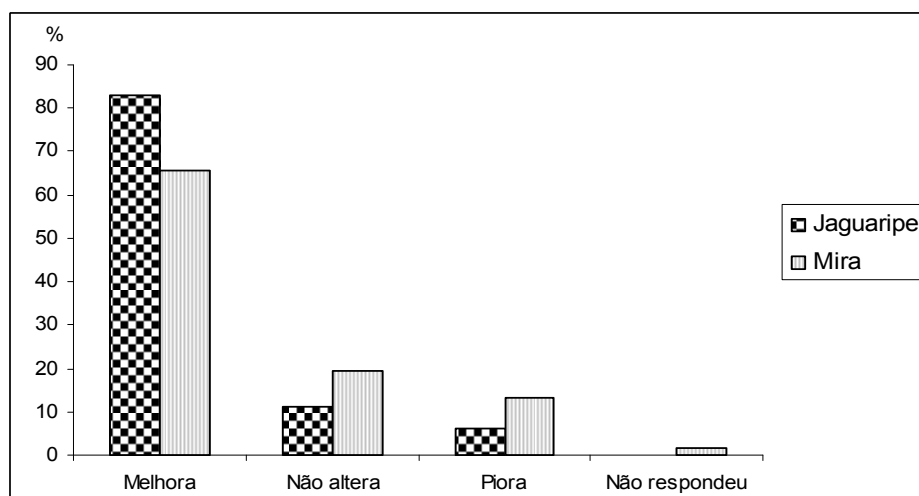


Figura 91 - Bem-estar dos inquiridos com a inserção do turismo.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 91 evidencia o quanto os inquiridos de Jaguaripe e de Mira acreditam no desenvolvimento do turismo. Ao serem indagados sobre o bem-estar da população com a inserção da nova actividade, a maioria afirmou que melhora. Foram poucos os inquiridos que admitiram o contrário. Esta simpatia pelo crescimento da nova actividade nos dois territórios caminha na direcção da hipótese levantada no início do trabalho de que há uma tendência actualmente dos diferentes territórios em acreditar no desenvolvimento do turismo enquanto melhoria das condições de vida. Isso não significa dizer que sempre haverá melhorias, pois depende da maneira como cada espaço está estruturado para a relação entre turismo e ambiente (HOLDEN, op. cit.). O aumento da expectativa de melhoria das condições de vida, nos territórios de tradição piscatória, acontece, principalmente em decorrência da redução da capacidade de produção e, conseqüentemente, da crescente dificuldade de geração de emprego e de renda.

Na análise comparativa entre a forma como a relação turismo e ambiente se processa nos dois municípios, ficou constatado que nem sempre as interferências humanas apresentam similitudes significativas. A investigação constatou a existência de similitudes no tipo dos problemas identificados, porém com diferenças na sua amplitude. A maneira como o destino do lixo está sendo

processado, a poluição dos recursos naturais, a concentração de visitantes em espaços pequenos e a ausência da comunidade nas decisões locais destacam-se entre elas. No levantamento dos principais problemas encontrados tanto em Jaguaripe quanto em Mira, o saneamento merece destaque (figura 92).

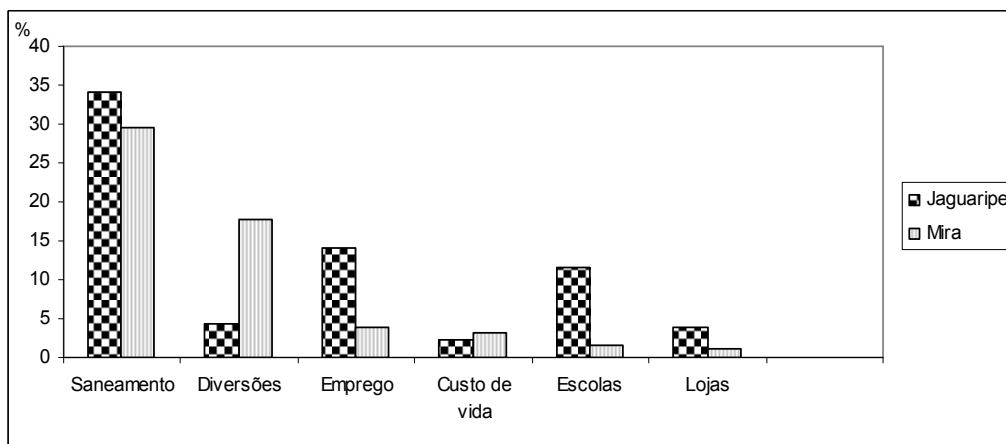


Figura 92 - Opinião os inquiridos quanto aos principais problemas.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A carência de diversões, emprego e de melhores escolas foi apontada pelos dois municípios, porém com índices bastante diferenciados. Enquanto a escola significava 12% da vontade dos inquiridos de Jaguaripe, em Mira esta mesma variável significou apenas 2%. Outro problema que muito influencia na qualidade da relação entre turismo e ambiente se refere aos principais poluentes (quadro 13).

Principais poluentes	Percentuais	
	Jaguaripe	Mira
Lixo	34	28
Esgoto	59	12
Indústria	5,2	14
Produtos agrícolas	0,4	13
Lixo e agricultura	-	21
Lixo esgoto e agricultura	-	6,5
Lixo-esgoto	-	4,3
Outros	0,9	0,5
Não responderam	0,9	0,5

Quadro 13 - Principais poluentes em Jaguaripe e em Mira.

Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

O quadro 13 expõe os principais poluentes apontados pelos inquiridos de Jaguaripe e de Mira. O lixo, o esgoto, as indústrias e o uso de defensivos agrícolas estão presentes nos dois casos, porém com amplitudes variadas. O lixo foi que ficou mais próximo das duas realidades, 34% em Jaguaripe e 28% em Mira. Quanto a esta questão vale salientar que no caso de Jaguaripe a população não apresentou esta variável como problema ambiental, visto que a colecta é feita com certa regularidade, mas ficou constatado que o destino se apresenta com intenso problema. O lixo acaba por ser depositado em locais inadequados, a exemplo do que acontece na Praia dos Garcez, onde frequentemente ocorre intenso acúmulo de lixo e de óleo das embarcações. No caso de Mira, a queixa maior dos inquiridos não foi nem quanto à colecta nem quanto ao destino e sim com relação ao descuido de alguns dos moradores na hora de colocar os resíduos nos vasilhames.

De acordo com o quadro acima, a situação da agricultura merece destaque devido ao facto de Mira ser um município com maior estágio de urbanização do que Jaguaripe e, no entanto, possuir índice mais elevado de poluição decorrente das actividades agrícolas. Na realidade, entre as actividades primárias, verifica-se que no caso de Jaguaripe a pesca é muito mais utilizada do que em Mira. Enquanto isso, as actividades agrícolas continuam sendo bastante praticadas pelos moradores de Mira, nos terrenos urbanos, o que pouco acontece no caso de Jaguaripe. Daí a explicação para os problemas de poluição resultantes dos defensivos utilizados pelos agricultores de Mira.

Diante da problemática discutida na relação entre turismo e ambiente vale ressaltar a importância da participação dos principais actores sociais, no caso a população local, nas decisões ocorridas nos dois municípios. À medida que as sociedades contemporâneas reivindicam por melhoria das condições de vida, a participação da comunidade passa a ser uma realidade para o alcance de tais objectivos, conforme CARVALHO (op. cit.). Ao ser comparada a forma de envolvimento da população local nas diferentes actividades desenvolvidas nos municípios de Jaguaripe e de Mira, constata-se significativa semelhança. Tanto numa realidade quanto na outra, o nível de participação foi insignificante. Ao serem interrogados sobre a participação dos inquiridos em algum evento relacionado com o ambiente, a resposta foi negativa em mais de 80% dos casos.

Quando se refere à situação do turismo as respostas não foram diferentes (figura 93).

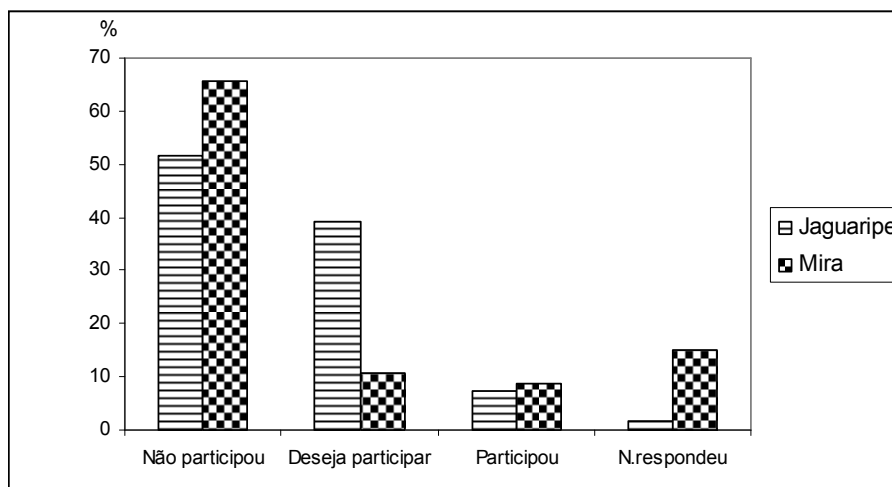


Figura 93 - Participação em eventos sobre turismo.

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

A figura 93 evidencia que tanto no caso de Jaguaripe quanto de Mira a participação dos inquiridos nas discussões sobre turismo foi mínima, menos de 10%. Por outro lado, a perspectiva de desenvolvimento das relações entre turismo e ambiente de maneira mais equilibrada aumenta a partir do desejo expressado pelos inquiridos em participar das intervenções humanas que ocorrem no município. O aumento ou a diminuição dos impactos positivos e/ou negativos, analisados no capítulo V, está relacionado com o nível de inserção da população local nas decisões municipais. A ideia de que o turismo é uma actividade unifacetada precisa ser desmistificada, pois o seu crescimento necessita interagir com os variados componentes territoriais. Pouco adianta o discurso de protecção ambiental, turismo ecológico, turismo verde e turismo sustentável entre outros, se não houver envolvimento dos principais actores sociais, no caso a população local, com as actividades municipais.

De modo a perceber melhor as semelhanças existentes entre Jaguaripe e Mira, foi analisada a percepção dos inquiridos no tocante às questões políticas do município (quadro 14).

	Políticos devem governar sozinhos		População não precisa de tempo para questões políticas		População precisa estar organizada		Políticos precisam resolver problemas individuais e colectivos	
	Jaguaripe	Mira	Jaguaripe	Mira	Jaguaripe	Mira	Jaguaripe	Mira
Não concordo	96	83	81	69	7	5	27	20
Concordo pouco	0	11	1	16	12	9	19	14
Concorda	4	3	14	11	34	39	38	41
Concorda Muito	0	0	3	1	46	46	15	22
Não respondeu	0	3	1	3	1	1	1	3

Quadro 14 - Percepção dos inquiridos quanto à política local (%)

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

O quadro 14 não foge à regra sobre o que vem sendo discutido neste capítulo. As diferenças e semelhanças resultantes da relação entre turismo ambiente existem, mas nem sempre se apresentam com muita evidência. Há casos em que estas precisam ser analisadas com bastante cuidado. Nas questões realizadas junto à população de Jaguaripe e de Mira sobre a política municipal, há semelhanças na maneira de conceber os dois espaços, que estão sendo turistificados. Existe o consenso, por exemplo, quando os inquiridos expressaram opiniões sobre a questão dos políticos governarem sem apoio da população. A outra questão que obteve resposta semelhante, refere-se à necessidade da população está organizada para obter melhores condições de vida. Tanto em Jaguaripe quanto em Mira, a maioria dos inquiridos declarou que concorda e concorda muito com esta questão, 80% e 85%, respectivamente.

A análise sobre turismo e ambiente costeiro nos municípios de Jaguaripe e de Mira envolve uma série de variáveis relacionadas com os dois territórios. O grau de confiança que a população local deposita nas principais instituições que exercem influência no município acaba por evidenciar algumas semelhanças que convém ser analisadas (quadro 15).

	Prefeitura/Câmara		Associações		Escola		Igreja		Justiça		Imprensa	
	J	M	J	M	J	M	J	M	J	M	J	M
Não confia	31	16	10	17	4	6	11	10	22	28	12	16
Confia pouco	34	39	40	37	24	26	22	23	33	40	56	39
Confia	29	39	38	35	57	60	31	56	40	27	27	39
Confia muito	5	2	12	2	15	4	32	8	5	2	3	2
Não respondeu	1	4	2	8	0	4	3	4	0	3	2	4

Obs.:J=Jaguaripe e M=Mira

Quadro 15 - Confiança dos inquiridos nas principais instituições (%).

Fonte: Trabalho de campo, 2004.

Após a análise sobre o grau de confiabilidade externado pelos inquiridos nas instituições que actuam nos dois municípios, o quadro 15 revela algumas similitudes. As desconfianças nos trabalhos prestados por instituições importantes como a Câmara e a Justiça, assim como a maior credibilidade para a Igreja, a escola e a imprensa têm apresentado similitudes. À medida que a população fica ausente das decisões municipais, ampliam-se o isolamento e a exclusão social, aumenta-se o apego às questões religiosas e às associações não governamentais, assim como fortalece a importância dos órgãos de imprensa. No caso de Jaguaripe, por exemplo, passa a ser comum a população local procurar as emissoras de rádio da região como forma de resolver os problemas relacionados com a carência de políticas públicas municipais. As questões de lixo nas ruas, a falta d' água e a queda de energia eléctrica, entre outras, são frequentemente veiculadas na imprensa local e/ou regional.

Diante dessas e de outras questões, constatou-se que as semelhanças identificadas com turismo e ambiente nos municípios de Jaguaripe e de Mira estão relacionadas com o modelo de crescimento da sociedade de consumo do Pós-Segunda Guerra Mundial. A quebra das actividades tradicionais, principalmente de agricultura e de pesca, o crescimento rápido do comércio e dos serviços, a ausência de participação dos inquiridos nas decisões municipais e a dificuldade de emprego e de renda da população, se apresentam como as principais semelhanças resultantes deste processo. Após a análise sobre as principais diferenças e similitudes encontradas na relação entre turismo e

ambiente costeiro nos municípios de Jaguaripe e de Mira, foi importante a elaboração de uma síntese sobre as duas realidades investigadas.

6.1.3 Síntese comparativa

Os lugares tendem a ser diferentes, em decorrência das especificidades que são adquiridas no processo de evolução das relações encontradas entre o físico, o biótico e o humano. Numa visão panorâmica, as inúmeras especificidades encontradas em cada território tendem a ser mais suaves. A partir do momento em que se aproxima dessas realidades as diferenças passam a ser mais evidentes. Isso não impede que as semelhanças também não possam existir. Na análise comparativa entre turismo e ambiente nos municípios de Jaguaripe e de Mira, vale salientar que as diferenças encontradas foram mais evidentes no tocante às condições físicas e bióticas, ao passo que as mutações resultantes das interferências humanas apresentaram maiores semelhanças. A formação dos dois ambientes costeiros situados em continentes diferentes e em lados opostos do Oceano Atlântico, sob as influências de climas tropical e mediterrâneo ajudam a evidenciar algumas diferenças.

No caso das principais similitudes encontradas durante esta investigação, entende-se que o modelo de globalização imposto às sociedades contemporâneas contribui para aproximação entre os diferentes lugares e o turismo constitui uma das actividades que mais contribuem para isso. O crescimento das diferentes vias de transporte e comunicação, o aumento do interesse pela sociedade de consumo e o aumento das concorrências entre as empresas que administram os pacotes turísticos possibilitam a maior mobilidade entre os povos e a consequente transformação dos lugares. As discussões de CUNHA *et al.* (1999), retomada por SANTOS *et al.* (2004) e a realização dos trabalhos de campo, foram importantes para a elaboração da síntese sobre as principais diferenças e similitudes encontradas nos municípios estudados (quadro 16).

Indicativos	Localidades		Mira	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Erosão costeira				
Inundação				
Devastação				
Assoreamento				
Agro-indústria				
Pesca artesanal				
Pesca predatória				
Tipo de urbanização				
Destino do lixo				
Destino do esgoto				
Vias de acesso				
Interesse pelo turismo				
Hospitalidade				
Gastronomia				
Religiosidade				
Trânsito congestionado				
Concentração de visitantes				
Custo de vida				
Ausência de participação da comunidade				
Carência de planeamento territorial				

Positivo			Negativo		
Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo

Quadro 16 - Síntese dos impactos ambientais de Jaguaripe e de Mira.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações de campo, 2004.

O quadro 16 demonstra a existência de diferenças significativas no congestionamento do trânsito e na forma de destino dos esgotos, por exemplo, ao passo que ocorrem as similitudes na hospitalidade e no interesse da população pelo turismo, entre outras questões. Cabe frisar que a maneira como o turismo se inseriu nos municípios de Jaguaripe e de Mira ajudou a evidenciar as relações entre natureza e sociedade ocorridas nas duas realidades. Enfim, houve diferenças significativas não somente nos componentes físicos e bióticos a exemplo do clima, do relevo e da vegetação, mas também no tipo de apoio fornecido pelo poder público e no estágio de desenvolvimento do turismo. Entretanto, as actividades resultantes das intervenções humanas como a gastronomia, parte do património construído e a concentração de visitantes no período de alta estação se apresentaram como as principais semelhanças. Após a análise das principais diferenças e similitudes identificadas na relação entre turismo e ambiente costeiros nos municípios de Jaguaripe e de Mira, chegou a altura de proceder às considerações finais.

Conclusão

O objectivo principal da pesquisa foi investigar os impactos decorrentes da relação entre turismo e ambiente costeiro nos municípios de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia/Brasil e de Mira, na Região Centro de Portugal. Inicialmente, houve a análise das especificidades encontradas em cada um dos territórios para em seguida proceder à comparação de modo a identificar as principais diferenças e similitudes. No percurso da abordagem, optou-se por elaborar ao final de cada capítulo uma síntese para que nesta etapa sejam destacados os principais resultados relacionados com o desenvolvimento deste trabalho.

As transformações ocorridas tanto na costa brasileira quanto na portuguesa têm a ver com as especificidades físicas e bióticas e principalmente com a maneira como cada país se encontra organizado. A ocupação territorial portuguesa foi oposta à brasileira, pois de acordo com OLIVEIRA (1987), o Brasil nasceu urbano, por ter sido estruturado para atender aos interesses da metrópole, no início do século XVI. A ocupação territorial do Brasil começou pelas áreas costeiras e depois foi se adentrando para o interior. A linha de costa brasileira foi sendo ocupada em atendimento aos interesses económicos, políticos e militares, que resultaram na definição de áreas privilegiadas, o que dificultou a comunicação com as demais áreas do país. Até a década de 1980, era frequente a existência de localidades que se encontravam praticamente despovoadas (MORAES, 1999). A inserção do turismo de praia, sol e mar, no período posterior à década de 1980, principalmente com o desenvolvimento do projecto Prodetur, motivou a integração das localidades menores a exemplo do município de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia.

No caso de Portugal, a ocupação do território foi processada de maneira diferente, pois teve início nas áreas mais altas e depois desceu os vales dos rios até alcançar a linha de costa (MARTINS, op. cit). Apesar da importância histórica que a costa portuguesa teve para o avanço das conquistas ultramarinas, desde o século XV, o uso intensivo dessas áreas somente aconteceu nos períodos mais recentes. Até meados do século XX, a maioria da população portuguesa vivia de costas para o oceano, conforme os exemplos das localidades de Vieira, Tocha e de Mira. A linha de costa portuguesa, com dimensão bem diferente da brasileira,

após ter passado por vários estágios de crescimento económico, reascendeu com o turismo de praia sol e mar, logo após a Segunda Guerra Mundial. A Região do Algarve, portadora de forte influência do Clima Mediterrâneo, que predomina nas demais áreas do país, foi um dos principais centros para a puxada do novo modelo de turismo que se iniciava em Portugal. Após o país experimentar longo tempo de prática do turismo termal, que advinha de épocas mais remotas, a praia, o sol e o mar passaram a ter a preferência dos visitantes nacionais e estrangeiros.

Os impactos provenientes das actividades humanas sobre as áreas costeiras, tanto do Brasil como de Portugal, sempre existiram, porém em escalas e dimensões limitadas. O turismo desponta como um actividade que está relacionado com uma tendência ocorrida no âmbito mundial, ou seja, se inicia com as classes mais abastadas e depois assume a massificação (CAVACO, op.cit.). O tipo de uso e ocupação do solo ocorrido na costa portuguesa e brasileira permitiu o atendimento dos interesses económicos e políticos de épocas passadas, sem as devidas preocupações sobre o futuro do patrimônio, físico, biológico e cultural. Durante os primeiros séculos de pressão humana nessas áreas, os problemas ambientais eram pouco discutidos. As complicações ocorridas na linha de costa intensificaram-se a partir do atendimento às demandas oriundas dos novos padrões de crescimento da sociedade de consumo. Num primeiro estágio, houve o aumento das construções arquitetônicas voltadas para a necessidade do veraneio. A instalação das residências secundárias foi intensa no caso do litoral português (CRAVIDÃO, op. cit.) Posteriormente, o turismo se fortaleceu com o aumento das construções de vários empreendimentos, tais como rodovias, hotéis, pousadas, clubes, piscinas e campo de golfe, que serviram de apoio ao crescimento da nova actividade.

No caso do Brasil, em função da sua dimensão territorial e da forma de organização política e administrativa, a dificuldade de gerenciar os recursos destinados à qualidade do turismo tem sido maior. Além da distância verificada na população no tocante às decisões políticas, há também o facto de que os empréstimos destinados ao turismo são realizados com juros altos, principalmente quando se trata de investimento no turismo internacional.

Na realidade portuguesa, este problema acontece em menor proporção, visto que a estrutura organizacional do território é diferente e os recursos são aplicados muitas vezes a fundo perdido, com o apoio marcante da União

Europeia. Além disso, Portugal está bem mais próximo dos principais centros emissores de turistas, tais como Espanha, França e Inglaterra, o que concorre para maior aquecimento do turismo internacional. As mudanças ocorridas à escala nacional e mundial impulsionaram novos ritmos de transformação que passaram a interferir nas relações de sociedade e natureza encontradas nas demais escalas territoriais. Tanto no caso do Recôncavo da Bahia, com o exemplo de Jaguaripe, quanto na situação da Região Centro de Portugal, no caso de Mira, o turismo de massa provoca inúmeros impactos.

No tocante ao município de Jaguaripe, o turismo se insere mais tarde, ou seja, no início da década de 1990, porém com um ritmo intenso de transformação. A maneira como as mutações espaciais estão sendo processadas pouco contribui para a relação equilibrada entre turismo e ambiente. Há intensa ameaça aos ecossistemas de manguezais e conseqüente redução da produtividade da pesca, utilizada como principal fonte de renda da população. Em contrapartida, o município de Jaguaripe possui atractivos que podem evitar a concentração dos visitantes nas proximidades da praia, durante a alta estação, e contribuir para o desenvolvimento territorial e do turismo. A existência do património arquitetónico, localizado na sede do município e os diferentes rios que banham o território estudado expressam importante valor paisagístico, o que pode resultar em novas trajectórias de desenvolvimento. A dificuldade de comunicação existente no interior do município, principalmente pela carência de vias de acesso, pode ser reduzida através da ligação de estradas que possam conectar as áreas de praias à sede do município. Para isso, sugere-se a realização de trabalhos específicos, visando adequar esta intervenção às condições adequadas de protecção dos manguezais, conforme discutido no capítulo V. A outra sugestão diz respeito à elaboração de um planeamento das actividades turísticas, com o envolvimento dos diferentes sectores da sociedade. Assim, possivelmente ocorrerão maiores possibilidades de se evitar os prejuízos ambientais que inibem o desenvolvimento territorial e do próprio turismo.

No caso de Mira, verifica-se que as estruturas estão mais consolidadas para o desenvolvimento do turismo. Há melhores condições de acesso ao município através das vias de transporte e mesmo com alguns problemas que foram mencionados durante a investigação, este território dispõe de maior experiência com as actividades turísticas e apresenta melhores possibilidades de

anrariar fundos para a construção de obras de infra-estruturas. Por outro lado, conta com algumas dificuldades no tocante à preservação dos recursos naturais e das tradições culturais. O longo percurso de transformação verificado nesse concelho contribuiu para o aumento da especulação imobiliária e induziu à mercantilização da paisagem. Além disso, foi constatado que a intensa concentração de visitantes nos meses de alta estação, na localidade da Praia de Mira, constitui forte desafio para o desenvolvimento territorial. O facto do município de Mira não possuir outros atractivos para os visitantes fora da Vila de Praia de Mira dificulta a distribuição dos mesmos no território. Algumas iniciativas foram adoptadas, a exemplo da ciclovia e do passeio pelas áreas de pinhais, conforme já referido, porém muito incipiente. Sugere-se maior atenção das autoridades municipais no tocante aos recursos disponíveis, tais como as dunas, a lagoa, os canais e a barrinha, com o propósito de melhorar as condições ambientais e tornar mais agradável a permanência dos visitantes nesses espaços.

A elaboração de planeamento com maior participação dos diferentes segmentos populacionais também se apresenta como uma perspectiva interessante para a melhoria das condições ambientais do município. Embora a participação da população local nas actividades políticas do município seja incipiente, os depoimentos dos inquiridos demonstraram forte interesse em participar das iniciativas relacionadas com a relação entre turismo e ambiente, o que pode contribuir para novas trajectórias de desenvolvimento.

Nesta etapa de trabalho, foi importante revisitar as hipóteses elaboradas. No que se refere à participação da população local nas questões referentes ao turismo e ao ambiente, a ausência foi constatada. Tanto numa realidade quanto na outra os depoimentos dos inquiridos e as entrevistas realizadas com os diferentes segmentos da administração territorial demonstraram carência de participação dos habitantes. No tocante à hipótese sobre referente ao interesse da população pela actividade do turismo, houve comprovação. Tanto no caso de Jaguaripe como no de Mira, os inquiridos desejam o desenvolvimento desta nova actividade. Há que se destacar a maneira como a maior parte da população de Jaguaripe e de Mira se insere no emprego e na renda. No caso de Mira, as actividades de agricultura e de pesca se apresentam mais afastadas do quotidiano dos habitantes. O processo de interferência do turismo é mais significativo, ficando evidenciado o crescimento do sector terciário da economia.

Sendo que no município de Jaguaripe, devido ao facto da inserção do turismo ser mais recente, embora venha acontecendo num ritmo bastante acelerado, ocorre a permanência de maior número de habitantes desenvolvendo actividades primárias, principalmente relacionadas com a pesca e a mariscagem.

A investigação constatou que tanto no caso de Jaguaripe como no de Mira as actividades tradicionais caminham para um declínio, mesmo em níveis diferenciados. Isso proporciona maior vulnerabilidade por parte da população local, o que leva a mesma a adoptar com maior veemência as actividades turísticas como uma das poucas opções para melhoria das condições de vida. Essa questão além de comprovar a hipótese levantada, está também em consonância com as prerrogativas abordadas por RODRIGUES (op. cit.), quando argumenta que “a população de origem piscatória deseja mudança e sonha em se integrar à vida moderna, com o acesso aos bens que o dito progresso pode proporcionar”.

O percurso desta investigação identificou a carência de uma política mais adequada de orientação para relação entre turismo e ambiente costeiro. A preservação dos componentes físicos e bióticos e culturais exige maior participação dos diferentes segmentos da sociedade, para que ocorra o melhoramento das condições ambientais, com consequências positivas tanto para a população como para os visitantes dos dois municípios. Vale lembrar que após esta trajectória de investigação, nos dois lados do Atlântico, chega-se a esta etapa de trabalho com a consciência de que o máximo foi feito para se alcançar os objectivos anteriormente propostos.

Bibliografia

- AB' SABER, Azis Nacib (2001) *O litoral do Brasil*. São Paulo, Editora Metalivro.
- AB' SABER, Azis Nacib (2003) Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas, São Paulo, Ateliê Editorial.
- ACSELRAD, Henri (2004) “Zonas de sacrifício” e “bota foras”: Os conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In Revista *Ciência Hoje*, volume 35, nº 211. Rio de Janeiro, SBPC, pp. 54-57.
- ALBURQUERQUE, Helena Cláudia da Cruz (2004) *Turismo sustentável nas zonas costeiras: o caso das praias de Mira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, António Campar(1995) *Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem*. Tese de Doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALVES, Manuel (1990) Subsídio para a História de Mira. Mira, Paroquia de Mira.
- AMORIM, Inês (2003) Recursos marítimos e tecnologia no século XVIII - pesca, sal e moliço no litoral e na Ria de Aveiro. In o litoral em perspectiva histórica-séculos XVI a XVIII. Porto: Actas da Universidade do Porto.
- ANDRADE, Manoel Correia (1994) Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS, Milton (org). *Território globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec, pp. 213-220.
- ANDRADE, Manoel Correia de (1995) *Formação territorial do Brasil*. In BECKER, Berta & Egler Claudio A.G. *Geografia e meio ambiente no Brasil* (1988). São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec.
- ANDRADE, Manuel Correia (1995) *A questão do território no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- ARAÚJO, Maria da Assunção (2003) A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da geografia física. In o litoral em perspectiva histórica dos séculos XVI a XVIII. Porto: Actas da Universidade do Porto, pp.76 -113.
- ARONSSON, L (2000) *The development of sustainable tourism*. London, Thomson Learning.

- AUGÊ, Marc (1998). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Traduzido por Miguel Serras Pereira, Lisboa, Editora 90'.
- BAHIA.BAHIATURSA (2003) *Desempenho do Turismo na Bahia*. BAHIATURSA, Salvador.
- BARQUERO, António Vázquez (1999) *Desarrollo, redes e innovación*. Madri, Pirâmide.
- BARROS, José da Cunha (2004) *A projecção do quotidiano no turismo e no lazer*. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- BARRETO, Margarita (1991) *Planeamento e organização do turismo*. São Paulo, papyrus.
- BASTOS, Maria Rosário e DIAS, J. M. Alveirinho (2003) Uma representação do litoral português: o Baixo Vouga (Século IX-XIV). In o litoral em perspectiva histórica dos séculos XVI a XVIII. Porto, Actas da Universidade do Porto, pp. 114-125.
- BECK, Ulrich (1992) *Risk Society*, London, SAGE publications.
- BECKER, Bertha K & EGLER, Claudio A . G (1993) *Brasil uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BITENCOURT, A. C. S.P, et al. (1983) *Evolução Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e do Sul do Estado de Alagoas*. In Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, pp. 93 - 97.
- BLAS, Xulio X. Pardellas & FABEIRO, Cármen Padín (2004) *Una propueste de turismo sostenible para el municipio de Caldas de Reis (Pontevedra)*. In Cuadernos de Turismo. Murcia, Universidad de Murcia, pp. 107-125.
- BRANCO, Samuel Murgel (1990) *O meio ambiente em debate*. São Paulo, Editora Moderna.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo et al. (1997) *Recôncavo da Bahia*. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística - IBGE (1983) *Diccionario cartográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002) *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.

- BRITO, Cristovão de Cássio da Trindade de (2004) *A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Florianópolis, Dissertação de Doutorado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina.
- BRITO, Raquel Soeiro (1960) *Palheiros de Mira*. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- BOYER, Marc (1996) *L' Invention du tourisme*. Paris, Gallimard.
- BUARQUE, Sérgio C. (1999) *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal*. Recife, Instituto Inter americano de Corporação para a Agricultura.
- BURTON, R (1991) *Travel Geography*. Londres, PitmanPublishing.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone (2003) *Territórios pesqueiros: Instrumento de gestão*. Rio de Janeiro, Ciência Hoje, vol. 83, pp. 58-60.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (1996) *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC.
- CARLOS, Ana Fani Alexandre (1999) *O consumo do espaço*. In CARLOS, A. F. A. *Novos caminhos da geografia*. São Paulo, Contexto, pp.137-186.
- CARLOS, Ana Fani Alexandre (2001) *Espaço tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo, contexto.
- CARVALHO, Paulo Manuel Tomás (2005) *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da Serra da Lousã*. Coimbra, Tese de Doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CASTELLLS, Manuel (1997) *A sociedade em rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra.
- CAVACO, Carminda e FONSECA, Lucinda (2001) *Território e turismo no Brasil*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- CAVACO, Carminda (1980) *O Turismo em Portugal*. Lisboa. Universidade de Lisboa.
- CAVACO, Carminda (1999) *Desenvolvimento rural, desafio e utopia: estudos Para o Desenvolvimento Regional e Urbano*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- CAVACO, Carminda (2005) *Portugal, país receptor de turismo internacional e um destino maduro*. In *Geografia de Portugal, actividades económicas e espaço geográfico*, Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 372 - 380.

- CAVACO, Carminda (2005) *Turismo e desenvolvimento regional e local*. In Geografia de Portugal, actividades económicas e espaço geográfico, Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 401 - 407.
- CAVACO, Carminda (2005) Os espaços do turismo. In MEDEIROS, Carlos Alberto. In Geografia de Portugal, actividades económicas e espaço geográfico, Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 408 - 422.
- CAVACO, Carminda (2005) *A questão da sustentabilidade: vida e morte dos espaços de turismo*. In Geografia de Portugal, actividades económicas e espaço geográfico, Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 423 - 425.
- CHALINE, Claude (1980) *La dynamique urbaine*. Paris, Press.
- CHAUI, Marilena (1986) *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CLAUDIO A.G (1995) *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo – Rio de Janeiro, Hucitec,
- CLAVAL, Paul (1999) *La Geografía Cultural*. Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires.
- COELHO, Maria Célia Nunes (2000) *Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa*. In GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista (orgs) *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. São Paulo, Editora Brasil, pp. 19 - 45.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1989) *A rede urbana*. São Paulo, Ática.
- CORRÊA, Roberto Lobato (2001) Carl Sauer e a escola de Berkeley: uma apreciação, In Matriz da Geografia Cultural, ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs) (2001), Rio de Janeiro, Eduerj, pp. 9 -31.
- COSTA, Eduarda marque (2005) A organização administrativa In MEDEIROS, Carlos Alberto Geografia de Portugal, Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 47-57.
- COSTA PINTO. L Antônio (1997) *Laboratório de uma experiência humana*. Salvador, Costa Pinto.
- COSTA, Wanderley Messias da (1988) *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto.
- COSTA, Carlos M.M. (1988) *O turismo e os municípios: porquê e que relação? In turismo: horizontes alterantivos*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 191 - 212.

- COSTA, Eduarda Marques da (2005) *A organização administrativa*. In MEDEIROS, Carlos Alberto . Geografia de Portugal, Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 42 -57.
- CRANG, Mike (1998) *Cultural Geography*. London, Editora Routledge.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado & CUNHA, Lúcio (1991) *Turismo, Investimento e Impacto Ambiental*. In Caderno de Geografia N° 10, Coimbra, F.L.U.C, pp. 199 -220.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1992) *A população e o povoamento da Gândara (Gênese e Evolução)*. Coimbra, Comissão Organizadora da Região Centro.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado, CUNHA, Lucio e ALMEIDA, Antonio Campar de (1998) *A Nazaré 45 anos depois...Um olhar breve pelo território*. Coimbra: Caderno de Geografia N° 17, F.L.U.C. pp. 273-277.
- CRUZ, Rita de Cássia (2000) *Política de turismo e território*. São Paulo, contexto.
- CUNHA, C. ; NASCIMENTO. D.C (2000). *500 anos de Brasil sob a ótica da Cartografia*. Salvador, SEI.
- CUNHA, Licínio (2001) *Introdução ao Turismo*. Lisboa, Editora Verbo.
- CUNHA, C. ; NASCIMENTO. D.C (2000). *500 anos de Brasil sob a ótica da Cartografia*. Salvador, SEI.
- CUNHA, Licínio (2001) *Introdução ao Turismo*. Lisboa, Editora Verbo.
- CUNHA, Lúcio (1997) *Recursos turísticos no espaço do Baixo Mondego*. In *Actas de Seminário do Baixo Mondego*. Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 85 -103.
- CUNHA, Lúcio et al (1999) *Intervenções Recentes e Avaliação de impactes ambientais no Baixo Mondego*. In Caderno de Geografia, n° 18. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 39 - 52.
- CUNHA, Licínio (2001) *Introdução ao Turismo*. Lisboa, Verbo.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2000): *Fortaleza et Ceará. Essai de géopolitique d' un espace de colonisation tardive :de la découverte à la mutation touristique contemporaine*. Paris, Tthèse de Doctorat de Géographie, Université de Paris IV, Sorbonne.
- DAROS, R. (1979) *Ecologia geral*. Rio de Janeiro, Vozes.
- DAVEAU, Suzane e RIBEIRO, Orlando (1973) *La zone intertropicale humida*. Paris, Librairie Armand Colin.

- DAVEAU, Suzane (1995) *Portugal Geográfico*. Lisboa, Edição João Sá.
- DEMANGEOT, Jean (1998) *Os meios “naturais” do globo*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DIAS COELHO, Geraldo J. A (2003) O mar e os portos como catalizadores de religiosidade. In *O Litoral: perspectiva histórica dos séculos XVI a XVIII*. Porto: Actas da Universidade do Porto.
- DIAS, J.M Alverinho et al. (1997) Evolução da linha de costa em Portugal, desde o último máximo glaciário até a actualidade: síntese dos conhecimentos. In *Revista da Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário*. Lisboa, APEQ, pp. 52 – 64.
- DOMINGUEZ, José Maria L et al (1983) O papel da deriva de sedimentos arenosos na construção das planícies costeiras associadas às desembocaduras dos rios São Francisco (SE-AL) Jequitinhonha (BA) Doce (ES) e Paraíba do Sul (RJ). In *revista Brasileira de Geociências*. São Paulo, pp. 98 - 105.
- DONAIRE, José António (1998): La geografía del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales. In *Revistas de Estudios Urbanos e Regionais*, nº 28. Lisboa, Universidade de Lisboa, pp. 53 - 68.
- DOURADO, A. et al. (1999) *Ambiente e desenvolvimento: pensar global, agir local*. Lisboa, Espaço Oikos.
- DOV. Francis (1994) *Guia Ilustrado do manguezal brasileiro*. São Paulo, Instituto de Biociências da USP.
- DOVE, Jane (2004) *Tourism and recreation*. London, Hodder Murray.
- DUMAZEDIER, Joffre (1972) *Vers une civilisation du loisir*. Paris, Seuil.
- DUMAZEDIER, Joffre (1988) *Révolution culturelle du temps libre - 1968/1988*. Paris, Collection “Sociétés”.
- DUVAL, David Timothy (2004) *Tourism in the Caribbean*, London, Routledge.
- ESCALONA, Francisco Munoz (1992) *Turismo y Desarrollo*. In *Estudios Turísticos*, nº 115. Madrid, Instituto de Estudios Turísticos, pp 23 - 44.

- FALK, Florisvaldo Henrique (1992) Compartimento geomorfológico e estruturação da paisagem no Baixo Jaguaripe - BA. São Paulo, Dissertação de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo - USP.
- FERNANDES, Ana Júlia & PERIA, Luís Cláudio Silva (1995) Característica do ambiente. In NOVELLI, Yara Schaeffer. Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo, USP, pp. 15 -17.
- FERNANDES, Florestan (1986) *Brasil os anos de autoritarismo*, 3ª edição. Rio de Janeiro, Editor Jorge Zahar.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2004) *Território, desenvolvimento e rede nacional de áreas protegidas. O caso do Parque Nacional das Serras de Aire e Candeeiros*. Coimbra, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, Denise Brum (2005) *Condições geográficas do clima*. In MEDEIROS, Carlos Alberto. Geografia de Portugal: o ambiente físico. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 310-331.
- FERREIRA, José Carlos Ribeiro (1999) *Vulnerabilidade e risco biofísico em áreas costeiras*. O arco Litoral Caparica. Espichel. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, Maria Júlia (1999) O litoral português: contributo para uma “geografia das regiões litorais” In A interdisciplinaridade na Geografia Portuguesa: novos e velhos desafios, Lisboa, Edições Colibri. Pp. 57- 66.
- FERREIRA, Denise Brum (2005) Condições genéticas do clima. In Medeiros Carlos Alberto, *Geografia de Portugal: o ambiente físico*. Lisboa, Círculo de leitores, pp. 310 - 331.
- FILHO, Abbdon Barreto e CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, orgs (2000) *Turismo urbano*. São Paulo, Contexto.
- FISHER, Tânia, org. (1969) *Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro, FGV.
- FRADA, João (1983) Praia de Mira. Lisboa, Editor João Jusé Cuccio.
- FREYRE, Gilberto (1953) *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, Editora Livros do Brasil.
- FURTADO, Celso (1972) *Formação económica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional.

- GAMA, Antonio & SANTOS, Roberto Pinto dos (1991). *Tempo Livre, Lazer e Terciário*. Coimbra: caderno de Geografia Nº 10, F.L.U.C, pp. 99 -128.
- GAMA, Antonio & SANTOS, Roberto Pinto dos (1999) Os espaços - tempos de lazer na sociedade de consumo contemporânea. In Caderno de Geografia Nº 18. Coimbra, F.L.U.C, pp. 139 -150.
- GASPAR, Jorge (1993) As regiões portuguesas. Lisboa, Ministério do Ordenamento e da Administração do Território.
- GASPAR, Jorge (2005) Evolução e perspectivas do desenvolvimento territorial. In MEDEIROS, Carlos Alberto, org. Geografia de Portugal. Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 16 - 28.
- GASPAR, Jorge (2005) 2 mil anos de intervenção no território. In MEDEIROS, Carlos Alberto, org. Geografia de Portugal. Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 168-242..
- GASPAR, Jorge e SIMÕES, José Manuel (2005) O planeamento de âmbito nacional. In MEDEIROS, Carlos Alberto, org. Geografia de Portugal. Lisboa, Circuito dos Leitores, pp. 168 - 242.
- GAUDENZI, Paulo (2000) - *Evolução do turismo na Bahia*. In Reflexões de economistas baianos. Salvador, CORECON.
- GEIGER, Pedro Pinchas (1967) *A rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, MEC.
- GEOTA (2002) Agenda de política do ambiente do GEPTA. Lisboa, Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente.
- GIRÃO, A. de Amorim (1951) *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense.
- GONÇALVES, N. M. S. , SILVA, A. A. da, LAGE, C.S, org. (2000) *Os lugares do mundo, a globalização dos lugares*. Salvador: UFBA, pp. 111 - 127.
- GODET, Rita Oliveira & Souza, Lícia Soares org (2001) *Identidades e representações na cultura brasileira*. João Pessoa, Editora Ideia.
- GRASSO, Mônica & TOGNELLA, Mônica Maria Pereira (1985) Valor ecológico e sócio-económico. In NOVELLI, Yara Schaeffer. Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo, USP. pp. 45 - 46.
- GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista da (2001) *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand.

- GUTIÉRREZ, Juan Ignacio plazza et al. (2003) *Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa*. In, Revista Eria, 61. Oviedo, pp. 227-249.
- HADDAD, Paulo Roberto (1980). *Participação, Justiça social e planejamento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HAESBAERT, Rogério (1977) *Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói, EDUF.
- HALL C. Michael and PAGE, J. Stephen (2006) *The geography of tourism & recreation*, London, Editora Routledge.
- HARVEY, D.(1993) *A justiça social e acidade*. São Paulo, Hucitec.
- HARVEY, D (1992) *A Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, David (2004) *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford, Blackwell Publishing,
- HENRIQUES, Eduardo Manuel Dias Brito (1994) *A Lisboa turística. Imaginário e cidade: a construção de um lugar turístico urbano*. Lisboa, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- HOBSBAWM, Eric (1996) *Era dos extremos – o breve século XX 1914 -1941*, tradução Marcos Santarrita, 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1996) *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOLDEN, Andrew (2000) *Environment and tourism*, London & Nova York, Routledge.
- Instituto de Meteorologia Português (2006) (Organizar na Bibliografia) Ver na Internet.
- IVANISSEVICH, Alicia e FERNANDES, Thaís (2004) *Descaminhos de nossos lixos*. In Revista Ciência Hoje, vol. 35, nº 211. Rio de Janeiro, SBPC, pp. 58 - 62.
- JEAN, DEMANGEOT (1998) Os “ meios naturais” do globo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- KREG, Lindberg & DONALD, E. Hawkins, org (2002) *Ecoturismo:um guia para planejamento e gestão*, 4ª edição, Traduzido por Leila Cristina de D. Darin, São Paulo, Editora SENAC.
- LACOSTE, Ives (2005) *Dicionário de Geografia - da Geografia Política às Paisagens*. São Paulo, Editora Teorema.
- LEFF, Enrique (2001) *Epistemologia ambiental*: São Paulo, Cortez.

- LEFEBVRE, Henri (1969) *O Direito à cidade*. São Paulo, Editora Documentos Ltda.
- LEINZ, Viktor (1985) *Geologia geral*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional.
- LEITÃO, Sigrid Neumann (1995) *A fauna do manguezal*. In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo, USP. pp. 23 - 26.
- LEMOS, Amália Inês G. de et al. (1996) *Turismo e Impactos socioambientais*. São Paulo, Hucitec.
- LEWIS, Munford (1991) *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes.
- LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel (2003) *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, Paris, Belin.
- LIPIETZ, Alain (1988) *O Capital e seu espaço*. São Paulo, Nobel.
- MAGNOLI, D (1993) *O novo mapa da mundo*. São Paulo, Moderna.
- MALTA, Paula Alexandra Monteiro Simões (1996) *Turismo, espaço do turismo e intervenção do Estado em Portugal*. Coimbra, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (1990). *Técnica de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) *História de Portugal*. Lisboa, Edição em três volumes.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha (1993) *Lazer, férias e turismo na organização do espaço rural de Portugal*. Porto, Tese de Doutoramento defendida na Universidade do Porto.
- MARTINS, Alfredo Fernandes (1949) *O esforço do homem e a Bacia do Mondego*. Coimbra.
- MATHIESON, Alister and Wall Geoffrey (1996) *Tourism economic, physical and social impacts*. London, Longman.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós (1992) *Bahia século XIX uma província no império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MATTOSO, José (1998) *História de Portugal*. Lisboa, Editora Estampa.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (2000) *Geografia de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (2005) *Geografia de Portugal: sociedade, paisagem e cidades*. Lisboa, Círculo de Leitores.

- MEDEIROS, Carlos Alberto (2005) *Geografia de Portugal: o ambiente físico*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (2005) *Geografia de Portugal: o ambiente físico*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- MENDONÇA, Érico, GARRIDO, Inês & VASCONCELOS, Socorro (200) *Turismo e desenvolvimento sócio - econômico. O caso da Costa do Descobrimento*. Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia.
- MESPLIER, A. BLOC-DURFFOUR (2000) *Geografia del turismo em el mundo*. Madrid, Síntesis.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (1999) *Contribuições para a gestão da zona costeira. Elementos para uma Geografia do litoral brasileiro*. São Paulo, Hucitec-Edusp.
- MOREIRA, Carlos Diogo (1987) *Populações marítimas em Portugal*. Dissertação de doutoramento em Antropologia Cultural. Lisboa, Instituto superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MORICONI-EBRARD, François (1993) *L' Urbanisation du Monde*. Paris, Editora Anthropos.
- MOTA, Ronaldo Seroa da (2004). *Padrão de consumo e degradação ambiental no Brasil*. In Revista Ciência Hoje, volume 35, nº 211. Rio de Janeiro, SBPC, pp. 35 - 37.
- MOTA, Suetônio (1981) *Planejamento urbano e preservação ambiental*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- MUEHE, Dieter (2001) *Geomorfologia costeira*. In GUERRA, José Teixeira & CUNHA, Sandra Batista. *Geomorfologia*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MULLINS, P (1991) *Tourism urbanization*. In Internacional Journal of Urban and Regional research, Austrália, n.15, v.3, P. 326-342.
- NICOLAS, D.H. et al. (1989) *Teoria e praxis del espacio turístico*. México, Universidad Autónoma metropolitana, Xochomilco.
- NOBRE, Carlos A. (2004) *O aquecimento global e o papel do Brasil*. In Revista Ciência Hoje, volume 35, nº 211. Rio de Janeiro, SBPC, pp. 38 - 40.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães et al.(2001) *Estado e políticas sociais no Brasil*, Cascavel, Editora EDUNIOESTE.

- NOVAIS, Carlos Filipe Peixoto (1997) *Turismo e patrimonio monumental e museus no Algarve - avaliação do potencial turístico de recursos*. Lisboa, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Técnica de Lisboa.
- NOVELLI, Yara Schaeffer (1995) *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo, USP.
- NUNO, Pedro (2002) *Análise fotointerpretativa da evolução da linha de costa e morfologias dunares entre Furadouro e Praia de Mira*. Aveio, Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (1988) *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas, Editora Papyrus.
- OLIVEIRA, Francisco de (1987) *Elegia para um re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Odete Maria de (1999) *Relações internacionais: breves apontamentos e contextualização*. In VIEIRA, Carlos Alberto Adi e tal relações Internacionais & globalização, Ijuí-rio Grande do Sul, Editora Unijuí.
- OURIQUES, Helton Ricardo (2005) *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, Editora Alínea.
- PEDRÃO, Fernando. Complementar a bibliografia
- PEREIRA, Ana Ramos (2000) *Risco em ambiente litoral*. Apontamentos de Geografia. Lisboa, Faculdade de Letras da universidade de Lisboa.
- PINTO, P.C.L.R. (1996) – O Termalismo no contexto da actividade turística em Portugal. O caso de São Pedro do Sul. Dissertação de Mestrado. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PIRES, A.R., BÓIA, C., T. (1992) *Turismo e ambiente: dos problemas e vantagens às soluções*. In 3ª Conferência Nacional sobre a qualidade do ambiente, vol II. Aveiro, Universidade do Aveiro.
- POCHMANN, Márcio (2005) Desemprego desigual. Revista Ciência Hoje, volume 36, pp Complementar a bibliografia.
- POLETTE, Marcus (1995) Legislação In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: USP. pp. 56 - 63.
- POR, FRANCIS DOV (1994) *Guia Ilustrado do Manguezal Brasileiro*. São Paulo, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo - USP.
- PORTUGAL. As melhores praias portuguesa (2002). Lisboa, Editora Geoplaneta.

- QUEIROS, Margarida Vilar (2001) *O Desafio Ambiental. As políticas e a Participação dos Actores*. Lisboa, Dissertação de Doutoramento defendida na Universidade de Lisboa.
- QUEIROZ, FERNANDO Pinto de (1995) *A Capela de Padre Matheus*. Feira de Santana, Editora Sagra.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van (1998) *Manual de Investigação em ciências sociais*. Traduzido por João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa, Gradiva.
- RAMOS, Adília Rita de Carvalho Viana Ramos (2005) *O termalismo em Portugal: dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*. Aveiro, Dissertação de Doutoramento defendida na Universidade de Aveiro.
- REBELO, Fernando (2003) *Risco naturais e acção antrópica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2003), ONU, Nova York.
- RIBEIRO, Orlando In BRITO Raquel Soeiro (1949) *Palheiros de Mira formação e declínio de um aglomerado de pescadores*. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, José Luis Gomes dos Santos (1999) *Uma Perspectiva sobre a análise do território no estuário do Rio Mondego*. Coimbra, Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Orlando (1993) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa. Edições João Sá da Costa
- RIBEIRO, Orlando & LAUTENSACH & DAVEAU, Suzanne (1987) *Geografia de Portugal*. Lisboa, João Sá da Costa.
- ROCHFORT, Michel (1998) *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo, Hucitec.
- RODRIGUES, Adir A. B. et al. (1996) *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo, Hucitec.
- RODRIGUES, A . A . B (2001) *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3 Ed. São Paulo, Hucitec.
- RODRIGUES, A . A . B (2002) *Turismo, modernidade e globalização*. São Paulo, Hucitec.
- ROMARIZ, Dora de A.(1974) *Aspectos da vegetação do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.

- ROSÁRIO, Gildete Maria de Jesus (2003) *Os manguezais e sua importância para o desenvolvimento sustentável no povoado “ Ilha D’ Ajuda – Jaguaripe - BA*. Santo Antônio de Jesus, Monografia defendida no curso de graduação em Geografia. Departamento de Ciências Humanas/ Campus V.
- ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (2001) *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro, EDUERJ.
- ROSS, Jurandy L.Sanches (1996) *Geografia do Brasil*. São Paulo, Editora EDUSP.
- ROSS, Jurandy L.Sanches (2001) Inundações e deslizamentos em São Paulo. Risco da relação inadequada sociedade-natureza. In Revista Territorium, 8. Coimbra, Minerva, pp. 15 - 23.
- RUIVO, César de Jesus e CUNHA, Júlio Pereira da (1999) *Ordenamento do território e gestão urbanística municipal*. Braga, Editora Correio do Minho.
- RUIZ, JOÃO Álvaro (1996) *Metodologia Científica*. São Paulo, Editora Atlas.
- RUSCHMANN, Doris (2003): *Turismo e planejamento sustentável*. São Paulo, Papirus.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) *A Cidade em Portugal*. Lisboa, Afrontamento.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2005) A cidade como ambiente. In MEDEIROS, Carlos Alberto, org. *Geografia de Portugal*. Lisboa, Círculo Leitores, pp. 274 - 279.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005) *O Fórum Social Mundial*. Rio de Janeiro Edições Afrontamento.
- SANTOS, Maria Gonçalves Conceição (1993) *Modernidade, educação e mundo do trabalho. Os desempregados de Santo Antônio de Jesus/BA*. Lisboa, Universidade Internacional de Lisboa.
- SANTOS, Maria Gonçalves Conceição (2005) Novos rumos das migrações no Brasil. In *X Anais da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Catalúnia*. Barcelona, APEC, pp. 143 - 150.
- SANTOS, Maria da Graça Lopes da Silva (1992) *A residência secundária no âmbito da Geografia dos Tempos Livres*. Análise comparativa dos casos de São Pedro de Moel e Praia de Vieira. Coimbra, Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- SANTOS, Maria da Graça Lopes da Silva (2004) *Espiritualidade e território: estudo geográfico de Fátima*. Coimbra, Dissertação de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Miguel Cerqueira dos (1993) *O Uso do solo urbano e a qualidade de vida - um exemplo Jacobina*. Monografia do curso de especialização em análise ambiental, defendida no departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, UECE.
- SANTOS Miguel Cerqueira dos (1995) *O ambiente urbano e a qualidade de vida*. Anais do IV Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Fortaleza: AGB.
- SANTOS, Miguel Cerqueira dos, et al. (1998) *Realidade socioeconómica e cultural do Recôncavo Baiano*. Salvador, UNEB.
- SANTOS, Miguel Cerqueira dos (1999) *O dinamismo Urbano de Santo Antônio de Jesus*. Salvador, Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de geografia da Universidade Federal da Bahia, UFBA.
- SANTOS. Miguel Cerqueira dos (2001) *O Papel de Santo Antônio de Jesus na rede urbana do Recôncavo*. Revista Conjuntura & Planejamento. Salvador: SEI, pp.22 - 29.
- SANTOS Miguel Cerqueira dos, et al. (2001) *A urbanização em ambientes costeiros na Perspectiva de Desenvolvimento Local*. In Anais do V Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Brasília, UNB.
- SANTOS, Miguel Cerqueira. (2002) *O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antônio de Jesu/BA*. Salvador, Universidade do Estado da Bahia, UNEB.
- SANTOS Miguel Cerqueira dos, org (2002) *Ocupação em áreas de manguezais*. Santo Antônio de Jesus, Editora Exemplar.
- SANTOS, Miguel Cerqueira & SANTOS, Maria Gonçalves (2003) *A problemática ambiental no Recôncavo Baiano*. In Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, pp. 63 - 77.
- SANTOS, Miguel Cerqueira & GÓIS Djalma Villa (2004) *Urbanização e riscos ambientais no Recôncavo Baiano*. In Revista territorium, 11. Coimbra, Associação Portuguesa de Risco, pp.15 - 20.

- SANTOS, Miguel Cerqueira (2005) *O turismo na costa do Recôncavo Baiano*. In X Anais da Associação Brasileira de Pesquisadores e Estudante Brasileiros na Catalúnia. Barcelona, APEC, pp. 135 -142.
- SANTOS, Miguel Cerqueira (2006) *Turismo, território e ambiente na costa do Recôncavo da Bahia*. In XI Anais da Associação Brasileira de Pesquisadores e Estudante Brasileiros na Catalúnia. Barcelona, APEC, pp. 207-214.
- SANTOS, Milton (1958) *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador, UFBA.
- SANTOS, Milton (1979) *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, F. Alves.
- SANTOS, Milton (1986) *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (1994) *Técnica, espaço, tempo-globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (1994) *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton et al. (1994) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (1991) *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec
- SANTOS, Noberto Pinto dos (1999) Os espaços - tempos de lazer na sociedade de consumo contemporânea. In Revista Territorium, 8. Coimbra, Minerva, pp. 129 - 137.
- SANTOS, Noberto Pinto dos (2001) *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Lisboa: Edições Colibri.
- SCHMITZ, Pedro Inácio (2004) *Como viviam os primeiros brasileiros*. In Revista Ciência Hoje, V.35 nº 211. Rio de Janeiro, SBPC, pp. 77 - 80.
- SERRANO, Célia e tal (2001) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. São Paulo, Papirus.
- SILVA, Carlos Nunes (1995). Poder Local e Território. Análise Geográfica das Políticas Municipais – 1974 -1994. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SILVA, Jorge Antônio Santos (2004) *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano - regional baseada em Cluster*. Tese de doutorado defendida na USP. SãoPaulo.

- SILVA, Joaquim Ramos (2002) *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações económicas, 1992-2002*. Lisboa, Terramar.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (1976) *Teorias de localização e de desenvolvimento regional*. In Revista de Geografia, Rio Claro, pp. 1 - 21.
- SILVA, Francisca de Paula Santos da (2000) *Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações: o XXIV Congresso da ABAV*. Salvador, Faculdade de Turismo da Bahia.
- SILVA, Maria Auxiliadora da (1972) *Les migrations pour le reconcave du petroleo, salvador- Ba, Brasil*. Strasbourg, These (UER de Geographie) Centre du Geographie, Université Strasbourg I.
- SIMÕES, José Manuel (2005) O planeamento de âmbito municipal. In MEDEIROS, Carlos Alberto, org. *Geografia de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 243 - 257.
- SIRGADO, José Rafael (1991) *Turismo e Desenvolvimento Regional e Local*. O Caso do Conselho de Lagos na Região do Algarve e no País. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOARES, Mário luiz Gomes (1995) *Zonação e as marés*. In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: USP, pp. 37-39.
- SOJA, Edward, W (1993) *Geografias pós-modernas: a ramificação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SONEIRO, J.C (1991) *Aproximación a la geografia del turismo*. Madrid, Síntesis.
- SOUZA, Luciana Cristina Teixeira de (2002) *Morro de São Paulo/Cairu-Bahia: uma decodificação da paisagem através dos diferentes olhares dos agentes socioespaciais do lugar*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia. Salvador, UFBA.
- SOUZA, Luzia Angélica da Silva (2001) *Educação ambiental em Ilha D' Ajuda. Monografia de graduação. Santo Antônio de Jesus, Departamento de Ciências Humanas da UNEB Campus V*.
- SOUZA, Maria Adélia (1988) *O governo urbano*. São Paulo, Nobel.

- STELZER, Joana (1999) *Relações internacionais e corporações transnacionais: um estudo de interdependência à luz da globalização*. In VIEIRA, Carlos Alberto Adi et al. *Relações Internacionais & globalização*, Ijuí, Editora Unijuí-Rio Grande do Sul.
- SUGIYAMA, Marie (1995) *A flora do manguezal*. In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: USP. pp. 19 - 23.
- TAVARES, Luís Henrique Dias (2000) *História da Bahia*. Salvador, Correio da Bahia.
- TELES, Virgínia (2001) *Riscos naturais e sociedade*. Estudo de Caso no concelho de Braga. In *Revista Territorium*, 8. Coimbra, Minerva, pp. 77 - 91.
- TUAN, Yi-Fu. (1980) *Topofilia*. São Paulo, Nobel.
- TUAN, Yi-Fu (1983): *Espaço e lugar*. São Paulo, Difel.
- UMBELINO, Jorge (1999) *Lazer e turismo*. Lisboa, Centro de Estudos de Geografia Regional da Universidade Nova de Lisboa.
- UMBELINO, Jorge (1999) *Turismo e espaço rural: da utopia a realidade*. In *Turismo: horizontes e alternativas*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 175 - 178.
- VARJABEDIAN, Roberto (1995) *Impactos sobre os manguezais*. In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: USP, pp. 49 - 53.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador de Bahia (Brasil). Transformation et permanences (1549 - 2004)*. Paris, L' Harmattan.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida et al. (1999) *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador, UFBA.
- VAZQUEZ, José Maria de Pedro Corrales (1998) *El turismo ambiental una forma de desarrollo*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 145 -157.
- VIANA, António Manuel Couto (2000) *Os lusíadas*. Lisboa, Editora Verbo.
- VIANNA, Hélio (1992) *História do Brasil*. São Paulo, Editora Melhoramentos.
- VICENT, Regina de Castro (1985) *Recuperação de Manguezais degradados*. In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo, USP, pp. 53 - 55.

- VILAS BOAS, Geraldo da S (1977) *Sedimentos terciários e quarternários do interior*. In Mapa Geológico do estado da Bahia. Salvador, Superintendência de geologia e Recursos Minerais - SGM, pp. 165 – 167.
- WAL, Geoffrey & MATHIESON, Alister (2006) *Tourism chang, impacts and opportunities*. London, Pearson.
- YÁZIGI, Eduardo (2001): *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo, Contexto.
- YOKOYA, Nair Sumie (1995) *Distribuição e origem dos manguezais*. In NOVELLI, Yara Schaeffer. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: USP, 9 -15.
- YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann (2004) *Desenvolvimento e meio ambiente: uma falsa incompatibilidade*. In Revista Ciência Hoje volume 35, nº 211. Rio de Janeiro, pp. 30 - 34.

Fontes em páginas da INTERNET

- Bahia Cultural (<http://www.bahiacultural.ba.gov>)
- Câmara de Mira (<http://www.cm-mira.pt>)
- Centro de Estudos Turísticos do Brasil (<http://www.etur.com.br>)
- Empresa Baiana de Turismo (<http://www.bahiatursa.ba.gov.br>)
- Empresa Brasileira de Turismo (<http://www.embratur.gov.br>)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<http://www.ibge.gov.br>)
- Instituto Gaúcho Ambiental (<http://www.inga.org.br>)
- Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>)
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (<http://www.maotdr.org.pt>)
- Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (<http://www.portugal.pt>)
- Região de Turismo do Centro (<http://www.turismo-centro.pt>)
- Superintendência de Estudos Económicos e Sociais da Bahia – SEI (<http://www.sei.ba.gov>)
- Tourism, World Organization (<http://www.world-tourism.org>)

Anexos

1 Modelo do roteiro de entrevistas

Nome _____ Local de Residência _____

Cargo ou função _____ Idade _____ Nível de Instrução _____ Sexo (M) (F)

1 - Como analisa a influência do turismo neste município?

2 - Há projectos na área do ambiente e/ ou do turismo para este município? Quais?

3 - Até que ponto o desenvolvimento do turismo contribui ou não para preservar o ambiente?

4 - Tem participado de eventos sobre ambiente ou turismo? Quais?

5 - Na vossa opinião deve haver direccionamento para o turismo nacional ou internacional? Porquê?

6 - Acredita que o turismo poderá contribuir para a redução de desigualdades sociais? De que modo?

7 - Quais as perspectivas do turismo para este município/ região?

8 - Quais as iniciativas deste órgão/sector com as actividades turísticas?

9 - O desenvolvimento do turismo acontece articulado com outras actividades? Quais?

10 - Quais as perspectivas de envolvimento da comunidade nas actividades do turismo?

11 - Pode mencionar alguns aspectos positivos e/ou negativos do turismo?

Local _____ Data _____ Horário _____

2 Modelo de inquérito aplicado em Jaguaripe

Local de residência _____ Tempo de residência _____ Local onde nasceu _____ Idade ____
Sexo (M) (F) Estado Civi _____ Profissão atual _____ Profissão anterior _____ Residiu em outro município? (N) (S). Em caso de sim, Qual? _____

1 – Quanto à escolaridade:

() não frequentou escola () até 4 anos de escolaridade () de 5 a 9 anos de escolaridade

() de 10 a 12 anos de escolaridade () curso superior () mestrado () doutorado Outro ____

2 – O local onde mora é:

() próprio () alugado () dos pais () de amigos Outro _____

3 - A profissão é:

() por conta própria () em empresa pública () em empresa privada. Outra _____

4- O rendimento mensal actual é:

() menos que 260 Reais () de 260 520 Reais () de 520 a 800 Reais () maior que 800 Reais

5– Durante o período de maior movimento de visitantes neste município o seu rendimento:

() continua no mesmo () aumenta () diminui Por quê? _____

6 - A água utilizada vem:

() da rede pública () poço () fonte _____ Outro _____

7 – O esgoto é depositado:

() na rede pública () no mar () em fossa () no rio () na lagoa () outro _____

8 – Quanto às palavras associadas ao ambiente indique: _____

() praia () mar () rio () vegetação () ar () poluição () desemprego Outra ____

9- Já participou de encontros, seminários, congressos... sobre ambiente?

() não () sim Em caso positivo qual(is) _____

10 - O que mais polui o ambiente em Jaguaripe é

() o lixo () o esgoto () as indústrias () os produtos utilizados na agricultura () outro ____

11-Nos meses de maior número de visitantes, a atividade que exerce em Jaguaripe é:

() arrendar imóvel () trabalhar no comércio () as mesmas atividades Outra _____

12 - O seu tempo livre é aproveitado para:

() ficar com a família () viajar () estar com os amigos () Outro _____

13 - Lembra de alguma atividade cultural que marcou as tradições deste local e não existe mais?

() não () sim. Em caso de sim qual(is) _____

14 - Indique três actividades culturais que se realizam neste município._____

15 - Indique três produtos típicos das tradições deste município._____

16 - Quanto às organizações de defesa do ambiente neste município?

() não conhece () conhece () conhece e participa. Em caso positivo qual(is) _____

17- Em termos ambientais o que mais lhe preocupa em Jaguaripe é:

() a qualidade da água () a qualidade do ar () a devastação () o desemprego outro _____

18 - Os três meses mais frequentados pelos visitantes são? _____

19 - Os três meses menos frequentados pelos visitantes são? _____

20 - O que mais atrai o turista para este município é:

() a praia () os rios () os manguezais () a hospitalidade () os serviços () os preços () Outros

21 - O que mais afasta os turistas deste local é :

() a praia () os manguezais () população local () as vias de acesso () poluição () preços ()

Outros _____

22 - indique o que mais valoriza em Jaguaripe.

() praia e mar () os rios () os manguezais () o clima () a hospitalidade () a tranquilidade

() festas religiosas Outra (s) _____

23 – Quanto ao envolvimento nas atividades de turismo e lazer neste município indique:

	já participou	Participa	não participa	deseja participar
Serviços Públicos				
Discussão sobre a organização do turismo				
Comerciante				
Órgão de defesa ambiental				
Empregado do comércio				
Seminário e encontros sobre turismo ou ambiente				

24 -Indique o grau de satisfação quanto:

	Não satisfaz	satisfaz pouco	satisfaz	satisfaz muito bem
Recolha de lixo	()	()	()	()
Abastecimento de água	()	()	()	()
Serviço de saúde	()	()	()	()
Serviço de telefone	()	()	()	()
Educação	()	()	()	()
Equipamentos de lazer	()	()	()	()
Atividades culturais	()	()	()	()
Geração de emprego e renda	()	()	()	()

25 – Indique a sua opinião quanto ao:

	não satisfaz	Satisfaz pouco	satisfaz	satisfaz muito bem
Número de lojas, restaurantes....	()	()	()	()
Investimento nos produtos regionais	()	()	()	()
Participação da população no turismo	()	()	()	()
O número de equipamentos de lazer	()	()	()	()
A qualidade das vias de acesso	()	()	()	()
Número de visitantes	()	()	()	()
O turismo neste município	()	()	()	()

26 – Quanto aos equipamentos abaixo o município de Jaguaripe precisa:

	não alterar	aumentar o número	melhorar qualidade	diminuir
Hotéis	()	()	()	()
Pousadas	()	()	()	()
Bares e restaurantes	()	()	()	()
Clubes	()	()	()	()
Escolas	()	()	()	()
Centro de saúde	()	()	()	()
Praças públicas	()	()	()	()
Espaços de lazer	()	()	()	()

27 - Quando ao uso dos espaços disponíveis:

	não frequenta	frequenta de vez em quando	frequenta sempre
Praia	()	()	()
Rios	()	()	()
Biblioteca municipal	()	()	()
Bares e restaurantes	()	()	()
Praça pública	()	()	()
Áreas verdes	()	()	()

28 – Indique o que não concorda, concorda pouco, concorda ou concorda muito:

	não concordo	concordo	Concordo pouco	concordo muito
Os políticos precisam governar sozinhos	()	()	()	()
Os políticos para governarem bem precisam da comunidade	()	()	()	()
A população não precisa de tempo para tratar de questões políticas	()	()	()	()
Somente os políticos devem resolver os problemas do município	()	()	()	
Os políticos precisam resolver os problemas colectivos e individuais	()	()	()	()
A população organizada em associações ajuda o desenvolvimento	()	()	()	()

29 – Indique o grau de confiança quanto às instituições abaixo:

	não confia	confia pouco	confia	confia muito
Prefeitura Municipal	()	()	()	()
Associação de moradores	()	()	()	()
Rádio, televisão e jornal	()	()	()	()
Igreja	()	()	()	()
Hospital e Centro de Saúde	()	()	()	()
Escolas	()	()	()	()
Justiça	()	()	()	()

30 - Indique o que não altera, melhora ou piora com o turismo:

	Não altera	Melhora	Piora
O bem estar da população			
Vegetação, solo, água...			
Emprego e renda			
Diversões			
Cultura local			
O atendimento médico			
Abastecimento de água			
Os preços			
A recolha do lixo			
Fornecimento de energia			

31–Indique três sugestões para melhoramento deste município.

Local _____ e Data _____

3 Modelo de inquérito aplicado em Mira

Freguesia onde reside _____ Tempo de residência _____
Naturalidade _____

Idade _____ Sexo (M) (F) Estado Civil _____ Profissão actual _____ Profissão anterior _____

Residiu em outro concelho? (N) (S). Em caso de sim, indique os dois últimos? _____

1 - Quanto à escolaridade :

() não frequentou escola () até 4 anos de escolaridade () de 5 a 9 anos de escolaridade

() de 10 a 12 anos de escolaridade () curso técnico-profissional () curso superior

() mestrado () doutorado Outro _____

2 - O local onde mora é:

() comprado/1ª residência () comprado /2ª residência () arrendado/1ª residência () arrendado /2ª residência

3 - A profissão é:

() por conta própria () em empresa pública () em empresa privada. Outra _____

4-Nos meses de maior número de visitantes, a actividade que exerce em Mira é:

() arrendar imóvel () arrendar gaivotas () arrendar bicicletas () arrendar carro () as mesmas actividades outra (s) _____

5- O rendimento mensal actual é:

() menos que 350 Euros () de 350 a 700 Euros () de 700 a 1000 Euros () maior que 1000 Euros

6- Durante o período de maior movimento de visitantes neste município o seu rendimento:

() continua no mesmo () aumenta () diminui Porquê? _____

7- O seu tempo livre é aproveitado para:

() ficar com a família () viajar () estar com os amigos () outro _____

8 - Quanto ao envolvimento nas actividades de turismo neste concelho:

	já participou	participa	não participa	deseja participar
Serviços Públicos				
Discussão sobre a organização do turismo				
Órgão de defesa ambiental				
Comerciante				
Empregado do comércio				
Seminário e encontros sobre turismo ou ambiente				

9 - A água utilizada vem:

() da rede pública () poço () fonte _____ Outro _____

10 - O que mais polui o ambiente em Mira é:

() o lixo () o esgoto () as indústrias () os produtos utilizados na agricultura () outro ____

11- O esgoto é depositado:

() na rede pública () no mar () em fossa () no rio () na lagoa () outro _____

12 -Indique o grau de satisfação quanto:

	não satisfaz	satisfaz pouco	Satisfaz	Satisfaz muito bem
Recolha de lixo	()	()	()	()
Abastecimento de água	()	()	()	()
Serviço de saúde	()	()	()	()
Serviço de telefone	()	()	()	()
Educação	()	()	()	()
Equipamentos de lazer	()	()	()	()
Actividades culturais	()	()	()	()
Geração de emprego e renda	()	()	()	()

13 -Lembra de alguma actividade cultural que marcou as tradições deste local e não existe mais?

() não () sim. Em caso de sim qual (is)

14 – Indique três actividades culturais que se realizam neste concelho._____

15 -Indique três produtos típicos das tradições deste concelho._____

16 – Indique três palavras que associa ao ambiente._____

17– Já participou de encontros, seminários, congressos... sobre ambiente?

() não () sim Em caso positivo qual(is) _____

18 - Indique a sua opinião quanto ao:

	não satisfaz	satisfaz pouco	Satisfaz	Satisfaz muito bem
Número de lojas, shopping center...	()	()	()	()
Investimento nos produtos regionais	()	()	()	()
Participação da população no turismo	()	()	()	()
O número de equipamentos de lazer	()	()	()	()
A qualidade das vias de acesso	()	()	()	()
Número de visitantes	()	()	()	()
O turismo neste concelho	()	()	()	()

19- Quanto aos equipamentos abaixo o concelho de mira precisa:

	não alterar	aumentar o número	melhorar qualidade	Diminuir
Hotéis	()	()	()	()
Pousadas	()	()	()	()
Bares e restaurantes	()	()	()	()
Clubes	()	()	()	()
Escolas	()	()	()	()
Centro de saúde	()	()	()	()
Praças públicas	()	()	()	()
Espaços de lazer	()	()	()	()

20 - Quando ao uso dos espaços disponíveis:

	não frequenta	frequenta de vez em quando	Frequenta sempre
Praia	()	()	()
Barrinha	()	()	()
Lagoa	()	()	()
Biblioteca municipal	()	()	()
Bares e restaurantes	()	()	()
Praça pública	()	()	()
Áreas verdes	()	()	()
Em caso de outro, qual?	()	()	()

21- Quanto às organizações de defesa do ambiente neste concelho?

() não conhece () conhece () conhece e participa. Em caso positivo qual(is) _____

22- Em termos ambientais o que mais lhe preocupa em Mira é:

() a qualidade da água () a qualidade do ar () a devastação () o desemprego outro _____

23 - Os três meses mais frequentados pelos visitantes são?

24 - Os três meses menos frequentados pelos visitantes são? _____

25 - O que mais atrai o turista para este município é:

() a praia () os pinhais () a hospitalidade () os serviços () os preços () outros _____

26 - O que mais afasta os turistas deste local é :

() a praia () pinhais () população local () lixo () saneamento () preços () outros _____

27 - Em 1º e 2º e 3º lugar, indique o que mais valoriza em Mira:

() praia e mar () a barrinha () os pinhais () o clima () a hospitalidade () a tranquilidade
outro _____

28 – Indique o que não concorda, concorda pouco, concorda ou concorda muito:

	não oncordo	concordo	concordo pouco	concordo muito
Os políticos precisam governar sozinhos	()	()	()	()
Os políticos para governarem bem precisam da comunidade	()	()	()	()
A população não precisa de tempo para tratar de questões políticas	()	()	()	()
Somente os políticos devem resolver os problemas do concelho	()	()	()	()
Os políticos precisam resolver os problemas colectivos e individuais	()	()	()	()
A população organizada em associações ajuda o desenvolvimento	()	()	()	()

29 - Com relação às instituições diga em que deposita pouca confiança, nenhuma, alguma ou muita

	não confia	confia pouco	Confia	confia muito
Câmaras municipais	()	()	()	()
Organizações não governamentais	()	()	()	()
Associação de moradores	()	()	()	()
Junta de freguesia	()	()	()	()
Rádio, televisão e jornal	()	()	()	()
Igreja	()	()	()	()
Partidos políticos	()	()	()	()
Hospital e Centro de Saúde	()	()	()	()
Escolas	()	()	()	()
Justiça	()	()	()	()
Polícia	()	()	()	()

30 - Indique o grau de alteração provocado pelo turismo:

	Não altera	Melhora	Piora
O bem estar da população			
Vegetação, solo, água...			
Emprego e renda			
Diversões			
Cultura local			
O atendimento médico			
Abastecimento de água			
Os preços			
A recolha do lixo			
Fornecimento de energia			

31-Indique três sugestões para melhoramento desta localidade.

Local _____ Data _____

Turismo e ambiente costeiro, no Brasil e em Portugal: análise comparada entre Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e Mira, na Região Centro.